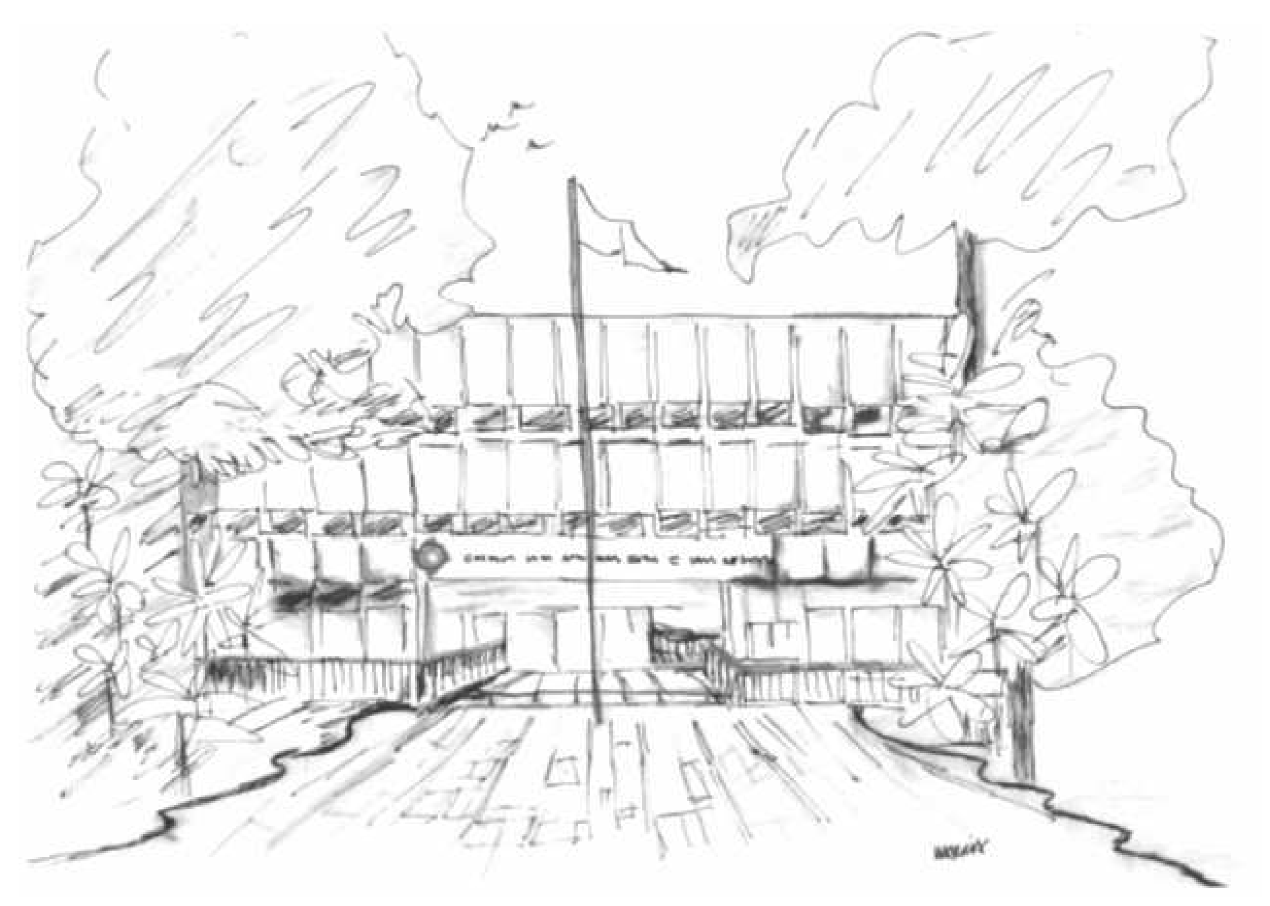
Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2016



Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU



Edifício-Sede da ESMPU, em Brasília-DF

______*Plano de Desenvolvimento Institucional — 2011-2016*______

Brasília-DF, dezembro/2011

E74

Escola Superior do Ministério Público da União.
Plano de Desenvolvimento Institucional da Escola Superior do Ministério Público da União 2011-2016 / Marcia Graça Graminhani, Larissa Árêa Sousa (coords.). Brasília : ESMPU, 2011.

350 p.

1. Escola Superior do Ministério Público da União - Plano de Desenvolvimento Institucional. 2. Ensino Superior. 3. Ensino Superior. 4. Planejamento Estratégico. I. Graminhani, Marcia Graça. II. Sousa, Larissa Árêa. III .Título.

CDD 378.01

Gravuras da fachada da ESMPU p. 2, 140 e 350: Marcia Graça Graminhani

APRESENTAÇÃO

O futurista norte-americano John Naisbitt, autor do *best-seller Megatrends*, acredita ser a educação, mais do que nunca, prioridade número um no século XXI, porque é com base nela que serão forjados os talentos necessários para a nova realidade que se insinua. A educação é o universo no qual a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) se move.

A maneira aparentemente mais adequada de extrair o máximo do potencial da ESMPU para os próximos anos é dar o passo seguinte, a partir do planejamento iniciado com o Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI 2005-2010. Assim, o estabelecimento de metas e diretrizes servirá para a construção de ferramentas norteadoras das ações acadêmicas, na busca de afinar a sua atuação cada vez mais com as necessidades de treinamento e desenvolvimento verificadas pelos Ramos do MPU no desempenho de suas funções institucionais. Mas não é só. Servirá, sobretudo, para a busca de tornar a Escola um instrumento que catalise mudanças e contribua para a evolução do MPU, de maneira que os reflexos se façam sentir nos segmentos sociais e culturais brasileiros.

O desenho deste documento traça o futuro almejado e convida todo o quadro funcional para o comprometimento com a sua consecução. Este Plano sabe-se trilha, conhece a necessidade de revisões periódicas e possíveis ajustes de rumo, mas nutre a expectativa de ser fonte de consulta para a tomada de decisões nos próximos cinco anos.

Uma sua função acessória, mas não menos importante, é servir como base para as próximas etapas a que a Escola se propõe: a elaboração do seu planejamento estratégico e o seu credenciamento, perante o Ministério da Educação, como Instituição de Pós-Graduação e Pesquisa. Bom trabalho a todos.

Nicolao Dino de Castro e Costa Neto
Procurador Regional da República
Diretor-Geral

BREVE HISTÓRICO DA ESMPU

Criada em 1998 pela Lei n. 9.628, a Escola Superior do Ministério Público da União-ESMPU é uma instituição federal da Administração Direta, configurando-se como um ente de direito público de nature za jurídica autônoma, conforme dispõe o art.172 do Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, com redação dada pelo Decreto-Lei n. 900, de 29 de setembro de 1969, sendo vinculada diretamente ao Procurador-Geral da República.

Foi oficialmente instalada no dia 14 de junho de 2000, tem foro e sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, na Avenida L2 Sul, Quadra 604, Lote 23, CEP 70200-901. O Estatuto vigente foi publicado no Diário Oficial da União em 24 de agosto de 2004, aprovado pela Portaria n. 485.

O aprimoramento profissional, a excelência na atuação e a atualização constante dos membros e dos servidores do Ministério Público competem à ESMPU. Na busca do cumprimento de sua missão, a Escola promove cursos de especialização em nível de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, cursos de aperfeiçoamento, simpósios, seminários e outras modalidades de estudo e intercâmbio de informações. Também apoia projetos de pesquisa propostos e conduzidos por membros e servidores, assim como incentiva e apóia projetos que tenham como objetivo abrir canais de diálogo e melhorar a interação entre o Ministério Público e a sociedade, com ações desenvolvidas em parceria com organizações não-governamentais e outros órgãos públicos.

Para a consecução de seus objetivos, a ESMPU é dotada de autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didática e disciplinar compatível com a sua personalidade jurídica, de acordo com os seus atos constitutivos e legislação vigente.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Como deve ser a capacitação do membro do Ministério Público da União (MPU) que atuará no Brasil de 20 ou 30 anos no futuro? Responder a essa pergunta se constituiu na busca central deste Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)[1], estruturado de maneira a ser um roteiro útil e aplicável na busca da qualidade e da consequência da atuação da Escola.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC) (BRASIL, 2007), o PDI é *"[...] o documento que identifica a Instituição de Ensino Superior (IES), no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver."* Com a preocupação de sinalizar quão mais arrojada a ESMPU pode se tornar no quinquênio 2011-2016, este documento sublinha a importância da sua postura proativa, focando o planejamento em fatores-chave que a tornem ágil e efetiva.

Adotando a fórmula de sucesso das organizações inovadoras, indicou-se a necessidade do alinhamento das mais diferentes áreas da Escola — do administrativo ao pedagógico, sem desprezar os fatores que influenciam nos resultados, tais como: a infraestrutura, o clima de trabalho, os mecanismos de autoavaliação e o próprio funcionamento da Escola como instituição. Isto porque, embora uma escola possa ser entendida como uma espécie de catedral do saber, o local onde mentes são forjadas e o futuro do país é escrito, ela não pode prescindir de rotinas e procedimentos, intrincados e diversificados, que podem emperrar seu funcionamento. Assim, há a necessidade de um bom modelo de gestão que abrace todas as nuances da administração.

Essas informações foram enriquecidas com uma análise de ambiente, metas e resultados esperados, de sorte que este PDI possa servir para que o Conselho Administrativo (CONAD) discuta sobre os caminhos a serem trilhados pela Escola; o credenciamento especial[2] perante o MEC, a oferta de pós-graduação *Lato sensu* na área de Direito e *Stricto sensu* profissionalizante, e o planejamento estratégico da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU).

Forma o arcabouço deste Plano uma contextualização histórico-filosófica que, breve, não se aterá às minudências do pensamento dos teóricos citados, e tampouco esgotará os assuntos tratados. O foco será o pensamento de fundo em cada período histórico e seus

[1] O primeiro PDI da ESMPU foi elaborado em 2005, com vigência para cinco anos, e conferiu à ESMPU a nota máxima em todas as suas dimensões, conforme Parecer MEC/CNE/CES n. 162, de 9 de agosto de 2007.
[2] Foi concedido no ano de 2007, pela Portaria MEC n. 840, com a oferta inicial do curso de Direito Penal Especial, na modalidade presencial.

desdobramentos socioeconômicos. Causas e consequências não mais que se insinuarão, em leves contornos, como um desenho a lápis, demonstrando a situação do Brasil no cenário mundial e convidando o leitor à reflexão acerca de qual possa ser a melhor forma de o Ministério Público da União e da sua Escola Superior se inserirem nesse contexto. E modificá-lo.

O segundo capítulo começa a conferir o chão para que o cerne da busca se dê. A proposta de gestão, suas metas, atividades e resultados esperados são expostos. Ali estão as pedras fundamentais para que o projeto global da ESMPU aconteça: *os fundamentos organizacionais, a análise de ambiente, objetivos, metas e ações,* na busca de tornar este Plano em ferramenta útil ao Gestor.

O terceiro capítulo enfoca o projeto pedagógico da Instituição e os treinamentos e demais atividades acadêmicas, como a investigação científica, a extensão e os projetos especiais. De maneira objetiva, é feita uma viagem ao papel que eles desempenham na gestão acadêmica, no ensino, nas pesquisas, especializações e produção de material científico.

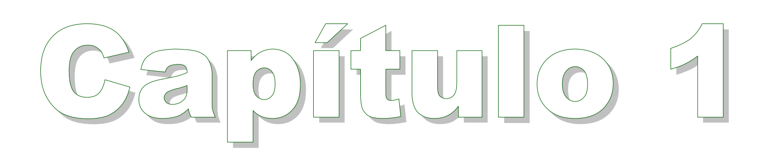
O ferramental de que a Escola dispõe e a sua forma de trabalho compõem o quarto capítulo. Trata-se da estrutura organizacional, de seus equipamentos e instalações físicas em Brasília. Um espaço especial foi aberto para a Biblioteca – suas instalações, acervo e práticas administrativas – assim como para os laboratórios de informática.

O quinto capítulo é um apanhado do que foi visto neste trabalho, buscando capturar, em essência, a proposta deste PDI para as atividades da ESMPU no quinquênio 2011-2016.

No sexto e último capítulo são apresentados de maneira esquemática quadros-resumo com a síntese das colocações que compõem este Plano. Como uma espécie de índice, eles oferecem a possibilidade de uma visão ampla da proposta e da cadência de ações que se deseja ver transformada em realidade da Escola na vigência deste PDI.

Encerram este trabalho um rol de figuras, siglas e categorias, o apêndice com os documentos da ESMPU utilizados para a elaboração do Plano e as referências bibliográficas.

O pano de fundo para as ações do quinquênio 2011/2016 é formado pela valorização e a inclusão do ser humano, a serviço do bem comum; o respeito à diversidade e à liberdade intelectual e de opinião; a interdisciplinaridade de ações; e a busca dos avanços científicos e tecnológicos na área jurídica e outras que com ela guardem afinidade.



Capítulo 1

Uma visão panorâmica:

o mundo, o Brasil, o MPU e a ESMPU

> [...] os primeiros efeitos colaterais dos grandes triunfos da ciência já se fizeram sentir sob a forma de uma crise dentro das próprias ciências naturais.
> O problema tem a ver com o fato de que as "verdades" da moderna visão científica do mundo, embora possam ser demonstradas em fórmulas matemáticas e comprovadas pela tecnologia, já não se prestam à expressão normal da fala e do raciocínio.
> Quem quer que procure falar conceitual e coerentemente dessas "verdades" emitirá frases que serão *"talvez não desprovidas de significado como um 'círculo triangular', mas muito mais absurdas que 'um leão alado' "* (Erwin Schrödinger).
> Ainda não sabemos se esta situação é definitiva; mas pode vir a suceder que nós, criaturas humanas que nos pusemos a agir como criaturas do universo, jamais cheguemos a compreender, isto é, a pensar e a falar, sobre aquilo que, no entanto, somos capazes de fazer.

Hannah Arendt
prefácio de *A Condição Humana*
Ed. Forense Universitária,
7. ed., p. 11.

O mundo

Construção histórica

Há 8.000 anos, o homem se comunicava por grunhidos. Foram necessários cerca de 5.000 anos de nomadismo, mitos explicativos do mundo e apreensão do básico sobre o clima e o solo para que ele chegasse à agricultura, aos primeiros códigos escritos e aos rudimentos da filosofia, física, matemática e astronomia. Com a revolução agrícola e o sedentarismo, ele deixa de ser mero coletor dos recursos naturais, funda cidades e desenvolve atividades econômicas mais complexas. Na tentativa de explicar os problemas cosmológicos, aos poucos a filosofia especulativa e a metafísica[3] unem-se à mitologia e às concepções religiosas. Com a evolução dos debates, às questões da natureza integra-se o interesse pelo espírito, surgindo a dualidade metafísico-teológica.

A metafísica buscava explicar os problemas cosmológicos. Com o interesse pelo espírito, surge a dualidade metafísico-teológica

A rica cultura greco-romana surge no século I a.C., com a conquista da Grécia antiga pelos romanos. Entre 800 a.C. e 200 d.C. testemunhou-se a ascensão do monoteísmo com o zoroastrismo, o surgimento do budismo, a criação do confuncionismo e a eflorescência da filosofia humanista grega, dentro da "Era Axial", de Karl Jaspers[4] (SAFFO, 2011).

A partir do século inicial da nossa era, o cristianismo passa a substituir, gradualmente, o culto aos deuses do Olimpo, até tornar-se a religião oficial do Império Romano, no ano 380 d.C. Por volta do século III, o Império entra em crise. As invasões bárbaras não tardam, provocando lutas sociais nas cidades e estimulando a ruralização tanto de elites quanto de plebeus. Os desdobramentos foram de ordem socioeconômica, com a retração do comércio e da economia monetária; inflação; controle de preços pelo Estado; fragmentação do poder e o desenvolvimento do colonato[5], formando uma estrutura fundiária onde a economia feudal é gestada (RECCO).

O século V traz o fim do Império Romano do Ocidente e o início da Idade Média, cuja característica mais forte é a crença de que a vida terrena se explica pelos desígnios de

[3] Metafísica é um ramo da filosofia que estuda a essência do mundo. A metafísica parte de constatações obtidas através da experiência, mas depois ultrapassam essa esfera empírica para tentar alcançar o conhecimento sobre realidades que a transcendem.

[4] O filósofo alemão Karl Jaspers (1949) definiu a Era Axial (período que decorre entre o ano 1800 a.C. e o ano 700 d.C.) como a linha divisória mais profunda da História da humanidade, durante a qual apareceu a mesma linha de pensamento em três regiões do mundo: a China, a Índia e o Ocidente. Após a Era Axial, as diferentes regiões da Terra não voltaram a ter o mesmo paralelismo. Segundo Jaspers, nasce nessa época o homem como o conhecemos hoje, mas para este fenômeno ainda não se consegue encontrar nenhuma explicação, nem nenhum dado comprova uma interligação entre os Povos Mediterrâneos, a Índia e a China neste período.

[5] **S**istema de trabalho que atendia aos interesses dos grandes proprietários rurais, substituindo o trabalho escravo que atendia aos interesses do Estado por preservar a arrecadação tributária e aos da plebe que, migrando para as áreas rurais, encontrava trabalho.

Deus, de sorte que a ciência, a literatura e a arte dependem do pensamento religioso. Assim é que essa crença se expressa na religião com o teocentrismo e, na ciência, com a teoria do geocentrismo: o planeta onde Deus colocou suas criaturas deve ser o centro do Universo.

A crise no Império Romano, por volta do século III d.C., forma a estrutura fundiária onde a economia feudal é gestada

Com a religião se estruturando em sistema de poder, chegam à filosofia traços da cultura cristã, e assuntos como o criacionismo passam a integrar o seu temário. A harmonização da fé com a razão será a questão-chave do pensamento filosófico por todo o período medieval. Representante de Deus na Terra, a Igreja se constitui na instituição mais poderosa, guardiã dos valores morais e espirituais, determinando o modo de vida e a maneira de ser da sociedade.

A Igreja apoia as conquistas do rei, referendando a sua autoridade, embora muitas vezes se distancie do poder central e se constitua no seu próprio poder.

O feudalismo é o sistema político, social e econômico da Idade Média, e se caracteriza pela baixíssima mobilidade social; trabalho servil vinculado à terra; predominância do escambo e da cultura de subsistência. O feudo não se submete a um conjunto de leis impostas pela autoridade real; tem autonomia política e, com isso, há variação de moedas, tributos, pesos e medidas de um para outro. (RECCO e SOUSA, 2009).

A partir do século XI, na Baixa Idade Media (século X ao XV), o rei conquista, gradativamente, uma elevação das suas atribuições políticas. Os comerciantes burgueses apoiam o processo, porque têm interesse na formação de um regime político centralizado e na criação de exércitos que contenham a revolta dos camponeses. Estes se rebelam diante do aumento na cobrança de obrigações por parte dos senhores de terras, que lhes restringe a mobilidade, fixando-os nos domínios dos feudos.

A partir do séc.XI, o rei conquista poder político, recebe apoio da burguesia, passa a controlar a ordem fiscal e jurídica e, assim, planta a semente do absolutismo, uma das marcas da Idade Moderna, que teria início no século XV

Essa cobrança, assim como a elevação dos impostos, resulta da faina dos senhores feudais em manterem o seu padrão de vida, duramente afetado pela escassez de alimentos; a peste negra havia dizimado a mão de obra disponível, desequilibrando a produção agrícola. Os burgueses também requerem do monarca o controle sobre questões de ordem fiscal e jurídica (SOUSA, 2009). Com essas demandas e suporte, é plantada a semente do absolutismo, uma das marcas da Idade Moderna, que teria início no século XV.

O sistema político, social e econômico do século XII ao XV é o pré-capitalismo, em virtude de que as relações de produção ainda não estão totalmente assalariadas. O modelo de família é multigeracional e todos trabalham em uma mesma unidade econômica de produção, sendo que o mundo do trabalho e o doméstico são coincidentes (COSTA).

Do século XII ao XV, o modelo de família é multigeracional e o mundo do trabalho e o doméstico são coincidentes

Pelas palavras de CASTRO (2009), em termos de manutenção, “O Estado absolutista dependia dos impostos e recursos gerados pelas atividades comerciais e manufatureiras, sendo o desenvolvimento das atividades mercantis fatores importantes, incentivando a expansão do mercado e a exploração das colônias.”

O mercantilismo, expressão econômica do absolutismo, é uma política de controle e incentivo para garantir a qualquer custo o desenvolvimento comercial e financeiro do Estado por meio da posse de metais preciosos (representando a riqueza dos países, até recentemente), do controle governamental da economia e da expansão comercial. Essa teoria e prática dos Estados modernos pressupõem que a riqueza não se reproduz; ela é limitada na natureza e, portanto, para que um país enriqueça, outro empobrecerá. A busca por metais preciosos e pela expansão dos negócios faz com que a conquista e a exploração de colônias seja uma constante no cotidiano das potências da Europa Ocidental.

Com isso, o colonialismo europeu termina por abranger a maior parte do mundo fora daquele continente. São ocupadas completamente as Américas e a Austrália até o século XVII, e a maior parte da África até meados do século XX. No final do século XV, o capital está na distribuição e circulação das mercadorias entre as metrópoles e suas colônias, o que origina a especialização produtiva dos países, deixando a manufatura por conta daquelas e o fornecimento de *commodities* por conta destas, situação se que manteria assim até a II Grande Guerra. Essa divisão internacional do trabalho atrelou o comando do capitalismo mundial aos países colonialistas e, aos colonizados, o subdesenvolvimento. Compara SOUSA (2009):

No final do século XV, o capital está na circulação das mercadorias entre as metrópoles — encarregadas da manufatura e desenvolvidas —, e suas colônias, fornecedoras de *commodities* e subdesenvolvidas. Esta divisão internacional do trabalho duraria até a II Grande Guerra

> [...] se hoje tanto se fala em tecnologia e globalização, não podemos refutar a ligação intrínseca entre esses dois fenômenos e a Idade Moderna. O advento das Grandes Navegações, além de contribuir para o acúmulo de capitais na Europa,

> também foi importante para que a dinâmica de um comércio de natureza intercontinental viesse a acontecer. Com isso, as ações econômicas tomadas em um lugar passariam a repercutir em outras parcelas do planeta.

A chegada das naus portuguesas ao Brasil se deu nesse contexto de grandes navegações (séculos XV e XVI), incentivadas pela Revolução Industrial. Os monarcas europeus tinham os olhos postos no aumento da arrecadação de impostos em função do crescimento do comércio; e, a Igreja Católica, nos novos fiéis das novas terras.

> Esse complexo do poderio português vinha sendo ativado, nas últimas décadas, pelas energias transformadoras da revolução mercantil, fundada especialmente na nova tecnologia, concentrada na nau oceânica, com suas novas velas de mar alto, seu leme fixo, sua bússola, seu astrolábio e, sobretudo, seu conjunto de canhões de guerra. Era a humanidade mesma que entrava noutra instância de sua existência, na qual se extinguiriam milhares de povos, com suas línguas e culturas próprias e singulares, para dar nascimento às macroetnias maiores e mais abrangentes que jamais se viu. (RIBEIRO apud PEREIRA).

Dependendo do Historiador, o processo de civilização teve início cerca de 30 anos após a chegada das caravelas, com o uso de mão de obra escrava africana para o plantio da cana-de-açúcar, cuja comercialização só podia ser feita com a metrópole, em obediência ao Pacto Colonial[6]. A sociedade colonial brasileira era marcada por grandes diferenças sociais. O senhor de engenho, no topo da pirâmide, detinha poderes políticos e econômicos. Na base dela, os escravos africanos; e, na parte central, os funcionários públicos e os trabalhadores livres. As mulheres tinham poucos poderes e nenhuma participação política. A economia do período é caracterizada pelo tripé: monocultura, latifúndio e mão de obra escrava.

Nesse período, na Europa, tem início a formação dos Estados Nacionais[7] — constitucionais, intervencionistas, burocráticos, fortes perante o poder papal —, processo que vai se estender até meados do século XIX, com a Itália e a Alemanha se unificando já no contexto das revoluções burguesas[8]. No absolutismo, o Constitucionalismo[9] deixa de ser o simples princípio do medievo e toma força,

[6] O Pacto Colonial, muito comum entre os séculos XVI e XVIII, pode ser definido como um conjunto de regras, leis e normas que as metrópoles impunham às suas colônias durante o período colonial. Estas leis tinham como objetivo principal fazer com que as colônias só comprassem e vendessem produtos de sua metrópole. Através deste exclusivismo econômico, as metrópoles européias garantiam seus lucros no comércio bilateral, pois compravam matérias-primas baratas e vendiam produtos manufaturados a preços elevados. As metrópoles proibiam totalmente o comércio de suas colônias com outros países ou criavam impostos tão altos que inviabilizava o comércio fora do pacto.

[7] Estado-Nação é uma instituição organizada política, social e juridicamente, ocupando um território definido, normalmente onde a lei máxima é uma Constituição escrita, e dirigida por um governo que possui soberania reconhecida tanto interna como externamente.

[8]As revoluções burguesas acontecem quando a nova estrutura social do século XIX, que concedia papel de destaque aos burgueses, esbarra na luta das monarquias para manterem suas prerrogativas.

[9] Constitucionalismo é como se denomina o movimento social, político e jurídico e até mesmo ideológico, a partir do qual emergem as constituições nacionais. Na transição da monarquia absoluta para o Estado Liberal de Direito (final do século XVIII), os Estados passam a adotar leis fundamentais ou cartas constitucionais, reunindo, em documento escrito, sua organização política, bem como de declaração de direitos dos indivíduos, surgindo o constitucionalismo

impulsionado no século XVII pela Inglaterra, proposta que garante aos cidadãos o exercício dos seus direitos individuais, e coloca o Estado em situação de não os violar. A passagem econômica da Idade Média para a Moderna se deu com o aparecimento do capitalismo comercial[10] e de sua aliança com o rei. Este, diante do progresso comercial e urbano das rotas terrestres e marítimas, não tem dúvidas de que esse deveria ser o caminho, caso pretendesse ser bem sucedido. Essa aliança é um dos componentes dos primórdios do absolutismo na Europa.

> No absolutismo, o constitucionalismo toma força, garantindo o exercício dos direitos pelo cidadão e impedindo que o Estado os viole

No início do século XV, a Europa é essencialmente medieval, mas será moderna ao seu final, e ser moderno é conceber o mundo como inconstante; perde-se o discurso da previsibilidade e da permanência, das respostas absolutas para as questões da existência que ordenam o mundo, oferecidas pela metafísica. No vazio deixado pelo discurso metafísico, surge a razão como o grande substituto de Deus no pensamento do homem moderno, mas não qualquer razão e sim a *razão pura*, de Kant[11]: aquela que não cede às vontades, que não cede aos desejos. A razão, portanto, traz a constância almejada, a certeza buscada. Essa certeza desmorona no segundo pós-guerra, no século XX, após o nazismo (POMPEU).

Com o Renascimento (séculos XV e XVI), há uma retomada do humanismo[12] e dos valores culturais greco-romanos. O sistema feudal começa a ceder território a uma economia na qual o uso da terra perde espaço e floresce a indústria e o comércio; borbulharam os avanços científicos e são estruturadas as bases do mundo como o conhecemos. Copérnico retoma, 1.800 anos depois, as discussões sobre a teoria heliocêntrica e apresenta um modelo matemático preditivo completo, “lançando as bases para a reorganização espiritual e material das sociedades” (MOREIRA *apud* ANDRADE, 2009).

> No vazio deixado pelo discurso metafísico, surge a razão como o grande substituto de Deus no pensamento do homem moderno

---

moderno. O advento do primeiro pós-guerra marca uma profunda alteração na concepção do constitucionalismo liberal: as Constituições de sintéticas passam a analíticas, consagrando nos seus textos os chamados direitos econômicos e sociais; a democracia liberal-econômica dá lugar à democracia social, mediante a intervenção do Estado na ordem econômica e social (como foi a Constituição brasileira de 1934).

[10] Capitalismo comercial, fase em que começam a existir relações de trabalho e produção assalariadas (século XV ao XVIII).

[11] Immanuel Kant (1724 - 1804) foi um filósofo prussiano, geralmente considerado como o último grande filósofo dos princípios da era moderna, indiscutivelmente um dos pensadores mais influentes. Operou na epistemologia, uma síntese entre o Racionalismo continental (de Descartes e Leibniz, onde impera a forma de raciocínio dedutivo), e a tradição empírica inglesa (de Hume, Locke ou Berkeley, que valoriza a indução). É famoso, sobretudo pela elaboração do denominado idealismo transcendental: todos nós trazemos formas e conceitos a priori (aqueles que não vêm da experiência) para a experiência concreta do mundo, os quais seriam de outra forma impossíveis de determinar. A filosofia da natureza e da natureza humana de Kant é historicamente uma das mais determinantes fontes do relativismo conceitual que dominou a vida intelectual do século XX.

[12] Humanismo é a filosofia moral que coloca os humanos como primordiais, numa escala de importância e entende que não pode haver conhecimento nenhum do mundo sobrenatural, se é que tal mundo existe. É uma perspectiva comum a uma grande variedade de posturas éticas que atribuem a maior importância à dignidade, aspirações e capacidades humanas, particularmente a racionalidade.

Enquanto o homem era visto como uma criatura vil pelo pensamento medieval, aqui ele é colocado no centro do universo como um ser imortal. Alguns valores da Igreja são criticados e abandonados, gerando uma crise interna que deságua na Reforma da Igreja Católica. Esta perdia espaço na sociedade com a difusão da teoria do Estado independente[13], de Maquiavel, a recusa dos camponeses de pagarem o dízimo, a decadência moral dos sacerdotes e a corrupção papal. A Revolução Protestante (século XVI) diminui a influência da Igreja em vários países, com a consequente perda de terras nesses domínios.

As principais características da sociedade renascentista europeia que despontam são "o racionalismo[14] (em oposição à fé), o antropocentrismo (em oposição ao teocentrismo) e o individualismo[15] (em oposição ao coletivismo cristão)" (STIGAR). O *racionalismo* é uma doutrina que afirma que tudo é dedutível dos seus princípios, tudo o que existe tem uma causa inteligível, mesmo que não possa ser demonstrado de fato; sustenta a certeza em um conhecimento *a priori*, elaborado somente pela razão.

O racionalismo dos séculos XVII e XVIII influenciará a religião e a ética contemporânea e se constituirá na corrente central do liberalismo[16], um sistema de pensamento do século XIX que viria justificar a ordem burguesa de seu tempo e, ao mesmo tempo, lançar as bases que constroem o mundo atual. O *antropocentrismo* não nega Deus como o criador, mas sim valoriza a pessoa e suas qualidades, antes negadas pelo pensamento medieval. Num contexto contemporâneo, o antropocentrismo designa a corrente de pensamento que justifica as ações humanas de uso indiscriminado do meio ambiente e da vida dos outros seres, entendidos como "itens úteis". O *individualismo* é o pensamento central da passagem do mundo medieval para o moderno. Possibilita a afirmação do indivíduo como princípio e como valor, remontando ao contrato social[17] e às origens do pensamento democrático, e

---

[13] Com a Teoria do Estado Independente, que defende a construção de um Estado independente da Igreja governado de modo autônomo, Maquiavel é considerado um dos incentivadores dos ideais defendidos pelos reformadores. A "autonomização" defendida - a colocação da esfera política à parte da esfera privada – é percebida quando Maquiavel separa a moral individual da moral pública. Assim, mais uma vez o Realismo aparece na teoria de Maquiavel, já que dessa origina a ideia de que nenhum padrão ético é aplicável às relações entre os Estados. Essas relações são governadas apenas pelo poder, a moral não tem influência.

[14] O Racionalismo é uma corrente filosófica que, a partir da definição de raciocínio − a operação mental, discursiva e lógica − a utiliza como uma ou mais proposições para extrair conclusões de verdade, falsa ou provável. O racionalismo afirma que o conhecimento sensível é enganador e a razão é a única fonte de conhecimento válido, pelo menos para Platão (que, na antiguidade, deu inicio ao pensamento racionalista) e para Descartes (considerado o pai da modernidade), que acreditam que há ideias inatas.

[15] Individualismo é um conceito político, moral e social que exprime a afirmação e a liberdade do indivíduo frente a um grupo, à sociedade e ao Estado. Opõe-se, em princípio, a toda forma de autoridade ou controle sobre os indivíduos e coloca-se em oposição ao coletivismo, no que concerne à propriedade. Pode permanecer dentro da sociedade e de organizações que tenham o indivíduo como valor básico, embora as organizações e as sociedades, contraditoriamente, carreguem outros valores, não necessariamente individualistas, o que cria um estado de permanente tensão entre o indivíduo e essas instâncias de vida social.

[16] O Liberalismo é uma doutrina baseada na defesa da liberdade individual, nos campos econômico, político, religioso e intelectual, contra as ingerências e atitudes coercitivas do poder estatal.

[17] Contrato social, ou contratualismo, indica uma classe abrangente de teorias que tentam explicar os caminhos que levam as pessoas a formar Estados e/ou manter a ordem social. Essa noção de contrato traz implícito que as pessoas abrem mão de certos direitos para um governo ou outra autoridade, a fim de obter as vantagens da ordem social. Nesse prisma, o contrato social seria um acordo entre os membros da sociedade, pelo qual reconhecem a autoridade, igualmente sobre todos, de um conjunto de regras, de um regime político ou de governante.

rejeitando o poder político pela vontade divina ou por herança. “Há tendência em se relacionar capitalismo e individualismo bem como socialismo e coletivismo” (DAMASCENO).

O racionalismo dos séculos XVII e XVIII influenciará a religião e a ética contemporânea e se constituirá na corrente central do liberalismo, um sistema de pensamento do século XIX que viria justificar a ordem burguesa de seu tempo e, ao mesmo tempo, lançar as bases que constroem

Essa nova sociedade desloca da Igreja para a ciência o papel de explicar sobre a criação e a vida, submetendo as crenças religiosas e o misticismo ao escrutínio da análise racional. A corrente do pensamento vigente defende a existência de indivíduos livres e autônomos, destacados do todo social; tão valorizados quanto as suas qualidades; dotados de ideias inatas, capazes de decompor o todo em partes e ordená-las de maneira lógica. É fato que boa parte da população da Europa é, então, inculta e continuaria sendo assim por séculos; no entanto, o movimento renascentista é abrangente, não elitista, pois conta com a ampla participação da burguesia. Esta é a oportunidade que os comerciantes burgueses aguardavam não só para enriquecerem, mas também para se rebelarem contra a discriminação a que foram submetidos pelos nobres do medievo, que os deixaram sem outra opção a não ser o comércio num sistema cujas rígidas estruturas funcionavam como barreiras para o desenvolvimento dos negócios. Eles lutam também contra o posicionamento da Igreja, que proibia a usura e pregava a venda de produtos por preço justo. As inovações na navegação e a conquista de novas terras – como o Brasil – iriam repercutir na política, na economia e na sociedade europeia.

Entre os séculos XVI e XVII, o Brasil sofre invasões, vê fracassar a proposta das capitanias hereditárias e testemunha o surgimento do Governo-Geral. Os colonizadores combatem ferozmente os indígenas rebeldes – apoiados na catequização conduzida pelos jesuítas –; aumentam a produção agrícola; defendem o território e procuram por jazidas de ouro e prata. Surgem também as câmaras municipais, órgãos políticos compostos pelos “homens-bons”, que eram os ricos proprietários que definiam os rumos políticos das vilas e cidades. O povo não pode participar da vida pública. Inúmeras revoltas acontecem, mas nem sempre visando a independência de Portugal, mas sim com fundo econômico, em função da opressão representada pela metrópole.

> No período colonial, a cultura religiosa foi utilizada [no Brasil] como um importante instrumento de colonização, posto que, a Ordem dos Jesuítas, com sua filosofia universalista e escolástica, durante três séculos exerceu o monopólio sobre a educação, o pensamento culto e a produção artística que no país à época se desenvolveram, introduzindo paralelamente um sistema misto de exploração do trabalho indígena que, combinado com o ensino religioso, agiu de modo a aniquilar gradativamente a cultura nativa, submetendo as populações escravas e

> distinguindo drasticamente as camadas cultas daquelas que realizavam o trabalho braçal. (COSTA, 2006)

Por volta do século XVII, o Iluminismo surge na Europa com a proposta de varrer de vez a tutela a que o homem havia imposto a si mesmo. Informa-nos PACIEVITCH (2008) que o Iluminismo "foi um movimento global, ou seja, filosófico, político, social, econômico e cultural, que defendia o uso da razão como o melhor caminho para se alcançar a liberdade, a autonomia e a emancipação. [...Os iluministas] defendiam a criação de escolas para que o povo fosse educado e a liberdade religiosa." Se na Renascença a Europa Ocidental recuperou a cultura clássica greco-romana, naquele século ela a supera, colocando-se na dianteira mundial em termos de produção científica. É a época de Isaac Newton e da Lei da Gravidade, que regia todos os corpos em todo o universo, decisiva para eliminar a crença de que a Terra e os demais corpos celestes eram sustentados pela ação divina. Essa descoberta, juntamente com o heliocentrismo de Copérnico (1473-1543), o método experimental de Francis Bacon (1561-1626), a luneta de Galileu Galilei (1564-1642), e a pesquisa sobre a órbita elíptica, por Kepler (1571-1630), dessacralizam de vez a natureza.

"A conjuntura aponta, cada vez mais, para a desvalorização de qualquer discurso metafísico, pois a alma, a verdade, a justiça, o ser, entre outras temáticas que estão além da natureza-matemático-mecânica não são mensuráveis nem verificáveis. A natureza foi reduzida a um conjunto de entes geométricos cognoscíveis e matematizáveis" (MOREIRA apud ANDRADE, 2009). Nasce a dicotomia entre homem e natureza: aquele passa a ser assunto da metafísica e, esta, da ciência.

> A nova natureza, essa grande máquina à qual a ciência visa controlar em benefício do homem, apresenta o próprio homem como mais uma peça da engrenagem, no sentido de produzir, de retirar da natureza, transformar e obter vantagens econômicas. Evidencia-se o vínculo da ciência com o projeto histórico de construção técnica do capitalismo. (MOREIRA apud ANDRADE, 2009)

Com apogeu no século XVIII — o *século das luzes* —, o conjunto de pensamentos Iluministas choca-se com o Estado absoluto e com a Igreja, nega os privilégios da nobreza, e propõe *liberdade, igualdade e fraternidade,* transformando as relações entre governados e governantes, entre classes dirigidas e dirigentes e também as relações dos cidadãos entre si. No plano político, os iluministas rejeitam o autoritarismo dos reis absolutistas, argumentando que todos os homens são igualmente dotados da razão e só a ela devem obedecer.

No Renascimento, as descobertas científicas dessacralizam de vez a Natureza. Esta, por sua vez, é reduzida a um conjunto de entes geométricos cognoscíveis e matematizáveis

O papado, depois da moralização interna, retoma parte do poder que detinha na Idade Média. Expandem-se os direitos civis e uma onda de emancipação nacional varre o mundo: os Estados Unidos da América, a Grécia e os Bálcãs lutam pela independência; a França e a Rússia enfrentam revoluções; no Brasil, ocorre a Inconfidência Mineira e a

Conjuração Baiana. Na Inglaterra, tem início a primeira Revolução Industrial, por volta de 1780, empreendendo uma reviravolta no processo produtivo e trazendo para o centro do palco “a mentalidade econômica de empresários, consumidores, operários e patrões, com mudanças que são sentidas até nos dias de hoje” (SOUSA).

Facilita esse processo a Revolução Protestante que preparou terreno nos países protestantes para receberem as novas tecnologias – os que ainda estavam sob o monopólio da Igreja Católica demoraram mais para se modernizar. Em nome do progresso, fica explícito o comprometimento da ciência com a exploração da Natureza, esta sendo entendida como *inventário de recursos* (MOREIRA apud ANDRADE, 2009).

O século XVIII, no Brasil, entrou para a História como o *século do ouro,* metal esse que tem livre exportação autorizada pela Coroa, mas é tributado no valor de um quinto da produção. A mineração provoca grandes transformações na sociedade colonial, possibilitando o surgimento de classes intermediárias e de “ocupações novas: comerciantes, artífices, criadores de animais, funcionários da administração que controlavam a extração de minérios e sua exportação, e outras.” (COSTA, 2006). Com o objetivo de manter a dependência da colônia e preservar os lucros do comércio, Portugal proíbe qualquer tipo de indústria em solo brasileiro. Com a exploração das minas, delineia-se um novo perfil social, com o surgimento das classes intermediárias representadas por novas ocupações, tais como: artífices, comerciantes, criadores de animais, funcionários da administração. A população livre passa a ser mais numerosa que a escrava.

> Essa camada intermediária livre e sem propriedades, torna-se consumidora da erudição e cultura européia, tentando distinguir-se tanto do escravo inculto como da elite colonial conservadora, contando para tanto, com o ensino praticado pelas ordens religiosas - caráter progressivo [...] no que tange ao campo científico, a produção mostra-se ainda muito pequena, predominando por sua vez, ainda o saber erudito, voltado para os estudos jurídicos. (COSTA, 2006)

Durante muito tempo, a matriz energética adotada pelo homem foi a disponibilizada pela natureza: água, vento e queima de madeira, o que exterminou as florestas europeias. Com a Revolução Industrial e a invenção da máquina a vapor, do tear mecânico e das locomotivas, o carvão mineral passa a ser a principal fonte de energia – fonte essa não renovável e poluente. Nas sociedades industriais, o mundo do trabalho se dissocia do doméstico, as famílias multigeracionais cedem espaço para a família nuclear (pai, mãe e filhos) e, mesmo com a manutenção do poder patriarcal na família, a mulher das camadas populares é submetida ao trabalho fabril.

> Nos séculos XVIII e XIX o abandono do lar pelas mães que trabalhavam nas fábricas levou a sérias consequências para a vida das crianças. A desestruturação dos laços familiares, das camadas trabalhadoras e os vícios decorrentes do ambiente de trabalho promíscuo fazem crescer os conflitos sociais. (COSTA, 2006)

Esses conflitos compreendem, também, a luta entre homens e mulheres, que permeia todo o processo de revolução industrial. Como os salários pagos às mulheres são inferiores aos dos homens, aquelas eram empregadas no lugar destes, em momentos de crise. Com isso, são acusadas de roubarem os postos de trabalho masculinos. Assim, a luta contra o sistema capitalista de produção recebe também tintas da questão de gênero, que "colocava-se como um ponto de impasse na consciência de classe do trabalhador" (COSTA).

O sociólogo francês Fraçois de Singly (apud MACHADO, 2001) nos informa sobre as mudanças que a família

> Conheceu e conhece ao longo da segunda metade do século XX – sobretudo nos países ocidentais: o decréscimo dos casamentos, das famílias numerosas, o crescimento das concubinagens; dos divórcios; das famílias pequenas; das famílias monoparentais; recompostas; do trabalho assalariado das mulheres.

Convencionou-se entender o ano de 1789 como o fechamento simbólico da Idade Moderna. É o ano da eclosão da Revolução Francesa[18] e também da eleição do primeiro presidente dos Estados Unidos da América, a primeira grande nação com um governo democrático[19]. Estes dois acontecimentos, juntamente com a Revolução Industrial, formam o que Karl Marx chamou de "Revoluções Burguesas", responsáveis pela crise do Antigo Regime[20], na passagem do capitalismo comercial para o industrial[21] (PAIVA, 2010). Tem início a Idade Contemporânea: um tempo histórico em aberto.

> Em 1789 se encerra a Idade Moderna e tem início a Idade Contemporânea, um tempo histórico em aberto. Nos seus primórdios, são três as correntes de pensamento: Iluminismo, Nacionalismo e Socialismo

São três as correntes de pensamento dos seus primórdios: Iluminismo, Nacionalismo e Socialismo. O *Iluminismo* é um conjunto de ideias progressistas e liberais que levaram à Revolução de 1789 e permanecem como influência definitiva na filosofia ocidental, sendo entendido por alguns como o berço do liberalismo, corrente de pensamento do século XIX. Busca a felicidade, a justiça e a igualdade, baseando-se em ideias empiristas, racionalistas, naturalistas-materialistas, ao sabor dos avanços nas ciências naturais. "Com referência ao pensamento, o iluminismo, que

---

18 Revolução Francesa é o nome dado ao conjunto de acontecimentos que, entre 5 de maio de 1789 e 9 de novembro de 1799, alteraram o quadro político e social da França.Ela começa com a convocação dos Estados Gerais e a Queda da Bastilha e se encerra com o golpe de estado do 18 Brumário de Napoleão Bonaparte. Em causa estavam o Antigo Regime e os privilégios do clero e da nobreza. Foi influenciada pelos ideais do Iluminismo e da Independência Americana (1776). Está entre as maiores Revoluções da história da humanidade.

19 Forma de organização política usual das sociedades burguesas do capitalismo, construída sobre a ideologia liberal.

20 "Antigo Regime" é a forma pejorativa com a qual os Iluministas se referem ao Absolutismo. Na História, é sinônimo de monarquia absolutista.

21 O Capitalismo industrial surgiu na Inglaterra, com a Revolução Industrial. A acumulação de capital começou a se concentrar em grandes produções e o capital passou a dominar o processo de distribuição e consumo de mercadorias. O trabalho assalariado instalou-se definitivamente (século XVIII a XX).

imperou incontestado no século XVIII, mostra os seus limites no início do século XIX e começa a ceder o lugar àquelas instâncias espirituais que ele tinha ignorado ou reprimido. [...] exalta-se o que há de irracional e de espontâneo no espírito humano, a imediação e o poder dos sentimentos e a força da tradição, valores estes que tinham sido renegados pelo iluminismo" (DIÁLOGO, 2008). Por sua vez, o liberalismo econômico[22] influencia o desenvolvimento do capitalismo nos séculos XIX e XX. Ele é o resultado de uma teoria de Adam Smith[23] a qual se expande pela Europa após a Revolução Francesa, propondo liberdade de comercialização e produção e a formação de governos representativos e constitucionais, com a garantia do pensamento e da propriedade.

O indivíduo deixa de ser uma ilha e passa a sentir-se parte de um grande organismo a nação, o povo, a pátria –, e a sua ambição deve ser a de contribuir para a realização dos destinos de seu país. "A doutrina nacionalista coloca a defesa da nação acima de outras experiências e instituições tais como o Estado, a Igreja, o partido político ou o sindicato." (SOUSA) O *nacionalismo* desperta nos europeus o desejo de lutar pela unificação de seus países, a busca de nações soberanas e apoia ações imperialistas, neocolonialistas, de dominação de outros países pelas potências da Europa Ocidental, porque o nacionalismo ali observado é o *étnico* e não o *cívico.* Este "é baseado na concepção política de cidadania, independentemente de raça, religião, língua, etnia e até local de origem" (NASCIMENTO, 1996, apud RORIZ, 2010), e aquele privilegia a conquista da liderança, fato gerador de conflitos e instigador do racismo, conduzindo a uma cisão social (MARTINS, 2010). Fala-se em xenofobia quando o nacionalismo étnico se volta contra imigrantes, geralmente oriundos de países pobres ou em desenvolvimento – *"os novos bárbaros do Sul",* de CROCETTI –, que se movem pelo mundo em busca de emprego e um futuro. O *socialismo científico*[24] completa a tríade da corrente de pensamentos, tratando da luta de classes e da necessidade de uma revolução do proletariado contra o modo de produção capitalista, varrendo com uma

[22] O liberalismo econômico é uma teoria que prega total liberdade econômica para que a iniciativa privada pudesse se desenvolver, sem a intervenção do Estado. A livre concorrência entre os empresários regularia o mercado, provocando a queda de preços e as inovações tecnológicas necessárias para melhorar a qualidade dos produtos e aumentar o ritmo de produção. Essas ideias tiveram uma grande influência na burguesia europeia do século XVIII, pois atacavam a política econômica mercantilista promovida pelos reis absolutistas, além de contestar o regime de direitos feudais que ainda persistia em muitas regiões rurais da Europa. A teoria de Adam Smith foi de fundamental importância para o desenvolvimento do capitalismo nos séculos XIX e XX.

[23] Adam Smith – filósofo e economista escocês do século XVIII – é considerado o pai da Economia Moderna. Para ele, o homem está vocacionado para tratar de si próprio, o que lhe interessa é somente o melhorar da sua posição. Afirma que somos guiados pelo nosso interesse pessoal e também pelo juízo que os outros fazem das nossas ações. Acaba por concluir que os comportamentos são iguais, isto é uma primeira base daquilo que é conhecido como a microeconomia. A desigualdade é vista como um incentivo ao trabalho e ao enriquecimento (logicamente os pobres querem ficar ricos e atingir o nível das classes ricas e mais beneficiadas), sendo uma condição fundamental para que as pessoas se mexam e tentem atingir níveis melhores de vida.

[24] O Socialismo científico ou Socialismo marxista representou o mais bem-sucedido conjunto de ideias destinadas a explicar os mecanismos da exploração capitalista, propor aos trabalhadores um projeto de luta coerente e possível e indicar a superação futura das desigualdades, pela construção de uma sociedade mais justa, processo tido como inevitável. Os princípios básicos que fundamentam o socialismo marxista podem ser sintetizados em quatro teorias centrais: a teoria da mais-valia, onde se demonstra a maneira pela qual o trabalhador é explorado na produção capitalista; a teoria do materialismo histórico, onde se evidencia que os acontecimentos históricos são determinados pelas condições materiais (econômicas) da sociedade; a teoria da luta de classes, onde se afirma que a história da sociedade humana é a história da luta de classes, ou do conflito permanente entre exploradores e explorados; a teoria do materialismo dialético, onde se pode perceber o método utilizado por Marx e Engels para compreender a dinâmica das transformações históricas.

"maré vermelha" parte da Europa, com crueis demonstrações de força bruta (VINICIUS).

Na Idade Contemporânea é elevada a importância da razão; e o positivismo[25] embala a crença de que a ciência descobriria soluções, em moto contínuo, provocando o progresso ininterrupto da humanidade. Se Deus outrora fora o centro de todas as coisas, agora era a ciência; exalta-se a imparcialidade e é desprezado o subjetivismo, inclusive na literatura e na pintura. A razão sobrepõe-se às crendices e a reflexão coloca-se acima dos dogmas (CÂNDIDO). O processo de urbanização se intensifica em todo o mundo; a comunicação é facilitada em virtude da concentração de pessoas; os fatos históricos se avolumam e torna-se complicada a tarefa de acompanhá-los.

No início do século XIX, a corte portuguesa se transfere para o Brasil, o que resulta em uma guinada econômica para a colônia. Os portos brasileiros são abertos às nações amigas, desviando de Portugal para cá o movimento de importação e exportação; e também nos é concedida permissão para o funcionamento de fábricas e manufaturas. "É introduzida na colônia a cultura portuguesa da época, resultante das influências do humanismo neoclassista francês e da produção cultural da Universidade de Coimbra." (COSTA, 2006)

> A nova empresa brasileira era sustentada por quatro pilares, a saber: escravista, que garantia o empreendimento colonial; jesuítica, que permitia o amansamento dos índios em suas reduções; dos banqueiros, armadores, portuários e intermediários comerciais e daqueles que produziam os gêneros de subsistência, que sustentava todos os outros e incorporavam os mestiços. (RIBEIRO)

No final desse século, já em um país independente de Portugal, intensificam-se as experiências de substituir a mão de obra escrava por estrangeiros, aproveitando o avanço do movimento imigratório para o Brasil.

> Somente após 1870, sob pressão do que ocorria na Europa, que significativas mudanças irrompem na sociedade brasileira, mudanças essas que fundidas a ciclos econômicos decadentes, provocaram a emergência do pensamento crítico que passa a ser apresentado de forma incisiva tanto na criação literária quanto na crítica social. É de grande importância para o desenvolvimento do pensamento sociológico brasileiro o desenvolvimento do capitalismo no país. (COSTA, 2006)

Na Europa do século XIX

> A primazia da industrialização inglesa empalidece em meio a um forte desenvolvimento do Velho Continente, com o advento da segunda Revolução Industrial. A mecanização exerce fascínio sobre a sociedade da época e

[25] Positivismo é o conjunto de correntes da filosofia da ciência que se caracterizam sobretudo pelo cientificismo, pela forte recusa da metafísica e pelo empirismo, sendo-lhes próprio a ênfase do papel da verificação e da observação na ciência e a rejeição da existência das entidades teóricas ou não observáveis

> representam um ideal de eficiência que deve ser imitado, o que desaguou em sistemas de produção mecânica, destacando-se valores como padronização, regularidade, passividade e controle. (FERREIRA *et. al*., 2008, p.33-34)

Com a invenção do motor de combustão interna, o petróleo passa a integrar a matriz energética, juntamente com a energia elétrica, no final do século XIX, sendo que o ouro negro é poluente e não renovável, além de fator gerador de conflitos entre países. A industrialização altera profundamente a vida na Europa, nos Estados Unidos e no Japão.

> A Era Industrial trouxe consigo não apenas máquinas e medicamentos, mas também estímulos à migração do campo para a cidade. As pessoas passaram a comprar cada vez mais o que precisavam, em vez de produzir e fabricar. [...] Um número maior de mulheres ingressou no mercado de trabalho, reduzindo o número de filhos que as famílias queriam ou podiam dar-se ao luxo de ter. [...] Em lugar de populações pobres, pequenas, prolíficas e propensas à morte, surgiram populações numerosas, ricas e longevas, com poucos filhos. (SMITH, 2010, p.10)

O Liberalismo, formulado no século XVII a partir dos trabalhos de John Locke[26], difunde-se mais no século XIX, época em que se verifica uma abissal distância econômica entre pobres e ricos na Europa. O pensamento liberal trata-se de "uma filosofia ou um conjunto de filosofias que defendeu a existência de um Estado laico *e* não-intervencionista" (OLIVIERI). A não intervenção não se restringe ao campo religioso, mas estende os seus tentáculos na economia, em oposição às monarquias absolutistas, defendendo o lucro e a livre-iniciativa. Separa o público do privado e o Estado do indivíduo. Fortalece o Parlamento, ao indicar a criação de instituições para dar voz ao cidadão, e abre a este o poder de escolha, por voto, de seu representante parlamentar – como soi acontecer nas democracias representativas. "A consciência liberal é marcada pela valorização do princípio da legalidade: ninguém – nem o governante – pode se colocar acima da lei" (OLIVIEIRI). O racionalismo é a corrente central no pensamento liberal.

Na década de 30 do século XX, quando o mundo liberal entra em profunda crise e as relações econômicas internacionais mostram suas contradições mais agudas, é que irrompe no Brasil a sociologia como atividade autônoma, voltada para o conhecimento sistemático e metódico da sociedade (COSTA, 2006). Esses estudos terminam por detectar o resultado da colonização barroca[27] praticada pelos ibéricos: um povo diferenciado, com uma estrutura social inédita, resultado da mistura de raças — dos índios, considerados fúteis e improdutivos; com os colonos, tidos como afoitos; e os escravos africanos, fazendo surgir "um novo gênero humano", mestiço na carne e na alma, segundo o entendimento de Darcy Ribeiro. Essas matrizes étnicas dão origem

[26] John Locke (1632-1704) filósofo inglês e ideólogo do liberalismo, sendo considerado o principal representante do empirismo britânico e um dos principais teóricos do contrato social.

[27] O estilo de colonização dos ibéricos foi chamado de barroco. Ele se baseava no lucro e na riqueza, na opressão e na mistura com o povo local, na supressão das etnias locais discrepantes com o seu modo de ser e da implantação na colônia do seu modo de vida. Tudo sustentado pela força da igreja.

aos neobrasileiros, indivíduos fortemente rejeitados, por não serem índios nem portugueses. “Na busca de identidade [pelos neobrasileiros], só nasceu o sentimento de nativismo com a indiferenciação da cor entre eles.” (RIBEIRO) Atualmente, de acordo com Darcy RIBEIRO, as semelhanças são em maior número que as diferenças.

> Esse estilo de colonização [barroca] fomentou a estruturação econômica e social do nosso povo em três planos: associativo: pela escravatura, pela estrutura sócio-política; adaptativo: pela tecnologia que se implantava, pelo engenho, pela introdução da pastagem de gado; ideológico: pela igreja, pela língua nova que era trazida ao Brasil. ‘(RIBEIRO)

A singular formação socioeconômica do nosso povo foi “fundada num tipo renovado de escravismo e numa servidão continuada ao mercado mundial. Novo, inclusive, pela inverossímil alegria e espantosa vontade de felicidade, num povo tão sacrificado, que alenta e comove a todos os brasileiros.” (RIBEIRO, apud PEREIRA).

O capitalismo financeiro[28] se consolida no século XX, com a acirrada disputa das grandes potências por mercados consumidores, matérias-primas e mão de obra baratas, busca essa que culminaria com a Primeira Grande Guerra. Cai por terra a ideia de que o homem vivia no melhor dos mundos. Uma guerra envolvendo os países mais desenvolvidos expõe o fato de que problemas profundos existiam, e a incerteza se instala. O desenvolvimento tecnológico que se pensava existir para criar conforto e estabilidade, é utilizado no campo de batalha em uma peleja que desumaniza o inimigo. O combate corpo a corpo cede espaço para a matança em massa, a distância ceifando milhares de vidas e despertando medo e insegurança. É o outono do otimismo acalentado por séculos, embora já em meados do século XIX vozes “proféticas” como a dos filósofos Maistre (1753-1821), Schopenhauer (1788-1860) e Nietzsche (1844-1900) proclamassem seu pessimismo em relação à humanidade, seus instintos, interesses particulares, corrupção e individuação (CÂNDIDO). Os países vencedores desse conflito armado radicalizam o sentimento nacionalista – inclusive devido à possibilidade do avanço comunista –, e exacerbam o comportamento colonialista. Eles sentem repúdio por aqueles que impedem o seu crescimento, e incentivam a implantação de governos totalitários e militaristas.

O pano de fundo desse quadro é o discurso imperialista, ou neocolonialista: a crença europeia de que o seu estilo de vida é o melhor para o homem e que aquele que vive fora de seus domínios geográficos é incivilizado, não evoluído e, portanto, explorável pelo “homem branco” (SOUSA). Na realidade, o que se vê é uma adaptação indevida da teoria da

> Após a I Guerra Mundial, o sentimento nacionalista e o comportamento colonialista se exacerbam. Governos totalitários e militaristas são incentivados.

[28] Capitalismo financeiro é a base do capitalismo em que se vê grande quantidade de concentração financeira, grandes movimentos e sistemas bancários dominaram o mercado. É o sistema predominante nos dias atuais para os países que adotam o capitalismo como sistema econômico.

evolução de Darwin à realidade social[29], para explicar a pobreza pós-revolução industrial. A explicação corrente seria que os países que estavam pobres eram os menos aptos e, por outro lado, os que evoluíram economicamente seriam os mais preparados para sobreviverem e, por isso, os mais evoluídos.

A Segunda Grande Guerra viria menos de duas décadas depois da Primeira, posto que esta foi fonte pulsátil de conflitos irreconciliáveis, especialmente no seio do povo ariano. Este reage com forte sentimento nacionalista contra o Tratado de Versailles[30], abrindo espaço para o totalitarismo nazi-fascista. Hitler se transforma no messias e líder da "raça superior" perante os olhos de uma Alemanha extremamente racionalista, e arrasta a maioria das nações do mundo para o campo de batalha. A crise da razão se estabelece. É preciso um grande acontecimento, um grande trauma coletivo para sacudir um país e levar seus cidadãos a mudarem a forma de ver o mundo, e o nazismo foi esse fato. Coincide com esta Guerra o crescimento da força de trabalho feminino no mercado, sendo o século XX marcado pela luta organizada das mulheres em defesa de seus direitos e na construção de novos valores sociais (COSTA). As duas guerras mundiais e a grande recessão de 1929 desestabilizaram a Inglaterra, que perde a hegemonia para os Estados Unidos, numa nova fase do capitalismo conhecida como *capitalismo financeiro,* que trouxe modificações na Divisão Internacional do Trabalho.

A II Guerra Mundial leva mais mulheres para o mercado de trabalho. Elas também lutam por seus direitos e por novos valores sociais

Em virtude do financiamento que os países industrializados passam a fazer nos países em desenvolvimento, assim como da instalação de filiais de grandes empresas em seus territórios, estes passam também a comercializar produtos industrializados. O que atrai as empresas é a mão de obra barata e os custos de proteção ambiental que, quando existem, são baixos, barateando a produção e ampliando o mercado e os lucros (CHAVES, 2004). Após o término da II Grande Guerra tem início a disputa da hegemonia política, econômica e militar do mundo, entre a União Soviética (socialista, com igualdade social, partido único e

[29] Darwinismo Social: quando os pensadores sociais começaram a transferir os conceitos de evolução e adaptação de Darwin para a compreensão das civilizações e demais práticas sociais, nasceu a ideia de que algumas sociedades e civilizações eram dotadas de valores que as colocavam em condição superior às demais. Na prática, essa afirmativa acaba sugerindo que a cultura e a tecnologia dos europeus eram provas vivas de que seus integrantes ocupavam o topo da civilização e da evolução humana. Em contrapartida, povos de outras regiões (como África e Ásia) não compartilhavam das mesmas capacidades e, por tal razão, estariam em uma situação inferior ou mais próxima das sociedades primitivas. A divulgação dessas teorias serviu como base de sustentação para que as grandes potências capitalistas promovessem o neocolonialismo no espaço afro-asiático. Em suma, a ocupação desses lugares era colocada como uma benfeitoria, uma oportunidade de tirar aquelas sociedades de seu estado "primitivo". De fato, o darwinismo social criou métodos de compreensão da cultura impregnados de equívocos e preconceitos (SOUSA).

[30] Em 28 de junho de 1919, os alemães, agora solapados pelo fracasso na Primeira Grande Guerra, voltaram a Versailles para assumir toda a culpa pelas hostilidades militares e para mostrar sua disposição em reparar territorial e financeiramente todo o estrago causado em quatro anos de batalhas. Humilhados, também concordaram em ter sua brilhante máquina de guerra desmobilizada e seu exército tosado e marginalizado, limitado em número e amansado pelos inimigos. Assinado por vencedores e vencidos, o Tratado de Versalhes decreta oficialmente o final da guerra – mas não o término do vexame germânico (VEJA, *A Paz, em termos)*

economia planificada) e os Estados Unidos (democrata, com sistema capitalista e economia de mercado). Esse embate no campo das ideias passou para a História como *Guerra Fria*[31] e se arrastou até 1989, com a queda da "cortina de ferro" em Berlim. O segundo pós-guerra também apontou a necessidade de restauração da Europa, fazendo surgir o modelo de Estado de Bem-Estar, que se estende para outros países e chega ao auge na década de 1960.

No segundo pós-guerra, a necessidade de restaurar a Europa faz surgir o modelo de Estado de Bem-Estar. Nesse período também tem início o embate no campo das ideias entre o socialismo e a democracia capitalista: a Guerra Fria

A proposta era a de intervir fortemente na área econômica, regulamentando quase todas as atividades produtivas. O Estado toma para si a responsabilidade de gerar riquezas e agir para a diminuição das desigualdades sociais, como fizeram os Estados Unidos no enfrentamento da Grande Depressão de 1929 (CANCIAN). Isto torna mais crítico o antagonismo entre mercado e Estado, e provoca tanto a crise contemporânea do capitalismo tardio[32] quanto a reação neoliberal.

A década de 1940 encontra um Brasil rural, enfrentando dificuldades na exportação de itens do agro-negócio, mas buscando fortalecer a siderurgia e a exploração de petróleo, para diminuir a importação desses produtos. Os primeiros esforços importantes para a industrialização brasileira têm início no Império e tomam impulso durante o Estado Novo[33], época em que caminham para tornar as indústrias o carro-chefe da economia do país, na segunda metade do século. É então que, com o aporte de capital estrangeiro e os incentivos fiscais para o investimento nacional, são implantadas indústrias de bens duráveis, implementos agrícolas e construção naval, dentre outras. Com a consolidação do processo de industrialização, a fisionomia do país se altera.

---

[31] A Guerra Fria não gerou embate militar direto entre os EUA e a antiga URSS, ambos países dotados de poderio atômico, o que poderia significar o fim da vida no Planeta, mas incentivou conflitos em outros países, como Coreia e Vietnã. As duas potências espalharam exércitos e armamento em seus territórios e em países aliados. Surgiram dois blocos militares, para defender os países membros: a OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte (Estados Unidos, Canadá, Itália, Inglaterra, Alemanha Ocidental, França, Suécia, Espanha, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Áustria e Grécia) e o Pacto de Varsóvia (URSS, Cuba, China, Coreia do Norte, Romênia, Alemanha Oriental, Albânia, Tchecoslováquia e Polônia).

[32] "Capitalismo tardio" é uma expressão cunhada por Ernest Mandel logo depois da crise de 1929, mas que hibernou até a época da reconstrução pós-guerra, em 1946 e ressurgiu com força em 1972. Tem como elementos distintivos a expansão das grandes corporações multinacionais, a globalização dos mercados e do trabalho, o consumo de massa e a intensificação dos fluxos internacionais do capital. Seria mais propriamente uma crise de reprodução do capital do que um estágio de desenvolvimento, uma vez que o crescimento do consumo (e, portanto, da produção) tornar-se-ia insustentável pela exaustão dos recursos naturais. O estágio tardio teria entre suas principais características, uma enorme expansão da capacidade produtiva, com base no desenvolvimento tecnológico, resultando em superprodução, porém, com redução do emprego industrial (fenômeno por vezes confundido com "desindustrialização") mediante transferência de postos de trabalho para o setor terciário (terceirização das atividades de apoio, não diretamente ligadas à produção industrial) e precarização do emprego, deslocando-se o centro de gravidade da produção social da indústria para os serviços ("terceirização" da economia).

[33] Estado Novo é o nome do regime político centralizado e autoritário brasileiro, fundado por Getúlio Vargas, em 1937, que durou até 1945.

O êxodo rural observado inverte a distribuição da população entre as áreas rurais e urbanas e gera a metropolização – especialmente da Região Sudeste. Chega ao país, dessa forma, o movimento pelo qual a Europa Ocidental passou a partir do século XVIII.

Foi também no Império que se reconheceu a importância da educação da população feminina do Brasil, até então relegada ao segundo plano. Com o século XX, o papel social das mulheres se amplia e diversifica, na esteira do seu reconhecimento como eleitoras, do desenvolvimento do sistema capitalista e do advento das duas Grandes Guerras. A sua inserção no mercado de trabalho é demandada, mas acontece à sombra da discriminação, da diferença salarial em relação aos homens, das longas jornadas diárias e da ideologia patriarcal das Ordenações Filipinas[34], que rezavam terem as mulheres “fraqueza de entendimento” (PROBST). A despeito do contexto adverso, conquistam cada vez mais espaço no mundo externo às paredes do lar, mas não fazem isso só por desafio ou por satisfação pessoal. Com base no Censo Demográfico de 2000, o IBGE apurou que, na média, 24,9% dos lares no país têm a mulher como responsável pela manutenção da família – eram 18,1% na década anterior. Isso significa que a família nuclear – marido, esposa e filhos –, comum até meados do século XX, cede espaço para essa nova configuração, monoparental: mãe e filhos.

O pano de fundo desta questão é a oposição *individualismo X valor de famíli*a: o peso que o mundo Ocidental confere ao individualismo produziu inequívocos efeitos na família como princípio social balizador. Na moralidade individualista moderna o indivíduo não é possuído por sua família: é dono de si mesmo e pode dispor de sua força de trabalho individualmente num mercado de homens livres. Essa ideologia tornou impossível a convivência com a escravidão (DaMATTA, 1984, p.45). A individualização consolidou as sociedades de direitos individuais e os Estados de Bem-Estar. Mas não no Brasil. Nosso paradigma cultural é diferente do europeu e norte-americano. Aqui não se alcançou o Estado de Bem-Estar, tampouco se generalizaram os direitos dos cidadãos. O Estado não consegue estar presente em todas as frentes como seria o desejável, abrindo espaço para que apareça o moralismo dos núcleos evangélicos, como elemento de coesão social. A alternativa a esse freio fundamentalista, restritivo e alienante, são as drogas – lícitas ou não.

As crianças parecem ser vítimas involuntárias de duas enormes forças à solta no mundo: uma econômica, a outra tecnológica. Premidos pela competitividade de um mundo globalizado, os pais estão trabalhando mais que os seus próprios pais trabalharam, para manterem o padrão de vida, restando quase nenhum tempo livre para os filhos. As famílias pequenas, com poucos parentes para dar assistência, resulta na criação de crianças e jovens diante de um monitor de TV, sem interação com as pessoas. Isso compromete o desenvolvimento emocional deles e as notícias falam por si: crescem os índices de homicídio, suicídio e estupro entre adolescentes em todas as

[34] Compilação jurídica confirmada por D.João IV e que se constituiu na base do direito português desde que foi sancionada, em 1595, sendo que muitas disposições tiveram vigência no Brasil até o advento do Código Civil de 1916.

nações desenvolvidas (GOLEMAN, apud GRIFFITHS, 2001, p.204-205). Qual futuro esperar da instabilidade incendiária gerada pela interação entre a mudança tecnológica e as estranhas formas de conduta humana? (GOULD apud GRIFFITHS, 2001, p.216).

Com o desgaste do Estado do Bem-Estar Social, em finais da década de 1970, o aumento insustentável do déficit, a crise do petróleo e a retração do mercado, os Estados Unidos e a Inglaterra decidem voltar ao não-intervencionismo do Estado. Optam, então, pela adoção do neoliberalismo[35], numa tentativa desesperada de "remercadorizar" suas economias.

Nascidos em famílias pequenas, com ambos os pais no mercado de trabalho, os jovens do século XX crescem sozinhos, comprometendo seu desenvolvimento emocional

Ao seguir a cartilha neoliberal, o Estado capitalista abre mão dos gastos sociais e passa a investir em armamentos de ponta, enviando a conta da "defesa do mundo livre" aos países mais pobres e aos em desenvolvimento. Na década de 1980, o atraso econômico e a crise nas repúblicas soviéticas aceleram a crise do socialismo.

Em finais da década de 1970, o Estado de Bem-Estar está desgastado, o mundo vive a crise de petróleo, o déficit aumenta muito e o mercado se retrai. Os Estados Unidos e a Inglaterra decidem voltar ao não-intervencionismo, e adotam o neoliberalismo

Os Estados socialistas percebem que não conseguem manter a intervenção estatal na economia, porque perdem competitividade no mercado mundial. Assim, "são abandonadas as metas cooperativistas e também passam a se pautar pela mais rapinante competitividade" (CHAVES, 2004).

Cai o muro de Berlim, a União Soviética capitula, adere ao capitalismo, os Estados Unidos passam a ser a única superpotência mundial e o pensamento é reduzido à condição de unidimensional. Sem a coesão ideológica do socialismo, a União Soviética, a Iugoslávia e a Tchecoslováquia se fragmentam; somente a Alemanha se reunifica, ampliando sobremaneira a xenofobia e o racismo (CHAVES, 2004). Ato contínuo, o capitalismo entra em uma fase de euforia e fica "selvagem", liquidando o sistema de segurança social: o trabalhador perde regalias, o desemprego cresce; as empresas transnacionais buscam países nos quais as pessoas não têm direitos trabalhistas; é

[35] O neoliberalismo é um conjunto de idéias políticas e econômicas que ostenta um receituário onde figuram, dentre outras medidas: pequena intervenção do Estado no mercado de trabalho; privatização de empresas estatais; livre circulação de capitais; ênfase na globalização; abertura da economia para a entrada de multinacionais; medidas contra o protecionismo; estado mínimo. O Estado neoliberal não é assistencialista, tão-somente provendo o cenário propício para que a sociedade se organize nesse sentido.

explorada a mão de obra imigrante. No melhor estilo roleta russa de cassino, a especulação toma impulso até contaminar todo o mercado financeiro internacional, e as falências se sucedem, umas após as outras, como peças de dominó. A recessão marca presença em praticamente todas as nações desenvolvidas, no início do século XXI. “Esta crise, como sempre, não é paga pelos causadores dela, mas pelas suas vítimas” (COSTA, 2008).

O capitalismo e a ordem econômica em crise dão mostras de exaustão; o socialismo “foi submerso no mar das utopias” (COSTA, 2008); e o comunismo soviético faliu. A ascensão do fundamentalismo é um indicador seguro de insatisfação com a atual ordem religiosa. As aparências sinalizam que o mundo contemporâneo está em uma encruzilhada. A era axial de Karl Jaspers tem muitos paralelos com a atual: ela foi um tempo marcado por inovações no governo, transporte e comunicações; novas tecnologias, fermentação intelectual, incertezas e novas religiões (SAFFO, 2011). Desde o século XVIII, com a Revolução Industrial, o homem busca por respostas lógicas, objetivas, dicotômicas – certo/errado; bom/ruim; bonito/feio – para finalidades concretas, práticas e rentáveis, e o subjetivo se perde em meio ao cientificismo[36] (CAMARGO, 2010). Ao homem pós-moderno faltam o mundo metafísico e a razão pura que lhe permita afirmar qual a forma possível de vida que lhe trará alegria. Santo Agostinho disse que a causa da infelicidade está no erro moral de amar bens relativos como se fossem absolutos.

Como a religião perdeu seu papel central na vida dos homens, a realização da essência humana deixa de ser prioridade e valores menores, relativos – como o sucesso e a riqueza –, tomam seu lugar (LEOPOLDO, 2011). Com a retirada da Igreja como a instituição que desempenhava esse papel de controle, resta ao Estado conduzir os cidadãos, e ele o faz coercitivamente, por meio das leis. “As sociedades que mais apregoam o liberalismo de mercado são as que mais usam o Estado para protegê-lo”, nos diz DEMO (2001, p.15). No entanto, este não tem poder para introduzir os seus princípios, e nem a sociedade brasileira está madura o suficiente em sua autodeterminação política – que se expressa em representações simbólicas, como as leis – e nem para garantir a efetividade do bem pelo funcionamento de instituições.

> É o reconhecimento, por parte do sujeito de direito, de sua condição de responsável pela construção da norma em abstrato, que legitima o processo de aplicação das leis (normas) aos casos concretos (fatos). Assim garante-se contínua e propositiva construção cultural, capaz de sedimentar tradição pautada nos valores de igualdade e liberdade, e não sob aquilo que lhe deve sempre ser conferido, apenas, como instrumento de técnica, a força (coerção). (RODRIGUES, 2010)

Paradoxalmente, tão mais fracas serão as instituições que demandarem instrumentos de força para sua afirmação no seio social. “Por isso, mostra-se impossível a coexistência de instituições (aqui, compreendida a norma e os instrumentos de sua

[36] Cientificismo ou cientismo é a doutrina dos que consideram os conhecimentos científicos como definitivos. Tem a razão como base e pode ser tomado como uma doutrina semelhante ao racionalismo. O cientismo pode ser resumido na seguinte afirmação: "Tudo é explicável pela Ciência".

garantia – Judiciário, Ministério Público, Advocacia etc.) eficazes, com um processo político frágil", conclui RODRIGUES (2010). Assim, o ciclo se completa e nos traz de volta à encruzilhada. Haverá uma nova ordem? A resposta é "sim", porque o contraponto seria a desintegração do mundo. As pessoas sempre se organizam de alguma forma, mesmo que precariamente, apesar de esperarem o sinal de uma autoridade constituída, dando mostras que se veem incapazes de conduzir o processo de organização por si. Pensar o tempo presente enquanto se vive esse tempo é desafiador, posto que as grandes teorias políticas são *pós fato*; e a Ciência Política é fruto de uma sistemática *construção* e não de uma *constatação.* É possível que a crise ora enfrentada não seja uma exceção e, sim, a nossa própria condição (POMPEU).

A tecnologia e a ciência, no entanto, mantêm sua corrida tresloucada. No último século, a humanidade, que se locomovia de carruagem, pousou na Lua; do telégrafo ao telefone móvel, e do rádio às televisões que funcionam em pequenos aparelhos portáteis. De 1960 para cá, o aprendizado humano foi maior do que em toda a história da civilização, em virtude da sinergia entre as ciências.

O capitalismo e a ordem econômica em crise,
dão mostras de exaustão; o socialismo naufragou num mar de utopias;
e o comunismo soviético faliu.
A ascensão do fundamentalismo é um indicador seguro
de insatisfação com a atual ordem religiosa.
É possível que a crise seja a nossa própria condição.

A expectativa é que a velocidade do desenvolvimento aumente ainda mais no século XXI, levando a humanidade a singrar mares nunca dantes navegados. Fala-se em metamateriais[37] e no manto da invisibilidade, em teletransporte, em nanorobótica[38], e na criação de sociedades planetárias, um futuro que muitas vezes pode ser confundido com a ficção.

O desnorteio do positivismo

Dominando os rudimentos sobre o clima e as estações, o homem descobriu a agricultura e fixou-se na terra, o que favoreceu o crescimento da população, apoiada nos avanços tecnológicos. Assim, saltou de uma estimativa de 100 mil habitantes, 6 mil anos atrás, para 300 milhões, no início da era cristã, atingindo o primeiro bilhão em 1804. O segundo veio em 1928 e, em 2007, éramos 6 bilhões de habitantes, num crescimento médio geométrico de 1,4% ao ano, no século XX (ALVES, 2011). A previsão é de chegarmos a 9 bilhões em 2050, isso em um planeta cuja população ideal seria de 2 bilhões de pessoas, segundo Paul Ehrlich[39](apud BADARÓ, 2008), cuja teoria formulada em 1968 apontava escassez e morte de milhões, por fome. Embora esse

[37] Um tipo artificial de matéria, dotado de propriedades físicas que não são encontradas normalmente na natureza.
[38] A nanorobótica é uma tecnologia que cria máquinas ou robôs à escala de um nanômetro (10-9 metros).
[39] Paul Ralph Ehrlich (nascido em 1932) biólogo e educador norte-americano, autor do livro "*The Population Bomb*", em 1968, no qual prevê fome generalizada e maciça perda de vidas humanas se não controlarmos a explosão populacional.

anátema não tenha se dado – ainda –, é inegável que a quantidade de habitantes e a demanda por recursos naturais, em virtude de um determinado estilo de vida, são diretamente proporcionais, assim como todas as consequências daí advindas. Alerta-nos Peter SINGER (apud GRIFFITHS, 2001, p. 350), que se dedica ao campo da ética aplicada, sobre o estilo de vida luxuoso que causa a emissão de gases-estufa e alteram o clima do planeta, com consequências desastrosas para os que têm menos capacidade de se opor a isso, e nos conclama a assumirmos a responsabilidade pelos nossos atos – e por nossa omissão.

A natalidade é mais acentuada nos países pobres e nos emergentes, onde está a maioria da raça humana. Esse crescimento, aliado principalmente ao uso de fontes não renováveis de energia e ao desmatamento, significam, em última instância, fome. As atividades humanas carregam a atmosfera com os gases de efeito estufa[40], alterando o clima e desequilibrando o ritmo da natureza. Não há muitas dúvidas a respeito disto, quer do aquecimento global, quer da influência antropogênica na questão, hipótese esta confirmada com 90% de probabilidade em relatório de 2007 do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas[41] (IPCC na sigla em inglês).

O mundo tem testemunhado secas e enchentes cada vez mais fortes e a tendência é que o quadro se agrave, acompanhando o ritmo do desenvolvimento econômico. Neste último século, o PIB - Produto Interno Bruto mundial teve um crescimento médio geométrico de 3% ao ano, aumentando 18 vezes (ALVES, 2011). Com a mobilidade social proporcionada pelos países emergentes, cujas economias em florescimento já colocaram para consumir mais 400 milhões de pessoas ao contingente já existente no planeta, a pressão sobre o meio ambiente aumenta. Apesar de haver a tendência de estabilização da natalidade após 2050, mantendo o crescimento populacional em uma vez e meia neste século, o mesmo não se dará com a economia. Estima ALVES (2011) que, ao final do século XXI, o PIB global terá subido 34 vezes, se mantida a tendência de crescimento médio de 3,6% observado na primeira década do século XXI, sendo que esse crescimento será liderado pelos países mais populosos. Uma questão puxa a outra: mais pessoas, maior a produção e o consumo, maior impacto da economia sobre o meio ambiente.

Para que a qualidade de vida seja mantida, a temperatura média do planeta não pode elevar-se mais do que 2ºC em relação ao observado antes da industrialização, em meados do século XIX. Entretanto, estudos projetivos divulgados pelo IPCC estimam

[40] GEE são substâncias gasosas (dióxido de carbono, metano e óxido nitroso, dentre outros) que absorvem parte da radiação infra-vermelha, emitida principalmente pela superfície terrestre, e dificultam seu escape para o espaço. Isso impede que ocorra uma perda demasiada de calor para o espaço, mantendo a Terra aquecida. O efeito estufa é um fenômeno natural, acontece desde a formação da Terra e é necessário para a manutenção da vida no planeta, pois sem ele a temperatura média da Terra seria 33 °C mais baixa impossibilitando a vida no planeta. O aumento dos gases estufa na atmosfera tem potencializado esse fenômeno natural, causando um aumento da temperatura (fenômeno denominado *mudança climática*).

[41] O Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas-IPCC é o órgão da ONU responsável por produzir informações científicas em três relatórios que são divulgados periodicamente desde 1988. Os relatórios são baseados na revisão de pesquisas de 2500 cientistas de todo o mundo, e se constituem no principal instrumento de embasamento científico para as atividades da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)

uma elevação entre 1,8 e 4,0 graus no século XXI; e a contagem regressiva teve início: de acordo com cálculos da NASA, agência espacial norte-americana, de 1880 para cá, a temperatura média global subiu 0,8 graus Celsius, sendo que dois terços desse aquecimento ocorreram a partir de 1975. A resposta da natureza não tardou: ondas de calor cada vez mais fortes, invernos mais rigorosos, aumento da precipitação, enchentes, furacões, secas e incêndios florestais, derretimento de geleiras e calotas polares e elevação do nível do mar.

Esses acontecimentos, catastróficos por si, geram consequências em cadeia e impactos socioeconômicos inestimáveis. Entre eles os custos em termos de serviços da natureza[42], a salinização do solo e dos mananciais subterrâneos de água doce, com reflexos diretos na agricultura, a proliferação de doenças típicas de áreas quentes, como a malária, febre amarela e cólera até em regiões onde elas não existiam, o desaparecimento de ilhas e o redesenho do contorno cartográfico de um sem número de países; a migração em massa, com o incremento dos conflitos e das guerras. No Brasil, há o risco de os reservatórios de água diminuírem, aumentando as áreas desertas; o degelo das calotas polares vai cobrir vastas áreas litorâneas, além de provocar a escassez de comida, disseminação de doenças, mortes e furacões.

As companhias de seguro governamentais não estão preparadas para tal amplitude de desastres. A encruzilhada em que a humanidade se encontra é manter o ritmo de crescimento a qualquer custo e sofrer as consequências de seus insaciáveis desejos que depauperam "os recursos naturais, os serviços e o pool genético de nosso planeta" [43] (SMITH, 2010, p.11); ou buscar globalmente formas de minorar os impactos do crescimento, repensando os hábitos de vida, produção e consumo. Aparentemente, ainda há como contornar a situação e sem a necessidade de grandes investimentos. A receita do IPCC é que as nações destinem 0,12% do PIB, anualmente, até 2030, para financiar o desenvolvimento de tecnologias limpas como a eólica[44], a biomassa[45] e a termosolar[46]. Enquanto isso, os Estados Unidos, um dos maiores emissores de gases de efeito estufa do mundo, desligaram-se do Protocolo de Kyoto[47], em 2001, alegando que a redução do uso do petróleo e de seus derivados comprometeria o

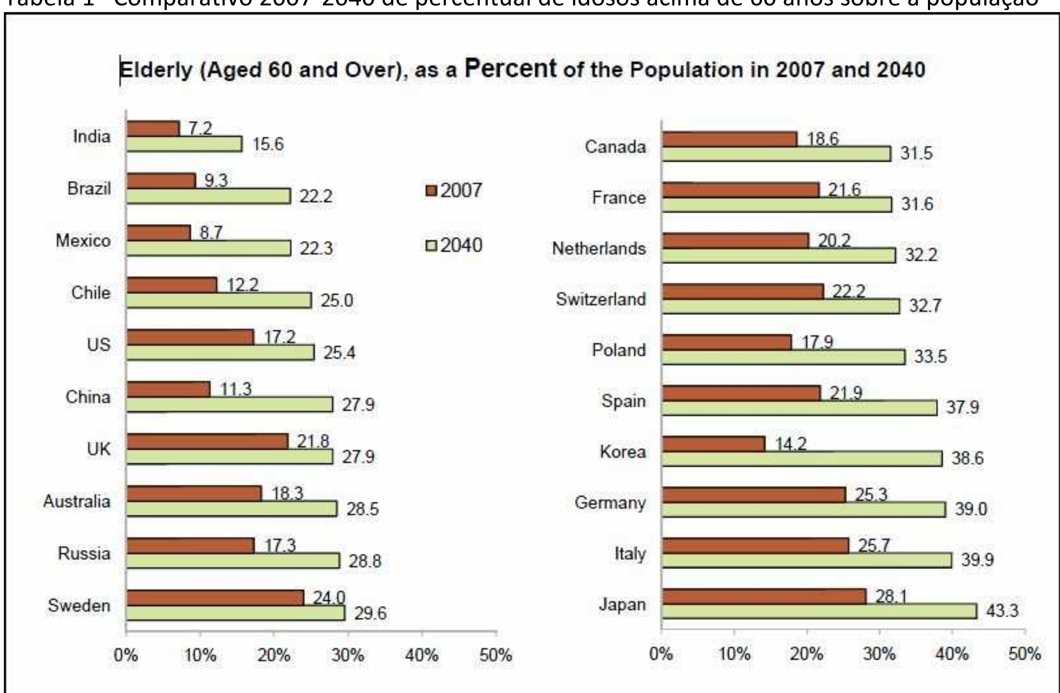
[42] Serviços naturais incluem processos essenciais à vida, como fotossíntese, absorção de dióxido de carbono e a polinização das plantações pelas abelhas.
[43] Recursos naturais referem-se tanto a ativos finitos quanto a recursos renováveis. Pool genético é a diversidade de genes transportados por todos os organismos vivos que existem na Terra. (SMITH, p.11-12)
[44] A energia eólica é a que provém do vento. Utilizada desde a antiguidade para mover barcos, a energia eólica também foi empregada nos moinhos holandeses, gerando energia mecânica para moer grãos. Na atualidade, essa energia move aerogeradores, que são uma espécie de grandes turbinas que geram energia elétrica.
[45] Biomassa abrange os derivados recentes de organismos vivos (exceto os combustíveis fósseis) utilizados como combustíveis ou para a sua produção. A produção de energia vem de processos como a combustão de material orgânico produzido e acumulado em um ecossistema. Suas vantagens são: o baixo custo, é renovável, permite o reaproveitamento de resíduos e é menos poluente que outras formas de energias como aquela obtida a partir de combustíveis fósseis.
[46] A energia termosolar consiste no aproveitamento da energia do Sol para o aquecimento de água para uso doméstico ou industrial.
[47] O Protocolo de Kyoto, elaborado em 1997, tem como objetivo firmar acordos e discussões internacionais para conjuntamente estabelecer metas de redução na emissão de gases-estufa na atmosfera, principalmente por parte dos países industrializados, além de criar formas de desenvolvimento de maneira menos impactante àqueles países em pleno desenvolvimento. Ele também incentiva e estabelece medidas com intuito de substituir produtos oriundos do petróleo por outros que provocam menos impacto.

desenvolvimento econômico do país; e o Brasil inaugura mais uma termelétrica movida a carvão, em 2011, na cidade de Candiota-RS (fase C da Usina Termelétrica Candiota 3).

A boa notícia ambiental é que as taxas de natalidade mundiais dão mostras de arrefecimento. No entanto, um outro fenômeno se instalou globalmente: o envelhecimento da população. O desequilíbrio, então, chega também às contas públicas. À medida que aumenta proporcionalmente o contingente de indivíduos com 60 anos ou mais e declina a proporção de crianças e de pessoas em idade produtiva, há impactos no crescimento da economia, aplicações, investimentos, consumo, trabalho, mercados e taxas dos países.

Na área social, as consequências se farão sentir na composição e vida familiar, tendências migratórias, epidemiologia, programas de saúde pública e estrutura de assistência social e psicológica. Segundo a ONU (2010), em termos mundiais, projeções indicam que o número de idosos ultrapassará o de crianças (0 a 15 anos) por volta de 2045. Nos países desenvolvidos, isso se deu em 1998, o que torna iminente o risco de falta de sustentabilidade das finanças públicas e o equilíbrio futuro do regime de pensões. Até 2050, na América Latina, a média de idade passará de 26 para 40 anos, e a população mundial deverá ter algo em torno de 2 bilhões de idosos, cerca de 22% da população mundial prevista de 9 bilhões de pessoas (em 1950, esse percentual era de 8%.). A tabela 1 demonstra a percentagem do contingente de pessoas acima de 60 sobre a população dos 20 países estudados pelo Centro para Estudos Estratégicos Internacionais (CSIS na sigla em inglês)[48].

Tabela 1 Comparativo 2007-2040 de percentual de idosos acima de 60 anos sobre a população

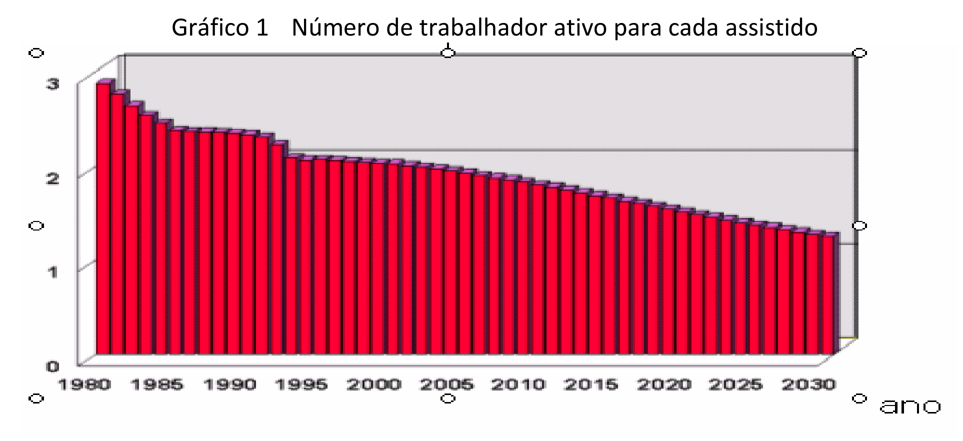


Fonte: Center for Strategic International Studies (CSIS)

48 O *Center for Strategic International Studies* (CSIS) é uma organização não-governamental baseada em Washington que mapeia políticas públicas em todo o mundo.

No Brasil, embora o envelhecimento populacional não seja tão dramático quanto, por exemplo, na Europa, o problema é que esse fenômeno está se dando antes da opulência, o que não aconteceu nos países mais desenvolvidos. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2010) informou que a expectativa de vida do brasileiro em 2009 atingiu 73,1 anos (dez anos antes, era de 70) e que, apesar de o emprego com carteira assinada ter aumentado, o *déficit* acumulado da Previdência Social nos primeiros oito meses de 2010 foi na ordem de R$ 30,7 bilhões, com expectativas de superar a previsão de R$ 45 bilhões de *déficit* no ano. Diante deste quadro e considerando que a legislação nacional está em flagrante descompasso com a realidade atual, pode-se antecipar que o sistema previdenciário está diante de um problema. Nesse aspecto, os estudos de JACKSON (2009) indicam que é importante atentar-se para duas questões: "desenhar sistemas nacionais de aposentadoria capazes de proporcionar um adequado nível de suporte para os idosos sem impor uma esmagadora carga nos jovens; [...] melhorar os padrões de vida enquanto a população ainda é jovem e está crescendo."

Gráfico 1 Número de trabalhador ativo para cada assistido



Fonte: OLIVEIRA et al. Reforma da Previdência. IPEA 1997

O sistema de aposentadoria brasileiro é puro de repartição[49], e isto ameaça a economia quanto mais envelhece a população. Na década de 1950, o país possuía 8 trabalhadores ativos para cada assistido; na década de 1970, essa quantidade caiu para 4,2, e a situação vem se agravando cada vez mais, como demonstra o gráfico 1. Para os empregados em regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a aposentadoria integral ignora a idade, computando somente o tempo de contribuição (35 anos para o homem e 30 para a mulher). A idade somente entra na equação quando se trata de aposentadoria proporcional, ocasião em que são exigidos 30 anos de trabalho e a idade mínima de 53 anos para homens e 48 para as mulheres. Do ponto de vista da Previdência Social, observa-se um quadro preocupante, mas incompleto: existem também as regras do servidor público. Com a aposentadoria integral garantida a partir de 35 anos de serviço e sem um fundo de pensão que possa garantir esses ganhos, esse contingente de trabalhadores pode arrastar de vez as contas previdenciárias para um ponto sem volta. JACKSON (2009) sentencia que, a

[49] Há dois regimes básicos que os sistemas de aposentadoria costumam adotar, sejam eles de natureza pública ou privada: *Capitalização*, no qual as contribuições são capitalizadas em contas individualizadas ou coletivas para a formação de uma reserva que na ocasião da aposentadoria será transformada em benefício; e *Repartição Simples*, que funciona em regime de caixa, fazendo com que as contribuições sejam utilizadas para o pagamento de benefícios dos já aposentados.

menos que o crescimento econômico da América Latina seja excepcional, o pagamento do envelhecimento sairá da renda e riqueza de muitos, e o "futuro poderá trazer dificuldades econômicas massivas e até uma crise humanitária de envelhecimento". Uma alternativa talvez seja adotar a capitalização, ao invés da repartição, para tirar a pressão dos orçamentos públicos, podendo ajudar os mercados de capitais e a poupança nacional. Na hora da aposentadoria, o trabalhador seria protegido de "súbitas quedas financeiras com regras prudentes que lhes exijam passar a ativos de rendas fixas ao envelhecer." O sistema de capitalização, no entanto, pode resultar na dilapidação das contas individuais em virtude de altas comissões, e possível baixo rendimento em virtude de regras de aplicação excessivamente restritivas.

> Os desafios sobre a aposentadoria e o desenvolvimento da América Latina estão intimamente relacionados. Políticas de aposentadoria adequadas podem tornar mais fácil o desenvolvimento ao minimizar a carga fiscal da população que vai envelhecendo na América Latina, ao incrementar as taxas de poupanças e investimento e ao acelerar o desenvolvimento dos mercados de capitais. O desenvolvimento é também essencial para a segurança da aposentadoria no longo prazo, a qual será esquiva com uma informalidade tão alta nos mercados de trabalho e com uma desigualdade tão abrangente. (JACKSON, 2009)

Um mundo cada vez menor

O cenário mundial está sob os efeitos da integração do sistema econômico de mercado: a globalização. Isso não é necessariamente uma situação inédita.

> [...] o planeta Terra, particularmente na região de hegemonia ocidental, [...] já sofreu a globalização egípcia, a globalização greco-macedônica, a globalização romana, a globalização muçulmana, a globalização ibérica, a globalização britânica, a globalização nazi-fascista e, desde o término da Primeira Guerra Mundial, agudizando-se ainda mais após o término da segunda, estamos sofrendo a globalização estadunidense. (CHAVES, 2004)

Esse abrangente fenômeno – que, numa ampliação conceitual, envolve também aspectos da arte, política, cultura e tecnologia –, capitaneado pela preponderância econômico-militar dos Estados Unidos, "internacionalizou o capitalismo, reduziu as barreiras alfandegárias, e liberou o fluxo do capital no mundo" (CHAVES, 2004). Embora a Nova Ordem Econômica Mundial, de 1944[50], tivesse proposto a estabilidade econômica e a reconstrução dos países atingidos durante a II Grande Guerra, quando se expandiu a economia das nações mais poderosas, elas passaram a especular, ao

[50] No ano de 1944, 44 países reuniram-se em Bretton Woods, New Hampshire, Estados Unidos, para definirem uma nova ordem econômica mundial**.** reunião centrou-se ao redor de duas figuras chaves: Harry Dexter White, Secretário-Assistente do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos e de Lord Keynes, o mais famoso dos economistas, representando os interesses da Grã-Bretanha, que juntos formavam o eixo do poder econômico da terra inteira. Acertou-se que dali em diante haveria um fundo encarregado de dar estabilidade ao sistema financeiro internacional, bem como um banco responsável pelo financiamento da reconstrução dos países atingidos pela destruição e pela ocupação: o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, ou simplesmente World Bank, Banco Mundial, apelidados então de os Pilares da Paz. (CHAVES, 2004)

invés de incrementarem o investimento produtivo. "Durante os últimos 30 anos, o valor da produção econômica quadruplicou e as exportações quase sextuplicaram nos países desenvolvidos. Uma das principais causas desse crescimento do capitalismo foi a expansão de um grupo bem definido de grandes empresas, das quais cerca de 500 atingem dimensões gigantescas" (CHAVES, 2004). Essas empresas transnacionais globalizaram não só a produção, mas também o consumo, e terminaram por concentrar o poder econômico, erodindo a autonomia e a soberania do Estado. A este restou adequar a economia nacional às exigências da economia mundial, desempenhando dessa forma o papel que viria a ser uma das principais características que define os tempos modernos (SARDENBERG, 1999).

A globalização é uma espécie de jogo com cartas marcadas, no qual só os países desenvolvidos – os globalizadores – vencem, às expensas dos países mais fracos – os globalizados. Estes foram engolfados no processo, pacificamente ou não, sob o silente olhar da ONU, organismo criado justamente para defender povos de serem oprimidos pelo poder vigente. Rapidamente, o FMI-Fundo Monetário Internacional deixa de ser um dos Pilares da Paz (sendo o Banco Mundial o outro), responsável por conferir estabilidade ao sistema financeiro internacional, e porta-se como instância de crivo à qual os países globalizados devem recorrer a cada decisão macroeconômica. A internacionalização do capital, pela fragmentação, provoca a exclusão social, as "ilhas de pobreza", o distanciamento entre ricos e pobres; a concentração de renda e a fome. Nas palavras de MORGENSTERN:

> As chamadas economias centrais, [...] que representam 15% da população mundial, controlam perto de 80% da renda global, enquanto os capitalismos subalternizados, contando com 58% da população do planeta, receberam, em 1991, aproximadamente 4,9% da renda mundial. Como resultado dessa brutal concentração de riquezas, estimativas apontam para o número de 25 milhões de crianças no Terceiro Mundo vitimadas pela fome e falta de medicamentos. (2008)

Os Estados, para lidarem com as incertezas da antinomia globalização-fragmentação, e conseguirem a inserção no mercado, utilizam-se da regionalização, formando Blocos, estruturando posturas comuns para Estados da mesma área, como acontece com o Mercosul (SARDENBERG, 1999).

Alimentadas pela interligação global, as organizações criminosas florescem, se valendo da ausência de regulação do Estado no sistema financeiro. Não que o crime fosse uma novidade na civilização humana, mas na virada do século XXI ele se mostra sofisticado, empresarial e estável, com alcance e poder que o eleva à categoria de ameaça à segurança nacional. O crime organizado passou a ser, segundo Sydney Mufamadi[51] (apud DANTAS) "singularmente, a maior ameaça global desde o fim da Guerra Fria". As complexas organizações criminosas contemporâneas movimentam 25% do capital do mundo, e mantêm relacionamento promíscuo com a face legal da sociedade, como acontece com o roubo de cargas, no Brasil, crime que prospera em função do apoio do

[51] Sydney Mufamadi é ex-Ministro Provincial e Local e atual membro do Parlamento da África do Sul.

aparato estatal e de redes legais de comércio. Alguns países conduzem o combate em três frentes: “a) o intercâmbio de informações; b) o aperfeiçoamento dos mecanismos de prevenção (principalmente o aprimoramento do sistema legal); c) a especialização técnica das entidades e forças envolvidas no combate à macrocriminalidade” (OLIVEIRA, 1998). O Brasil, seguindo tendência mundial, inova na ordem jurídica e, via Direito Penal Econômico, estabelece sistema de controle para prevenir o uso do sistema financeiro para a “lavagem” ou ocultação de bens.

O Narcoterrorismo é outro tormento dos dias atuais, que ameaça a estabilidade dos países. Trata-se da nefasta união do narcotráfico com o contrabando de armas e o terrorismo, que se desenvolve à sombra da dificuldade de o Estado suprir as necessidades da população, pois oferece a muitos a ascensão social que, de outra forma, não conseguiriam. Também proporciona, na ausência do Estado, assistencialismo à coletividade local. A ONU - Organização das Nações Unidas estima que, por ano, o narcotráfico movimente US$ 400 bilhões, cifra que supera a movimentada pela indústria automobilística, nesse mesmo período. Esses recursos também navegam incólumes, no mar da liberalização econômica internacional. *Pari passu* às drogas está o contrabando de armas, parte delas utilizadas para a defesa do tráfico, e o Brasil desempenha importante papel em ambos os crimes. Por um lado, é um dos maiores produtores de armas leves no mundo, tendo produzido 1,05 milhão de revólveres, pistolas e fuzis em 2009, e tem um controle falho sobre a sua circulação. Por outro, fornece a química necessária ao refino da cocaína plantada em países vizinhos. Coroando sua parcela de participação nos crimes, o território nacional serve para a rota do tráfico, abrigo para criminosos, base para a lavagem de dinheiro, e mercado para o consumo. Pior: o Governo Federal, no início do novo governo, em 2011, cogitou libertar os “pequenos traficantes”, de acordo com pronunciamento do titular empossado para a pasta da Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD), subordinada ao Ministério da Justiça.

O narcotráfico não é algo que nasce à margem da sociedade. Pelo contrário: vem do seu seio, a corrompe e mutila, deixando um rastro de destruição. Por muitas vezes, os grupos ilegais têm controle sobre a vida e a morte dos residentes da localidade. Por sua vez, o terrorismo caracteriza-se pela imprevisibilidade – dificultando a ação do Estado – provocando pânico e deixando a sensação de insegurança permanente. Suas ações contrapõem seu poder ao despreparo das forças policiais, e terminam por desestabilizar e desacreditar a política governamental. Seu maior trunfo está justamente na conexão que mantém com a população civil não combatente, forçando o Estado a desmedidas ações coercitivas, voltando a opinião pública contra ele. De acordo com PRADO (2011), a vitória contra esse movimento reside na presença do Estado nas comunidades comandadas por narcoterroristas, com políticas de reconstrução e desenvolvimento social. O caminho para o combate desses grupos parece ser o conhecimento da cultura local e o investimento na empatia com os moradores, para angariar-lhes o apoio. A cooperação em programas de ações contra o tráfico, firmada com outros países, também é indicada, como as feitas entre o Brasil e a Bolívia, que incluem treinamento, troca de inteligência e monitoramento.

Também de alcance mundial e na esteira de valores morais no mínimo questionáveis, refinam-se as redes de rapinagem do Estado, em todos os níveis e tipos de governo, envolvendo parlamentares, magistrados e agentes públicos, deixando poucas e indefiníveis pegadas. Embora a corrupção se revele nas relações com o poder desde os primórdios da organização da civilização, o mundo contemporâneo assiste ao que parece ser o seu descontrole. Quando descoberta, ela aponta engenhoso e sofisticado *modus operandi*, muitas das vezes associada ao crime organizado. De acordo com OLIVEIRA (1998), a corrupção e a inoperância do Estado dão espaço para a atuação das facções do narcoterrorismo, permitindo que elas abram “uma suposta guerra contra o sistema”, com riscos de desaguar no confronto direto com o próprio Estado. O custo da corrupção é alto. Ela deteriora a credibilidade e a eficiência do sistema de Justiça criminal; debilita o Estado de Direito[52]; abala a legitimidade dos governos, aumenta a pobreza global, entrava o desenvolvimento, piora as condições de infraestrutura para as empresas, e desestimula o investimento produtivo. E mais: estudos indicam ser ela um dos principais fatores para o aumento do tráfico de drogas no mundo, conforme aponta relatório 2010, a Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE)[53]. Por intermédio da Junta da ONU é solicitado ao Brasil para que tenha “tolerância zero” para com a corrupção, pois ficou comprovado que há organizações criminosas que se estruturam de tal forma que se tornam forças políticas, com o poder e a autoridade de instituições legítimas. Alerta-nos RODRIGUES (2010):

> [...].a corrupção legislativa tem um efeito pernicioso muito maior do que aquele hodiernamente focado (desvio de verbas públicas). A corrupção bloqueia o processo político, em seu sentido ético, ou seja, o de viabilizar a auto-determinação da sociedade. Se o político se distancia da busca da tradição cultural da sociedade, segundo princípios programáticos em razão dos quais foi (ou deveria ser) eleito, para buscar objetivar em lei aquilo para o que foi comprado, o resultado da atividade legislativa aproximar-se-á de interesses (poiéticos) de grupo, e se distanciará da vontade social livremente determinada (ético).

Segundo estimativa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) (2010)[54] “o custo médio anual da corrupção é estimado em R$ 41,5 bilhões, correspondendo a 1,38% do PIB (valores de 2008)” O ranking 2010 de corrupção[55], elaborado pela ONG Transparência Internacional, coloca o Brasil como 69º colocado, dentre 178 países pesquisados, sendo o número 1 sentido como o mais confiável (Dinamarca) e, o último (Somália), como o mais corrupto. Dos emergentes, a China é o

---

52 O estado de direito é uma situação jurídica, ou um sistema institucional, no qual cada um é submetido ao respeito do direito, do simples indivíduo até a potência pública. O estado de direito é assim ligado ao respeito da hierarquia das normas, da separação dos poderes e dos direitos fundamentais.

53 A JIFE é um órgão independente de governos e das Nações Unidas que tem a responsabilidade de monitorar a obediência dos países em relação aos tratados internacionais de controle das drogas, assegurando que suprimentos adequados usados na fabricação de medicamentos estejam disponíveis para propósitos médicos e científicos.

54 As perdas econômicas e sociais do Brasil com a corrupção foram estimadas considerando um nível de corrupção percebida no país igual à média de uma cesta de países selecionados. Se o Brasil possuísse um nível de percepção da corrupção igual à média desses países de 7,45, o produto *per capita* do país passaria de US$ 7,954 a US$ 9,184, ou seja, um aumento de 15, 5% na média no período de 1990-2008 (equivalente a 1,36% ao ano).

55 A ONG Transparência Internacional define corrupção como o abuso do poder a alguém confiado, para benefício próprio. O Índice de Corrupção Percebida é feito com base no setor público, e agrega informações de pesquisas de vários e renomados institutos.As pesquisas incluem perguntas sobre suborno, superfaturamento de obras, malversação do dinheiro público e os esforços do setor público anti-corrupção *(tradução livre)*

79º; a Índia é o 87º e, a Rússia, 154º. Em 2009, o Brasil ocupou a 75ª posição nesse *ranking*.

A corrupção no serviço público se aproveita da deficiência dos instrumentos de controle, "da arbitrariedade do poder e da consequente supremacia do interesse dos detentores da *potestas publica* face ao anseio coletivo [...] Ela está associada à fragilidade dos padrões éticos de determinada sociedade, os quais se refletem sobre o agente público" (GARCIA, 2004). Levando em consideração que a corrupção no serviço público traz reflexos ao mercado de modo geral, torna-se imperiosa a adoção de um leque de ações de controle, como sugeridas por Isaias Custódio, especialista em administração pública pela USP (apud CASTRO, 2011), "fazer auditorias frequentes e independentes; investir e utilizar a tecnologia para identificar desvios de conduta; incentivar a rotatividade nas gerências, para que o poder não se concentre em uma pessoa; e balancear as responsabilidades." O Brasil segue receituário da ONU: transparência nos órgãos do governo e mecanismos de controle – como controle rigoroso das contratações, auditorias internas e externas e boa remuneração dos servidores. Dados de relatório da Controladoria Geral da União (CGU), publicado na imprensa no início de 2011, demonstram que há um movimento para a transparência no serviço público brasileiro. De 2003 a 2010, 2.800 servidores foram expulsos do Poder Executivo por prática de corrupção, sendo que a maioria dos casos (1.579) deveu-se ao uso do cargo para auferir vantagens pessoais. No entanto, salienta GARCIA (2004) que o combate à corrupção deveria ser o resultado de uma consciência democrática, com a participação popular na fiscalização das instituições públicas e na ruptura da conivência com esse estado de coisas, pois "um povo que, em seu cotidiano, tolera a desonestidade e, não raras vezes, a enaltece, por certo terá governantes com pensamento similar."

O fio da meada

Quando, no ano de 2000, 192 líderes mundiais assumiram, em Assembleia na ONU, o compromisso de acabar com a pobreza, assegurar a paz, os direitos humanos e a democracia no século XXI – assinando a Declaração do Milênio –, foram criados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Em número de oito, esses objetivos devem ser cumpridos até 2015 e implicam ações concretas dos governos e da sociedade em benefício da sustentabilidade do planeta. Espera-se que as nações mais ricas façam doações, facilitem o comércio ou perdoem a dívida dos países emergentes ou dos países pobres, em busca de um melhor destino para a humanidade. Os objetivos são:

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome: um bilhão e duzentos milhões de pessoas sobrevivem com menos do que o equivalente a US$ 1.00 por dia;
2. Atingir o ensino básico universal: cento e treze milhões de crianças estão fora da escola no mundo;
3. Promover a igualdade entre sexos e a autonomia das mulheres: dois terços dos analfabetos do mundo são mulheres, e 80% dos refugiados são mulheres e crianças;
4. Reduzir a mortalidade infantil: todos os anos, onze milhões de bebês morrem de causas diversas;

5. Melhorar a saúde materna: nos países pobres e nos emergentes, as carências no campo da saúde reprodutora levam a que a cada 48 partos uma mãe morra;
6. Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças: em grandes regiões do mundo, epidemias mortais vêm destruindo gerações e ameaçando qualquer possibilidade de desenvolvimento;
7. Garantir a sustentabilidade ambiente: um bilhão de pessoas ainda não tem acesso a água potável; e
8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento: muitos países pobres gastam mais com os juros de suas dívidas do que para superar seus problemas sociais.

Doze anos depois da assinatura das ODMs e a três do prazo final para seu cumprimento, a maioria dos países não registrou progresso em termos das 8 metas, seus 18 objetivos e 48 indicadores, segundo o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (CIP-CI na sigla em inglês), do PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. A notícia auspiciosa surge quando, em maio de 2010, a professora de Relações Internacionais, Sakiko Fukuda-Parr, e o pesquisador Joshua Greenstein, ambos da *New School University*, questionaram a metodologia adotada para as ODMs. Ao entenderem esses Objetivos como sendo estratégias para o progresso ao invés de mero plano de metas específicas, eles captaram avanços nos países pobres que não foram percebidos pela metodologia oficial. O desenvolvimento percebido surgiu da comparação de dados atuais com históricos de 1990, em 5 indicadores. No grupo dos países menos desenvolvidos, 13 dos 24 indicadores aceleraram em mais de 50% dos países, apesar de eles não terem atingido as metas propostas. Essa constatação sinaliza que, apesar dos tímidos resultados observados nos 8 ODMs na maioria dos países signatários – inclusive constatando alguns retrocessos – os números indicam uma movimentação dos governos na tentativa de minorar o quadro de penúria e de falta de perspectiva no qual vive a maioria da raça humana. De acordo com a ex-Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes, o Brasil acompanha as ODMs por intermédio de um grupo interministerial, e a sinalização é a de o país poderá cumprir todas as metas estabelecidas até 2015.

A ONU, considerando a relação entre racismo[56], discriminação racial[57] e desenvolvimento, entende que as ODMs devem incorporar ações de promoção da igualdade de condições entre brancos e negros. Isto porque detectou um alarmante incremento do racismo e da xenofobia pelo mundo, antes mesmo que tenha se dado a

[56] O racismo é um preconceito contra um “grupo racial”, geralmente diferente daquele a que pertence o sujeito, e, como tal, é uma atitude subjetiva gerada por uma sequência de mecanismos sociais. Um grupo social dominante, seja em aspectos econômicos ou numéricos, sente a necessidade de se distanciar de outro grupo que, por razões históricas, possui tradições ou comportamentos diferentes. A partir daí, esse grupo dominante constroi um mito sobre o outro grupo, que pode ser relacionado à crença de superioridade ou de iniquidade.

[57] Raça é um grupo de pessoas de comum ancestralidade, diferenciada dos outros em virtude de características físicas tais como tipo de cabelo, cor dos olhos e pele, estatura etc. Nas leis internacionais dos direitos humanos, o termo raça é geralmente utilizado em um sentido mais amplo e frequentemente se confunde com outras distinções entre grupos de pessoas baseadas na religião, etnia, grupo social, língua e cultura. O termo "raça", nas leis sobre os direitos humanos, é utilizado por vezes para designar grupos que não se enquadram em distinções biológicas de grupo como, por exemplo, os sistemas de castas na Índia e Japão.

ratificação integral da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1965 – nessa época, o Brasil vivia a ditadura, e só com a redemocratização aderiu aos tratados internacionais de direitos humanos. As práticas racistas atingem não só os indivíduos, mas a sociedade inteira, uma vez que o todo deixa de receber o produto do talento das pessoas discriminadas. O racismo, a discriminação racial e étnica e a xenofobia perpetuam desigualdades sociais e econômicas, e dividem o mundo. Após os ataques terroristas de 11 de setembro, nos Estados Unidos, a xenofobia recrudesceu na Europa, aonde ela vinha aumentando desde a crise econômica da década de 80. Nessa época, os imigrantes que chegaram ao Velho Continente na década de 50, a convite para a reconstrução pós-guerra, ficaram sem emprego. Em seu rastro, veio também a discriminação religiosa contra os que professam a religião muçulmana, por associação ao fundamentalismo antiocidental que perpetrou a onda de terrorismo. Por sua vez, o antagonismo entre Oriente e Ocidente se intensificou quando vários países europeus participaram, com os Estados Unidos, da invasão ao Iraque. Cresce o antiamericanismo no mundo árabe. Pessoas são treinadas em mesquitas para, ao imigrarem para a Europa e os Estados Unidos, desobedecerem às leis e protagonizarem episódios violentos, o que está servindo de base para que vistos sejam negados a pessoas com esse perfil (CARNIERI, 2009).

O Brasil também tem suas mazelas em termos de discriminação, desigualdade e racismo, embora seja de maneira velada e de difícil combate. Aqui não há uma classificação racial formalizada em preto e branco, direta, inequívoca, como nos Estados Unidos. O preconceito brasileiro é contextualizado e sofisticado, variável, fruto de uma sociedade onde não há igualdade entre as pessoas. Há um mito brasileiro que diz ter o nosso povo sido formado por três etnias: branco, negro e índio. Mas é um mito. Somos uma sociedade hierarquizada que não se reconhece como tal. Nossos colonizadores foram brancos e aristocráticos, que discriminavam judeus, mouros e negros muito antes de chegarem por aqui (DaMATTA, 1984, p.46-47). Gerações de brasileiros foram educadas por livros em que constava serem os negros mais adaptáveis ao trabalho escravo do que os índios. Assim se criou a crença de incompetência dos afro descendentes, que terminou por abater a autoestima das pessoas em relação à própria etnia (DEFF, 2008). Segundo PAIXÃO (2010) "os negros brasileiros vivem seis anos menos que os brancos; o número de analfabetos negros é o dobro do número de brancos; a renda dos negros é a metade da renda dos brancos; e os negros ficam dois anos a menos na escola que os brancos." Fora do continente africano, é no Brasil que se encontra o maior contingente de afro-descendentes: eles constituem algo em torno de 45% da população brasileira, 64% da população mais pobre e 69% do total de indigentes (DEFF, 2008). O Brasil está tentando reverter esse quadro. As cotas para negros e indígenas na educação, por exemplo, é um movimento concreto no sentido da remissão de um passado não muito distante. A inclusão do ensino da cultura afro brasileira nas escolas foi outro passo importante. Quanto às minorias[58] no Brasil, de acordo com Luciano Maia, Procurador Regional da República e

[58] Minorias, segundo definição da ONU, são grupos distintos dentro da população do Estado, possuindo características étnicas, religiosas ou linguísticas estáveis, que diferem daquelas do resto da população; em princípio numericamente inferiores ao resto da população; em uma posição de não dominância; vítima de discriminação.

Professor de Direitos Humanos, – índios, ciganos, comunidades negras remanescentes de quilombos, comunidades descendentes de imigrantes, e membros de comunidades religiosas –, elas são precariamente identificadas e não têm políticas públicas claras. "A questão da política indigenista é um problema desde a construção do Estado brasileiro. Isso já dificulta a elaboração e a construção dessas políticas. Além disso, temos uma visão colonialista, que embora tenha sofrido algumas alterações, ainda subsiste", afirma o vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi)[59], Saulo Feitosa (apud JINKINGS, 2011).

O Brasil

"Não importa como eu embaralho as cartas, sempre sai Brasil". Essa frase é do jornalista canadense Tyler Brûlé, diretor de redação da revista "*Monocle*", sobre design, cultura e negócios. Brûlé é referência no mundo do luxo e um apaixonado pelo lado criativo, musical e hospitaleiro do nosso povo. Segundo seus critérios, esse é o diferencial que coloca o Brasil em vantagem sobre os demais países integrantes do BRICS: Rússia, Índia, China e África do Sul.

Acrônimo cunhado pelo Grupo Goldman Sachs[60], os países do BRICS − "os cinco grandes" − são o próximo eldorado. Com economias expandindo-se em ritmo mais acelerado que a das atuais potências, esse quarteto tornou-se chamariz de investimentos estrangeiros, que veem neles enormes chances de ganho. Antes mesmo de 2020, será deles o protagonismo econômico global, e até 2050 terão desbancado, em tamanho do PIB-Produto Interno Bruto, boa parte dos integrantes do G-7 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá) redesenhando, assim, a geopolítica internacional.

Esses emergentes materializam, dessa forma, a terceira Divisão Internacional do Trabalho, iniciada na década de 1970, decorrente do binômio *revolução industrial* e *expansão de grandes empresas no exterior*. Ao se tornarem transnacionais, as empresas contribuíram para que países em desenvolvimento se tornassem exportadores de produtos industrializados. A nova definição de *potência mundial* deixa de direcionar os holofotes para os Estados que têm capacidade de influir em eventos em escala mundial, nações com grande poder bélico, que conquistaram territórios e riquezas, e passa a privilegiar a força econômica do país de acordo com o seu PIB nominal, "tomando como base o valor monetário total da produção corrente de bens e serviços de um país, com uma elevada população e um poderoso exército, incluindo forças aéreas, marítimas e satélites."[61]

As alterações que se alinham no cenário mundial foram incentivadas pela Revolução do Conhecimento, considerando-se todas as suas formas intangíveis: pesquisa e

[59] O Cimi está estruturado em 11 regionais e um Secretariado Nacional, em Brasília. Disponibiliza aos missionários, índios e suas organizações um grupo de assessores nas áreas de Metodologia e Política, Jurídica, Articulação Latino Americana e Imprensa, além de Assessoria Teológica.

[60] Empresa global de serviços financeiros, que elaborou, em 2003, o relatório "*Dreaming with BRICs: the path to 2050*"

[61] Traduzido de "*Potencia Mundial*", disponível em http://es.wikipedia.org/wiki/Potencia_mundial acessado em 27 de dezembro de 2010.

desenvolvimento, tecnologias genéricas e específicas, educação superior, técnicas de gestão, logística, marca (VELLOSO, 2008); e antecipadas pela crise econômica de 2008-2009 que se abateu sobre os países desenvolvidos, fazendo-lhes estremecer as estruturas socioeconômicas. Mesmo que as tradicionais potências saiam apenas levemente chamuscadas do abalo provocado pela falta de regulação e controle do capital financeiro, o processo é irreversível: novos atores entrarão em cena e eles devem demandar a ampliação de participação nos fóruns que decidem sobre os destinos do mundo.

Essas novas forças-motriz da economia — às quais se unirão também o México, a Indonésia e a Turquia, de acordo com a PricewaterhouseCoopers[62] – estão dispersas pelos quatro cantos do planeta, tornando o mundo multipolar, com vários países se tornando coletivamente centrais. Os novos emergentes mantêm impecável o tripé: consistência nas políticas macroeconômicas[63], inflação sob controle e mobilidade social. Elas trouxeram à arena mais 400 milhões de pessoas até então invisíveis para o emprego e o consumo – 31 milhões delas estão no Brasil, embora boa parte tenha baixa escolaridade e atue na informalidade. Até 2030, mais 1,2 bilhão deverá juntar-se a esse contingente, estima o Banco Mundial, num dos maiores movimentos de mobilidade social de que se tem registro. Essa disseminação do poder econômico e político é um contraponto à concentração vigente desde a revolução mercantil; o nascimento do *admirável mundo justo* de Szajman (2011). Não se pode perder de vista, no entanto, que o movimento de ascensão social pode ser revertido por um deslize macroeconômico. Uma luz vermelha é acesa nesse processo pela política de juros altos, pois interfere no poder de compra e distancia dos novos consumidores o carro e a casa própria, símbolos da ultrapassagem do nível de pobreza.

O Projeto Brasil 2020[64], elaborado em 1999 pelo então Ministro Extraordinário de Projetos Especiais, Ronaldo Mota Sardenberg, contempla 3 cenários prospectivos para embasar as estratégias direcionadoras do desenvolvimento nacional de longo prazo, com horizonte no ano de 2020. Esses exercícios foram do favorável ao catastrófico, passando por um moderado (quadro 1) e, ao final, originaram o cenário desejado, elaborado com a participação da sociedade civil. Passados 10 anos de sua elaboração, é possível ver que o pior cenário pode ser descartado; estamos praticamente realizando o moderado e, portanto, devemos mirar o cenário mais favorável. As políticas sociais e econômicas de então tiveram continuidade, a estabilidade política se manteve e o país se colocou dentre os mais promissores dos emergentes e, mais: caminha para se tornar o 7º maior PIB do mundo já em 2011. A partir dessas prospecções, o Projeto Brasil 2020 desenhou o cenário desejado, com a participação

62 *Network* global de firmas separadas e independentes que trabalham de forma integrada na prestação de serviços de Assessoria Tributária e Empresarial e de Auditoria, presente em 145 países.

63 Macroeconomia: uma das divisões da ciência econômica dedicada ao estudo, medida e observação de uma economia regional ou nacional como um todo. Concentra-se no estudo das *principais tendências* da economia no que concerne principalmente à produção, à geração de renda, ao uso de recursos, ao comportamento dos preços, e ao comércio exterior. Os objetivos da macroeconomia são principalmente: o crescimento da produção e consumo, o pleno emprego, a estabilidade de preços, o controle inflacionário e uma balança comercial favorável.

64 Escopo Geral do Projeto Brasil 2020: Em sua execução, o Projeto avançou em dois campos, a saber: 1) Elaboração de cenários exploratórios sobre o País, com horizonte no ano 2020, por meio de consultas a especialistas; 2) Formulação de um cenário desejado, com base nos cenários exploratórios e nas aspirações expressas por setores representativos da sociedade.

da sociedade civil, a título de obter dela o comprometimento para a consecução do desejado. No centro do interesse dos participantes, um país equitativo e com boa qualidade de vida e justiça social. O desenvolvimento econômico, na hierarquização dos desejos, foi o terceiro colocado. De certa forma, este cenário se realizou, e uma década antes do esperado.

Quadro 1

PROJETO BRASIL 2020 – CENÁRIOS PROSPECTIVOS				Situação em 2010
Tema	**Favorável**	**Moderado**	**Catastrófico**	
Visão geral	estabilidade política, econômica e social	protecionismos ocasionais e fortalecimento dos grupos regionais	instabilidade político-institucional protecionismo incremento da fragmentação,	Estabilidade política, econômica e social
Economia	elevação da taxa de crescimento e inserção no mercado global	distribuição de renda e a expansão e diversificação do mercado interno	estagnada	Mobilidade social, com expressiva inclusão social na classe média.
PIB	US$ 3,360 bilhões	US$ 2,330 bilhões	US$ 1,170 bilhões	US$ 2 trilhões ****
PIB *per capita*	US$ 17,000	R$ 11,880	US$ 5,930	US$ 10.325
Investimento	infraestrutura	infraestrutura social	.-.-.-	Infraestrutura e social
Competitividade	elevada modernização tecnológica e nichos	integração seletiva ao mercado internacional	Baixa, devido à defesagem tecnológica	Perda de mercado, desfavorável para a indústria nacional
Comércio Exterior	US$ 720 bilhões	US$ 400 bilhões	US$ 190 bilhões	US$ 383,6 bilhões **
Índice da pobreza	7% da população	4% da população	14% da população	5% da população ***
Taxa de desemprego	6,5% da PEA *	5% da PEA	8% da PEA	6,7% da PEA ****

* PEA - população economicamente ativa
** dados Ministério do Desenvolvimento e Indústria e Comércio Exterior
*** Pelo IPEA, 28,8% é o índice da pobreza absoluta no país, ao contrário do BIRD, que diz serem 5%
**** De acordo com dados do IBGE

O "B" do BRICS é o *darling* do mercado e essa afirmação nem considera os aspectos apontados por Brûlé. Aqui, o que exerce fascínio sobre os investidores internacionais é o rol de dotes brasileiros que, no conjunto, se apresenta irresistível: estabilidade econômica, parque industrial diversificado, inovador e em processo de internacionalização, mercado livre e exportador, com 63% da pauta de exportação destinada a países emergentes, reduzindo a vulnerabilidade brasileira diante da crise nas nações mais ricas; mercado interno e níveis de produção e emprego em crescimento; expressivo contingente de pessoas em idade produtiva (100,77 milhões); propriedade de um sofisticado setor tecnológico; sistema democrático consolidado; vasta extensão agricultável; clima estável; grandes mananciais de água; chuvas abundantes; e uma das maiores reservas de recursos minerais do mundo, num momento histórico marcado por grande demanda de *commodities* e elevadas

cotações. O risco-país[65], que passava dos 2.400 pontos em 2002, está próximo dos 100 pontos, taxa de nações desenvolvidas, o que confere tranquilidade aos investidores.

As mudanças macroeconômicas, socioeconômicas e geopolíticas implementadas no Brasil nestes últimos anos o colocaram na 8ª posição do *ranking* de maiores PIBs do mundo, com US$ 2 trilhões, à frente de países como Canadá e Itália (quadro 2), integrantes do poderoso G7. Segundo projeções da PricewaterhouseCoopers, o país ocupará, até 2050, a 4ª posição, com US$ 9,7 trilhões de Produto Interno Bruto, superando também o Japão, Rússia, Alemanha, Reino Unido e as novas potências em ascensão, México e Indonésia. A economia da China deverá ser maior que a dos Estados Unidos antes mesmo de 2036, mas isso não significa que ela será igualmente rica; e isso poderá levar décadas para acontecer. A explicação passa pelo PIB *per capita* – medida da riqueza e nível de desenvolvimento de uma nação. Nesse aspecto*, o* Brasil está na 47ª dentre 73 países, com US$ 10.325, de acordo com o cálculo que exclui os efeitos de valorização ou desvalorização das moedas, conhecido como *Paridade do Poder de Compra*. A expectativa é que, até 2050, essa medida, em valores absolutos, atinja US$ 40 mil por ano.

Quadro 2 **Ranking dos maiores PIBs**

O PASSADO			**O FUTURO**		
2009 – PIB, em US$ trilhões			**2050 – PIB, em US$ trilhões**		
1º	Estados Unidos	14,2	1º	China	59,4
2º	China	8,8	2º	Índia	43,1
3º	Japão	4,1	3º	Estados Unidos	37,8
4º	Índia	3,7	4º	Brasil	9,7
5º	Alemanha	2,9	5º	Japão	7,6
6º	Rússia	2,6	6º	Rússia	7,5
7º	Reino Unido	2,2	7º	México	6,6
8º	França	2,1	8º	Indonésia	6,2
9º	Brasil	2,0	9º	Alemanha	5,7
10º	Itália	1,9	10º	Reino Unido	5,6

Fonte: PricewaterhouseCoopers

Obs.: Em 2009, o PIB da África do Sul foi de US$ 0,3 trilhões – Fonte: site da Embaixada Da República da África do Sul

Entretanto, esses prognósticos não se darão por decurso de prazo. Existem as oportunidades, é fato, mas existe também a realidade de base brasileira. Se o país deixar de fazer ajustes internos, há riscos de que as coisas deixem de acontecer de maneira tão azul-celeste nestas paragens verde-e-amarelas.

A competitividade nacional é uma mescla de forças importantes e fraquezas consideráveis, o que torna o caminho do país rumo ao pleno potencial competitivo

[65] O risco-país é um conceito econômico-financeiro que diz respeito à possibilidade de que mudanças no ambiente de negócios de um determinado país impactem negativamente o valor dos ativos de indivíduos ou empresas estrangeiras naquele país bem como os lucros, dividendos ou *royalties* que esperam.

uma espécie de corrida com obstáculos. Na análise publicada no final de 2010 pela revista inglesa *The Economist*[66] :

> O Brasil investe 1,1% do seu PIB em pesquisas e desenvolvimento, enquanto a China 1,4% e o Japão 3,4%. No ano passado, segundo a revista, o país caiu 18 lugares pelo índice anual de inovações do Insead, de 50º para a 68º posição. E sua relação de exportador de produtos primários sobre manufaturados foi a mais alta desde 1978, tendo sido beneficiada pela economia mundial, principalmente a chinesa. Cita-se que o país procura aproveitar seus recursos naturais, de forma sustentável como no caso da Natura, mas seus pesquisadores são de 150 pessoas quando L'Oléal possui 2.800. A Petrobras é líder nas produções de petróleo em águas profundas, a Embrapa em produções de matérias-primas para bicombustíveis. Mas o Brasil ainda é o 152º nas facilidades para pagamentos de impostos, com infindáveis burocracias. Comparando com a Índia e com a China, o Brasil vem atrás na arte de produzir bens acessíveis para as massas dos consumidores mais modestos. Mas vem adotando inovações como os créditos consignados e outras formas de melhoria na distribuição do bem-estar.

No estudo do Fórum Econômico Mundial 2010/11[67] (WEF na sigla em inglês) sobre Competitividade Global, enquanto a China sobe dois postos em relação ao ano anterior e se coloca na 27ª posição, junto do primeiro pelotão dos 139 países acompanhados, o Brasil perde 2 posições nesse mesmo período e fica em 58º lugar. A Índia aparece na 51ª posição e, a Rússia, na 63ª. O Brasil se sobressaiu em itens como *tamanho do mercado* (10º no ranking), e *sofisticação empresarial* (31º), e foi o pior classificado em *ambiente macroeconômico* (111º) e *eficiência do mercado de bens* (114º). Se consideradas as três categorias básicas, o país se sai melhor nos fatores de *inovação e sofisticação* (38º) e nos de *promotores de eficiência* (44º); e pior nos *requisitos básicos para a competitividade* (86º) – tabela 2. Embora o país tenha galgado 16 postos entre 2007 e 2009 – em função, segundo a Organização, dos

---

66 A revista inglesa *The Economist*, que tem milhões de leitores qualificados em todo o mundo, é considerada como uma das mais influentes internacionalmente, não tratando exclusivamente de economia. Está ligada à *London School of Economics*, adotando uma posição liberal, democrática e a favor dos mecanismos de mercado. Seus artigos costumam ser cuidadosos, merecendo considerações, mesmo quando não se concorda totalmente com as posições adotadas. Publicou no último número uma análise do que chamou de modelo brasileiro, ressaltando alguns aspectos positivos, mas fazendo também suas observações críticas.

67 O Fórum Econômico Mundial (WEF-na sigla em inglês) é uma organização mundial independente comprometida em melhorar o estado do mundo, envolvendo empresários, líderes políticos, acadêmicos e outros setores da sociedade para estruturar agendas globais, regionais e da indústria. A avaliação do WEF, com base em dados disponíveis e em pesquisas junto a Executivos, analisa 12 itens considerados "pilares da competitividade", divididos em três categorias – requisitos básicos, promotores de eficiência e fatores de inovação e sofisticação. A primeira categoria, requisitos básicos, inclui instituições, infraestrutura, ambiente macroeconômico, e saúde e educação primária. Na segunda categoria, promotores da eficiência, o WEF considera educação secundária e treinamento, eficiência do mercado de bens, eficiência do mercado de trabalho; desenvolvimento do mercado financeiro; preparo tecnológico; e tamanho do mercado. Na terceira, fatores de inovação e sofisticação, são analisados sofisticação empresarial e inovação.

Para chegar à avaliação de cada país, a organização atribui um peso diferente para cada um desses 12 pilares, formados por uma série de outros subitens. O WEF também divide os países em cinco grupos diferentes, dos menos desenvolvidos aos mais desenvolvidos, e atribui pesos diferentes a cada uma das três categorias básicas para cada grupo de países, considerando que nos países mais pobres os requisitos básicos são mais importantes do que outros fatores, enquanto nos mais desenvolvidos inovação e sofisticação têm um peso relativo maior. O Brasil é colocado pelo WEF no grupo de países com estágio intermediário de desenvolvimento, impulsionado pela eficiência, o que considera um peso relativo maior aos promotores de eficiência e aos requisitos básicos em relação a inovação e sofisticação. Isso indica que, apesar da avaliação pobre nos requisitos básicos para a competitividade, se o país fosse avaliado pelos mesmos critérios que os países em estágio mais avançado de desenvolvimento, impulsionado pela inovação, poderia ter uma posição melhor no ranking geral. Fonte: BBC Brasil, 9 de setembro de 2010.

esforços nas últimas duas décadas para, dentre outras coisas, alcançar a estabilidade macroeconômica, abrir a economia e reduzir a desigualdade –, está diante de desafios de base a serem vencidos. Seria mais ou menos como se o Brasil tivesse a criatividade e os métodos de trabalho, mas não conseguisse receber a tempo e a hora os insumos necessários e, depois, enfrentasse dificuldades para estocar e escoar o que tivesse produzido.

Tabela 2

Índice Global de Competitividade – 2010 / 2011

País	Classificação - grupos												Classificação
	Requisitos Básicos				Promotores da Eficiência						Inovação		
	Instituições	Infraestrutura	Ambiente Macroeconômico	saúde e educação	Educação secundária e	Eficiência do mercado de	Eficiência do mercado de trabalho	Desenvolvimento do mercado financeiro	Preparo ttecnológico	Tamanho do mercado	Fatores de inovação	Sofisticação	
Brasil	93	62	111	87	58	114	96	50	54	10	31	42	**58**
	Média 88				**Média 64**						**Média 37**		
Rússia	118	47	79	53	50	123	57	125	69	8	101	57	**63**
	Média 74				**Média 72**						**Média 79**		
Índia	58	86	73	104	85	71	92	17	86	4	44	39	**51**
	Média 80				**Média 59**						**Média 42**		
China	49	50	4	37	60	43	38	57	78	2	41	26	**27**
	Média 35				**Média 46**						**Média 34**		
África do Sul	47	63	43	129	75	40	97	9	76	25	38	40	**54**
	Média 71				**Média 54**						**Média 39**		

Fonte: WEF-World Economic Forum

O crescimento brasileiro a “taxas chinesas” não se sustenta, demonstram Andrade e Fernandez (2010), em Nota Técnica. O carro-chefe do crescimento brasileiro repousa na explosão do consumo interno, no qual a nova classe média tem papel de destaque, embalada que foi pelo ritmo frenético dos fatores de incentivo governamentais. Por um lapso, essa receita funcionou e todos comemoraram: indústria, comércio, governo e população. No entanto, as consequências vieram. A utilização da capacidade instalada chegou perto do ponto de alerta (84,9%, em abril/10) e as importações suplantaram, de longe, as exportações (39,5% X 14,5%, comparando-se o 1º trim/2010 ao mesmo período em 2009). O fantasma da inflação e do desequilíbrio na conta

externa iniciou o baile pelo salão, obrigando à suspensão dos incentivos ao consumo, com reflexos negativos no crescimento.

O sucesso econômico no longo prazo não está garantido, independentemente do sucesso das medidas macroeconômicas implantadas. As onerosas regulações para as empresas e o mercado de trabalho, e o insuficiente investimento em capital humano poderão cobrar seu tributo. O país terá de reformar políticas laborais e comerciais que desencorajam a participação em mercados formais e freiam a competitividade; elevar os baixos níveis de poupança tanto públicos quanto privados; alocar os recursos de maneira eficiente para o investimento produtivo; aumentar e aprofundar seus mercados de capitais. (JACKSON, 2009). Parece ser consenso dentre os economistas e profissionais de mercado: a sustentabilidade do crescimento com baixa inflação virá quando *e se* o Brasil aprender a lidar de maneira eficaz com dois limites estruturais: os desníveis educacionais da população e os gargalos na infraestrutura e logística de transportes (ANDRADE e FERNANDEZ, 2010). O receituário para trazer mais agressividade aos nossos negócios prescreve, em acréscimo a essas duas frentes, o cuidado com outras três: o tamanho e a eficiência do Estado, a complexidade jurídica, e o excesso de burocracia.

Os temas que preocupam o Ministério Público

Outras tantas frentes mais são trazidas pela realidade do Ministério Público da União, apuradas no planejamento estratégico dos ramos e também nos trabalhos em condução do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para a elaboração do Planejamento Estratégico Nacional. Em relação a este último, de acordo com indicação de 729 membros[68] que responderam ao questionário disponibilizado no site do CNMP (241 de Brasília, Goiás e Tocantins; e 488 dos MPs dos outros Estados), estes são os 10 assuntos de maior relevância para a sociedade e para as atividades-fim do MP, por ordem decrescente de importância em nível nacional e local, em Brasília (quadro 3):

Quadro 3

TEMAS APURADOS NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CNMP	
Nacional	**Local (Brasília)**
1. Crime organizado	1. Fiscalização de contas públicas
2. Fiscalização das contas públicas	2. Crimes contra a administração pública
3. Saúde	3. Crime organizado
4. Tráfico de drogas	4. Saúde
5. Crimes contra a administração pública	5. Patrimônio Público
6. Educação	6. Educação
7. Patrimônio público	7. Lavagem de Dinheiro
8. Criminalidade violenta	8. Tráfico de Drogas
9. Lavagem de dinheiro	9. Tutela do meio ambiente
10. Direitos fundamentais da criança e do adolescente	10. Direitos fundamentais das crianças e adolescentes

[68] Número de respostas consignadas até a véspera do I Encontro Regional sobre o Planejamento Estratégico Nacional, em Brasília, no dia 28 de março de 2011.

A empresa de consultoria contratada para apoiar a construção desse trabalho, relacionou 50 temas, retirados do Planejamento Estratégico dos ramos, e os disponibilizou para escolha dos membros, no período de 14 de março a 2 de abril de 2011. Com a votação, o esperado era a hierarquização deles de acordo com a relevância para sociedade e para o MP; e a prioridade no aspecto regional. A partir do resultado obtido com a votação, a Consultoria aplicou metodologia que se apoia na Lei de Pareto[69], também conhecida como Princípio 80-20. Assim, ao indicar para que o Planejamento Estratégico Nacional focalize a atenção nos 10 temas mais votados (portanto, 20% do total deles), presume que 80% das pungentes questões nacionais estejam contempladas.

O Ministério Público da União

O mundo contemporâneo continua cingido. Dependendo da teoria, a supremacia do Ocidente sobre o Oriente é explicada em virtude das discrepâncias econômicas, políticas ou ideológicas. No Ocidente, há desproporção de forças econômicas e de poder entre os hemisférios Norte e Sul. É conturbada a relação entre o mundo muçulmano e o Ocidente: de um lado, os fundamentalistas e, de outro, a ausência de qualquer ética. Sob a ótica sociológica, os laços entre os grupos estão se tornando superficiais, exacerbando o individualismo e a idolatria ao consumo. Einstein captou a essência dessa realidade quando disse que “a divisão do átomo mudou tudo, exceto o modo como o homem pensa, e assim derivamos em direção a uma catástrofe sem paralelo. Os sinais dessa deriva proliferam. As guerras de pequena escala abundam, como as batalhas étnicas e os ódios que fervilham entre grupos. E dentro da vizinhança e da família, a violência tem uma prevalência espantosamente alta” (GRIFFITHS, 2001, p. 203-204).

Crises sem precedentes assolam o mundo – da demográfica ao sistema de valores, passando pela ambiental e a econômica. Embora a realidade seja globalizada, ela é multifacetada, de arquitetura social intrincada, onde cada ação pode implicar reflexos em áreas inesperadas. Isto porque o ambiente é um sistema complexo, não linear, no qual pequenos acontecimentos podem gerar descomunais e inesperadas consequências; ou, como diz a cultura popular: “o bater de asas de uma borboleta em Tóquio pode provocar um furacão em Nova Iorque.”

[69] No século XIX, Vilfredo Pareto comprovou que a maioria da renda e das riquezas ia para uma minoria de pessoas. Havia, portanto, uma forte relação matemática entre a proporção de pessoas e a renda recebida por este grupo. Se 20% recebiam 80% da riqueza, podia-se prever que 10% teriam 65% da riqueza e 5% ficariam com 50%. Mais tarde, em 1949, o professor de filologia de Harvard George K. Zipf descobriu o popular Princípio do menor esforço, segundo o qual as pessoas tendiam a minimizar seus trabalhos de modo que 20% ou 30% de quaisquer recursos responderiam por 70% ou 80% do resultado. Zipf usou estatísticas populacionais, livros de filologia e comportamentos industriais para mostrar a recorrência constante desse padrão de desequilíbrio. Na verdade, Zipf reelaborou o princípio descoberto por Pareto. .

Nesse contexto polimorfo, com uma exigência para cada indivíduo, insere-se o Brasil, um país de contrastes. Aqui convivem tecnologia de ponta e o trabalho escravo imersos em um caldo cultural que faz florescer um povo, suas mazelas e suas virtudes. Um novo povo, como entende Darcy RIBEIRO (apud PEREIRA)

> Novo porque surge como uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiça, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos. Também novo porque se vê a si mesmo e é visto como uma gente nova, um novo gênero humano diferente de quantos existam. Povo novo ainda, porque é um novo modelo de estruturação societária, que inaugura uma forma singular de organização sócio-econômico, fundada num tipo renovado de escravismo e numa servidão continuada ao mercado mundial. Novo, inclusive, pela inverossímil alegria e espantosa vontade de felicidade, num povo tão sacrificado, que alenta e comove a todos os brasileiros.

A despeito de sua ancestralidade múltipla, o povo brasileiro constitui um todo, sem disputas culturais ou étnicas, embora com regionalismos e diferentes sotaques, níveis sociais e credos, este é um povo que se "sente uma só gente" (RIBEIRO apud PEREIRA). No entanto, o contexto em que esse povo vive envolve violência, criminalidade e direitos fundamentais burlados, consequência de uma ainda crescente urbanização causada pela migração em massa e a consequente perda das raízes culturais; a existência de mais de 100 milhões de pessoas fora do mercado formal de trabalho em um momento de revolucionária automação dos meios de produção; e de questões de igualdade de gênero constantemente ignoradas pelo Estado. Num contexto mais amplo, a globalização que cavalga solta por um mundo com frágeis estruturas jurídicas e governança. É nesse universo que o Ministério Público atua para a promoção dos direitos sociais, defendendo a cidadania e contribuindo com a transformação da sociedade.

Essa atuação implica uma miríade de atribuições, em nível nacional, como nos informa o Procurador de Justiça aposentado Mazzilli (2010). A multiplicidade de frentes deve se traduzir em ações diárias para defender o meio ambiente, o consumidor, o patrimônio público e social e outros interesses metaindividuais; conduzir ações de investigação extrajudicial; propor ações penais públicas; deter privatividade na promoção da ação penal pública; e outras atribuições como a defesa do patrimônio público ou a atuação como *ombusdman*. A complexidade de atuação dos membros e servidores do MPU é grande. Ao Brasil interessa ter, no MPU, um quadro capaz de antever o problema, hierarquizar as necessidades sociais e lidar com ambiguidades. Mas não é só. Sobretudo, seus membros devem despir-se da cultura contemporânea, que privilegia o bem individual, e personificarem os valores fundamentais da comunidade, pautando sua atuação de acordo com os princípios do bem comum, cujo equivalente para o administrador público é o princípio jurídico do interesse público, "que aparece como a relação entre a sociedade e o bem comum que ela almeja, perseguido por aqueles que, na comunidade, estão investidos de autoridade" (MARTINS FILHO, 2000).

> Por que é necessário incorporar o bem comum? Porque ele é inspirador para os outros. As pessoas são levadas a novos comportamentos por meio do nosso comportamento. Ao testemunharem a nossa coragem, elas se enchem de coragem. E à medida que adotam novos padrões de comportamento, uma nova comunidade começa a surgir. Quando os agentes de mudança transformacional incorporam sua visão de mundo, atraem a concretização da comunidade produtiva. Assim como as pessoas passam a novos estados de ser e descobrem novas realidades, as coletividades emergentes representam novos estados de ser e descobrem novas realidades. Tais comunidades reforçam os indivíduos que procuram viver na realidade transformacional. O indivíduo e a comunidade tornam-se sinérgicos. Tudo isso deve começar com um indivíduo que se torna símbolo vivo do futuro desejado. (QUINN, 2000, p.135)

A *legitimidade* da atuação do Ministério Público repousa na Constituição, mas a sua *legitimação* tem íntima correlação com a cadência que empreender na defesa dos interesses da sociedade. Ou seja: na ausência de eficiência, a legitimação pode não ocorrer. Considerando-se que um poder estatal somente se justifica quando serve ao atendimento das finalidades estabelecidas na Constituição, cabe a pergunta: qual o ferramental necessário para que o *Parquet* possa desempenhar o nobre e pretensioso papel que lhe reserva a Constituição Cidadã?

De acordo com os Promotores de Justiça BERCLAZ e MOURA (2010) seria o primeiro passo uma revisão na estrutura organizacional da Instituição, descolando-a do espelhamento à do Judiciário. O modelo de gestão proposto apoia-se no tripé *racionalização, regionalização* e *reestruturação*:

> A racionalização impõe a compreensão de que, diante da pluralidade de temas remetidos ao Ministério Público, é preciso revisar e filtrar quais as intervenções que, qualitativamente, merecem manter-se incorporadas ao campo de interesse institucional como instrumentos eficazes para implementar positivas transformações na realidade social. Por sua vez, a regionalização, como forma de gestão, assenta-se na ideia de que o princípio da unidade do Ministério Público exige plataformas prioritárias e uniformes de atuação dentro de um planejamento institucional a ser construído com a sociedade, respeitando-se sempre as peculiaridades locais, para estimular maior envolvimento, capacitação e especialização dos Promotores de Justiça. Já a reestruturação de órgãos auxiliares constitui medida imprescindível para superação das dificuldades estruturais e orçamentárias impeditivas à adoção de uma política necessária ao crescimento da instituição quanto aos seus recursos materiais e humanos diretamente relacionados aos órgãos de execução propriamente ditos. (IDEM, p.147)

A Escola Superior do MPU

Na visão da ESMPU, tão ou mais importantes que a proposta do modelo de gestão estão o *treinamento*, o *desenvolvimento* e a *educação* do corpo de agentes públicos do MPU. O conceito desses termos, válido para este trabalho, consta do capítulo 3 deste Plano. Por ora, o que se assinala são os frutos esperados desse tripé: a instrumentalização para o dia a dia; o aprofundamento do saber, e a percepção das

necessidades sociais do país. Com este conjunto de ações, a ESMPU pretende conferir chão para que a ênfase de atuação do MPU migre da demandista para a resolutiva e, assim, contribua para dar cadência aos passos deste jovem país. As ações de capacitação vêm sendo conduzidas pela ESMPU em consonância com as necessidades apontadas pelos ramos do Ministério Público da União. O processo contínuo de aprendizagem é aquele que pavimenta os caminhos que levam ao que preconizam "as teorias de abordagem humanística, que buscam previsibilidade, produtividade, expansão de habilidades e competências, harmonia, ajustamento, satisfação pessoal, essa tal de felicidade, e assim por diante" – numa espantosa proximidade com as bases do conhecimento Ocidental: a Grécia do século V a.C. (FERREIRA et al, 2008, p.42). É a utilização da dialética socrática[70], que proporciona a certeza de que a mensagem difundida pelo emissor chegue ao receptor, segura e inteligível, fazendo com que as pessoas troquem entre si o que têm de melhor.

A inovação ora proposta reside na contribuição da Escola para apurar, nos membros, a percepção das pungentes necessidades das minorias brasileiras, assim como dos nefastos desdobramentos das causas sociais órfãs do olhar estatal. Depois de lhes despertar para o assunto, instrumentalizá-los para que atuem, não só diretamente junto à sociedade, mas também contribuindo para que os sistemas de valores, as políticas governamentais e demais agentes de apoio institucional brasileiro se voltem ao estudo e à nutrição dos empreendedores sociais com a mesma atenção e intensidade que dedicam, há décadas, aos empreendedores comerciais. Os estudos na área social são pouco sistematizados, os métodos empregados não são criteriosamente analisados e setorizados, os recursos podem não ser bem alocados. Vislumbra-se, assim, que todos e cada um dos membros primem pela atuação como emissários do bem comum, em interação com estudiosos do assunto, contribuindo para a efetiva implementação de políticas públicas. A busca deve focar as mudanças sociais mais nos indivíduos que nas ideias, retirando os empreendedores sociais da plateia e colocando-os no palco. Afinal de contas, é o gênio do indivíduo que coloca as ideias para funcionarem, que as faz virar tendência, que realmente muda uma situação, porque uma ideia não sairá do anonimato somente por ser boa e especialmente se ameaçar interesses poderosos. Como os grupos resistem a mudanças e se desagradam ao serem forçados à vontade alheia, se o empreendedor social não for um obsessivo motivado e bem apoiado, de pouco adiantarão as boas ideias (BORNSTEIN, 2005, p. 123-126).

Com qualificações pessoais tais como empatia, pensamento flexível[71] e fibra, é possível antever os membros com habilidade para mediar conflitos sociais, como forte

[70] Na exposição didática das ideias, Sócrates adotava sempre diálogos, fazendo perguntas com o intuito de obter, por indução dos casos particulares e concretos, um conceito, uma definição geral, uma generalização do objeto em questão – a maiêutica, uma engenhosa obstetrícia do espírito, facilitadora da parturição das ideias (FERREIRA et al, 2008, p.41-42)

[71] Segundo SOUZA (2007), o pensar com pensamento flexível está diretamente ligado à imaginação humana que produz pensamentos com inteligência, possibilitando questionar valores, rever métodos, e darmos oportunidade a nós mesmos a fazermos uma viagem interior na busca do autoconhecimento, além de refletirmos sobre diversidades. Nesta maneira de pensar só se guarda a memória técnica, dirimindo a psicológica através da compreensão. [...] É impossível nos dias atuais que um operador do direito, seja um advogado, um procurador, um juiz, limite as suas funções decidindo apenas com o uso das leis [...] Um profissional do direito que faz uso nas suas decisões, nos processos que instrui, de princípios e valores que, por serem fluidos, exigem uma tarefa criativa em seu manejo,

influência no aprimoramento do Sistema de Segurança Pública; detentores de posição de destaque nas instituições eleitorais; e pontes entre o MPU e os órgãos de fiscalização e controle. O coroamento da proposta está no apoio à construção e à sistematização de um conhecimento de base que parta da prática, da vivência de cada membro, e que seja, a um só tempo, denso e aplicável; além de válido para o país de 2030.

Educar para uma realidade futura, contribuindo para formar agentes públicos eficazes. Desenvolver e capacitar os membros para que atuem com desenvoltura no plural, contraditório e diversificado mundo pós-moderno caracterizado, de acordo com o autor Jair Ferreira dos Santos, pela "desreferencialização do real e a dessubstancialização do indivíduo". Esta não é propriamente uma tarefa simples. No entanto, é desafiadora. Estimulante. E factível, porque o material humano objeto destes desejos é da mais alta categoria intelectual e pessoal.

Com esta proposta em mente, a ESMPU busca ir além do papel que lhe preconizam a Emenda Constitucional n. 45/2004 e a Lei n. 11.415 de 15/12/2006 − que atrelam a progressão funcional e promoção dos membros e servidores na carreira a cursos de aperfeiçoamento. Pretende estruturar suas ações de apoio aos membros e servidores do MPU para o fortalecimento de práticas individuais e coletivas em favor da promoção, proteção, defesa, e também da reparação das violações. A intenção é formar uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo, social, ético e político, considerando os princípios da cidadania, participação, respeito à diversidade sociocultural, autonomia do sujeito, dignidade humana, indignação, capacidade ativa de solidariedade, interatividade social e transversalidade. O Direito como fio condutor da interdisciplinaridade idealizada.

A ESMPU anteviu os membros do MPU como doutores no que fazem, com a titulação obtida junto a Instituições de Ensino que ofereçam pós-graduações *Stricto Sensu* de maneira profissionalizante, transformando os membros nos sábios de Bacon[72], capazes de utilizar os resultados que o conhecimento proporciona. Dessa forma, são garantidos pelo menos dois ganhos: a utilização do trabalho como laboratório, unindo a teoria e a prática, que se complementam a partir das reais necessidades enfrentadas no cotidiano (práxis); e a redução dos custos diretos, pelo não afastamento do servidor da lide diária. É fato que a licença para o mestrado ou doutorado é garantida para o Serviço Público Federal, por meio da Lei 11. 907, de 2.2.2009. Entretanto, cursar um doutorado acadêmico afasta o servidor da realidade do trabalho e dissocia o estudo das necessidades práticas e imediatas do multifacetado Brasil.

necessita ter a compreensão que não pode atuar tão somente com um pensar rígido que a lei determina, mas de maneira flexível, buscando o perfeito equilíbrio entre estas maneiras de pensar, visando à construção de uma decisão ajustada, nos diversos ramos que o direito atua.

72 Na concepção do filósofo Francis Bacon (1561-1626), os estudos não podem ser um fim em si mesmo, e o conhecimento não aplicado em ação é uma pálida vaidade acadêmica. Para ele, dedicar-se em demasia aos estudos sem aplicá-los era um sinal de indolência e afetação. Os verdadeiros sábios seriam aqueles capazes de utilizar os resultados proporcionados pelo conhecimento. Ele influenciou a chamada abordagem científica da Administração (FERREIRA et al, 2008, p.37-38)

Cursos de mestrado e doutorado profissionalizante – ligados à elaboração de novas técnicas e processos relacionados à atuação profissional, mas multidisciplinar – proporcionará ao quadro do MPU um aprofundamento do conhecimento, conferindo-lhes suporte para uma atuação mais estratégica. Também ajudará a formar o arcabouço de conhecimento do MPU. Além e acima de tudo, é esperado que a cadência do estudo desperte comportamentos interessantes à atuação em local de trabalho como, por exemplo, a capacidade de ouvir a outra parte e ponderar as alternativas, antes de agir. Essa forma de agir poderá favorecer, em situação do dia a dia, o surgimento de novas formas de trabalho, podendo gerar mais resultados.

No mundo organizacional de países que estão em acelerado processo de desenvolvimento, como Canadá, Irlanda, Coreia, a proporção de mestres e doutores no mercado de trabalho é expressivamente maior que no Brasil. "Aqui, no lugar de produzir riquezas, esses profissionais altamente qualificados estão dentro das universidades, produzindo apenas conhecimento", nos informa Francisco Paletta, Mestre em Engenharia de Produção e Doutor em Ciências Nucleares, em matéria publicada em 2009[73]. Atentos à busca de competitividade nas organizações, o Ministério da Ciência e Tecnologia, juntamente com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), iniciou, em 2009, programa de estímulo à fixação de mestres e doutores nas empresas, mediante apoio financeiro, para desenvolvimento de pesquisa científica, tecnológica e de inovação. O Plano Nacional de Educação (PNE), do Ministério da Educação (MEC), prevê direcionar 7% do PIB no período de 2011-2020, privilegiando a pós-graduação, com metas específicas para a formação de mestres e doutores, com a pretensão de equiparar o Brasil aos países desenvolvidos. Os investimentos nesse nível de capacitação estão dando frutos. De acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES), o número de mestres e doutores dobrou no período de 2001 a 2010, passando de 23 mil para 56 mil. Esses dados foram incorporados aos resultados do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo Federal, divulgado em finais de 2010, demonstrando que o equivalente a 1,25% do PIB foi revertido em investimentos em pesquisa.

A ESMPU propõe seguir essa tendência do Governo Federal e traçar um plano de capacitação do atual quadro de 2.083 membros na ativa, nos quatro ramos do MPU, preparando-os em cursos de altos estudos, onde o mestrado e o doutorado profissionalizantes se inserem. Para dar cabo desta proposição, os próximos capítulos indicam um modelo de gestão, metas administrativo-operacionais; e diretrizes pedagógicas para a ESMPU trabalhar, no próximo quinquênio, valendo-se da estrutura e do instrumental constantes do capítulo 4.

[73] "Quando e porque fazer mestrado", disponível em <http://www.zap.com.br/revista/empregos/canal-rh/quando-e-por-que-fazer-mestrado-20090128/> Acesso em 5.fev..2011.

Capítulo 2

Formulação da Gestão

> O tema do gerenciamento no setor público não é novo, mas tem assumido novos conteúdos no contexto atual. No momento onde se constroi um consenso em torno da necessidade de transformar as práticas no setor público em favor de um Estado mais ágil, mais eficiente e focado em resultados para o cidadão, ganha nova importância a questão gerencial. Hoje, face aos recursos escassos e/ou declinantes de que dispõe o setor público – e esta tendência é mundial, e provavelmente irreversível – não é mais possível dissociar os temas da eficiência e da eficácia das ações do Estado. [...] Pode-se até considerar que a gestão pública é meio, instrumento, cuja eficácia depende da qualidade das políticas públicas a serem implementadas, no entanto, não é mais possível ignorar os efeitos desastrosos de uma má gestão pública.

Regina Silvia Pacheco
Apresentação do *Guia de Gerenciamento no Setor Público*
Revan, 2001, p. 9

A gestão pública

"O melhor e único meio de deter uma divisão de tanques é utilizar uma divisão de tanques ainda maior." Assim o jovem oficial francês Robert Gueiroard[74] fez soar o alarme para a necessidade de as nações se prepararem, na Segunda Guerra Mundial, caso pretendessem vencer o poderio alemão. Esse desafio teve implicações na gestão industrial e militar nos Estados Unidos de então e, guardadas as devidas proporções, deve repercutir no mundo de hoje. Como naquela guerra, as muitas batalhas contemporâneas – travadas para suprir as necessidades sociais, assim como contra uma criminalidade especializada, organizada, disseminada e destemida –, exigem união, preparo e especialização do quadro funcional do MPU. Também as dimensões pedagógica, financeira e jurídica da ESMPU devem estar articuladas e comprometidas com a qualidade do ensino, para contribuir para esse preparo.

A excelência na gestão se apresenta, então, como uma proposta para a Escola colocar-se à altura desse desafio. A excelência não é um estado absoluto, um patamar atingido e no qual se acomodam as organizações quando lá chegam. Pelo contrário: a excelência nasce de uma vontade férrea, de uma determinação inquebrantável de fazer bem feito. Sempre. O seu valor resulta da sua busca incansável pelas organizações (FNQ[75], 2006). Considerando que *gestão* é planejamento, organização, liderança e controle dos empregados e das tarefas por eles realizadas, buscar a excelência também contribui para tornar as organizações "agentes de desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade em bases verdadeiramente sustentáveis, contemplando simultaneamente os aspectos econômicos, sociais, tecnológicos e ambientais", multiplicando o conhecimento e a cultura, e criando valor em uma economia cada vez mais dinâmica e globalizada.

Nos dias atuais, o conhecimento, mais fácil e universal, se especializa e se torna essencial; a tecnologia da informação substitui a atividade humana em muitas frentes e refina o trabalho em tantas outras; e a comunicação modifica essencialmente as formas de interação humana, de trabalho e de geração de valor na economia. Os paradigmas mudaram (quadro 4). A economia está cada vez mais apoiada no criativo e na inovação, envolvendo experiências sensoriais, estéticas e de relacionamento. Esses elementos são imateriais e compõem o que se convencionou chamar de *economia criativa*, baseada nos ativos intangíveis, presentes em todos os agentes econômicos. É neste contexto que deve se dar a excelência da gestão, assentada nos 13 conceitos trazidos pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GesPública)[76],

[74] Aluno da *Harvard Business School* em 1938, foi enviado pelo seu país para lutar pela França contra a Alemanha, numa batalha que dizimou seu batalhão. Ao voltar para Harvard, Gueiroard publicou um artigo em revista de ex-alunos, despertando os Estados Unidos para a necessidade de formar gestores de empresas que ajudassem o país a igualar o poderio alemão na Segunda Grande Guerra (STEVENS, 2001)

[75] A Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) é uma entidade privada e sem fins lucrativos que foi criada em outubro de 1991 por representantes de 39 organizações brasileiras dos setores público e privado. É um dos principais centros mundiais de estudos, debate e irradiação de conhecimento sobre Excelência em Gestão.

[76] GesPública é um programa do Ministério do Planejamento e Orçamento, voltado para orientar os órgãos públicos, baseado na avaliação continuada da gestão. Autoavaliação. Consiste basicamente em: Autoavaliação, Plano de Melhoria e Avaliações Periódicas. É o resultado da evolução histórica de uma série de iniciativas do Governo Federal para promover a gestão pública de excelência. Criado em 2005, por meio do Decreto 5.378 de 23 de fevereiro de

do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com base na Fundação Nacional da Qualidade (FNQ):

1. **Pensamento sistêmico**: entendimento das relações da interdependência entre os diversos componentes de uma organização, bem como entre a organização e o ambiente externo. Este conceito é colocado em prática quando as pessoas da organização conhecem e compreendem o modelo de gestão adotado, modelo esse que é sistematicamente monitorado por meio de autoavaliações sucessivas.

Quadro 4

MUDANÇAS PARADIGMÁTICAS NO AMBIENTE E NAS ORGANIZAÇÕES		
DIMENSÕES	**DE**	**PARA**
Ambiente externo	Estabilidade, mudança progressiva e linearidade	Turbulência, mudança exponencial e descontinuidade
Organizações	Máquina, como metáfora, sistema isolado e independente	Sistema vivo, ecossistema, interdependência e adaptabilidade
Sociedade e meio ambiente	Restrições sujeitas a considerações custo/benefício	Partes integrantes do ecossistema da organização
Interação	Competição, regionalidade e relacionamento utilitário	Competição e cooperação, "globalidade" e relacionamento de qualidade
Estrutura	Pirâmide e integração vertical	Redes e integração horizontal
Percepção de valor	Avaliação objetiva de ativos tangíveis	Avaliação subjetiva de ativos intangíveis
Liderança	Comando e controle, liderança centralizadora e restrita à organização	Líder como mentor, focalizador e símbolo, com liderança distribuída e abrangendo o ecossistema
Inovação	Localizada, tarefa para *experts*	Cultural, distribuída e abrangendo o ecossistema
Conhecimento	Crescimento linear e acesso restrito	Crescimento exponencial e acesso universal
Aprendizado / educação	Função da escola e que se aprende uma vez para o resto da vida	Função da escola e organização. Aprendizado contínuo para toda a vida
Tecnologia da Informação	Automação. Mais tecnologia, menos pessoas.	Maior conteúdo intelectual e transformação do trabalho em experiência mais rica e desafiadora

Fonte: Fundação Nacional da Qualidade (FNQ)

2. **Aprendizado organizacional**: busca e alcance de um novo patamar de conhecimento para a organização por meio da percepção, reflexão, avaliação e compartilhamento de experiências. Este conceito é colocado em prática à medida que o conhecimento é compartilhado e o aprendizado é coletivo. A

2005, o Programa tem como principais características ser essencialmente público, ser contemporâneo, estar voltado para a disposição de resultados para a sociedade e ser federativo.

gestão do conhecimento, apoiada na geração, codificação, disseminação e apropriação de conhecimentos, valoriza e perpetua o capital intelectual.

3. **Orientação por processos e informações**: compreensão e segmentação do conjunto das atividades e processos da organização que agreguem valor para as partes interessadas, sendo que a tomada de decisões e execução de ações deve ter como base a medição e análise do desempenho, levando-se em consideração as informações disponíveis. Os fatos e dados gerados em cada um desses processos, bem como os obtidos externamente à organização, transformam-se em informações que subsidiam a tomada de decisão e alimentam a produção de conhecimento. Esse conhecimento confere à organização pública alta capacidade para agir e poder para inovar.
4. **Visão de futuro**: Indica o rumo de uma organização e a constância de propósitos que a mantém nessa direção. Diretamente relacionada à capacidade de estabelecer um estado futuro desejado que dê coerência ao processo decisório. É colocado em prática com a formulação de estratégias sistematicamente monitoradas, preparando a organização para colocar em prática sua visão de futuro.
5. **Geração de valor**: Alcance de resultados consistentes, assegurando a perenidade da organização pelo aumento de valor tangível e intangível de forma sustentada para todas as partes interessadas. Este conceito é colocado em prática mediante o reconhecimento e o estímulo ao trabalho em redes formais e informais.
6. **Responsabilidade social**: Assegurar às pessoas a condição de cidadania com garantia de acesso aos bens e serviços essenciais, bem como a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas nacionais. Esse conceito é colocado em prática reconhecendo a sociedade como parte do ecossistema da organização, com necessidades e expectativas que precisam ser identificadas, compreendidas e atendidas. Buscar o desenvolvimento sustentável, identificar os impactos que causa e executar ações preventivas.
7. **Comprometimento com as pessoas**: Estabelecimento de relações com as pessoas, criando condições para que elas se realizem profissionalmente e humanamente, maximizando seu desempenho por meio do comprometimento, desenvolvimento de competências e espaço para empreender. Esse conceito é colocado em prática mediante a valorização das pessoas: assegurar seu desenvolvimento, bem-estar e satisfação, criando práticas mais flexíveis e produtivas para atrair a reter talentos, bem como um clima organizacional participativo e agradável, que propicie um alto desempenho pessoal e organizacional. Para assegurar a motivação e o comprometimento das pessoas mais talentosas, incumbidas de criar e disseminar o conhecimento dentro e fora da organização é necessário dar-lhes livre acesso às suas redes internas e externas de relacionamento.
8. **Liderança e constância de propósitos**: Atuação de forma aberta, democrática, inspiradora e motivadora para as pessoas, visando ao desenvolvimento da cultura da excelência; à promoção de relações de qualidade; e à proteção

dos interesses das partes interessadas. Para colocar em prática este conceito, a organização deve manter em seus quadros líderes que atuem como mentores, com visão sistêmica e abrangente, ultrapassando as fronteiras da organização e as restrições do curto prazo. Pessoas com comportamento ético e habilidade de negociação, liderando pelo exemplo, capazes de criarem um ambiente propício à inovação e à criatividade.

9. **Cultura de Inovação**: promoção de um ambiente favorável à criatividade, experimentação e implementação de novas ideias que possam gerar um diferencial competitivo para a organização. Este conceito é colocado em prática quando houver incentivo para que as pessoas da organização façam as coisas de maneira diferente; para entender de forma simples as questões complexas; a propensão ao risco e à tolerância ao erro bem intencionado.

10. **Gestão participativa:** Atitude gerencial que busca o máximo de cooperação das pessoas, reconhecendo a capacidade e o potencial diferenciados. A colocação desse conceito em prática decorre de se propiciar autonomia para o alcance de metas e cobrança da participação, o compartilhamento de informações e confiança para delegar.

11. **Foco no cidadão e na sociedade:** Direcionamento das ações para atender e regular as necessidades dos cidadãos e da sociedade. Como colocar em ação**:** Dar autonomia para assumir riscos, criar oportunidades de aprendizado e desenvolvimento de competências. Criar ambiente flexível e estimulante.

12. **Desenvolvimento de parcerias:** Juntar-se a outras organizações com objetivos comuns, buscando a sinergia, a cooperação e a coesão. Para colocar em prática este conceito, procurar desenvolver maior interação, relacionamento e atividades compartilhadas com outras organizações, de modo a permitir a entrega de valor agregado a suas partes interessadas por meio da otimização das suas competências essenciais.

13. **Controle social:** Participação das partes interessadas no planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades da Administração Pública e na execução das políticas e programas públicos. Para colocar em prática este conceito, a alta administração das organizações públicas deve estimular a sociedade a exercer ativamente o papel de guardiã de seus direitos e bens comuns. Propiciar transparência e disponibilizar informações.

O Governo brasileiro se alinhou ao compromisso internacional por uma gestão pública moderna, gerencial, formulada a partir do modelo empresarial, e fixou diretrizes de profissionalização e modernização da máquina pública. Esse foi o início de uma mudança cultural, com a adoção de modelos de excelência e busca de resultados. Esta revolução silenciosa se dá em nome do conhecimento de que a boa gestão pública está intimamente ligada ao desenvolvimento dos países. As ações recomendadas pelo Governo Federal visam, a um só tempo, demonstrar ao cidadão os esforços para o bom uso do orçamento público e consolidar a imagem positiva de que desfruta a administração pública brasileira no exterior, despontando como uma das mais qualificadas da América Latina. Ademais, como nos alerta Bresser-Pereira

> A administração pública desempenha um papel central nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas (ODMs) porque eles só serão atingidos na medida em que os Estados nacionais nos países em desenvolvimento contem com aparelhos de Estados dotados de capacidade suficientemente forte para promovê-los. No caso dos países mais pobres, para os quais a consecução de tais objetivos dependerá do apoio de países desenvolvidos através das instituições internacionais do sistema ONU, essa ajuda também dependerá da capacidade de governança de cada país e particularmente da qualidade do instrumento mais geral de ação coletiva com que eles contam: o Estado e sua administração pública.(2004)

Com base em documento[77] elaborado em 2004 pelo Comitê de Administração Pública e Gestão para o Desenvolvimento, nos informa Bresser-Pereira (2004) que a capacidade do Estado depende da qualidade de suas instituições políticas democráticas, de suas políticas públicas, e da administração pública. Os princípios práticos de administração pública – a transparência e responsabilização, participação e pluralismo, subsidiariedade, eficiência e eficácia, e equidade e acesso a serviços – facilitariam a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, porque aumentam a capacidade do Estado, tornando o seu núcleo estratégico mais eficaz e os serviços sociais e científicos mais eficientes. A esses princípios também são incluídos outros três, relativos às práticas de gestão, chamados de *operacionais*:

1. a **estrutura do Estado** (quais serviços devem ser prestados diretamente pelo Estado, por meio de servidores públicos estatutários, e quais devem ser terceirizados);
2. o **serviço público** (servidor concursado, de alto nível, encarregado de fazer cumprir e interpretar a lei, e controlar e fazer bom uso dos recursos fiscais do Estado); e
3. as **práticas de administração** (elaboração de um plano estratégico, com definição de objetivos, metas; a escolha das principais políticas que serão adotadas para alcançá-las, e a responsabilidade pelo uso eficiente dos recursos para a consecução dos objetivos).

A responsabilização dos entes públicos poderia ser feita de três formas, próprias à gestão pública moderna: *a administração por resultados contratados; a competição administrada visando à excelência na prestação de serviços, e os mecanismos de controle social.*

Os fundamentos da Gestão Pública têm base nos princípios constitucionais da administração pública e, como pilares, os fundamentos da excelência gerencial: *legalidade* (liderança e constância de propósitos, responsabilidade social); *impessoalidade* (controle social, pensamento sistêmico, geração de valor); *moralidade* (foco no cidadão e na sociedade); *publicidade* (aprendizado organizacional; orientação por processos e informações; gestão participativa); e *eficiência* (visão de futuro e cultura da inovação). A figura 1 representa o modelo do GesPública, constituído por sete elementos integrados e evidenciando o seu enfoque sistêmico, a partir do relacionamento entre os blocos (setas maiores) e entre as partes do modelo (setas menores).

---

77 Documento apresentado ao Comitê de Especialistas em Administração Pública, Quarta sessão, Nova York, 4-8 de abril de 2005 (E/C.16/2005/3).

Figura 1 **Modelo de Excelência em Gestão Pública**

2 Estratégias e Planos
5 Pessoas
7 Resultados
1 Liderança
3 Cidadãos e Sociedade
6 Processos
4. Informação e conhecimento

Representação Gráfica do Modelo de Excelência em Gestão Pública

O primeiro bloco

Liderança, Estratégias e Planos e Cidadãos e Sociedade - formam um bloco que pode ser denominado de *planejamento*. Por meio da forte liderança da alta administração, que foca as necessidades dos cidadãos destinatários da ação da organização, os serviços/produtos e os processos são planejados para melhor atender esse conjunto de necessidades, levando-se em conta os recursos disponíveis.

O segundo bloco

Pessoas e Processos – representa a execução do planejamento. Nesse espaço se concretiza a ação que transforma em resultados os objetivos e as metas. São as pessoas, capacitadas e motivadas, que operam esses processos e fazem com que cada um deles produza os resultados esperados.

O terceiro bloco

Resultados – representa o controle, pois serve para acompanhar o atendimento à satisfação dos destinatários, dos serviços e da ação da ESMPU. Abrange o orçamento e as finanças, a gestão das pessoas, a gestão de fornecedores e das parcerias institucionais, bem como o desempenho dos serviços/produtos e dos processos organizacionais.

O quarto bloco

Informação e conhecimento – representa a "inteligência da organização". Neste bloco são processados e avaliados os dados e fatos da organização (internos) e aqueles provenientes do ambiente (externos) que não estão sob seu controle direto, mas que de alguma forma podem influenciar o seu desempenho. Este bloco dá à organização a capacidade de agir corretivamente ou para melhorar suas práticas de gestão e, consequentemente seu desempenho.

Assim, a proposta ora apresentada tem a intenção de contribuir para que a ESMPU afine suas ações ao que de mais moderno há na gestão pública, e acompanhe o Governo Federal na profissionalização das ações governamentais para o benefício do cidadão. A adoção do modelo de gestão[78] com características sistêmicas[79] contribui para redirecionar os esforços e recursos nos trabalhos internos. Esse modelo é orientado para resultados, apurados por mecanismos de mensuração por objetivos, metas e resultados, opção essa comemorada pelos órgãos de controle. O Plano Plurianual (PPA)[80] também deve ser considerado na formulação das ações de gestão da ESMPU.

O processo de formulação da gestão

A ESMPU não é uma ilha: ela interfere e recebe interferência do ambiente onde inserida, fato reconhecido pela Fundação Nacional de Qualidade (FNQ) (2006), que afirma: “A excelência em uma organização depende fundamentalmente de sua capacidade de perseguir seus propósitos em completa harmonia com seu ecossistema”. O refinamento da gestão consiste justamente em buscar o equilíbrio entre as competências da Organização e as exigências do ambiente que a circunda. Daí a importância da análise do ambiente, para proceder à sintonia fina dos instrumentos organizacionais e para aumentar as chances de êxito em cenários futuros.

> Os cenários podem ser entendidos como as grandes estratégias da organização. Estão relacionados com panoramas, observações, temas de maior amplitude e com acontecimentos que podem ocorrer no futuro. Também podem ser relacionados com modelos para análises estratégicas da organização, construídos a partir de dados, indicadores, informações, conhecimentos e métodos ou critérios. São exercícios de situações futuras ou projeções em determinados ambientes, utilizando ou não hipóteses. Podem articular diferentes caminhos a serem descobertos, adotados e seguidos. Na prática, é onde a organização deve ‘situar-se estrategicamente’. (REZENDE, 2008, p.96)

[78] De acordo com o GesPública, *gestão* é o conjunto de regras ou procedimentos realizados para gerenciar uma organização. Estrutura de ações de uma organização que a levam ao exercício das suas funções. Um *Modelo de Gestão* é uma simplificação da complexidade das práticas gerenciais adotadas pelas organizações pra realizar suas atividades, de modo a atingir seus objetivos.

[79] De acordo com a FNQ, *pensamento sistêmico* é o entendimento das relações de interdependência entre os diversos componentes de uma organização, bem como entre a organização e o ambiente externo.

[80] Previsto no artigo 165 da Constituição Federal e regulamentado pelo Decreto n. 2.829, de 29 de outubro de 1998, promulgado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, estabelece as medidas, gastos e objetivos a serem seguidos pelo Governo Federal ao longo de um período de quatro anos. É aprovado por lei quadrienal sujeita a prazos e ritos diferenciados de tramitação. Tem vigência do segundo ano de um mandato presidencial até o final do primeiro ano do mandato seguinte. Também prevê a atuação do Governo, durante o período mencionado, em programas de duração continuada já instituídos ou a instituir no médio prazo.

Quando fica claro em quais áreas estão os pontos fortes e os fracos, torna-se mais fácil tomar a decisão para direcionar esforços para a melhoria, uma vez que é impossível investir com o mesmo empenho em todas as áreas ao mesmo tempo. Sobre isso, nos orientam SERRA, TORRES e TORRES:

> A avaliação do ambiente deve levar em consideração diversos fatores amplos – econômicos, político-legais, tecnológicos e socioculturais, entre outros. [...] As principais funções dos cenários [ambientes] são: ▪ proporcionar meios seguros para reflexões sobre a maior quantidade possível de alternativas de evolução do ambiente; ▪ prever o significado que essas opções poderão ter sobre a empresa; ▪ auxiliar a Organização na tomada de decisões que possam contribuir para conquistar uma vantagem competitiva. (2004, p.57-61)

Trata-se de uma atividade imperativa em tempos de rápidas mudanças, num mundo onde todos se influenciam mutuamente. Na esteira das ações de estudo de tendências vêm os ganhos diretos com a prevenção do retrabalho e o desperdício de tempo. Esta prontidão pode significar a constância da melhoria dos processos de trabalho, a manutenção e até o crescimento do número de usuários. A análise do Ambiente identificará Oportunidades, Ameaças, Forças e Fraquezas que afetam a organização no cumprimento da sua Missão:

Oportunidades situações externas, atuais ou futuras que, se adequadamente aproveitadas pela organização, podem influenciá-la positivamente.

Ameaças situações externas, atuais ou futuras que, se não eliminadas, minimizadas ou evitadas pela organização, podem afetá-la negativamente.

Forças características da organização, tangíveis ou não, que podem ser potencializadas para otimizar seu desempenho.

Fraquezas características da organização, tangíveis ou não, que devem ser minimizadas para evitar influência negativa sobre o seu desempenho.

Das várias sistemáticas para leitura e análise de ambiente, indica-se a Matriz SWOT[81]. Ela dispensa cálculos estatísticos e é efetiva no que se propõe: facilitar a visualização do cenário onde se insere a Organização, permitindo o desenho de ambientes futuros, diante da observação sistematizada de tendências. Essa matriz se divide em interna e externa. Cada uma dessas partes demandará uma diferente forma de abordagem e um conjunto específico de ações e conduta da liderança.

[81] Técnica utilizada para fazer análise de ambiente (ou de cenário), sendo base para gestão e planejamento estratégico de uma Organização. O termo *SWOT* é um acrônimo de forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), oportunidades (*Opportunities*) e ameaças (*Threats*).

Os fatores internos estão sob a alçada de controle dos dirigentes da Organização e eles compreendem pontos tais como recursos, habilidades, estilo de liderança, qualidade da comunicação, competência dos servidores. Esse conjunto se constituirá no diferencial (força) ou na possibilidade de insucesso (fraqueza) da Organização, dependendo da forma como as informações coletadas sejam enxergadas e trabalhadas pelos líderes.

No ambiente externo (ameaças e oportunidades) conseguimos mensurar a imagem da organização, a força da sua marca, a habilidade que tem para se adequar às tendências dos cenários (ambiente), a qualidade do seu serviço e o suporte dado aos clientes. Este conceito pode ser sintetizado no pensamento de Zun Tsu, em seu livro *A Arte da Guerra*: "Se conhecemos o inimigo [ambiente externo] e a nós mesmos [ambiente interno], não precisamos temer o resultado de uma centena de combates. Se nos conhecemos, mas não ao inimigo, para cada vitória sofreremos uma derrota. Se não nos conhecemos nem ao inimigo, sucumbiremos em todas as batalhas." (PAGNONCELLI e VASCONCELLOS, 1992)

Uma proposta, para início das discussões sobre o Planejamento Estratégico da ESMPU, foi feita sobre o cenário da Escola, e ela consta dos quadros 5 e 6. Ele é composto por falhas comuns a todas as organizações: comunicação interna deficiente, dificuldade para sistematizar as informações, e falta de visão sistêmica. Algumas colocações decorrem da literatura da Administração, que sinaliza, por exemplo, a necessidade de ser avaliado o desempenho dos trabalhadores, para que ajustes possam ser feitos de forma direcionada e otimizada. Com base no Decreto 5.707, de 23 de fevereiro de 2006[82], sugere-se o mapeamento das competências e a capacitação das lideranças para ocuparem cargos de direção. Os demais itens decorrem de observação *in loco* e colocações feitas por participantes na avaliação de cursos, sendo os instrumentos de avaliação uma excelente fonte de informações sobre o que deve ser ajustado para bem atender ao cliente da Escola.

Com base na análise do ambiente a seguir, especialmente na parte relativa às "fraquezas", foram sugeridas ações, chamadas de *metas*. Elas foram apresentadas ao final deste capítulo, de acordo com as dimensões propostas pelo GesPública. Parte das metas foi agrupada dentro dos 4 Objetivos constantes da lei de criação da ESMPU. Essas metas referem-se a ações que a Escola direciona ao seu usuário.

[82] Instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Quadro 5 **Análise de Ambiente | interno**

Parte Interessada	FORÇAS	FRAQUEZAS
Acionista (Governo Federal / MPU)	• Implantação da cultura de planejamento na ESMPU • Credibilidade • Infraestrutura	• Deficiência e choque de informações nos documentos internos da ESMPU • Inexistência de Planejamento Estratégico • Estatuto desatualizado • Inexistência de Regimento Interno
Força de Trabalho	• Domínio dos sistemas corporativos • Troca de experiências entre os órgãos setoriais • Compreensão da necessidade de melhoria dos processos • Comprometimento das lideranças com o planejamento • Alta qualificação dos servidores da ESMPU	• Inexistência de quadro funcional • Falta de política educacional de treinamento e aprimoramento • Ausência do mapeamento de competências • Ausência do mapeamento de processos • Ausência de sistema de medição de desempenho • Falta de um corpo técnico para a adequação do conteúdo dos cursos • Ações da ESMPU proporcionam vagas a 40% do quadro do MPU • Visão fragmentada dos processos da ESMPU
Clientes (ramos e usuários dos serviços)	• Apoio dos ramos • Disseminação do conhecimento • Bom relacionamento com os clientes • Parceria com Instituições e Fundações	• Ausência de padronização de procedimentos • Deficiência na divulgação dos serviços prestados • Diversidade das Unidades da ESMPU • Inexistência de gestão de riscos e crises
Fornecedores e Parceiros	• Respaldo legal • Transparência e ética • Garantia e pontualidade de pagamento • Maior utilização do pregão eletrônico • Informação ao fornecedor	• Insuficiência de recursos para desenvolvimento de ações específicas
Comunidade / Sociedade	• Acessibilidade aos usuários dos serviços • Gestão eletrônica de documentos • Sistema de Atendimento ao Usuário • Participação em projeto socioambiental • Divulgação de informações por meio eletrônico	• Acessibilidade das publicações por meio eletrônico • Prédio em más condições e acessibilidade deficiente • Dificuldade para absorver novos clientes em busca de boas condições de atendimento

Quadro 6 **Análise de Ambiente | externo**

Parte Interessada	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Acionista (Governo Federal / MPU))	• Legislação atualizada • Incremento das demandas oriundas da MPU • Continuidade do planejamento estratégico MPU • Fortalecimento da ESMPU por parte dos ramos	• Instabilidade macroeconômica • Divisão de recursos deficiente, sem priorização por área. • Extinção da Secretaria de EAD do MEC, interferindo na licença da ESMPU em cursos de pós-graduação a distância e semipresenciais
Força de Trabalho	• Buscar cursos em outros Órgãos • Programa Governamental de Gestão por Competências	• Escassez de recursos orçamentário e financeiro para capacitação. • Falta de integração dos sistemas corporativos • Falta de um sistema de reconhecimento atrelado ao alcance de metas.
Clientes (ramos e usuários dos serviços)	• Planejamento Estratégico (foco no cliente)	• Falta de padronização de produtos • Instabilidade econômica • Contingenciamento orçamentário
Fornecedores e Parceiros	• Incentivo às parcerias • Agilização nas contratações (pregão – compras NET) • Buscar melhores práticas em órgãos de referência	• Restrições orçamentárias que comprometem a qualidade das ações
Comunidade / Sociedade	• Interação com a comunidade • Fortalecimento das relações com Órgãos Públicos • Projeto socioambiental	• Distanciamento do MPU da sociedade civil

Segundo Dornelas, a partir dos verbos da Matriz SWOT (figura 2) se procede à análise das informações sobre o ambiente:

> Cada um dos quadrantes da Matriz SWOT tem um verbo, uma ação maior a ser conduzida pela Organização, assim: Agir para: (1) Eliminar o que for a um só tempo uma ameaça e um ponto fraco; (4) Monitorar as ameaças que incidam sobre os pontos fortes; (3) Melhorar os pontos fracos, para fazer frente às oportunidades identificadas; e (2) Capitalizar [potencializar] sobre a conjugação entre os pontos fortes coincidentes com as oportunidades.

Figura 2 **Os verbos da Matriz SWOT**

Análise SWOT

INTERNA

EXTERNA	Pontos Fortes	Pontos Fracos	
	2 Capitalizar	3 Melhorar	Oportunidades
	4 Monitorar	1 Eliminar	Ameaças

Com base na análise de ambiente proposta, estes são os dados obtidos:

Eliminar ameaças: instabilidade macroeconômica; divisão de recursos deficiente, sem priorização por área; escassez de recursos orçamentário e financeiro para capacitação; falta de integração dos sistemas corporativos; falta de um sistema de reconhecimento atrelado ao alcance de metas; Falta de padronização de produtos; instabilidade econômica; contingenciamento orçamentário; restrições orçamentárias que comprometem a qualidade das ações; estrutura predial inadequada para o cumprimento de legislação (decreto de acessibilidade, estatuto do idoso etc.).

Capitalizar forças: implantação da cultura de planejamento na ESMPU; credibilidade; infraestrutura; domínio dos sistemas corporativos; troca de experiências entre os órgãos setoriais; compreensão da necessidade de melhoria dos processos; comprometimento das lideranças com o planejamento; alta qualificação dos servidores da ESMPU; apoio dos ramos; disseminação do conhecimento; bom relacionamento com os clientes; parceria com Instituições e Fundações; respaldo legal; transparência e ética; garantia e pontualidade de pagamento; maior utilização do pregão eletrônico; informação ao fornecedor; Acessibilidade aos usuários dos serviços; gestão eletrônica de documentos; sistema de Atendimento ao Usuário; participação em projeto socioambiental; divulgação de informações por meio eletrônico.

Melhorar oportunidades: legislação atualizada; incremento das demandas oriundas do MPU; continuidade do planejamento estratégico MPU; fortalecimento da ESMPU por parte dos ramos, buscar cursos em outros Órgãos; programa governamental de Gestão por Competências; planejamento Estratégico (foco no cliente); incentivo às parcerias; agilização nas contratações (pregão – compras NET); buscar melhores práticas em órgãos de referência; interação com a comunidade; fortalecimento das relações com Órgãos Públicos; projeto socioambiental.

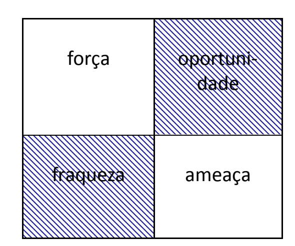
Monitorar fraquezas: deficiência e choque de informações nos documentos internos da ESMPU; inexistência de Planejamento Estratégico; estatuto desatualizado; inexistência de Regimento Interno; inexistência de quadro funcional; falta de política educacional de treinamento e aprimoramento; ausência do mapeamento de competências; ausência do mapeamento de processos; ausência de sistema de medição de desempenho; falta de um corpo técnico para a adequação do conteúdo dos cursos; ações da ESMPU proporcionam vagas para 40% do quadro do MPU; visão fragmentada dos processos da ESMPU; ausência de padronização de procedimentos; deficiência na divulgação dos serviços prestados; diversidade das Unidades da ESMPU; Inexistência de gestão de riscos e crises; insuficiência de recursos para desenvolvimento de ações específicas; Acessibilidade de publicações em meio eletrônico; Prédio em más condições e acessibilidade deficiente; incapacidade de absorver os clientes em busca de boas condições de atendimento.

As quatro áreas da Matriz devem ser analisadas simultaneamente, para se obter um resultado mais consistente (quadro 7).

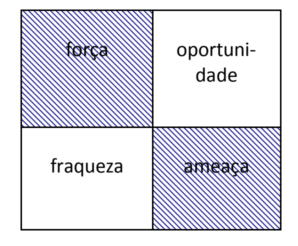
Quadro 7 **Análise SWOT de ambientes**

força	oportuni-dade
fraqueza	ameaça

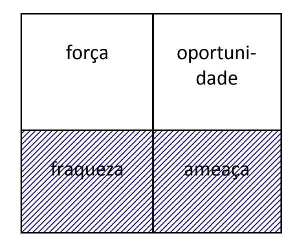
O cruzamento entre os quadrantes Força (interno) e Oportunidade (externo) mostra o contexto da Organização, destacando as vantagens competitivas dela e facilitando a tomada de decisão. Daqui surgem as informações para definir os Objetivos Estratégicos[83].



Ao cruzar as informações apuradas nos quadrantes Oportunidade (externo) e Fraqueza (interno), tem-se chão para atuar na redução de nossas deficiências internas, para melhor aproveitar os bons ventos externos à Organização.



O cruzamento entre Ameaças (externos) e Forças (internos), pode representar a possibilidade de se investir na modificação do Ambiente, de modo a torná-lo favorável à Organização.



Um sinal vermelho de alerta surgirá se, ao serem cruzadas as informações de Ameaças com Fraquezas, surgirem matérias estratégicas para a Organização. Uma atenção especial deve ser dispensada para os assuntos, para que os ajustes internos necessários sejam feitos a tempo e a hora. Estas informações darão origem aos Fatores Críticos de Sucesso[84].

Superpondo os ambientes interno e externo da ESMPU, tem-se o material para extrair seus *objetivos estratégicos* – aonde ela quer chegar –, e os *fatores críticos de sucesso* – quais as condições ou variáveis que, quando adequadamente gerenciadas, podem ter

[83] Conjunto de resultados desejados que, obrigatoriamente, precisam concretizar-se no horizonte temporal do plano estratégico. Ele surge da agenda dos líderes; são de longo prazo; afetam a Organização como um todo; têm significativas ramificações financeiras; podem requerer novos programas ou serviços para serem acompanhados; são fundamentais para um ou para vários representantes das partes interessadas; podem requerer reforço no quadro funcional.

[84] Características, condições, ou variáveis que quando adequadamente sustentadas, mantidas ou gerenciadas podem ter impacto significativo sobre o sucesso da posição de competitividade de uma organização dentro de um segmento específico. Os Fatores Críticos de Sucesso são os responsáveis por fornecer o norte para a gestão propriamente dita. É a partir da indicação deles que o acompanhamento sistemático das ações se dará. Com a definição dos FCS, os temas que porventura estejam um tanto etéreos e difusos, ficarão 'reais', palpáveis, presentes para aqueles encarregados de conduzir as atividades no dia a dia.

impacto significativo sobre o sucesso dos objetivos estratégicos. Os itens, extraídos da análise de ambiente proposta seguem abaixo:

Objetivos estratégicos

Forças: implantação da cultura de planejamento na ESMPU; credibilidade; infraestrutura; troca de experiências entre os órgãos setoriais; compreensão da necessidade de melhoria dos processos; comprometimento das lideranças com o planejamento; alta qualificação dos servidores da ESMPU; apoio dos ramos; disseminação do conhecimento; bom relacionamento com os clientes; parceria com Instituições e Fundações; respaldo legal; transparência e ética; garantia e pontualidade de pagamento; maior utilização do pregão eletrônico; informação ao fornecedor; Acessibilidade aos usuários dos serviços; gestão eletrônica de documentos; Sistema de Atendimento ao Usuário; Participação em projeto socioambiental; Divulgação de informações por meio eletrônico.

Oportunidades: legislação atualizada; incremento das demandas oriundas do MPU; continuidade do planejamento estratégico MPU; fortalecimento da ESMPU por parte dos ramos buscar cursos em outros Órgãos; programa governamental de Gestão por Competências; planejamento Estratégico (foco no cliente); incentivo às parcerias; agilização nas contratações (pregão – compras NET); buscar melhores práticas em órgãos de referência; interação com a comunidade; fortalecimento das relações com Órgãos Públicos; projeto socioambiental.

Para garantir um entendimento completo de sua função, os objetivos estratégicos são definidos em dois níveis de detalhes:

1. Nome do objetivo / título / enunciado – uma definição mais resumida para ser usada em representações gráficas, tais como o Mapa Estratégico.

2. Descrição/ enunciado do objetivo – parágrafo composto por uma ou mais frases que definem o objetivo com maior precisão para uso em material de apoio. Garante completo e igual entendimento do objetivo por parte de todos que o leiam.

O objetivo estratégico deve ser estabelecido na forma de verbo, de ação, como sendo a última consequência ou efeito esperado, conforme exemplo abaixo.

Objetivo Estratégico *Otimizar a utilização de recursos*
Descrição
Criar e manter condições para a redução do tempo gasto nos processos, mapeando, padronizando e automatizando. Capacitar os servidores para a utilização das novas ferramentas.

O objetivo deve ser redigido de maneira sintética, deixando o detalhamento para quando estiver identificando os projetos, as iniciativas e os planos de ação para torná-lo realidade. Bem redigido, ele terá os seguintes traços:

- precisar claramente o significado sugerido pelo objetivo
- ressaltar porque cada objetivo é importante para os clientes da Organização, os Servidores e as outras partes interessadas
- discutir brevemente como o objetivo será atingido

Fatores Críticos de Sucesso

Levantados os Objetivos Estratégicos, é o momento de explorar o que poderá interpor-se entre as ações e o êxito. Assim, pergunta-se: o que pode impedir ou o que falta para o cumprimento do objetivo estratégico? As respostas obtidas constituirão o rol dos Fatores Críticos de Sucesso (FCS) – sendo que, aqui, "crítico", tem a conotação de *grave, perigoso*. Então, os FCS são os responsáveis por fornecer o norte para a gestão propriamente dita. É a partir da indicação deles que o acompanhamento sistemático das ações se dará. Com a definição dos FCS, os temas que porventura estivessem etéreos e difusos, ficarão "reais", palpáveis, presentes para aqueles encarregados de conduzir as atividades no dia a dia. Eles – os FCS – representam o convite oficial para que os Servidores participem da prática do planejamento estratégico.

De um modo geral, os fatores críticos de sucesso estão mais relacionados às ameaças e fraquezas identificadas na análise de ambiente. Abaixo, o que consta da Matriz SWOT proposta:

Fraquezas: deficiência e choque de informações nos documentos internos da ESMPU; inexistência de Planejamento Estratégico; estatuto desatualizado; inexistência de Regimento Interno; inexistência de quadro funcional; falta de política educacional de treinamento e aprimoramento; ausência do mapeamento de competências; ausência do mapeamento de processos; ausência de sistema de medição de desempenho; falta de um corpo técnico para a adequação do conteúdo dos cursos; ações da ESMPU proporcionam vagas só para 40% do quadro do MPU; visão fragmentada dos processos da ESMPU; ausência de padronização de procedimentos; deficiência na divulgação dos serviços prestados; diversidade das Unidades da ESMPU; Inexistência de gestão de riscos e crises; insuficiência de recursos para desenvolvimento de ações específicas; prédio em más condições; incapacidade de absorver os clientes em busca de boas condições de atendimento.

Ameaças: instabilidade macroeconômica; divisão de recursos deficiente, sem priorização por área; escassez de recursos orçamentário e financeiro para capacitação; falta de integração dos sistemas corporativos; falta de um sistema de reconhecimento atrelado ao alcance de metas; falta de padronização de produtos; instabilidade econômica; contingenciamento orçamentário; restrições orçamentárias que comprometem a qualidade das ações; estrutura predial

inadequada para o cumprimento de legislação (decreto de acessibilidade, estatuto do idoso etc.).

Seguindo o exemplo dado para os objetivos estratégicos, para a sua consecução – considerando as fraquezas e ameaças da análise do ambiente proposta – o FCS seria:

Objetivo Estratégico *Otimizar a utilização de recursos*

Descrição

Criar e manter condições para a redução do tempo gasto nos processos, mapeando, padronizando e automatizando. Capacitar os servidores para a utilização das novas ferramentas.

Fatores Críticos de Sucesso

- Padronização
- Desempenho das pessoas

Há a possibilidade de serem utilizados cenários específicos, elaborados por especialistas, conforme indicam PAGNONCELLI e VASCONCELLOS (1992) no quadro 8:

Quadro 8 **Especialistas em cenários**

Cenários Políticos	Cenários Tecnológicos
1. Alexandre Barros Prof. da UnB Brasília	**1.** Programa de Estudos do Futuro Prof. Ruy Aguiar da Silva Leme Instituto de Administração da USP
2. Said Farhat Semprel – Brasília	**2.** Meta Tech Estratégias Tecnológicas Brasília
3. Carta Política – Elementos para Decisão Política e Econômica Editora Conjuntura Ltda. - São Paulo	
Cenários Econômicos	**Cenários Mercadológicos**
1. Macrométrica Pesquisas Econômicas Rio de Janeiro	**1.** Business International do Brasil Subsidiária da The Economist James Wygand São Paulo
2. Hedge Consultoria Econômica Ltda. Belo Horizonte	**2.** IPPM – Instituto Paulista de Pesquisa de Mercado Antônio Leal - São Paulo
3. Indicadores Antecedentes AMR. Editora Ltda. - São Paulo	
4. Suma Econômica São Paulo	

Metas e resultados esperados

"Quando o homem não sabe para qual porto ele se dirige, nenhum vento é o vento certeiro", asseverou Sêneca, filósofo espanhol que viveu de 4 a.C. a 65 d.C. Assim, quando não se tem uma definição clara das metas de um negócio tanto no longo quanto no curto prazo, de nada adianta fazer-se um planejamento, por mais completo que seja, pois qualquer caminho é idêntico ao outro. Então, a principal razão de se escrever as metas é procurar adequar e orientar o caminho a ser seguido para que a Organização esteja cumprindo sua Missão, em direção à sua Visão.

As metas devem ser ações específicas e mensuráveis e criar um elo indissolúvel entre as ações da organização e sua Missão. Para atingir suas metas, a Organização deve estar disposta a comprometer os recursos (dinheiro e pessoas) necessários, assim como orientar suas ações e decisões a partir delas.

A partir da análise de ambiente proposta foram elaboradas algumas metas. Buscou-se que elas se traduzissem em ações específicas, mensuráveis, realistas, relevantes, desafiadoras, mas factíveis. A intenção é palmilhar o terreno para a consecução dos objetivos presentes no artigo 3º da lei de criação da ESMPU, quais sejam:

> I - iniciar novos integrantes do Ministério Público da União no desempenho de suas atribuições institucionais
>
> II - aperfeiçoar e atualizar a capacitação técnico-profissional dos membros e servidores do Ministério Público da União
>
> III - desenvolver projetos e programas de pesquisa na área jurídica
>
> IV - zelar pelo reconhecimento e a valorização do Ministério Público como instituição essencial à função jurisdicional do Estado

Quando todos os objetivos são alcançados, será atendida a Missão da ESMPU: "Facilitar o contínuo aperfeiçoamento dos membros e servidores do Ministério Público da União, para uma atuação profissional eficaz." A Escola precisa estabelecer a sua Visão, que é a definição de um ponto no futuro, um objetivo alcançável, mas desafiador. "Desenvolver uma visão para a empresa exige ter visão – não de negócios, mas do mundo" (JÚLIO, 2005, p. 140).

Para o estabelecimento das metas, levou-se em consideração a Missão da Escola. As metas ora propostas buscam manter-se em um nível possível de consecução pela ESMPU,

reforçando assim o seu sentimento de realização, sem oferecer riscos de frustrarem-se os esforços com propostas numerosas, que se tornem fonte de desgaste. Afinal de contas *várias flechas não garantem o acerto do alvo, e vários alvos confundem o arqueiro*. A proposta busca o ideal, o realizável, o possível, explorando os limites, para reduzi-los; e as alternativas de ação, para ampliá-las.

Embora a eficiência operacional não seja estratégia, ela é igualmente importante e necessária, isto porque poucas estratégias resistem em organizações que não sejam operacionalmente eficazes (JÚLIO, 2005, p.123). Assim, partiu-se de propostas com viés administrativo-gerenciais (quadros 9 a 30) visando à padronização, sistematização e organização interna da ESMPU. Essas metas foram escolhidas de forma tal que umas reforçam as outras, criando um tecido de trama fechada, que visa a conferir mais segurança e rapidez às ações. Elas foram extraídas, na sua maioria, das *fraquezas* que constam da análise de cenário (quadros 5 e 6), e foram agrupadas pelos 8 critérios do Modelo de Excelência da Gestão Pública do GesPública:

1. Liderança
2. Estratégias e planos
3. Cidadãos
4. Sociedade
5. Informação e conhecimento
6. Pessoas
7. Processos
8. Resultados

Este último critério não tem metas específicas ligadas a ele. Ao contrário: ele se inclui em todas as metas apresentadas. Essas metas também têm macroatividades, cronograma de implantação e justificativa.

O elemento crítico de um programa que traduza estratégia em ação é justamente estabelecer metas de superação, quantificáveis e de longo prazo que tanto a alta administração quanto os servidores considerem realizáveis.

Quadro 9

Critério 1 - LIDERANÇA - metas administrativo-gerenciais para a ESMPU

Meta

1 - Capacitar os secretários e as chefias intermediárias, de maneira contínua, em liderança e gestão de pessoas (todos capacitados no 1º ano, com reciclagens posteriores)

Macroatividades	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Escolher os cursos a serem feitos						
- Fazer o cronograma de treinamento						
- Aplicar avaliação de impacto						

Justificativa

Na nova organização, a liderança não mais se limita às funções tradicionais de planejar, organizar, comandar, coordenar e controlar. Hoje, são reconhecidos outros papéis como os de símbolo, mentor, guardião da cultura e dos valores da organização, promotor de relações de qualidade com pessoas, clientes, parceiros, fornecedores e concorrentes, e defensor de ações ambientais e socialmente responsáveis. A liderança se exerce na organização como um todo, mas muitas vezes transcende suas fronteiras. As organizações de melhor desempenho têm seus departamentos, setores e equipes dirigidos por líderes que sabem como fazer as pessoas trabalhar de forma colaborativa e inovadora, porque existe uma correlação direta entre a maneira como as pessoas veem seus gerentes e a forma como se conduzem. A ESMPU deve considerar que depende da atuação do seu quadro a consecução dos seus objetivos e a realização de sua Missão.

Resultados esperados

- Ambiente propício à criatividade e inovação
- Laços aprofundados e relacionamento interpessoal melhorado
- Atendimento personalizado a usuários

Meta

2 - Capacitar os secretários e as chefias intermediárias para cargos de direção, de maneira contínua (todos capacitados no 1º ano, com reciclagem nos anos posteriores)

Macroatividades	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Escolher os cursos a serem feitos						
- Fazer o cronograma de treinamento						
- Aplicar avaliação de impacto						

Justificativa

Cumprimento do que determina o Decreto 5.707/2006, em seu art. 6º *"Os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão incluir em seus planos de capacitação ações voltadas à habilitação de seus servidores para o exercício de cargos de direção e assessoramento superiores, as quais terão, na forma do art.9º da Lei n. 7.834, de 06 de outubro de 1989, prioridade nos programas de desenvolvimento de recursos humanos."*

Resultados esperados

- Ambiente propício à criatividade e inovação
- Laços aprofundados e relacionamento interpessoal melhorado
- Potencial das equipes mais bem direcionados

Quadro 10

Critério 2 - ESTRATÉGIAS e PLANOS - metas administrativo-gerenciais para a ESMPU

Meta

1 - Elaborar o Planejamento Estratégico da ESMPU

Macroatividades	2011	2012	2013	2014	2015	2016
- Fazer a leitura do ambiente						
- Determinar os objetivos estratégicos e os fatores de risco						
- Estabelecer metas e indicadores						
- Divulgar a estratégia ao quadro ESMPU						
- Proceder ao acompanhamento e ajustes necessários						

Justificativa

O olhar estratégico faz com que o Gestor passe a gerenciar melhor os problemas do dia a dia porque o seu foco muda de "discutir os problemas" para um questionamento sobre "como transformar os problemas que surgiram em oportunidades?" São definidos os motivos para a existência da organização, de quais pontos ela não pode se descuidar, qual a direção a seguir, os melhores caminhos a tomar. Mais do que comunicar estas informações para os colaboradores, o planejamento estratégico esclarece estes pontos para o próprio Gestor.

Resultados esperados

- Oportunidades mais bem aproveitadas
- Riscos controlados e crises diminuídas
- Otimização dos esforços e do ferramental da ESMPU

Meta

2 - Aderir ao Programa GesPública

Macroatividades	2011	2012	2013	2014	2015	2016
- Conhecer as tecnologias disponibilizadas pelo Gespública						
- Discutir a estratégia para a adesão						
- Divulgar o Programa na ESMPU						
- Implantação do GesPública						
- Monitorar as melhorias implantadas						
- Inscrever a ESMPU para o prêmio Nacional de Gestão Pública						

Justificativa

Melhorar os processos gerenciais da Escola, com o intuito de promover, pela disseminação dos fundamentos e requisitos da boa gestão, a mobilização dos envolvidos para a melhoria dos processos socioeducacionais e a promoção efetiva da aprendizagem.

Resultados esperados

- Excelência na gestão, seguindo Programa do Governo Federal
- Transparência de ações
- Gestão por resultados, maximizando a aplicação orçamentária
- Visão sistêmica da ESMPU por parte do seu quadro

Quadro 11

Critério 2 - ESTRATÉGIAS e PLANOS - metas administrativo-gerenciais para a ESMPU

Meta

3 - Rever, anualmente, os cenários do MPU

Macroatividades	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Aprovar a proposta						
- Alterar o art.11 do Regulamento de Publicações e Desenvolvimento Científico						
- Produzir relatórios semestrais						

Justificativa

A tomada de decisão, em todos os níveis da organização, deve se apoiar na análise de fatos, dados e informações dos ambientes interno e externo, abrangendo todas as partes interessadas. As medições devem refletir as necessidades e estratégias da organização e fornecer informações confiáveis sobre processos e resultados. Essas análises atualizadas também alimentarão o planejamento das ações educacionais.

Resultados esperados

- Treinamento e desenvolvimento dos servidores atualizados continuamente
- Gestão adequada à realidade e ações conduzidas de maneira proativa
- Decisões criativas tomadas considerando as forças externas
- Estratégias revisadas e benefícios para a organização maximizados
- Redução das crises e, por consequência, do desperdício de recursos e tempo

Meta

4- Elaborar o PDTI-Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

Macroatividades	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Designar Comitê de TI						
- Estabelecer políticas / indicadores						
- Publicar o PDTI						
- Avaliar de monitorar políticas						

Justificativa

O alinhamento de todos os planos, recursos e unidades organizacionais é um fator fundamental para que a estratégia delineada no planejamento possa ser implementada. Assim, o planejamento estratégico de TI tem que estar alinhado com os planos de negócio da organizaçãopara o estabelecimento das prioridades e das ações a serem realizadas na área de TI (Acórdão 1.603/2008-Plenário TCU).

Resultados esperados

- Riscos mitigados e mantidos em patamares aceitáveis
- Controle da Governança Corporativa de TI estabelecido
- Planejamento estratégico de TI estabelecido e executado
- Priorização de ações e gastos de TI estabelecida em contexto estratégico

Quadro 12

Critério 3 - INFORMAÇÃO e CONHECIMENTO - metas administrativo-gerenciais para a ESMPU

Meta

1 - Instituir um corpo técnico que atue no aperfeiçoamento do conteúdo dos cursos oferecidos

Macroatividades	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Criar grupos de trabalho com representantes dos ramos altamente qualificados						
- Adequar o conteúdo programático dos cursos, de acordo com as expectativas dos ramos e os seus respectivos Planejamentos Estratégicos						
- Inserir as modificações no Plano de Atividades						
- Divulgar os cursos na página da ESMPU e em outros veículos de comunicação do MPU						

Justificativa

A adequação técnica do conteúdo programático dos cursos de acordo com as necessidades de capacitação dos ramos tornará mais clara e útil a programação da ESMPU, facilitando a escolha dos capacitadores, a avaliação de impacto e todo o acompanhamento posterior.

Resultados esperados

- Conteúdos programáticos tecnicamente adequados às necessidades
- Facilidade para a contratação de capacitadores
- Facilidade para avaliar e acompanhar resultados da capacitação

Meta

2 - Melhorar a comunicação interna na ESMPU

Macroatividades	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Adequar a comunicação à gestão						
- Escolher a mídia para atingir o público-alvo por assunto						
- Integrar os sistemas de comunicação (intranet; portais; banco de dados etc.)						
- Monitorar o sucesso da comunicação						

Justificativa

A comunicação é um processo multifacetado que ocorre ao mesmo tempo em vários níveis -- consciente, inconsciente, subconsciente –, como parte orgânica do dinâmico processo da própria vida. Ela é importante para as ações internas à organização; mais ainda no que se refere às ações externas. A comunicação interna ocupa um dos primeiros lugares na lista dos empregados a respeito de qualidades de um lugar bom para se trabalhar, e exerce uma tremenda influência sobre o atendimento que eles dispensam aos clientes.

Resultados esperados

- Comportamento do quadro afetado, para que o bom atendimento se dê
- Clima de confiança criado
- Ambiente propício à criatividade e inovação criado
- Visão da organização como um todo, para tornar mais realista a tomada de decisão

Quadro 13

Critério 3 - INFORMAÇÃO e CONHECIMENTO - metas administrativo-gerenciais para a ESMPU						
Meta 3 - Revisar os documentos internos que publicam regras de trabalho da ESMPU						
Macroatividades - Criar grupo de trabalho	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Uniformizar as informações/vocabulário						
- Aprovar as alterações						
- Publicar os novos documentos						
Justificativa A padronização leva ao aumento da qualidade, faz com que todos falem a mesma língua, resultando na relação positiva entre o desempenho do ambiente de trabalho e os padrões definidos, onde todos os envolvidos ganham.						
Resultados esperados • Padronização da linguagem, regras e propostas • Uniformidade no trabalho • Segurança nas ações						
Meta 4 - Elaborar instrumentos gerenciais (*)						
Macroatividades - Levantar as necessidades de informação do Diretor-Geral	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Desenhar os instrumentos, em conjunto com a TI						
- Elaborar rotina de coleta de dados						
- Testar e readaptar os instrumentos, se necessário						
Justificativa Para dar eficácia ao processo de tomada de decisões, a Organização deve dispor de sistemas estruturados de informação adequados às suas atividades e desenvolver formas de obtenção e uso sistemático de informações comparativas. Uma Organização é eficaz quando é capaz de gerar e monitorar resultados para os clientes, colaboradores, fornecedores e sociedade.						
Resultados esperados • Processo de decisão apoiado em informações atualizadas • Segurança na tomada de decisão • Atendimento prestado ao cliente com mais qualidade e presteza						

(*) Esses instrumentos podem constituir um painel de gestão, contemplando, por exemplo: controle de custos e despesas; atraso e faltas de capacitadores; dados de avaliação sobre capacitadores e participantes; demandas feitas para a ESMPU e não respondidas, ordenadas cronologicamente; acervo da biblioteca: quais livros são mais procurados; publicação dos membros; índice de ocupação do laboratório; resultados práticos das pesquisas; percentual da não realização de cursos programados; percentual de participantes que respondem às avaliações de reação; percentual de desagrado com os diversos temas avaliados etc. A intenção é a de acompanhar assuntos considerados estratégicos e sobre os quais ações de gestão serão conduzidas pela Diretoria-Geral.

Quadro 14

Critério 3 - INFORMAÇÃO e CONHECIMENTO - metas administrativo-gerenciais para a ESMPU

Meta
5 - Aprovar a nova estrutura da ESMPU, criando seu quadro

Macroatividades	2011	2012	2013	2014	2015	2016
- Desenhar a estrutura necessária, de acordo com o Planejamento Estratégico da ESMPU						
- Encaminhar o processo para o órgão de direito						
- Acompanhar o processo e negociar possíveis adequações						

Justificativa
Assim como nos seres vertebrados a estrutura formada pelos ossos define a funcionalidade de cada membro do corpo, a estrutura organizacional é a responsável por facilitar ou complicar o alcance de objetivos.

Resultados esperados
- Quadro mais bem dimensionado, de acordo com as atividades desenvolvidas
- Processo de trabalho mais adequadamente estabelecido
- Possibilidade de abraçar novos e inovadores projetos

Meta
6 - Aprovar o Regimento Interno

Macroatividades	2011	2012	2013	2014	2015	2016
- Criar grupo de trabalho						
- Abrir fórum para participação do quadro ESMPU						
- Estudar as propostas apresentadas para o Regimento Interno						
- Fazer as adequações e aprovar a peça						
- Entregar, sob protocolo, uma cópia escrita do Regimento Interno a cada um dos integrantes do quadro da ESMPU						

Justificativa
As relações trabalhistas, como em qualquer outra relação humana, não podem prescindir da transparência. Assim, para um bom funcionamento, toda organização deve deixar claro aos seus empregados o que é esperado dele, com especial atenção às condutas aceitas ou não durante o horário e no local de trabalho. E é no Regimento Interno que essas regras de conduta serão estabelecidas.

Resultados esperados
- Compreensão das regras de funcionamento da ESMPU pelo seu quadro
- Uniformização das ações
- Segurança nos trabalhos

Quadro 15

Critério 3 - INFORMAÇÃO e CONHECIMENTO - metas administrativo-gerenciais para a ESMPU

Meta

7 - Implantar a Gestão da Informação (conhecimento)

Macroatividades	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Estabelecer a política de gestão do conhecimento (sistemas, política cultural corporativa etc)						
- Criar o sistema que permita a gestão do conhecimento						
- Implantar e acompanhar o processo						

Justificativa

A informação é a base para os processos de decisão e a fonte do conhecimento, ferramenta de formulação de estratégias e de gestão, sendo a gestão de Sistemas de Informação um fator-chave na criação de valor agregado. Essa gestão apoia os gestores na tomada de decisões; torna mais eficaz o conhecimento do meio envolvente; e ajuda a formar uma imagem da organização, do seu projeto e dos seus produtos, através da implantação duma estratégia de comunicação interna e externa. A criação e a implantação de processos que gerem, armazenem, gerenciem e disseminem o conhecimento representam o mais novo desafio a ser enfrentado pelas empresas. Termos como "capital intelectual", "capital humano", "capacidade inovadora", "ativos intangíveis" ou inteligência empresarial" já fazem parte do dia a dia de muitos executivos.

Resultados esperados

- Modelagem dos processos corporativos a partir do conhecimento gerado
- Sistemas articulados e eficiência no acesso ao conhecimento
- Gestores apoiados por informações

Meta

8 – Elaborar o regulamento do trabalho de conclusão de curso para as pós-graduações

Macroatividades	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Criar grupo de trabalho						
- Uniformizar as informações						
- Aprovar o regulamento						
- Publicar o novo documento						

Justificativa

A padronização leva ao aumento da qualidade, faz com que todos falem a mesma língua, resultando na relação positiva entre o desempenho do ambiente de trabalho e os padrões definidos, onde todos os envolvidos ganham.

Resultados esperados

- Padronização da linguagem, regras e propostas
- Uniformidade no trabalho
- Segurança nas ações

Quadro 16

Critério 3 - INFORMAÇÃO e CONHECIMENTO - metas administrativo-gerenciais para a ESMPU

Meta
9 - Criar um Centro de Documentação com estrutura de Biblioteca, Arquivo e Videoteca

Macroatividades	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Aprovar o projeto do Centro de Documentação da ESMPU						
- colocar no orçamento						
- Implantar o Centro de Documentação						

Justificativa
Para que os documentos cumpram a sua função social, administrativa, jurídica, técnica, científica, cultural, artística e/ou histórica é preciso que estejam organizados e acessíveis. Documento aqui é entendido como conjunto da informação e seu suporte. A Escola hoje possui a biblioteca, mas não detêm uma estrutura e arquivos organizados, principalmente os documentos produzidos pelas áreas. A criação do Centro de documentação contribuirá para facilitar a consulta dos documentos das áreas. Toda a organização contemplará os critérios de acessibilidade para as pessoas com necessidades especiais (PNE). Para a implementação do Centro de documentação será necessário aumentar a equipe com pelo menos mais 2 bibliotecários, 2 técnicos, 1 arquivista e 2 estagiários (1 de biblioteconomia e outro de arquivologia), bem como um espaço físico maior.

Resultados esperados
- Organização dos documentos das áreas da ESMPU, facilitando a consulta
- Maior difusão da informação
- Condições de acessibilidade para PNE

Meta
10 - Criar uma Biblioteca digital para obras da ESMPU (monografias, cursos eventuais, palestras, pesquisas etc.)

Macroatividades	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Aprovar o projeto da biblioteca digital e colocar no orçamento						
- colocar no orçamento						
- Implantar o Centro de Documentação						

Justificativa
A biblioteca digital promoverá acesso imediato e em tempo real às obras da ESMPU, como monografia, publicações, teses, gravação dos cursos, palestras, entre outras atividades da Escola. Os documentos assim disponibilizados facilitam o acesso a um custo menor a seu público, pois a pessoa não tem que se deslocar para a biblioteca, tendo acesso pela rede mundial de computadores, por exemplo. O acesso à íntegra dos documentos acadêmicos, por exemplo, complementa a política de educação a distância adotada pela ESMPU, bem como atende às pessoas com necessidades especiais.

Resultados esperados
- Atender o público a distância com acesso aos documentos na íntegra
- Maior difusão da informação
- Condições de acessibilidade para PNE

Quadro 17

Critério 3 - INFORMAÇÃO e CONHECIMENTO - metas administrativo-gerenciais para a ESMPU						
Meta 11 – Disponibilizar documentos e publicações seguindo os padrões de acessibilidade						
Macroatividades	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Aprovar o projeto do Centro de Documentação da ESMPU						
- colocar no orçamento						
- Implantar o Centro de Documentação						

Justificativa

Para que os documentos cumpram a sua função social, administrativa, jurídica, técnica, científica, cultural, artística e/ou histórica é preciso que estejam organizados e acessíveis. Documento aqui é entendido como conjunto da informação e seu suporte. A Escola hoje possui a biblioteca, mas não detêm uma estrutura e arquivos organizados, principalmente os documentos produzidos pelas áreas. A criação do Centro de documentação contribuirá para facilitar a consulta dos documentos das áreas. Toda a organização contemplará os critérios de acessibilidade para as pessoas com necessidades especiais (PNE). Para a implementação do Centro de documentação será necessário aumentar a equipe com pelo menos mais 2 bibliotecários, 2 técnicos, 1 arquivista e 2 estagiários (1 de biblioteconomia e outro de arquivologia), bem como um espaço físico maior.

Resultados esperados

- Organização dos documentos das áreas da ESMPU, facilitando a consulta
- Maior difusão da informação
- Condições de acessibilidade para PNE

Quadro 18

Critério 4 - PESSOAS - metas administrativo-gerenciais para a ESMPU

Meta

1 - Aprimorar a inscrição para cursos pela Web

Macroatividades	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Mapear o processo						
- Desenvolver o Sistema						
- Validar o Sistema						

Justificativa

As pessoas querem fazer um bom trabalho e o farão se tiverem as ferramentas e o suporte adequados. A inscrição pela Web reduzirá a quantidade de papel, arquivo e armários para sua guarda, além, de facilitar o acesso do interessado e o controle pelos servidores.

Resultados esperados

- Redução do consumo de papel
- Redução da quantidade de arquivos físicos
- Controle simplificado
- Atendimento mais ágil

Meta

2 - Criar um ambiente favorável à criatividade e à inovação

Macroatividades	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Desenvolver o relacionamento interpessoal e a confiança entre as pessoas						
- Preparar a chefia para conduzir essas novas equipes						
- Melhorar a comunicação interna						
- Fazer seminários e oficinas periódicas, para despertar a criatividade e fortalecer laços interpessoais						

Justificativa

A inovação é vital em um mundo de constantes mudanças. Assim como a inteligência é distribuída nos sistemas vivos, a inovação deve permear toda a organização, além de suas redes internas e externas. Ela floresce em culturas onde haja confiança, propensão ao risco e tolerância com o erro bem intencionado. As organizações inovadoras têm 3 características: excelência operacional, senso de missão, e foco na inovação.

Resultados esperados

- Criação de demandas inteiramente novas, com foco total nos clientes
- Redescoberta em termos de novos produtos/serviços
- Adaptação à nova ordem econômica mundial
- Manutenção de nova dimensão de desempenho, enxergando o presente pelo olhar do futuro

Quadro 19

Critério 4 - PESSOAS - metas administrativo-gerenciais para a ESMPU

Meta

3 - Incrementar o alcance das ações de capacitação da Escola junto a membros e servidores do MPU

Macroatividades	2011	2012	2013	2014	2015	2016
- Elaborar grade de cursos em sintonia com os interesses e necessidades dos membros e servidores						
- Elaborar plano de comunicação						
- Elaborar peças de divulgação das ações educacionais						
- Acompanhar os resultados						
- Proceder a ajustes na estratégia						

Justificativa

Atualmente, as vagas disponibilizadas pela ESMPU atingem em torno de 40% dos servidores e membros do MPU. Para 2012, a ESMPU prevê disponibilizar 8.856 (oito mil, oitocentos e cinquenta e seis) vagas em cursos de aperfeiçoamento profissional e, até o final do quadriênio 2012-2015, a previsão é de que cerca de 65 mil vagas sejam disponibilizadas. A meta é que todo servidor da área administrativa do MPU participe de 1 curso e, todos os da área finalística, de 2.

Resultados esperados

- Membros mais bem preparados para a atuação nas várias áreas.
- ESMPU fortalecida

Meta

4 - Implantar a Avaliação de Impacto

Macroatividades	2011	2012	2013	2014	2015	2016
- Mapear os processos dos ramos						
- Divulgar a proposta da avaliação de impacto e suas vantagens						
- Implementar a avaliação						
- Acompanhar e proceder a ajustes						

Justificativa

Em um contexto que busca o diferencial, a inovação e a excelência, os investimentos das organizações em treinamentos e na aprendizagem aumentam. Avaliar a adequação dos cursos ao Planejamento Estratégico dos ramos é, ao mesmo tempo, elevar a qualidade do programa e melhor empregar os recursos públicos.

Resultados esperados

- Emprego do orçamento em capacitação de maneira adequada
- Eficácia da capacitação
- Melhoria do desempenho

Quadro 20

Critério 4 - PESSOAS - metas administrativo-gerenciais para a ESMPU						
Meta 5 - Instituir um catálogo de cursos						
Macroatividades - Formatar o catálogo	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Escolher quais cursos comporão o catálogo, de acordo com o Planejamento Estratégico dos ramos						
- Publicar o catálogo na página da ESMPU						
Justificativa Manter um catálogo dos cursos, com conteúdo programático, duração, objetivos e pré-requisitos torna mais fácil para as áreas elaborarem seus planejamentos de capacitação, e também torna mais ágil o atendimento. Um catálogo demonstra organização e desperta maior confiabilidade nos serviços da ESMPU.						
Resultados esperados • Visualização dos cursos simplificada • Rapidez no atendimento • Facilidade na escolha dos cursos						
Meta 6 - Melhorar a estrutura e o conteúdo dos projetos educacionais, atentando para a formalidade dos documentos						
Macroatividades - Criar grupo com habilidades para a revisão do material	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Coletar todos os cursos oferecidos pela ESMPU						
- Revisar e aprovar o material						
- Inserir os dados no sistema						
Justificativa Adequar os objetivos e a justificativa dos cursos da ESMPU, preparando o material para a documentação a ser apresentada ao MEC, para credenciamento, junto ao Ministério da Educação, como Instituição de Pós-Graduação e Pesquisa.						
Resultados esperados • Justificativas e objetivos dos cursos escritos de maneira conforme e clara • Parte importante do material para o credenciamento da ESMPU no MEC preparada						

Quadro 21

Critério 4 - PESSOAS - metas administrativo-gerenciais para a ESMPU

Meta

7 - Implantar o Programa de Gestão por Competências

Macroatividades	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Partir da Missão e da Visão de Futuro da ESMPU						
- Estabelecer os requisitos que os servidores ESMPU devem possuir para atenderem a estratégia						
- Determinar o modelo de Gestão de Competências						
- Implementar o processo						

Justificativa

Competência é a capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitação a eles. Gestão por competência é a gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição. As organizações estão entendendo que somente a avaliação técnica de uma pessoa, baseada nos conhecimentos e habilidades que possui, não é suficiente para dizer se ela será um profissional que atende a todas as exigências de um determinado cargo. É importante conhecer o perfil comportamental, as atitudes, completando o CHA (comportamento, habilidades e atitudes) das pessoas. A busca deve ser a adequação das competências dos servidores aos objetivos da ESMPU, tendo como referência o PPA e o Planejamento Estratégico. Esta gestão atende o contido no Decreto n. 5.707/2006, que Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal. Cabe à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão desenvolver o Programa de Gestão por Competências.

Resultados esperados

- Capital intelectual alinhado com a estratégia da ESMPU
- Quadro ESMPU desenvolvido profissionalmente

Meta

8 - Elaborar política educacional de treinamento e aprimoramento

Macroatividades	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Partir do mapeamento de processos						
- Estabelecer e balizar as diretrizes e critérios com os envolvidos no processo						
- Aprovar e implantar o Plano						

Justificativa

A política educacional contribui para conferir identidade à ESMPU. Auxilia no direcionamento dos recursos orçamentários, capacitando os servidores de acordo com a Missão; e a trabalhar de acordo com a atual proposta de despersonalização dos projetos e cursos da ESMPU.

Resultados esperados

- Identidade organizacional elaborada
- Recursos orçamentários mais bem empregados
- Servidores capacitados em consonância com a Missão

Quadro 22

Critério 4 - PESSOAS - metas administrativo-gerenciais para a ESMPU

Meta
9 - Implantar sistema de avaliação de desempenho

Macroatividades	2011	2012	2013	2014	2015	2016
- Mapear os processos e estabelecer o conteúdo ocupacional dos cargos						
- Escolher um sistema de avaliação de desempenho						
- Discutir sobre o tema de maneira participativa com o quadro						
- Capacitar os envolvidos						

Justificativa
A Avaliação de Desempenho é uma importante ferramenta de Gestão de Pessoas que corresponde a uma análise sistemática do desempenho do profissional em função das atividades que realiza, das metas estabelecidas, dos resultados alcançados e do seu potencial de desenvolvimento. O objetivo final é contribuir para o desenvolvimento das pessoas na organização.

Resultados esperados
- Quadro da ESMPU desenvolvido
- Dados compilados sobre o desempenho -- individual, por área e geral
- Plano de melhoria de desempenho elaborado -- individual, por área e geral

Meta
10 - Confeccionar cabines para estudo individual, na Biblioteca

Macroatividades	2011	2012	2013	2014	2015	2016
- Aprovar projeto de confecção das cabines individuais						
- Colocar no orçamento						
- Implantar o projeto						

Justificativa
A biblioteca da ESMPU conta com 3 mesas para estudos individuais, não havendo divisórias entre elas. A confecção de cabines tem a pretensão de dar ao estudante um ambiente mais reservado para os estudos, para isso será necessária à aprovação do projeto de confecção de cabines da Biblioteca.

Resultados esperados
- Confecção de 4 cabines
- Melhor atendimento dos usuários que gostam de estudar individualmente

Quadro 23

Critério 4 - PESSOAS - metas administrativo-gerenciais para a ESMPU						
Meta 11 - Confeccionar armários guarda-volumes para a Biblioteca						
Macroatividades - Aprovar projeto de confecção dos armários guarda-volumes	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Colocar no orçamento						
- Implantar o projeto						
Justificativa A biblioteca da ESMPU não dispõe de armários guarda-volumes. A confecção desses armários contribuirá para a segurança dos materiais bibliográficos da instituição e dos materiais pessoais de seus usuários.						
Resultados esperados • Confecção armários guarda-volumes • Segurança dos materiais bibliográficos • Segurança dos materiais pessoais dos usuários						
Meta 12 - Isolamento acústico para a Biblioteca						
Macroatividades - Aprovar projeto de isolamento acústico	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Colocar no orçamento						
- Implantar o projeto						
Justificativa A Biblioteca da ESMPU não dispõe de isolamento acústico, o que causa desconforto aos usuários nos dias em que são realizados cursos, seminários, palestras na Escola já que os ruídos ultrapassaram as barreiras existentes. De acordo com a NBR 10152 (ABNT, 1987), que estabelece os níveis de ruído para conforto acústico, para bibliotecas, o nível aceitável varia entre 35 – 45 decibéis.						
Resultados esperados • Isolamento acústico • Conforto acústico dos usuários						

Quadro 24

Critério 4 - PESSOAS - metas administrativo-gerenciais para a ESMPU						
Meta 13 - Aquisição de impressora para a Biblioteca						
Macroatividades - Aprovar projeto para aquisição de impressora para biblioteca	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Colocar no orçamento						
- Implantar o projeto						
Justificativa A biblioteca da ESMPU não possui impressora própria para confecção das etiquetas de identificação dos livros, por exemplo, tendo que solicitar a impressão em outro departamento da ESMPU. A aquisição de uma impressora multifuncional também contribuirá para a difusão do conhecimento, tendo em vista que a biblioteca atende a comunidade, porém não empresta o material bibliográfico, podendo tirar cópia ou digitalizar parte do documento solicitado.						
Resultados esperados • Aquisição de uma impressora multifuncional • Melhor atendimento aos usuários						
Meta 14 - Renovar os equipamentos do laboratório de informática						
Macroatividades - Fazer levantamento das necessidades	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Elaborar licitação, de acordo com as regras das compras sustentáveis do Governo Federal						
- Licitar os serviços						
Justificativa Necessidade de adequar os equipamentos à realidade atual, inclusive de baixo consumo energético.						
Resultado esperado • Equipamentos atualizados • Melhor atendimento aos usuários						

Quadro 25

Critério 4 - PESSOAS - metas administrativo-gerenciais para a ESMPU						
Meta 15 - Publicar, na *Intranet*, os dados da Avaliação de Reação e de Impacto dos cursos ESMPU						
Macroatividades - Depurar os dados das avaliações de reação aplicadas	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Depurar os dados das avaliações de impacto aplicadas						
- Formatar e publicar						
Justificativa Dar continuidade à política de transparência de informações da ESMPU.						
Resultados esperados • Servidores informados • Imagem positiva da ESMPU reforçada						
Meta 16 - Fazer avaliação qualitativa dos dados obtidos das Avaliações de Reação e de Impacto dos cursos ESMPU						
Macroatividades - Elencar os critérios para preencher o formulário de avaliação	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Divulgar as informações, nas reuniões gerenciais						
- Proceder aos ajustes indicados pelos participantes, nas avaliações						
Justificativa Necessidade de extrair informações estratégicas dos dados apurados dos instrumentos de avaliação aplicados.						
Resultado esperado • Planejamento de atividades e necessidades operacionais retroalimentadas						

Quadro 26

Critério 5 - PROCESSOS - metas administrativo-gerenciais para a ESMPU						
Meta 1 - Mapear processos e padronizar atividades						
Macroatividades	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Constituir grupo com servidores das três secretarias da ESMPU			■			
- Estudar o mapeamento existente			■			
- Concluir e aprovar o mapeamento				■		
- Proceder a ajustes periódicos				■	■	■

Justificativa

O funcionamento de uma organização baseia-se em um conjunto de atividades interelacionadas. Assim, para agregar valor ao negócio, é fundamental mapear e padronizar as atividades em processos e conhecer as necessidades e expectativas das partes interessadas. Isso permite planejar e executar as atividades, pela definição adequada de responsabilidades; uso dos recursos de modo mais eficiente; realização da prevenção e solução de problemas; eliminação de atividades redundantes e sombreamento, e aumento da produtividade.

Resultados esperados

- Trabalhos uniformizados, sem etapas supérfluas e nem repetitivas
- Atividades feitas em menos tempo
- Tarefas executadas de maneira segura
- Planejamento, desenvolvimento, organização e controle das atividades realizadas
- Dimensionamento adequado do quadro de pessoal

Quadro 27

Critério 6 - CIDADÃOS - metas administrativo-gerenciais para a ESMPU

Meta

1 - Instalar Ouvidoria

Macroatividades	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Definir o que a ESMPU entende por qualidade no atendimento						
- Escolher e capacitar a equipe da Ouvidoria						
- Desenvolver e testar os sistemas						
- Estabelecer a divulgação interna das sugestões / reclamações						

Justificativa

Uma das qualidades mais importantes em organizações inovadores é sua capacidade para ouvir os clientes. Desses contatos pode surgir o inesperado, o excepcional, que fazem toda a diferença e trazem sucesso ao atendimento.

Resultados esperados

- Relação estreita entre usuários e a ESMPU
- Instância forte e sólida, construída para maior aproximação das partes
- Serviços mais bem adaptados às necessidades dos usuários

Meta

2 - Criar cabines, na Biblioteca, com equipamento compatível para os usuários portadores de necessidades especiais

Macroatividades	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Aprovar o projeto das cabines especiais						
- colocar no orçamento						
- Implantar o projeto						

Justificativa

Dar continuidade à política de inclusão, com maior acessibilidade à informação

Resultado esperado

- Acessibilidade garantida

Quadro 28

Critério 7 - SOCIEDADE - metas administrativo-gerenciais para a ESMPU						
Meta 1 - Elaborar e publicar peça com o conceito consensual doutrinário aplicável ao cenário social sobre corrupção						
Macroatividades - Criação de grupo de estudo	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Elaborar a peça						
- Publicar o trabalho						

Justificativa

A elevada burocracia e a fragilidade das instituições reduzem a eficiência da administração pública brasileira, o que, aliado à baixa eficiência do Sistema Judiciário, refletem o fraco desempenho institucional do Brasil e resultam em baixos índices de governança, compatíveis com o nosso nível de corrupção percebida. Quanto maior a omissão no controle da corrupção, maior é a quantidade de recursos desviados das atividades produtivas e, portanto, maior é o custo da corrupção, pois são recursos que não se transformam em crescimento do país.

As ações anticorrupção no Brasil devem ser focadas em duas questões principais: na criação e fortalecimento dos mecanismos de prevenção, monitoramento e controle da corrupção na administração pública e na redução da percepção de impunidade, por meio de uma justiça mais rápida e eficiente, de modo a induzir a mudança do comportamento oportunista. De modo geral, é preciso aumentar a eficiência e intensificar o combate à corrupção no país, que deve ocorrer de forma permanente, com punições severas e imediatas.

A agenda de proposta anticorrupção para o Brasil considera reformas institucionais e econômicas. Dentre as institucionais, destacamos a reforma política, em que é necessário reavaliar a questão da representatividade e o financiamento das campanhas eleitorais, a reforma judiciária, na qual é imprescindível a adoção de medidas que reduzam a percepção de impunidade e a reforma administrativa com o objetivo de reduzir o poder discricionário do Executivo. Dentre as reformas econômicas, destacamos a reforma fiscal, buscando aumentar o controle sobre os processos licitatórios e os gastos públicos, a reforma do sistema tributário, a fim de torná-lo mais simples e transparente e a reforma microeconômica, visando a fortalecer a independência e autonomia das agências reguladoras.

Resultados esperados

- Conceito de corrupção definido
- Pareceres sobre corrupção elaborados com mais facilidade
- Índices de governança aprimorados

Quadro 29

Critério 7 - SOCIEDADE - metas administrativo-gerenciais para a ESMPU

Meta

2 - Compras públicas sustentáveis

Macroatividades	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Implantar a gestão estratégica de suprimentos						
- Estabelecer parceria com outros órgãos do governo federal						
- Estabelecer as normas internas						
- Implantar o projeto						

Justificativa

Os aspectos ambientais devem necessariamente fazer parte da agenda do ente público, e incorporar preceitos com essa preocupação nas compras é uma maneira concreta de não só servir como exemplo, mas de contribuir com a natureza e ajudar os fornecedores a se ajustarem às necessidades globais de redução de pressão sobre os recursos naturais e ecossistemas. As compras sustentáveis reforçam a cooperação entre níveis diferentes do governo e propiciam maior transparência e eficiência nos processos de compras públicas.

Resultados esperados

- Economia de recursos orçamentários
- Impacto nos recursos ambientais e ecossistemas reduzido
- Transparência e eficiência nos processos de compras e contratações de serviços públicos

Meta

3 - Elaborar projeto de política interna de inclusão

Macroatividades	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Aprovar proposta						
- Criar Grupo de Trabalho						
- Estabelecer cronograma de verificação na ESMPU						
- Implantar modificações e acompanhar						

Justificativa

O MPU tem o dever institucional de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública destinados à efetivação dos direitos concernentes à acessibilidade, observando as condições para o atendimento prioritário, a implementação de ajustes arquitetônicos, de acesso à informação e à comunicação e a inclusão da pessoa com deficiência em concurso realizado pelo Ministério Público. A ESMPU deve adotar a acessibilidade em seu dia a dia, procedendo aos ajustes preconizados na legislação federal.

Resultados esperados

- Arquitetura que atenda às exigências da legislação sobre acessibilidade
- Treinamento com recursos inerentes a cada deficiência

Quadro 30

Critério 7 - SOCIEDADE - metas administrativo-gerenciais para a ESMPU						
Meta 4 - Publicar Portaria sobre o Portal da Transparência						
Macroatividades	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Implantar a gestão estratégica de suprimentos						
- Estabelecer parceria com outros órgãos do governo federal						
- Estabelecer as normas internas						
- Implantar o projeto						
Justificativa Necessidade de promover a implementação de dispositivos de acesso às contas públicas da ESMPU e assegurar a presteza e a segurança das informações e dos dados necessários ao fortalecimento da sociedade e da cidadania, bem como a política de transparência da gestão no âmbito da Escola.						
Resultados esperados • Transparência das contas da Escola assegurada • Política de transparência da gestão implantada • Presteza e segurança das informações e dados asseguradas						

As metas a seguir (quadros 31 a 37) foram agrupadas pelos 4 objetivos da lei de criação da ESMPU e decorrem de informações coletadas em documentos da Escola. Cada uma das metas foi desdobrada em macroatividades, apontando a justificativa para sua indicação, cronograma de implantação e os resultados esperados.

Quadro 31 **Meta para o Objetivo I da criação da ESMPU**

Objetivo I: iniciar novos integrantes do Ministério Público da União no desempenho de suas atribuições institucionais

Meta

1 - Estruturar pedagogicamente o Curso de Ingresso e Vitaliciamento (CIV), presencial e reforço na parte prática, com duração de 360h e possibilidade de certificado de pós-graduação Lato Sensu

Macroatividades	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Aprovar a proposta						
- Elaborar projeto e encaminhá-lo aos ramos						
- Adequar a estrutura e o conteúdo programático por ramo						
- Implementar a proposta						
- Inserir o curso na grade da ESMPU						
- Avaliar o impacto do curso no trabalho						
- Adequar a proposta						

Justificativa

Algo em torno de 25% dos membros que participam dos cursos sugerem que ele tenha mais proximidade com a prática. Essas informações foram obtidas a partir da avaliação de reação aplicada ao final de cada disciplina do Curso de Ingresso e Vitaliciamento (CIV). Para avaliar o desempenho das atribuições institucionais dos membros, uma das etapas que mede os efeitos do curso de ingresso, no exercício do cargo é a avaliação de impacto no trabalho, que será implantada a partir de 2011.

Resultados esperados

- Membros mais bem preparados para a atuação imediata nas várias áreas
- Membros preparados para que, poucos anos após sua posse, adquiram o título de Mestres e Doutores em sua área de atuação

Obs.: tomou-se como base o 25º concurso MPF, previsto para posse em abril /2012

Quadro 32 **Metas para o Objetivo II da criação da ESMPU**

Objetivo II: aperfeiçoar e atualizar a capacitação técnico-profissional dos membros e servidores do Ministério Público da União

Meta

1 - Possibilitar para que os integrantes do quadro do MPU concluam cursos de Doutorado profissionalizante entre 10 a 15 anos de admissão no MPU

Macroatividades	2011	2012	2013	2014	2015	2016
- Firmar parceria com instituições de ensino superior, nacionais ou internacionais, para planejar este tipo de Doutorado						
- Planejar o projeto-piloto (inserir disciplina obrigatória sobre estatística / amostragem em todas as pós-graduações)						
- Implantar o Doutorado em 2013 e proceder ao acompanhamento						
- Avaliar o curso e fazer readequações						
- Estimular a conclusão do Mestrado						
- Capacitar 5% do quadro com título de Mestre por ano						

Justificativa

Ênfase nos processos da utilização aplicada dos conhecimentos e o exercício de inovação, com a valorização da experiência profissional. Capacitar o quadro para o exercício da prática profissional avançada e transformadora, bem como transferir conhecimento para a sociedade.

Resultados esperados

- Quadro mais bem preparado para a atuação imediata nas várias áreas
- Quadro preparado para que venham a ser doutores em suas áreas de atuação

Meta

2 - Possibilitar para que os integrantes do quadro do MPU concluam o Mestrado profissionalizante entre 05 a 10 anos de admissão no MPU

Macroatividades	2011	2012	2013	2014	2015	2016
- Firmar parceria com instituições de ensino superior, nacionais ou internacionais para planejar este tipo de Mestrado						
- Planejar o projeto piloto (Inserir disciplina obrigatória sobre estatística / amostragem em todas as pós-graduações)						
-Implementar o Mestrado em 2013 e acompanhar a primeira turma						
- Avaliar o curso e readequar						
- Formar 5% do quadro MPU por ano						

Justificativa e Resultados

Iguais aos da meta acima, sobre o Doutorado profissionalizante.

Quadro 33 **Metas para o Objetivo II da criação da ESMPU**

Objetivo II: aperfeiçoar e atualizar a capacitação técnico-profissional dos membros e servidores do Ministério Público da União

Meta

3 - Criar um banco de profissionais com pessoas que atuem nos diversos ramos da sociedade

Macroatividades	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Aprovar a proposta						
- Redigir o Regulamento						
- Desenvolver sistema - Banco de Dados relacional						

Justificativa

Criar um banco de profissionais com notório saber com pessoas que atuem nos diversos ramos da sociedade. Apresentar desafios de natureza transversal, beneficiando uma visão sistêmica ou holística, a partir de pontos de vista e vivências nas diversas áreas do saber.

Resultados esperados

- Visão interdisciplinar, que implique no Direito e contribua para uma boa atuação do *parquet* junto à sociedade
- Rede de contatos estabelecida, facilitando a troca de informações entre o MPU e a sociedade
- Valorização da capacidade individual de investigação, curiosidade e criatividade, sem limites disciplinares

Meta

4 – Oferecer cursos de especialização em nível de pós-graduação Lato Sensu, em parceria com outras Instituições de reconhecida competência

Macroatividades	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Escolher a (s) Instituição (coes)						
- Formalizar parceria						
- Divulgar / acompanhar / avaliar curso						

Justificativa

Necessidade de favorecer o bom desempenho do quadro de membros e servidores nas atividades do Ministério Público da União.

Resultados esperados

- Quadro mais bem capacitado
- Cidadão mais bem atendido pelo agente público adequadamente preparado

Quadro 34 **Metas para o Objetivo II da criação da ESMPU**

Objetivo II: aperfeiçoar e atualizar a capacitação técnico-profissional dos membros e servidores do Ministério Público da União

Meta

5 - Elaborar e promover cursos de aperfeiçoamento nas áreas: resolução de conflitos; levantamento de problemas; definição de prioridades e planos de ação; lógica e pensamento crítico; elaboração de projetos sociais

Macroatividades	2011	2012	2013	2014	2015	2016
- Aprovar a proposta						
- Elaborar a estrutura e o conteúdo programático dos cursos						
- Implementar						
- Inserir na grade da ESMPU						
- Avaliar o curso						
- Adequar a proposta						

Justificativa

No sistema brasileiro, o agente do *parquet* está quase sempre ante uma tarefa extensa, haja vista os diferentes tipos de atribuições bem como os variados campos de atuação a ele conferidos. Assim é que, comumente, vê-se obrigado a definir prioridades, a estabelecer planos de ação que busquem melhorar sua atuação e alinhamento com a missão e objetivos maiores do MPU junto à sociedade, suprindo-lhe a necessidade resultante da orfandade do Estado.

Resultados esperados

- Membros e servidores mais bem preparados para a atuação nas várias áreas.
- Membros e servidores dotados de conhecimentos teóricos e habilidades necessárias para uma adequada gestão do conflito
- Membros e servidores habilitados para a priorização de ações e melhor condução das atividades diárias
- Processo mental desenvolvido, facilitando a discussão, negociação e a tomada de decisão
- Principais habilidades desenvolvidas para a elaboração de projetos de responsabilidade social e fortalecer a ESMPU

Quadro 35 **Metas para o Objetivo II da criação da ESMPU**

Objetivo II: aperfeiçoar e atualizar a capacitação técnico-profissional dos membros e servidores do Ministério Público da União

Meta

6 - Incentivar a promoção de seminários, congressos e simpósios abertos à sociedade pelos participantes em pós-graduação, pesquisa e curso de aperfeiçoamento

Macroatividades	2011	2012	2013	2014	2015	2016
- Escolher os temas de relevância social e os servidores encarregados do repasse à comunidade						
- Instrumentalizar os escolhidos para que se desincumbam da proposta						
- Liberá-los das atividades diárias para que atuem junto à comunidade						
- Avaliar as atividades, junto ao cidadão						
- Fazer os ajustes necessários						

Justificativa

Ao incentivar que os participantes em pós-graduação, pesquisa e curso de aperfeiçoamento promovam seminários, congressos e simpósios abertos à sociedade, para contribuir com o crescimento da coletividade e o fortalecimento social, o MPU pode aproveitar a chance de repasse para o cidadão de conhecimento adquirido em atividades pedagógicas internas.

Resultados esperados

- Cidadão mais bem informado
- Membros e servidores mais sensíveis às causas sociais

Meta

7 - Preparar os membros para a gestão de riscos e de crises

Macroatividades	2011	2012	2013	2014	2015	2016
- Partir dos dados da análise de ambiente do planejamento estratégico dos ramos						
- Construir um fórum onde essa realidade seja debatida, permitindo que as ações sejam adaptadas à realidade						
- Sistematizar as informações e discussões, para criar uma série histórica						
- Divulgar os dados, para informar toda a Organização, para que a pessoa possa agir, em seu nível, evitando as crises						

Justificativa

Gerenciar riscos é a oportunidade para identificar problemas, solucioná-los e melhorar a prática de comunicação. Implica compromisso, atuação conjunta e integrada e incorporação à rotina. A capacidade instalada (comunicação, planejamento, estrutura, coordenação, integração, atuação em rede) é a grande arma contra crises e o desperdício de tempo e recursos que elas geram.

Resultados esperados

- Economia de recursos e de tempo
- Quadro mais bem capacitado para correr riscos e prevenir crises
- Sistema interno de comunicação mais bem estruturado

Quadro 36 **Meta para o Objetivo III da criação da ESMPU**

Objetivo III: desenvolver projetos e programas de pesquisa na área jurídica

Meta

1 - Fomentar a pesquisa aplicada na área jurídica na ESMPU, incrementando em 133% (*) os recursos para esse fim, até 2015

Macroatividades	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Aprovar tema de interesse da Instituição						
- Firmar Acordos de Cooperação						
- Receber relatório e divulgar resultados						

Justificativa

A ESMPU tem compromisso com a descoberta de novos conhecimentos no domínio científico, em que a pesquisa se inclui, direcionando o levantamento de novos saberes e práticas relacionadas à atuação do membro do MPU.

Resultados esperados

- Conhecimentos científicos mapeados
- Atendimento da Missão do MPU
- Novos saberes e práticas levantados

Meta

2 - Avaliar o impacto das pesquisas

Macroatividades	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Acompanhar a pesquisa						
- Analisar relatório final						
- Avaliar o impacto, de acordo com os objetivos da pesquisa						

Justificativa

Considerando a transparência esperada da administração pública, é importante que a ESMPU divulgue, no *site*, o impacto das pesquisas financiadas com recursos do orçamento.

Resultados esperados

- Aplicação de recursos públicos acompanhada e avaliada
- Transparência das ações da ESMPU
- Otimização dos esforços e recursos aplicados em pesquisas

(*) incremento de R$ 100.000,00 por ano, partindo de R$ 300.000,00, nos seguintes percentuais: 33% em 2012; 25% em 2013; 20% em 2014; e 17% em 2015. Fonte: PPA ESMPU quadriênio 2012-2015

Quadro 37 **Meta para o Objetivo IV da criação da ESMPU**

Objetivo IV: Zelar pelo reconhecimento e a valorização do Ministério Público como instituição essencial à função jurisdicional do Estado

Meta

1 - Articular, dentro de seu escopo de atuação, os vários atores em projetos nos quais o MPU visa alavancar comunidades no aspecto socioeconômico

Macroatividades	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Atender demanda do MPU						
- Levantar quais os atores envolvidos						
- Articular a ação dos atores						
- Autoavaliar-se no processo						

Justificativa

Como o conhecimento é a matéria primeira com a qual a ESMPU trabalha, seu papel será o de articular com outros atores para atuarem, em conjunto, onde esse conhecimento falta.

Resultados esperados

- Demanda MPU atendida
- Comunidade socioeconomicamente alavancada

Meta

2 - Articular, dentro de seu escopo de atuação, os vários atores em projeto junto ao Conselho Escolar das Escolas da Rede Pública, Ensino Fundamental e Médio, levando informações sobre os objetivos, a missão e os trabalhos do MPU aos pais, alunos e professores

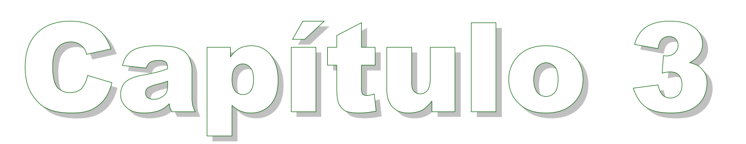
Macroatividades	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
- Levantamento das escolas						
- Convite dos membros palestrantes e elaboração da logística de palestras						
- Implantação do projeto e avaliação das palestras						

Justificativa

Como o conhecimento é a matéria primeira com a qual a ESMPU trabalha, seu papel será o de articular com outros atores para atuarem, em conjunto, onde esse conhecimento falta.

Resultado esperado

- O MPU mais próximo da comunidade



Diretrizes pedagógicas

Além do professor, os fatores que influenciam a aprendizagem são: a presença de uma liderança, o bom relacionamento com a comunidade e mecanismos de autoavaliação e monitoramento das metas da escola. É ainda um ambiente focado na aprendizagem — o que envolve desde a estrutura física e a organização do trabalho até a clareza na estratégia da escola. [...] a eficácia da escola abarca itens difíceis de mensurar, pois, para atingi-la, é preciso um trabalho bem feito em todas as áreas da escola, do administrativo ao pedagógico. [...] A autoavaliação ou a avaliação institucional permitem olhar criticamente seu ambiente humano, físico e pedagógico e fazer uma revisão de seus princípios e metas, com a finalidade de estabelecer novas ações e projetos.

Nigel Brooke
Entrevista concedida a
Gustavo Heidrich
Revista *Gestão Escolar*, Abril, a. II,
n. 11 – dez.2010/jan 2011 p. 19

O projeto pedagógico

"A educação tem caráter permanente. Não há seres educados e não educados. Estamos todos nos educando. Existem graus de educação, mas estes não são absolutos". Citando Paulo Freire busca-se definir a vocação da ESMPU, cuja Missão é "Facilitar o contínuo aperfeiçoamento dos membros e servidores do Ministério Público da União, para uma atuação profissional eficaz". Como nos ensina Silva (2003, p.81), a Missão "é uma coisa prática, [...] tem foco bem definido e dá a ideia do talento principal da Organização; não é impessoal, mas reflete as crenças principais da Organização; [...] sempre está voltada a satisfazer determinadas necessidades ou ideais". Assim, a Escola se dedica ao cumprimento da sua Missão, desenvolvendo profissionalmente o seu público, sem perder de vista que a vida é uma eterna aprendizagem. É neste contexto que surge a necessidade da construção do Projeto Pedagógico Institucional[85] (PPI) que, de acordo com a Rede Nacional das Escolas de Governo, é

> um conjunto de princípios orientadores das ações da instituição, a partir dos quais é estruturado seu planejamento e são tomadas decisões pedagógicas, em um permanente processo de construção coletiva. [...] o projeto pedagógico deve ter flexibilidade e estar contextualizado e expressar sua concepção de educação, definindo bem seu escopo de atuação. (Seminário Nacional, 2005, p.6)

De posse de seu projeto pedagógico institucional, a Escola terá alinhadas as concepções filosóficas e pedagógicas que nortearão suas ações educativas, além de definida a sua identidade e a de seus servidores – posto que a construção do documento é coletiva. Essa definição e leitura de contexto são importantes para que a ESMPU atue no cumprimento de seus objetivos institucionais, desenvolvendo as competências, habilidades e atitudes dos participantes em suas atividades acadêmicas. Assim, a Escola contribuirá efetivamente para que os atores no processo educacional identifiquem o papel do MPU na sociedade, intervenham na realidade e a transformem. As Diretrizes Pedagógicas da ESMPU, nesse contexto, possibilitam aos membros e servidores do MPU serem sujeitos de sua própria aprendizagem, em busca da compreensão do mundo.

O foco das ações educacionais da ESMPU a partir de 2011, que antes estava centrado em atividades de extensão – como seminários, simpósios e congressos–, está voltado aos cursos de aperfeiçoamento que, com carga horária geralmente superior à das atividades de extensão, aprimoram o saber, visando à melhoria contínua do desempenho nas funções institucionais. Assim, as ações educacionais da ESMPU estão voltadas para um treinamento que gere melhor qualificação do quadro do MPU.

[85] Com base neste documento, Plano de Desenvolvimento Institucional, o Projeto Pedagógico Institucional da ESMPU será sistematizado, conforme meta prevista no capítulo 2.

Este redirecionamento de foco deveu-se ao fato de que, em qualquer processo, proposta ou intenção, as pessoas serão o fator-chave de sucesso. Mourão (2009) destaca que as organizações tornaram-se mais competitivas e demonstram mais interesse na aprendizagem como determinante do desempenho. Expressões como *diferencial humano*, *capital intelectual* e *manutenção de talentos* sinalizam que as pessoas têm sido vistas como fundamentais no processo de desenvolvimento e de sustentabilidade das organizações. No caso da administração pública, essa preocupação pode ser notada com a edição da Emenda Constitucional n. 19/98 que insere o princípio da *eficiência*, ao lado dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade. Para França (2001),

> [...] A introdução expressa do princípio da eficiência, ao nosso ver, fez-se para tentar oferecer respostas às acusações de praxe contra a administração pública brasileira, tais como a corrupção, nepotismo, baixa qualidade dos serviços públicos, estabilidade do servidor como mordomia, salários exorbitantes etc. O cidadão brasileiro sempre se ressentiu dos serviços públicos que lhe são oferecidos, denunciando continuamente a ineficiência destas atividades estatais através da mídia.

Alexandre de Morais (2007) conclui:

> [...] Assim, princípio da eficiência é aquele que impõe à Administração Pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para a melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitarem-se desperdícios e garantir-se maior rentabilidade social.

Os estudos de Salas e Cannon-Bowers, publicados em 2001 (apud Mourão, 2009) indicam que os investimentos nos Estados Unidos com ações de Treinamento, Desenvolvimento e Educação (TD&E) variam anualmente entre 55,3 bilhões e 200 bilhões de dólares, correspondente a cerca de 1% do PIB daquele país, em 2001. No Brasil, não há estimativas do valor investido em ações educacionais nas organizações, mas sabe-se que cada vez mais ênfase tem sido dada ao assunto, inclusive na Administração Pública, em que o resultado buscado não é lucratividade, como acontece na iniciativa privada, e sim rentabilidade social, no caso do Ministério Público da União.

Segundo Castelo Branco (2010) e considerando o contexto mundial, as ações educacionais são apresentadas como novo paradigma de aprendizagem organizacional, apoiadas nas estratégias competitivas da organização, propiciando a diferenciação do serviço, baseado em inovação, qualidade, cobertura geográfica, pontualidade, rapidez ou a combinação deles.

A par dessas intensas transformações, exige-se que sejam compreendidas as bases teórico-conceituais das ações de treinamento, apresentando a distinção entre os

conceitos de TD&E. Segundo Meneses, Zerbini & Abbad (2010), treinamento refere-se à preparação do indivíduo para atividade atualmente desempenhada, como por exemplo, cursos, oficinas, ações educacionais de curta e média duração. Desenvolvimento não necessariamente tem ligação com a atividade desempenhada ou que futuramente venha desempenhar no trabalho, essa ação está voltada mais para o crescimento pessoal, podendo um dia contribuir para o desempenho no trabalho, por exemplo, programas de qualidade de vida, cursos de idiomas e similares. A educação, por definição de TD&E, e não no sentido amplo usado na área de educação, é entendida como uma ação educacional em que o indivíduo será preparado para uma futura atividade dentro da instituição, por exemplo, especializações, mestrado, doutorado, ações educacionais de média e longa duração.

A ESMPU segue os conceitos presentes na legislação[86] para a Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional sobre desenvolvimento de pessoal, que entende por capacitação o processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais. São eventos de capacitação, ainda de acordo com essa legislação, cursos presenciais e à distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Importante ressaltar que as ações educacionais oferecidas para os membros e servidores contribuem para o desenvolvimento na carreira e ocorrem mediante progressão funcional e promoção, sendo que esta última depende, cumulativamente, do resultado de avaliação formal de desempenho e da participação em curso de aperfeiçoamento, ação ou programa de capacitação, oferecidos preferencialmente pelo Órgão.

As ações educacionais surgem a partir de uma avaliação de necessidades de treinamento, que faz parte de um sistema maior, que tem como referencial a teoria geral dos sistemas. Este, por sua vez, ao ser transposto para TD&E constitui-se por:

1. Avaliação de Necessidade de Treinamento,
2. Planejamento Instrucional, e
3. Avaliação de Efeitos[87]

Estes itens, na Escola Superior do Ministério Público da União, são considerados constituintes do sistema de treinamento.

[86] Decreto n. 5.707 de 23 de fevereiro de 2006 que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
[87] Não é objetivo deste documento detalhar o processo de ações educacionais, mas sim fazer uma explanação para entendimento e embasamento das ações educacionais desenvolvidas na ESMPU. Por isso, o assunto será tratado de forma superficial.

Diretrizes pedagógicas

O pano de fundo para as ações da ESMPU no quinquênio 2011/2016 é formado pela valorização e a inclusão do ser humano, a serviço do bem comum; o respeito à diversidade e à liberdade intelectual e de opinião; a interdisciplinaridade de ações; e a busca dos avanços científicos e tecnológicos na área jurídica e outras que com ela guardem afinidade. Assim, as diretrizes pedagógicas a serem adotadas não podem ter outra tônica que não a da atualidade, oportunidade e dinamicidade esperadas para fazer da Escola um espaço aberto a novas ideias e adequado para a reflexão, ação e transformação social, abraçando a todos, inclusiva e indiscriminadamente. Afinal, sabe a Escola da importância do seu papel legal, qual seja o de contribuir para a formação daqueles que são “membros da *magistrature debout* e que dão a dimensão do justo à lei a ser aplicada.” Boa parte do público-alvo da ESMPU é, “tão-somente, aquele que está comprometido com a ordem jurídica, o regime democrático e com os interesses indisponíveis da sociedade.” (RODRIGUES, 1996) As diretrizes pedagógicas devem, portanto, considerar o participante em seus cursos como um ser original e criativo, que modifica o que sabe e que se posiciona de maneira crítica perante a vida sociopolítica brasileira.

As instituições de ensino, no âmbito socioeducacional, são espaços abertos ao debate, o diálogo e a construção do conhecimento. Para que isso se dê de maneira prazerosa e profícua, a instituição deve estar instrumentalizada e ter o quadro preparado, e o ferramental indicado para tanto é a proposta pedagógica, a adoção de uma política educacional que propicie a aprendizagem e a formação das pessoas que compõem e passam por esse espaço institucional. Os princípios norteadores da política podem ser os que se seguem, que têm base na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases vigentes, e foram adaptados do trabalho de Diretrizes Pedagógicas, elaborado pela Secretaria de Educação do GDF (2008):

1. A Educação possibilita ao ser humano o desenvolvimento harmonioso em suas dimensões física, social, emocional, cultural e cognitiva nas relações individuais e sociais.
2. Os princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum são valorizados na prática pedagógica como norteadores que são da vida cidadã.
3. Os valores estéticos, políticos e éticos, organizados sob as premissas básicas da sensibilidade, da igualdade e da identidade, permeiam as relações interpessoais, o planejamento, o acompanhamento e a avaliação de todo o trabalho dos capacitadores, dos participantes, de gestão e de administração.
4. A flexibilidade teórico-metodológica e o reconhecimento e a aceitação do pluralismo de ideias constituem elementos essenciais na definição da política pedagógica sugerida.
5. A ação pedagógica enfatiza procedimentos capazes de favorecer a compreensão e o domínio dos fundamentos científicos e tecnológicos em que se baseiam as ações institucionais do MPU.

De acordo com o artigo 3º do Decreto 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, são diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal:

I - incentivar e apoiar o servidor público em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais;

II - assegurar o acesso dos servidores a eventos de capacitação interna ou externamente ao seu local de trabalho;

III - promover a capacitação gerencial do servidor e sua qualificação para o exercício de atividades de direção e assessoramento;

IV - incentivar e apoiar as iniciativas de capacitação promovidas pelas próprias instituições, mediante o aproveitamento de habilidades e conhecimentos de servidores de seu próprio quadro de pessoal;

V - estimular a participação do servidor em ações de educação continuada, entendida como a oferta regular de cursos para o aprimoramento profissional, ao longo de sua vida funcional;

VI - incentivar a inclusão das atividades de capacitação como requisito para a promoção funcional do servidor nas carreiras da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e assegurar a ele a participação nessas atividades;

VII - considerar complementares entre si o resultado das ações de capacitação e a mensuração do desempenho do servidor;

VIII - oferecer oportunidades de requalificação aos servidores redistribuídos;

IX - oferecer e garantir cursos introdutórios ou de formação, respeitadas as normas específicas aplicáveis a cada carreira ou cargo, aos servidores que ingressarem no setor público, inclusive àqueles sem vínculo efetivo com a administração pública;

X - avaliar permanentemente os resultados das ações de capacitação;

XI - elaborar o plano anual de capacitação da instituição, compreendendo as definições dos temas e as metodologias de capacitação a serem implementadas;

XII - promover entre os servidores ampla divulgação das oportunidades de capacitação; e

XIII - priorizar, no caso de eventos externos de aprendizagem, os cursos ofertados pelas escolas de governo, favorecendo a articulação entre elas e visando à

construção de sistema de escolas de governo da União, a ser coordenado pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP.

São instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, também de acordo com aquele Decreto:

I - plano anual de capacitação;

II - relatório de execução do plano anual de capacitação; e

III - sistema de gestão por competência.

As diretrizes pedagógicas, a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal e todo o aparato conceitual desenvolvidos até aqui pretendem servir como subsídio para o início das discussões sobre proposta pedagógica e a adoção de uma política educacional para a ESMPU, buscando atender à sua Missão: "Facilitar o contínuo aperfeiçoamento dos membros e servidores do Ministério Público da União, para uma atuação profissional eficaz."

A articulação das atividades acadêmicas

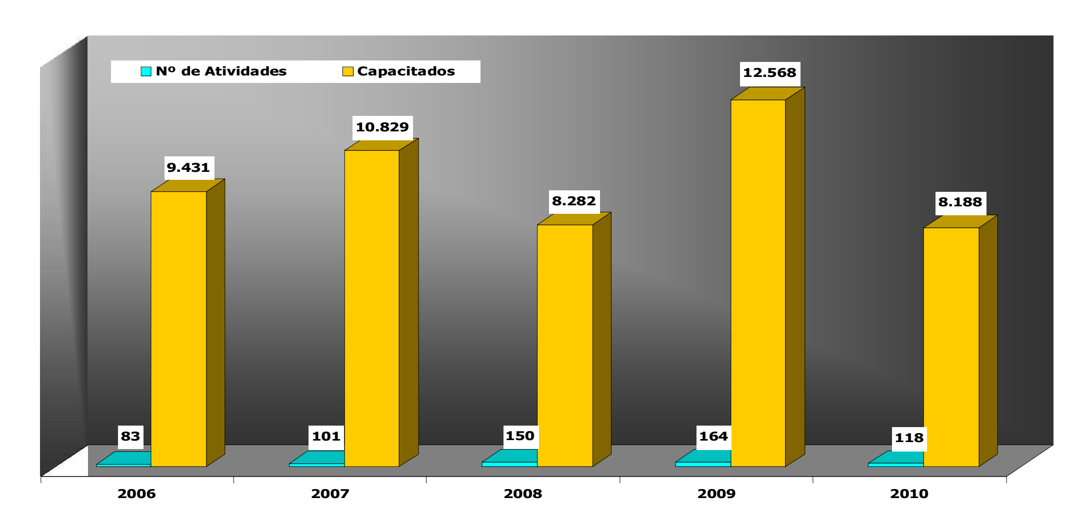
Nestes últimos 5 anos, a ESMPU manteve uma média de 9.860 participantes por ano em 606 cursos e seminários (gráfico 2). As atividades acadêmicas visam: à formação continuada, ao desenvolvimento profissional e ao o aprimoramento sistemático dos membros e servidores do MPU em suas respectivas áreas de atuação, com foco nos cursos de pós-graduação e aperfeiçoamento. Estes devem ter carga horária mínima de 8 horas-aula, atendendo ao disposto na Lei n. 9.628/1998. Os cursos em nível de pós-graduação *Lato Sensu* têm duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, conforme estabelece a Resolução CNE/CES n. 1/2007.

Em processo descrito no Regulamento do Plano de Atividades 2011 (apêndice 1), o levantamento da necessidade de treinamento destinado aos membros e servidores da área finalística é definido por Comissões Técnicas, designadas pelos Coordenadores de Ensino [88]. Os temas de cursos indicados são submetidos aos demais membros dos ramos, para hierarquização por grau de importância, num processo dialético. A necessidade de treinamento dos servidores da área administrativa é levantada por representantes de Recursos Humanos de cada ramo, indicados pelo respectivo Procurador-Geral. Os cursos de aperfeiçoamento da área administrativa são oferecidos, prioritariamente, na

[88] Para cada ramo é designado um Coordenador de Ensino, com competências enumeradas no estatuto da ESMPU, conforme consta do capítulo 4 deste PDI, em Estrutura Organizacional.

modalidade a distância e, para os membros e servidores da área finalística, na modalidade presencial, em sua maioria.

Gráfico 2



As Comissões Técnicas montadas pelos Coordenadores de Ensino dos ramos é uma inovação introduzida no processo de elaboração do Plano de Atividades para o ano de 2011 (apêndice 2). Elas abrangem outros membros do seu ramo, que desempenharão a função de Orientador Pedagógico dos cursos oferecidos na Escola. Os Orientadores Pedagógicos são responsáveis pela organização acadêmico-pedagógica de atividades distribuídas entre eles; pela coordenação dos cursos presenciais para membros e servidores preferencialmente da área finalística, de acordo com a área de atuação. Dentre as suas atribuições constam:

1. Indicar facilitadores, de preferência membros do MPU que tenham o título de Mestre e/ou Doutor, e possuam comprovada competência acadêmico-pedagógica acerca da temática do curso
2. Promover um ambiente de aprendizagem democrático e participativo entre os facilitadores e participantes da atividade acadêmica
3. Avaliar os resultados obtidos com a atividade, tanto os aspectos de conteúdo como os pedagógicos e logísticos

A partir do mapeamento das necessidades de treinamento é elaborado o Projeto Pedagógico das atividades acadêmicas na ESMPU para os membros e servidores. Nesse documento devem constar as informações que nortearão a execução da atividade

acadêmica[89] e a avaliação que retroalimentará o processo, permitindo o refinamento das ações de ensino. O planejamento do Projeto Pedagógico dos cursos e atividades conta com a participação das Coordenações de Ensino e das áreas de Recursos Humanos dos quatro ramos. O conjunto dos Projetos Pedagógicos de cada ano é chamado de Plano de Atividades.

Por fim, os projetos pedagógicos que formam o Plano de Atividades passam por mais duas fases: estimativa de custos e deliberação do Conselho Administrativo (CONAD). Após a aprovação, o Plano de Atividades será executado, sempre levando em consideração o calendário da Instituição, que compreende os meses de março a junho (1º semestre) e de agosto a dezembro (2º semestre).

Os capacitadores da ESMPU são preferencialmente integrantes de qualquer dos ramos do MPU ou contratados *ad hoc* (regime de trabalho: horista). A seleção dos interessados obedece aos critérios de oportunidade e interesse da ESMPU e respectiva área de conhecimento. O processo de seleção consiste na análise de *curriculum vitae* e títulos comprovados.

Pode inscrever-se nas atividades acadêmicas da ESMPU e submeter-se ao processo de seleção, o candidato que preencher os requisitos exigidos em edital aprovado pelo Diretor-Geral, publicado na página da ESMPU, e em outros atos normativos próprios. Terá preferência o candidato que, no ano letivo, ainda não houver participado de outra atividade acadêmica oferecida pela ESMPU, sendo vedada a participação em mais de 2 (duas) atividades acadêmicas simultaneamente. Vagas remanescentes de uma atividade poderão ser destinadas aos membros de outros ramos ou a integrantes de instituições parceiras.

A avaliação de impacto vai permitir o acompanhamento de egressos participantes das atividades acadêmicas promovidas pela Escola.

O Regimento Interno preverá as políticas de atendimento aos discentes, desde as formas de acesso, programas de apoio pedagógico e financeiro (incentivos e bolsas, conforme adequação ao caso) e estímulos à permanência do discente.

[89] O Projeto pedagógico é o documento que deverá conter as informações que nortearão a execução da atividade acadêmica, e é elaborado em formulário eletrônico próprio, contendo os seguintes elementos: a)Nome do curso; b) Tipo de Atividade; c) Modalidade; d) Data provável de realização; e) Cidade/local de realização; f) Carga horária; g) Público-alvo; h) Orientador Pedagógico; i) Contato local da atividade; j) Justificativa; l) Conteúdo Programático; m) Ementa; n) Avaliação; o) Terceirização da atividade (quando houver); p) Apoio e tipo de apoio (quando houver); q) Recursos Didáticos; r) Infraestrutura; s) Facilitadores/Conteudistas/Tutores; t) Estimativa de custos; u) Termo de Especificação (quando houver); v) Edital da atividade.

Cursos em nível de pós-graduação

Como instituição de ensino voltada para profissionalização de alto novel, a Escola Superior do Ministério Público da União investe em pesquisa e em cursos de pós-graduação e aperfeiçoamento. O objetivo é qualificar sistematicamente profissionais do MPU, pela apropriação de conteúdos necessários às suas funções institucionais, e fomentar a capacitação para o domínio de metodologias que desenvolvam novo conhecimento científico e tecnológico.

A Escola, de acordo com o art. 14 do seu Estatuto, promoverá "I - cursos em nível de pós-graduação, destinados a membros e servidores do Ministério Público que desejarem se aperfeiçoar ou se especializar em áreas ou setores de sua atividade funcional." Para garantir o diálogo qualitativo pela apropriação de conteúdos necessários às suas funções institucionais, e fomentar a capacitação para o domínio de metodologias que desenvolvam novo conhecimento científico e tecnológico, um curso de pós-graduação não pode ultrapassar o público de 40 (quarenta) participantes. A ênfase será dada às pós-graduações profissionalizantes.

O primeiro curso de pós-graduação *Lato Sensu* ofertado pela ESMPU foi o *Direito Penal Especial*, na modalidade presencial. A primeira turma foi realizada no período de março de 2006 a janeiro de 2008 e, a segunda, de fevereiro de 2008 a janeiro 2010**.** Ele veio para suprir a necessidade de cursos nesse nível de aprofundamento do conhecimento, em razão da carência na formação acadêmica de conhecimentos sobre legislação penal especial, contemplando o conjunto de normas penais com previsão fora do Código Penal Brasileiro. O objetivo do curso é preparar e treinar o profissional especialista em Direito Penal Especial para responder às demandas da sociedade como um todo. O público-alvo são principalmente membros e servidores do Ministério Público da União, não excluindo a possibilidade de oferta de vagas para instituições públicas parceiras, como forma de oportunizar a qualidade no serviço público e melhorar a prestação do serviço à sociedade.

A especialização em *Globalização, Justiça e Segurança Humana* (apêndice 3) seguiu-se à de *Direito Penal Especial,* e buscou expor os grandes desafios e as oportunidades que o fenômeno da globalização oferece à disseminação de valores políticos universais, tais como o estabelecimento de um espaço global democrático de distribuição equilibrada de riquezas, a segurança internacional, a contenção de conflitos com reconciliação e garantia dos direitos das vítimas, bem como o pleno gozo dos direitos humanos fundamentais por todos. Trata-se de um curso bilíngue (inglês/português) e multidisciplinar, envolvendo três matérias – globalização, justiça e segurança humana – fortemente vinculadas à realização dos direitos humanos num ambiente seguro, e de equilíbrio global

Em 2011, a ESMPU ofertou a terceira edição da especialização em *Globalização, Justiça e Segurança Humana* e, ainda dentro do quinquênio de vigência deste Plano, deverá ofertar especialização, mestrado e doutorado profissionalizantes em Ministério Público, cujo assunto considerado como a *menina dos olhos* da Escola, em virtude da importância do

conteúdo programático para o MPU. O seu objetivo é "promover a capacitação dos membros do MPU diante de um novo contexto social que requer uma atuação institucional mais proativa, com resultados mais eficazes e que atendam de forma mais consistente à sociedade."

A Escola pretende promover outros cursos em parceria com Instituições de Ensino Superior, de acordo com o cronograma do quadro 38, a serem ofertados aos servidores que atuam nas diversas áreas do MPU, sendo uma pós-graduação *Lato Sensu* em *Gestão de Projetos* e, o outro, uma especialização em *Gestão Pública.* Essa oferta dos cursos de pós-graduação *Lato Sensu* não excluirá outras demandas específicas, necessárias ao bom desempenho das atividades do Ministério Público da União. Os critérios de escolha obedecerão às disposições regulamentares gerais e específicas quando da realização de cada curso. Os cursos de pós-graduação *Stricto Sensu,* em nível de Mestrado e Doutorado, são ofertados em parceria com Instituições de Ensino Superior de reconhecida competência.

Quadro 38

Cronograma de expansão de cursos em nível de pós-graduação 2011-2016					
Especialização	Nomenclatura do curso	Modalidade	Público-alvo	Vagas / turma	Qtde. turmas
Lato Sensu	Ministério Público	presencial	membro	40	15
	Globalização, Justiça e Segurança Humana	EAD	membro	40	2
	Gestão de Projetos	EAD	servidor	40	4
Stricto Sensu Mestrado	Ministério Público	EAD	membro	40	2
Stricto Sensu Doutorado	Ministério Público	EAD	membro	40	2

Inscrição, seleção e participação

Podem inscrever-se nas atividades acadêmicas da ESMPU e submeter-se ao processo de seleção o candidato que preencher os requisitos exigidos em edital aprovado pelo Diretor-Geral, publicado na página da Escola, e em outros atos normativos próprios.

Curso de ingresso e vitaliciamento (CIV)

Em cumprimento ao disposto na Lei de criação da ESMPU e no art. 93, IV da Constituição da República, aplicável por força do art. 129, § 4º, ambos com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 45/2004, que instituiu a *Reforma do Judiciário*, a Escola

promove o Curso de Ingresso e Vitaliciamento-CIV (quadro 39) para os novos membros do Ministério Público da União.

Quadro 39

Curso de Ingresso e Vitaliciamento (CIV)				
Ramo	**N. turmas**	**Ano**	**N. participantes**	
MPF	3	2006	48	162
		2007	42	
		2008	72	
MPDFT	1	2010	8	8
MPT	4	2006	57	225
		2008	35	
		2009	31	
		2010	102	
TOTAL				**395**

Fonte: documentos ESMPU

O CIV obedece a regulamento próprio (apêndice 4), aprovado pelo CONAD, e que serve como base para realização desses cursos nos ramos do MPU[90], reservando a possibilidade de cada um deles adequar a carga horária, a metodologia – que pode incluir até visitas técnicas –, a abordagem e as disciplinas, de maneira a melhor atender à sua realidade. Atualmente, o CIV é realizado em duas fases: a primeira, na modalidade presencial, pretende propiciar uma visão geral da estrutura do respectivo ramo e, sobretudo, oferecer subsídios práticos para o futuro trabalho nas principais áreas de atuação do órgão. A segunda fase, destinada ao vitaliciamento, é ofertada preferencialmente a distância, com o objetivo de aperfeiçoar as habilidades para a atuação profissional e reunir subsídios acerca dos participantes, a serem enviados ao Conselho Superior do respectivo ramo, nos termos da Constituição e da Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993.

Uma meta da ESMPU é reestruturar pedagogicamente o CIV, de sorte que ele seja ministrado integralmente na modalidade presencial, exclusivamente em Brasília-DF, e privilegiando a prática, mediante o estudo de casos, com a aplicação dos conteúdos repassados nos momentos expositivo-participativos. Com carga horária de, no mínimo, 360 horas-aula e o estabelecimento de um trabalho de conclusão de curso, o CIV se constituirá em curso de especialização em nível de pós-graduação.

[90] Após a publicação do Regulamento do Curso de Ingresso e Vitaliciamento do Ministério Público da União, em dezembro de 2006, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios teve somente um concurso e a primeira turma foi iniciada em 2010, com oito Promotores de Justiça Adjunto ingressantes. O Ministério Público Militar realizou o último concurso em 2005 e desde então não foi ministrado nenhum curso nesse formato para os membros desse ramo.

Atividades de extensão e outros

Os cursos de aperfeiçoamento devem atender ao Decreto n. 5.707/2006, que institui a política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública, além do disposto na Lei de criação da ESMPU e na Lei n. 11.415/2006, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União. Todos os cursos oferecidos visam à formação continuada e ao desenvolvimento profissional dos membros e servidores do MPU, em suas respectivas áreas de atuação, nas áreas do Direito e afins.

A Escola considera como atividades de extensão os congressos, seminários e simpósios, que buscam o intercâmbio de informações, debate sistemático de pontos de vista diferentes ou complementares sobre um assunto determinado, a fim de estimular e aprofundar a discussão sobre os temas tratados. A extensão compreende iniciativas de educação continuada, como práticas reflexivas sobre a relevância social de suas funções, procurando combinar a excelência de qualidade acadêmica e científica com o máximo de compromisso social.

Projetos Especiais

Os projetos especiais têm o objetivo de estimular o intercâmbio em áreas de interesse mútuo e aprimoramento dos servidores, bem como apoiar atividades relacionadas com as mais diversas áreas de atuação do Ministério Público da União. A ESMPU celebra Acordos de Cooperação Técnica com diversas instituições, inclusive internacionais. Hoje, existem acordos firmados com órgãos, associações e universidades nacionais e internacionais (apêndice 5), sendo que alguns deles têm a finalidade do desenvolvimento de projetos especiais.

Um desses projetos está sendo desenvolvido em conjunto com Magistrados, Procuradores e Juízes de Moçambique, compreendendo atividades voltadas ao aperfeiçoamento e capacitação daqueles servidores mediante atividades desenvolvidas pelo Ministério Público brasileiro, no estudo de casos pertinentes às suas atribuições. O projeto é desenvolvido em duas fases – teórica e prática: a teórica se dá em Maputo, capital de Moçambique e, a prática, no Brasil. No final dos cursos, os magistrados moçambicanos irão elaborar manuais práticos de atuação e/ou de formação teórica nas áreas temáticas desenvolvidas, sob a orientação da ESMPU.

A Escola formalizou acordo que lhe permite enviar membros do Ministério Público da União em atividade para o curso *Master* Universitário em Direito Constitucional, o *Curso Avanzado en Derecho del Trabajo para Postgraduado*s, promovido pela Universidade de Sevilla – Espanha.

Com o objetivo de apoiar o fortalecimento da gestão pública municipal e a ampliação do capital social da sociedade civil marajoara, a Escola, em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA), desenvolve pesquisa, cursos de

capacitação e seminários com os moradores do Arquipélago de Marajó. Como produto final a ESMPU vislumbra a implementação da cooperação entre os municípios do território, via formalização de consórcios intermunicipais, e a formação de lideranças da sociedade civil, por meio da realização de cursos para os segmentos sociais mais fragilizados do Arquipélago do Marajó. Esta iniciativa conta ainda com o apoio do MPU, da Defensoria Pública do Pará, da Universidade Federal do Pará e da Associação dos Municípios do Marajó (AMAM).

Políticas de Educação a Distância - EAD

A primeira questão a ser levantada neste tema refere-se à maior barreira que a EAD encontra para ingressar como ferramenta eficaz nas organizações. A falta de uma nova cultura voltada para a tecnologia, sem dúvidas, constitui-se num grande entrave para a sua adoção mais universalizada. Uma outra questão a ser considerada é a cultura. Estudar sem horário, professor e sala de aula como conhecemos desde o início de nossos estudos formais é algo que implica na necessidade de uma mudança cultural, além de que organização, determinação, empenho e cadência de ação – fundamentais para o estudo a distância – não necessariamente são qualidades encontradas em todas as pessoas.

Uma vez vencidas as barreiras culturais, a EAD pode se constituir como uma grande solução para os treinamentos e aprendizado nas empresas. Isto se dá devido às várias vantagens que surgem com emprego da educação a distancia: a possibilidade de treinamentos de grupos maiores e dispersos por grandes regiões geográficas; o enriquecimento do material empregado, com o uso de tecnologia de ponta; desenvolvimento do grupo para as áreas tecnológicas e o aprendizado contínuo; o barateamento da capacitação, por evitar deslocamentos de grandes grupos de pessoas para a sala de aula; são exemplos que comprovam as vantagens da EAD. Considerando o grande alcance territorial do Ministério Público da União e suas especificidades e, reconhecendo o auxílio que a EAD pode oferecer na busca dos seus objetivos, a ESMPU busca integrar ao seu contexto o paradigma da Educação a Distância.

No âmbito da Administração Pública, a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) está a alguns passos à frente da ESMPU, e sua vivência na área pode servir para as discussões na Escola como, por exemplo, a definição dos objetivos da EAD na Escola que, em 2011, focou os cursos para os servidores da área administrativa nesta modalidade. A ESMPU adotou o sistema de uso gratuito *Moodle* – acrônimo de *Modular Object-Oriented Dynamic Learning* – para seu Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Esse sistema proporciona ambiente educacional agradável e intuitivo, e disponibiliza vários recursos como fórum de discussão, *chat* (bate-papo), mensagem instantânea, tarefa e boxes informativos, entre outras funcionalidades, que estão disponíveis para tornar o espaço virtual mais rico e adequado à aprendizagem. Com a criação da Divisão de Educação a Distância na estrutura da ESMPU, prevê-se um incremento na quantidade de cursos a distância ofertados, com o aporte de mais recursos nessa modalidade pela Escola.

O pólo presencial é em Brasília-DF, nas dependências da Escola Superior do Ministério Público da União. Nos anos de 2011 e 2012, serão utilizadas as dependências dos 4 ramos do MPU, em função das obras de revitalização contratadas. O custeio do deslocamento e estadia, para membros e servidores do MPU, é arcado pela ESMPU. Demais participantes terão o custeio arcado por seus órgãos de origem.

Políticas de inclusão

O MPU como um todo adota o respeito às diferenças, atuando no sentido de que as ações inclusivas sejam conduzidas em defesa da cidadania, de acordo com o que recomenda o Governo Federal. Na Lei n. 8112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, é assegurado às pessoas portadoras de deficiência o direito de se inscreverem em concurso púbico para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores. Vale dizer que é competência do poder público promover e fiscalizar a implantação da acessibilidade em todos os sentidos, inclusive no tecnológico, considerando que não haja exclusão de nenhum cidadão – independentemente de sua raça, cor, sexo, crença, classe social, idade e condição física, sensorial e mental.

No âmbito do MPF, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, criou em 2005 o Grupo de Trabalho Inclusão para Pessoas com Deficiência, com o objetivo de:

> "formular as linhas de atuação, metas e diretrizes de trabalho no âmbito do Ministério Público Federal, com vistas a uniformizar a atuação dos membros; estreitar os canais de comunicação com os órgãos federais ligados à defesa das pessoas com deficiência; manter os procuradores da República informados acerca das iniciativas ministeriais pertinentes; e acompanhar a execução dos programas de ações afirmativas, visando garantir os direitos constitucionalmente assegurados às pessoas com deficiência – tais como o devido acesso à saúde, à educação, à cultura, ao lazer etc."

O MPT conta com a Coordenadoria Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho que tem como objetivo

> "definir estratégias coordenadas e integradas de política de atuação institucional, em consonância com o princípio da unidade, respeitada a independência funcional, no combate à exclusão social e à discriminação no trabalho, fomentando a troca de experiências e discussões sobre o tema, bem como a atuação ágil onde necessária se faça a presença do Ministério Público do Trabalho, integrando seus membros no plano nacional, de forma uniforme e coordenada."

No MPDFT, a Promotoria de Justiça da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, possui a Central Judicial do Idoso, que cuida da defesa dos direitos assegurados a eles no Estatuto do Idoso, Lei n. 10.741/2003. Essa Central foi criada a partir de um convênio entre o

MPDFT e o TJDFT visando desenvolver um trabalho preventivo em relação às questões do envelhecimento. Pertence a essa Promotoria o Núcleo Regional de Informações sobre Deficiência (NURIN) que visa facilitar o acesso de pessoas com deficiência a assuntos de seu interesse. As atividades desenvolvidas por esse núcleo são: reunir, coletar, analisar e difundir informações sobre deficiência, tanto sobre a legislação local quanto informações gerais. É no NURIN que é feito o acolhimento das pessoas com deficiência que buscam o auxílio do Ministério Público.

A ESMPU, tendo como um de seus objetivos oferecer cursos de pós-graduação credenciados pelo Ministério da Educação (MEC), deve levar em consideração as políticas de inclusão estabelecidas pelo sistema educacional e as Leis 10.048/2000 (que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica) e 10.098/2000 (que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida), bem como o decreto 5.296/2004, que regulamenta a ambas as Leis acima referidas. A atual estrutura da ESMPU atende a esses dispositivos legais, podendo melhorar sua política de inclusão com a criação de um grupo de trabalho, conforme indicado no capítulo 2 deste PDI, como uma das metas.

Pesquisa

Os Projetos de Pesquisa da ESMPU (apêndice 6) são propostos por membros e servidores em atividade no MPU, de forma individual ou coletiva, na forma do Regulamento e sua alteração (apêndice 7). Esses projetos têm como objetivo o desenvolvimento e a capacitação do corpo funcional do Órgão, bem como o incentivo à produção de conhecimento jurídico e à promoção da interdisciplinaridade com outras áreas do saber. O objeto desses Projetos deve ser correlato a temas de interesse institucional, tais como assuntos relacionados às diversas áreas do Direito ou à natureza, história e estudo de caso dos órgãos ligados, direta ou indiretamente, ao Ministério Público da União.

Serão consideradas áreas prioritárias de pesquisa, sem ordem de precedência:

I - todas as linhas de pesquisa relacionadas (direta ou indiretamente) com os cursos de pós-graduação patrocinados ou oferecidos pela Escola;

II - as linhas de pesquisa cujo escopo seja a descoberta de conhecimento capaz de proporcionar maior efetividade, eficácia e eficiência jurídica em nosso país;

III - as linhas voltadas às atividades-fim do Ministério Público;

IV - as linhas que tratem de assuntos referentes à memória ou história dos órgãos integrantes do MPU.

Além das áreas listadas acima, a Câmara de Desenvolvimento Científico tem como uma de suas competências (abordadas no capítulo 4 deste PDI, em Estrutura Organizacional) propor linhas pedagógicas, editoriais e de pesquisa científica, bem como realizar fóruns para análise e discussão de temas relevantes que repercutam na atuação do Ministério Público, com a participação, se for o caso, de especialistas no assunto.

Publicações

O conhecimento construído e estruturado povoará as páginas das publicações da ESMPU, num processo de disseminação do saber para além das fronteiras do MPU. As publicações da ESMPU (quadro 40) visam reunir e disseminar conhecimentos relevantes para todos os ramos do Ministério Público da União, produzidos por seus membros ou servidores ou, ainda, por pessoas alheias a seus quadros[91].

Nesse sentido, a Escola publica e divulga boletins científicos, resenhas, dissertações, teses acadêmicas produzidos no âmbito do MPU, com ênfase na área jurídica. O Regulamento de Publicações e Desenvolvimento Científico está no apêndice 8.

Quadro 40

PUBLICAÇÕES ESMPU									
ANO	2008			2009			2010		
Material	Quan-tidade	Artigos publicados	Tiragem	Quan-tidade	Artigos Publicados	Tiragem	Quan-tidade	Artigos Publicados	Tiragem
Boletim Científico	3	30	9.000	2	18	6.000	2	11	3.000
Manuais de Atuação	2	-	3.000	-	-		2	-	3.000
Outras publicações impressas	1	-	1.500	5	-	7.500	2	-	2.500
Outras publicações eletrônicas	-	-	-		-	-	1	-	-
TOTAL	**6**	**30**	**13.500**	**7**	**18**	**13.500**	**7**	**11**	**8.500**

Fonte: Documentos da ESMPU

[91] Art. 3º do Regulamento de Publicações e Desenvolvimento Científico vigente na ESMPU.

O Sistema de Avaliação

"Avaliações e índices fornecem informações para que metas sejam estabelecidas e concretizam o desafio de alcançá-las" (BROOKE, 2010). A Avaliação Institucional deve ter o propósito de conduzir ao aperfeiçoamento constante dos empreendimentos humanos. Ainda de acordo com Brooke, é o momento "para olhar criticamente seu ambiente humano, físico e pedagógico e fazer uma revisão de seus princípios e metas, com a finalidade de estabelecer novas ações e projetos". É o momento de reflexão sobre os problemas e suas causas, desenhando posturas indutoras de melhorias; e, também, de "visualizar as virtudes, para que elas sejam disseminadas".

É a avaliação que propicia o suporte à transferência de treinamento, que mensura o apoio de superiores e pares de trabalho necessário à aplicação correta, no trabalho, dos CHAs adquiridos em situações de treinamento. Investigações científicas têm demonstrado recorrentemente que, na ausência de suporte à transferência, as taxas de desempenho individual pós-treinamento tendem a ser baixas.

Assim, um bom sistema de avaliação abre a oportunidade para se discutir as atividades instrucionais e seus eventuais papéis na mudança organizacional e social, uma vez que seus objetivos permitem controlar o processo, retroalimentar o sistema, tomar decisões sobre o treinamento, fazê-lo funcionar e torná-lo externamente válido.

Em conformidade com os modelos de avaliação mais bem aceitos e disseminados em âmbito profissional, quatro grandes tipos de resultados podem ser investigados por meio deles:

1. Reação – mensura a satisfação dos participantes com a ação educacional, em termos de desempenho didático, programação, apoio à participação no treinamento e resultados e aplicabilidade;
2. Aprendizagem – mede a aquisição gradual (ex. exercícios) ou final (ex. testes de conhecimento) dos conhecimentos, habilidades e atitude (CHAs) projetados para determinada ação educacional;
3. Comportamento (impacto) no trabalho – avalia a influência da ação de treinamento no desempenho individual pós-treinamento e;
4. Resultados – mensura os efeitos do treinamento no desempenho de grupos, equipes e organização posterior à implantação da ação.

Os impressos da avaliação de reação e de impacto elaborados pela ESMPU constam do apêndice 9.

O aporte teórico utilizado pela ESMPU é o Modelo de Avaliação Integrada e Somativa (MAIS), proposto por Borges-Andrade (1982). Esse modelo defende que há cinco variáveis, intrínsecas a qualquer atividade instrucional, que devem ser observadas ao longo do processo de avaliação:

1. Insumo: refere-se aos fatores sociais e físicos e aos estados comportamentais dos participantes da atividade instrucional anteriores ao processo de treinamento;
2. Procedimento: relativo às operações (deliberadas ou acidentais) que produzem resultados instrucionais;
3. Processos: refere-se às ocorrências resultantes da atividade instrucional observadas durante a sua implementação;
4. Resultados: relaciona-se ao alcance dos objetivos instrucionais previamente definidos; e
5. Ambiente: refere-se ao contexto do treinamento que influencia seus resultados. Divide-se em quatro subcomponentes: necessidades, apoio, disseminação e resultados.

Para os cursos presenciais, os questionários de avaliação de reação dos participantes e dos capacitadores foram elaborados com as mesmas dimensões:

1. Programação da atividade: visa mensurar a satisfação dos participantes quanto aos objetivos; o conteúdo programático e a carga horária da atividade;
2. Pertinência e relevância: objetiva avaliar o grau de relevância e pertinência que os participantes atribuem à atividade, a partir dos níveis micro (participante), meso (equipe de trabalho do participante) e macro (MPU);
3. Apoio ao desenvolvimento da atividade: pretende mensurar a satisfação dos participantes em relação ao apoio/suporte logístico à atividade;
4. Desempenho didático: visa medir a satisfação dos participantes ante as estratégias instrucionais adotadas pelos facilitadores ao longo da atividade; e
5. Resultados: almeja avaliar o alcance dos objetivos previamente definidos da atividade.

Os cursos na modalidade a distância são avaliados por meio de 3 formulários, a serem respondidos pelos participantes e facilitadores dessas atividades, sendo:

1. **Avaliação de interação em EAD** (participante)
   Estratégias de aprendizagem (autoavaliação)
   Quanto à interface do ambiente virtual de aprendizagem (AVA)
   Ferramentas de Interação em EAD

2. **Avaliação Global do Curso** (participante)
   Quanto a programação do curso
   Apoio ao desenvolvimento do curso
   Quanto ao facilitador
   Resultados

3. **Avaliação Global do curso** (capacitador)

A forma atual de avaliação está em vigor desde 2008, constando da tabela 3 os dados obtidos, ano a ano, considerando o universo de participantes, o quantitativo de respondentes e a média de satisfação demonstrada, com o respectivo desvio padrão.

Tabela 3 **DADOS DA AVALIAÇÃO DE REAÇÃO**

ANO	CURSOS					ATIVIDADES DE EXTENSÃO					RESUMO			
	CURSOS REALIZADOS	PÚBLICO PARTICIPANTE	PÚBLICO RESPONDENTE - AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO	MÉDIA DE SATISFAÇÃO	DESVIO PADRÃO	ATIVIDADES REALIZADAS	PÚBLICO PARTICIPANTE	PÚBLICO RESPONDENTE - AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO	MÉDIA DE SATISFAÇÃO	DESVIO PADRÃO	TOTAL DE ATIVIDADES REALIZADAS	PÚBLICO PARTICI-PANTE	PÚBLICO RESPONDENTE - AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO	
													QUANT.	%
2008	**69**	1.371	937	8,9	1,2	**63**	6.911	2.703	8,8	1,3	132	8.282	3.640	44%
2009	**68**	1.632	907	9,6	1,1	**64**	4.481	2.184	9,7	0,5	132	6.113	3.816	62%
2010	**43**	1.452	719	9,6	1,3	**59**	5.932	2.595	9,3	0,9	102	7.384	3.314	45%

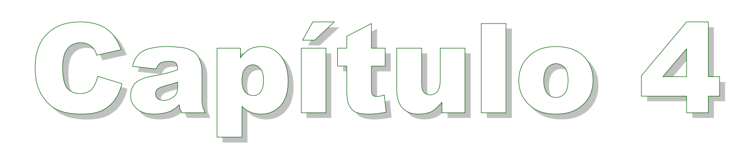
Fonte: Documentos da ESMPU

O processo de trabalho envolve a tabulação e análise das informações coletadas nos instrumentos de avaliação. Os resultados obtidos retornam, via email, aos capacitadores e participantes, e seguem para os orientadores pedagógicos e áreas da Escola, para que possam tomar alguma decisão. A pretensão é disponibilizar esses dados no *site* da Escola, para acesso irrestrito. Esses dados irão compor o *Relatório Anual de Atividades – Avaliação Institucional* (apêndice 10), uma das fontes que subsidiarão a escolha dos critérios a serem adotados no processo de Levantamento de Necessidades Treinamento (LNT) e aprovação das atividades acadêmicas para o ano subsequente.

No entanto, qual o impacto dos treinamentos em situação de trabalho? A busca por uma resposta está orientando os próximos passos da avaliação de eficácia da capacitação proporcionada pela ESMPU, a *Avaliação de Impacto.* Os servidores afetos a esses serviços, internamente, estão sendo preparados para o uso de um ferramental que os habilite a aplicar os resultados desse modelo de avaliação na elaboração dos próximos programas de treinamento, uma vez que é também por meio da capacitação que são esperadas mudanças de atitudes e a melhoria do desempenho em situação de trabalho.

Trabalhando com os dados coletados, será utilizado o campo *Considerações Finais,* do relatório mensal, para acolher a análise qualitativa apurada por intermédio dos instrumentos de avaliação de reação e de impacto. Nele estarão sintetizadas "as informações contidas em todo o relatório, enfatizando os principais resultados obtidos e as sugestões de aprimoramento elaboradas" (MENESES, ZERBINI e ABBAD, 2010, p. 147).

A tabulação dos dados da avaliação de cada curso é divulgada por *e-mail* a um grupo de interessados assim constituído: Diretor-Geral, Coordenador de Ensino, Orientador Pedagógico, Capacitador(es), Participantes e vários setores da Escola, como a Secretaria de Atividades Acadêmicas e a Assessoria de Comunicação. O resultado das avaliações é utilizado para melhorar a prestação de serviços da Escola, tanto na parte pedagógica quanto na administrativa.



Capítulo 4

Organização Institucional

> A realidade das empresas é extremamente dinâmica, alterando-se a cada instante, por intermédio de modificações ocorridas nos níveis de influência e nos elementos condicionantes e componentes da estrutura organizacional. Desse modo, as constantes microalterações poderão determinar, ao longo do tempo, uma total desorganização dos sistemas, levando-os a promoverem elevada entropia e conseqüente desaparecimento, desde que os mesmos não sejam ajustados à nova realidade existente. As microalterações são muito piores do que as macroalterações pois, enquanto estas alertam os administradores para os clamorosos desajustes existentes entre os sistemas e a realidade de que cada sistema trata, aquelas só serão percebidas após certo período de tempo, durante o qual as pequenas alterações podem ter gerado grande dose de ineficiência e entropia.

Djalma de Pinho Rebouças de Oliveira
Em *Sistemas, Organização & Métodos.* São Paulo: Atlas, 2001, p.40

Estrutura organizacional

A estrutura organizacional é o arranjo ordenado e integrado dos elementos que constituem uma organização, representada graficamente pelo organograma, demonstrando o conjunto de órgãos, suas relações hierárquicas e de interdependência, não só entre as unidades, mas também as funcionais das pessoas que ali trabalham (ROCHA, 1983, p.123). É um instrumento essencial para que a organização se desenvolva e alcance sua Visão de Futuro, razão pela qual deve ser definida de acordo com os objetivos e as estratégias estabelecidas.

Todas as organizações têm duas estruturas: a formal, aquela representada pelo organograma, e a informal, que é a rede de relações sociais e pessoais desenvolvidas espontaneamente, não captadas pelo organograma. Há uma corrente de pensamento que indica ser a estrutura informal a que mantém o grupo trabalhando efetivamente, quando a formal é incompetente. No entanto, um cuidado deve ser tomado se algo assim acontecer, porque não há certezas sobre a manutenção da convergência de interesses da direção e dos líderes informais quanto ao direcionamento das ações. (OLIVEIRA, 2001, p. 80-84).

O quadro 41 demonstra a evolução da estrutura organizacional da Escola, no período de 5 anos, tornando de fácil identificação os ajustes na distribuição dos serviços ao longo dela, conferindo suporte para que os trabalhos sejam feitos com menos desgaste do quadro. No entanto, este ainda é pequeno (quadros 42 e 43) para o atendimento do público-alvo da Escola, constituído por cerca de 14.000 pessoas em âmbito nacional, além dos acréscimos de 6.800 cargos de analistas e técnicos para o MPU, aprovados pela Lei n. 12.321/10. Assim, foi submetido um anteprojeto de lei[92] (apêndice 11) à apreciação do Procurador-Geral da República, propondo a criação do quadro de pessoal da ESMPU.

Quadro 41 **Estrutura Organizacional da ESMPU**

Estrutura aprovada pela Portaria PGR n. 314, de 11.julho.**2006**, com ajustes promovidos em 2010	**Estrutura em vigor - jan/2011**
Conselho Administrativo	Conselho Administrativo
Diretoria-Geral	Diretoria-Geral
Secretário de Planejamento e Projetos – CC 04	
Gabinete do Diretor-Geral	Gabinete do Diretor-Geral Assistente – FC 03
Secretário Administrativo – FC 01	Secretário Nível I – FC 01

[92] Ofício n. 0002596/2010/DIRGE/ESMPU, de 11 de novembro de 2010

Assessoria de Comunicação	Assessoria de Comunicação Assessor Nível II – CC 02
Assessor – FC 03 Cerimonial e Eventos – Chefe FC 03	
	Assessoria Jurídica Assessor CC 02
Diretoria-Geral Adjunta Diretor-Geral Adjunto	Diretoria-Geral Adjunta Diretor-Geral Adjunto
Coordenação de Ensino do MPF Coordenador Gerente de ensino – CC 02	Coordenação de Ensino do MPF Coordenador de ensino
Coordenação de Ensino do MPT Coordenador Gerente de ensino – CC 02	Coordenação de Ensino do MPT Coordenador de ensino
Coordenação de Ensino do MPM Coordenador Gerente de ensino – CC 02	Coordenação de Ensino do MPM Coordenador de ensino
Coordenação de Ensino do MPDFT Coordenador Gerente de ensino – CC 02 Secretaria das Coordenações de Ensino e Conselho Administrativo – Secretário Administrativo – FC 01	Coordenação de Ensino do MPDFT Coordenador de ensino
	Secretaria de Planejamento e Projetos Secretário – CC 04
	Divisão de Planejamento Estratégico – Chefe CC 02
	Núcleo de Projetos e Pesquisas – Chefe FC 03
	Núcleo de Avaliação – Chefe FC 03
Secretaria de Ensino e Pesquisa – Secretário – CC 04	Secretaria de Atividades Acadêmicas Secretário – CC 04
	Núcleo de Atendimento ao Usuário Chefe – FC 03 Secretário Nível I – FC 01
	Núcleo de Cerimonial – Chefe FC 03
Setor de Registro Acadêmico Chefe FC 01 Setor de Avaliação – Chefe FC 01 Biblioteca – Chefe FC 01	Núcleo de Registro Acadêmico Chefe FC 03 Secretário Nível I – FC 01
Divisão de Cursos – Chefe CC 02	Divisão de Apoio Pedagógico Chefe CC 02
Núcleo de Ed. Continuada Chefe FC 03	Núcleo de Cursos e Aperfeiçoamento Chefe – FC 03
Núcleo de Cursos de Ingresso e Vitaliciamento Chefe FC 03	Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa Chefe – FC 03
Núcleo de Ensino a Distância Chefe FC 03	Divisão de Educação a Distância Chefe CC 02
	Núcleo de Desenvolvimento de Educação a Distância – Chefe FC 03
	Núcleo de Produção de Material de Educação a Distância Chefe FC 03
Divisão de Pesquisa, Publicação e Projetos Chefe CC 02 Núcleo de Pesquisa – Chefe FC 03	Divisão de Apoio Didático Chefe CC 02
Núcleo de Programação Visual Chefe FC 03	Núcleo de Programação Visual Chefe FC 03

Núcleo de Editoração – Chefe FC 03	Núcleo de Editoração – Chefe FC 03
Setor de Revisão – Chefe FC 01	Setor de Revisão – Chefe FC 01
	Biblioteca – Chefe FC 01
Secretaria de Administração e Tecnologia Secretário – CC 04	Secretaria de Administração e Tecnologia Secretário – CC 04
Secretário Administrativo – FC 01	
Assessoria Jurídica – Assessor CC 02	
Comissão Permanente de Licitação – Presidente CC 01	Comissão Permanente de Licitação – Presidente CC 01
	Núcleo de Engenharia e Manutenção Chefe FC 03
Núcleo de Logística – Chefe FC 03	Divisão de Logística – Chefe CC 02
Seção de Compras e Contratos – Chefe FC 02	Seção de Compras – Chefe FC 02
Seção de Material e Patrimônio – Chefe FC 02	Seção de Almoxarifado e Patrimônio Chefe FC 02
	Setor de Contratos e Convênios Chefe FC 01
Seção de Serviços Gerais – Chefe FC 02	Seção de Serviços Gerais – Chefe FC 02
	Setor de Protocolo, Expedição e Arquivo Chefe FC 01
Núcleo de Diárias, Passagens e Pessoal – Chefe FC 03	Núcleo de Diárias, Passagens e Pessoal – Chefe FC 03
Seção de Diárias e Passagens Chefe FC 02	Seção de Diárias e Passagens – Chefe FC 02
	Setor de Pessoal – Chefe FC 01
Divisão de Tecnologia Chefe CC 02	Divisão de Tecnologia da Informação Chefe CC 02
Núcleo de Desenvolvimento de Sistemas – Chefe FC 03	Núcleo de Desenvolvimento de Sistemas Chefe FC 03
Setor de Suporte a Ensino a Distância – Chefe FC 01	Setor de Tecnologia para Ensino a Distância Chefe FC 01
	Setor de Gerenciamento de Banco de Dados Chefe FC 01
Núcleo de Infraestrutura e Redes - Chefe FC 03	Núcleo de Infraestrutura de Redes - Chefe FC 03
Setor de Segurança e Redes – Chefe FC 01	Setor de Redes e Segurança de Tecnologia da Informação – Chefe FC 01
	Setor de Atendimento ao Usuário de Tecnologia da Informação – Chefe FC 01
	Divisão de Orçamento e Finanças - Chefe CC 02
Núcleo de Orçamentos e Finanças Chefe FC 03	Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira Chefe FC 03
Seção de Execução Orçamentária - Chefe FC 02	Seção de Execução Financeira - Chefe FC 02
	Setor de Análise e Prestação de Contas – Chefe FC 01

Fonte: documentos da ESMPU

Plano de carreira. O atual plano de cargos e salários dos servidores do MPU é regido pela Lei n° 11.415/2006, sendo as funções escalonadas de FC-1 a FC-3 e, os cargos em comissão, de CC-1 a CC-7. Sem quadro próprio, a ESMPU conta com servidores cedidos pelos 4 ramos do MPU, requisitados e contratados sem vínculo, além do pessoal de apoio, contratado por intermédio de empresa especializada, e estagiários de nível superior.

Quadro 42

ESMPU – QUADRO DE PESSOAL POR CARGOS E RAMOS				
CARGO	**MPF**	**MPDFT**	**MPM**	**MPT**
Analista Administrativo	1			
Analista de Engenharia – Mecânica	1			
Analista Doc. – Biblioteconomia	2			
Analista Doc. – Comunicação Social	1			
Analista Processual				1
Técnicos Administrativos	26	2	2	
Técnicos de Informática	8			
Técnicos Ap. Esp. – Transporte	5			
Técnicos Apoio Especializado	1			
Técnicos de Orçamento	2			
Sem Vínculo	9			
Requisitados	7			
TOTAL	**63**	**2**	**2**	**1**
(*) **TOTAL GERAL**	**68**			

(*) Não computados 7 estagiários de nível superior

Quadro 43

ESMPU – QUADRO DE PESSOAL – CONSTITUIÇÃO		
TIPO	**QTD.**	**%**
Estagiários de Nível Superior	7	9,46%
Servidores sem Vínculo com FC/CC	9	12,16%
Servidores Requisitados com FC/CC	6	8,11%
Servidores Requisitados sem FC/CC	1	1,35%
Servidores Efetivos do MPF	47	62,16%
Servidores Efetivos do MPT	1	1,35%
Servidores Efetivos do MPDFT	2	2,70%
Servidores Efetivos do MPM	2	2,70%
Total	**75**	**100,00%**

Fonte: documentos da ESMPU

A ESMPU é regida por Estatuto (apêndice 12), publicado pela Portaria n. 485, de 20 de agosto de 2004 e alterado pela Portaria PGR n. 420, de 02 de setembro de 2010. A administração superior é formada por Diretoria-Geral; Diretoria-Geral Adjunta; Conselho Administrativo e Coordenações de Ensino, todos com mandato de dois anos, facultada uma recondução, a critério do Procurador-Geral da República.

O Diretor-Geral e o Diretor-Adjunto são indicados pelo Procurador-Geral da República. Dentre as suas atribuições: representar a Escola, estabelecer a organização administrativa, dirigir, planejar, orientar e controlar a execução das atividades, celebrar convênios, entre outras atribuições elencadas no art. 9º do Estatuto da ESMPU.

O Conselho Administrativo (CONAD) é presidido pelo Diretor-Geral e composto por 4 membros e respectivos suplentes, oriundos de cada ramo do Ministério Público da União. São indicados pelos respectivos Procuradores-Gerais e nomeados pelo Procurador-Geral da República. O Diretor-Geral Adjunto exerce a Secretaria-Geral do Conselho Administrativo com a especial incumbência de articular os Órgãos da Administração Superior. As competências do CONAD estão relacionadas no art. 11 do Estatuto da Escola. Dentre elas, estão a elaboração do Plano de Atividades Anual (PA); a avaliação do funcionamento dos serviços administrativos; a deliberação sobre a dispensa e admissão de professores no corpo docente da ESMPU. O organograma da ESMPU está no apêndice 13.

O Regimento Interno da ESMPU, seguindo o critério de construção coletiva, está em fase de anteprojeto, sendo analisado pelos servidores do quadro da Escola para, posteriormente, seguir os trâmites de aprovação interna e publicação.

O Núcleo de Registro Acadêmico

Tem as seguintes competências:

I – elaborar banco de informações e manter atualizado o assentamento e/ou dossiê do corpo discente;

II – manter os registros históricos relativos às atividades acadêmicas promovidas;

III – efetuar matrícula dos alunos e solicitar ao inscrito a documentação exigida no Edital;

IV – controlar a freqüência dos docentes e discentes;

V – aplicar as avaliações e registrar os resultados quanto à freqüência e aproveitamento dos alunos e os demais atos acadêmicos;

VI – preparar, expedir e providenciar o registro de certificados acadêmicos nos termos da lei;

VII – emitir e assinar, em conjunto com o Diretor-Geral e com o Coordenador de Ensino, em caso específico, os certificados conferidos pela ESMPU;

VIII – elaborar, subscrever e expedir documentos e correspondências acadêmicas, fundamentados nos registros acadêmicos da ESMPU para discentes; e

IX – instruir processos e/ou solicitações de ordem acadêmica, tais como cancelamentos de atividades acadêmicas e afins.

As Coordenações de Ensino

Cada ramo do MPU tem um representante na Escola designado como Coordenador de Ensino. A cada um deles compete o planejamento, a coordenação, orientação, avaliação e o controle das ações de sua área de atuação, entre outras constantes do art. 12 do Estatuto. O Coordenador de Ensino e seu suplente são nomeados pelo Procurador-Geral da República, após indicação do Procurador-Geral de cada ramo. A partir de 2011 os coordenadores de ensino dos ramos puderam montar uma comissão técnica, que abrange outros membros do seu ramo para desempenharem a função de orientador pedagógico dos cursos oferecido na Escola.

O Corpo Docente

Os capacitadores, conteudistas e tutores da ESMPU são preferencialmente integrantes de qualquer dos ramos do MPU, ou contratados *ad hoc*, indicados e selecionados a partir de comprovada competência acadêmico-pedagógica acerca da temática do curso, dando preferência a membros do Ministério Público da União e portadores de certificado de Doutor ou Mestre.

Assessoria de Comunicação e o "Fale Conosco"

Os contatos do Núcleo de Atendimento ao Usuário (NUAU) constam em todos os documentos divulgados interna e externamente ao MPU pela Assessoria de Comunicação (ASCOM), como referência para o usuário buscar informações e esclarecimentos, assim como fornecer sugestões. Cabe a esse Núcleo distribuir na ESMPU os contatos recebidos – inclusive aqueles por intermédio do *site* (Fale Conosco), ficando cada área responsável pelo retorno diretamente ao usuário.

Órgão Colegiado

A Comissão Editorial é formada pela Câmara Editorial Geral, pela Câmara Editorial do Boletim Científico e pela Câmara de Desenvolvimento Científico, independentes entre si. Cada ramo indica até dois integrantes para cada uma das Câmaras Editoriais, sendo um deles necessariamente membro da respectiva carreira do Ministério Público da União e o outro um jurista que não integre qualquer das carreiras do MPU. A Comissão Editorial preza pela coerência das publicações da Escola; e desempenha outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Conselho Administrativo da ESMPU. As Câmaras Editoriais examinam conteúdo e forma dos projetos de publicação, sua pertinência às linhas editoriais da Escola e conveniência de sua edição; pronunciam-se acerca do público-alvo para a definição da modalidade de publicação da obra e, se for o caso, de sua tiragem;

sugerem ao Diretor-Geral a prioridade das publicações da Escola, entre outras atribuições especificadas no Regulamento de Publicações e Desenvolvimento Científico.

A Câmara de Desenvolvimento Científico, criada pelo CONAD em 17 de agosto de 2010, é um colegiado de caráter consultivo, de composição multidisciplinar, vinculado à Direção-Geral da ESMPU. É constituído por 8 componentes, sendo 4 membros ativos dos respectivos ramos do MPU e 4 convidados externos, com titulação de mestre ou doutor. A presidência fica a cargo do Diretor-Geral da Escola, ou a quem ele delegar. Entre as suas atribuições estão: assessoria à Administração Superior da ESMPU; proposta de critérios de seleção e de avaliação de projetos; sugestão e participação das ações referentes à política institucional no que tange aos aspectos pedagógicos, científicos e editoriais. Uma quarta atribuição deve ser considerada para essa Câmara: a de ser um grupo de análises futuristas, encarregado de conduzir estudo de cenários. O fruto desse estudo formará um *background* comum para todos os envolvidos nos destinos da Escola, auxiliando na equalização da linguagem, na priorização de ações e na tomada de decisões. Dessa forma, à luz dos futuros possíveis e desejáveis, a Escola poderá afinar ainda mais suas ações à necessidade de capacitação dos membros e servidores.

Gestão orçamentária

Conforme o disposto no art. 2º da Lei de Criação da ESMPU, a instituição possui natureza jurídica de órgão autônomo, e seu orçamento está contemplado na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Plano Plurianual (PPA). Até o pressente exercício, a Escola mantém-se exclusivamente com recursos da União, posto que se trata de órgão público federal, cuja manutenção e funcionamento são dependentes dos recursos orçamentários aprovados pelo Congresso Nacional.

A proposta orçamentária consiste em uma boa oportunidade para analisar o nível real e o ideal de abrangência das atividades da ESMPU, no que tange à quantidade de servidores atingidos e aquela que se pretende atingir; assim como quanto ao realizado diante da possibilidade da Escola, considerando-se o seu papel no MPU. O que se observa, em meados de 2010, quando da elaboração da Proposta Orçamentária para 2011, que o foco estava centrado em atividades de extensão, como seminários e simpósios, que visam debate, intercâmbio de informações e experiências sobre determinados assuntos, em detrimento dos cursos de aperfeiçoamento que, por sua vez, aprimoram o saber, visando a melhoria contínua do desempenho nas funções institucionais.

No entanto, em reunião, o CONAD, quando da aprovação do Plano de Atividades para 2011, priorizou os cursos de aperfeiçoamento. Isto significou uma redução no quantitativo de vagas a serem disponibilizadas para esse exercício em relação ao inicialmente

programado. Os custos tendem a se manter no mesmo patamar inicialmente previsto ou mesmo a crescer, porque, nos cursos de capacitação, a ESMPU provê a remuneração dos capacitadores e bolsa-auxílio e passagens para todos os envolvidos

A atuação da Escola disponibiliza, anualmente, vagas em cursos para cerca de 40% do total de membros e servidores do MPU. Para 2012, a ESMPU propõe uma reestruturação, com base em dois pontos:

1. Disponibilizar vagas para a totalidade dos os membros e servidores do MPU, na seguinte proporção: 2 matérias/áreas por ano para cada integrante da área finalística; e um curso/ano para cada um da área administrativa.
2. Oferecer uma formação com mais profundidade, contemplando debates, agregação de novos conhecimentos e troca de experiências. Entende-se que esse propósito se concretizará com a oferta de cursos de aperfeiçoamento. As atividades de extensão serão acessórias, ocorrendo em menor quantidade.

Para o ano de 2012, a ESMPU tem uma meta de aumentar gradativamente os projetos de pesquisa de aplicação na área jurídica, de maneira que, em 2015, esse incremento tenha sido na ordem de 133% (33% em 2012; 25% em 2013, 20% em 2014, e 17% em 2015). Entende-se que a ESMPU, Instituição de Ensino, tem compromisso com a descoberta de novos conhecimentos no domínio científico. Para isso, é necessária a realização de um conjunto de atividades, investigações ou indagações — componentes de uma pesquisa — que direcionem ao levantamento de novos saberes e práticas relacionadas à atuação do membro do MPU.

Assim, solicitou-se um incremento orçamentário, a despeito de o montante destinado à pesquisa não ter sido integralmente utilizado em 2009 e 2010 (execução de 80% em 2009 e 16% em 2010). Se aceito o pedido da elevação orçamentária, ela vai sair de R$ 300.000,00 para R$ 400.000,00, já em 2012. A justificativa para tal requisição apóia-se no fato da criação da Câmara de Desenvolvimento Científico, encarregada de analisar os assuntos relativos a pesquisas, assim como na posse do novo Diretor-Geral, em junho de 2010. Ambos acontecimentos instrumentalizam melhor a ESMPU para a condução das questões relativas às pesquisas.

O documento encaminhado para o quadriênio 2012-2015 do PPA contemplou a proposta constante do quadro 44.

Quadro 44 **ESMPU - Despesas por tipo – PPA 2012-2015**

TIPO DE DESPESA	VALOR – R$	Distribuição por ano – R$
Manutenção das atividades administrativas, que são despesas com o funcionamento da estrutura física da ESMPU, tais como: aquisição de mobiliário; sistemas; equipamentos; materiais permanentes e de consumo; os principais contratos vigentes de manutenção e serviços (limpeza, conservação, recepcionista, copeiragem, cópias e reprodução de documentos, entre outros).	18.470.000,00	2012 - 4.285.000,00 2013 - 4.500.000,00 2014 - 4.725.000,00 2015 - 4.960.000,00
Capacitação de Recursos Humanos. A ESMPU continuará a intensificar as ações que visam ao treinamento e à capacitação de novos membros e servidores, inclusive tomando a iniciativa de criar e propor ações de capacitação para membros e servidores.	44.626.000,00	2012 - 8.406.000,00 2013 - 9.770.000,00 2014 - 11.820.000,00 2015 - 14.630. 000,00
Pesquisa na Área Jurídica	2.200.000,00	2012 - 400.000,00 2013 - 500.000,00 2014 - 600.000,00 2015 - 700.000,00
Construção do centro de treinamento e sede da ESMPU	30.000.000,00	2012 - 500.000,00 2013 - 8.860.000,00 2014 - 13.760.000,00 2015 - 6.880.000,00
TOTAL	**95.296.000,00**	**2012 – 13.591.000,00** **2013 – 23.630.000,00** **2014 – 30.905.000,00** **2015 – 29.190.000,00**

Fonte: PPA ESMPU – quadriênio 2012-2015

Instalações gerais

No edifício que divide com a Procuradoria Regional no Distrito Federal, a ESMPU conta com as seguintes instalações:

1. 8 salas de aula, com 35 lugares cada
2. 1 auditório com 150 lugares, com cabines para áudio, vídeo e tradução simultânea
3. 1 auditório com 65 lugares
4. saguão para eventos e exposições
5. sala para autoridades
6. 3 salas de apoio
7. 1 centro de documentação
8. 2 laboratórios de informática
9. biblioteca
10. serviço de reprografia
11. copas
12. 1 serviço médico-ambulatorial
13. 2 amplas áreas de estacionamento, que servem também para manifestações culturais, cívicas e datas comemorativas
14. 1 campo de futebol para lazer e entretenimento
15. sala de motoristas, lanchonete, almoxarifado, arquivo, garagem interna, recepção, sanitários e outros

Fonte: PDI 2005-2010

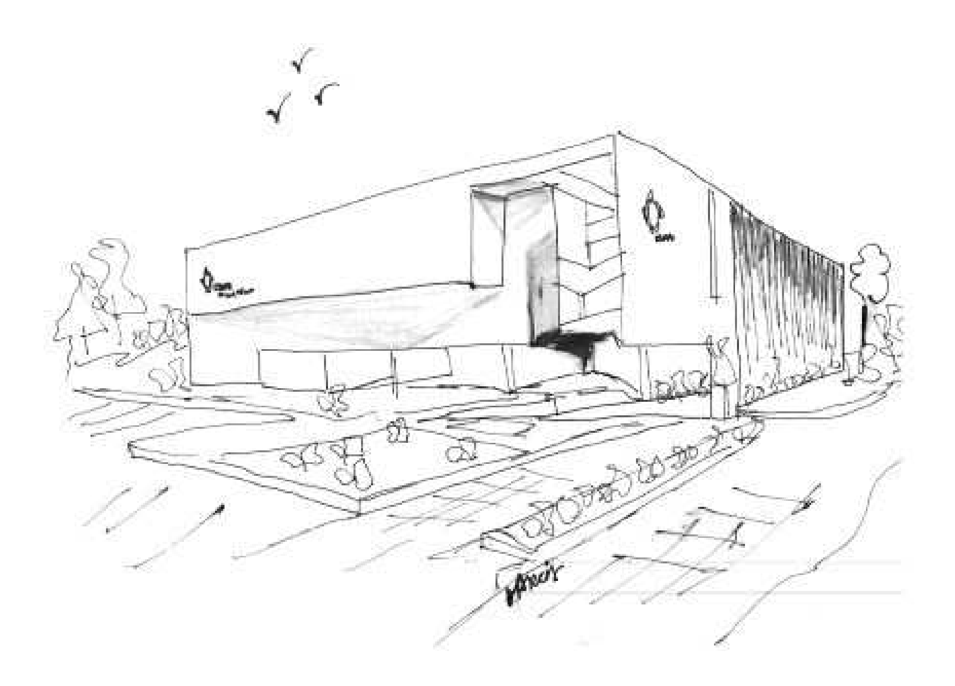
Esse edifício sofrerá reformas para recuperação e revitalização da parte hidráulica e de alvenaria – envolvendo piso interno e fachada -, a partir do início de 2011. Dessa forma, a logística para as atividades acadêmicas prevê a utilização de espaço nas dependências dos ramos do MPU enquanto durarem as obras. A previsão de término é finais de 2012.

No projeto de construção do novo centro de treinamento e sede da ESMPU (figura 3) está prevista a seguinte estrutura:

1. Áreas operacionais – sala de motoristas, oficina e conservação de veículos oficiais, depósito de jardinagem, oficina e centro de controle predial, almoxarifado, depósito de bens, arquivo, gráfica, reprografia, central técnica para atividades de áudio, biblioteca, setor técnico de informática, serviço médico e outros.
2. Áreas específicas – recepção, 3 auditórios, área livre para expositores e eventos, restaurante, garagem, ala técnica para ar-condicionado, estúdios para gravação/vídeo-conferência, salas de reunião, salas de apoio ao ensino, salas para o diretor-geral e conselho, salas de aula, sanitários e outros.

A sugestão é para que essa construção contemple a *Gestão Ambiental na Construção Civil*, com base na Resolução 307 de 05/07/2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que responsabiliza os geradores dos resíduos sólidos (entulho) no canteiro de obras pela sua correta destinação, considerando especialmente a reciclagem. Cerca de 80% do conteúdo de uma caçamba são reutilizáveis em outros processos produtivos. O gerenciamento desses resíduos é imprescindível para reduzir o impacto ambiental nos centros urbanos, pois eles são os responsáveis pelo esgotamento da capacidade dos aterros sanitários (representam a metade do seu volume), pela obstrução do sistema de drenagem urbana; pela proliferação de animais sinantrópicos, pela contaminação das águas subterrâneas pela infiltração do chorume, além de serem um desperdício de material reciclável. O quadro 45 traz as principais responsabilidades e agentes relevantes à gestão dos resíduos oriundos da construção civil.

Figura 3 **Fachada em perspectiva do futuro Edifício-Sede da ESMPU**



A correta destinação dos resíduos da construção é uma parte do processo do que se convencionou chamar de “prédios verdes”, isto é aqueles que

> seguem determinados parâmetros e que têm uma preocupação toda especial com o meio ambiente em que estão inseridos e com a correta utilização dos recursos naturais necessários ao seu funcionamento e a correta destinação dos resíduos gerados por essa utilização. Assim, a preocupação com a eficiência e com a qualidade é sempre voltada para o mínimo impacto ambiental possível. (ABREU, 2008)

A construção desses prédios deve atender preceitos e determinações rígidas quanto à: qualidade do ar; ao uso da energia e da água; à segurança de trabalho e higiene do ambiente ocupacional, ao uso de materiais ecologicamente corretos, à observação da ergonomia em móveis e utensílios, ao tratamento correto dos resíduos sólidos e controle da emissão de poluentes.

Hoje em dia, não basta que os edifícios sejam arquitetonicamente bonitos; eles devem ser ecológicos. A razão para essa tendência mundial é trazida por Narloch (2006):

> Os prédios estão acabando com o mundo. A poluição que eles geram é 10 vezes maior que a de todas as indústrias e 50% maior que a dos carros. No total, o que eles consomem de gás de cozinha, água e energia elétrica é responsável por 31% da emissão anual do gás responsável pelo aquecimento global, sem contar o que é liberado pelo lixo e durante a produção do cimento. Algumas pequenas ideias podem aliviar: lâmpadas econômicas, descargas menos potentes e sensores de presença.

Quadro 45

Principais responsabilidades na reciclagem dos resíduos sólidos na construção civil	
AGENTES	**RESPONSABILIDADES**
Estado	- Introdução de instrumentos de regulação direta e econômica visando à regulamentação do gerenciamento da coleta - Transporte e fiscalização de disposição - Estabelecimento de padrões de fiscalização e a utilização de entulho para aterramentos - Busca de fortalecimento das atividades recicladoras - Estabelecimento de metas para redução do uso de recursos naturais escassos - Incentivo ao uso de resíduos oriundos da construção e demolição - Proibição da extração de areia e cascalho - Fortalecimento da produção de agregados reciclados - Estabelecimento de áreas legais de disposição de resíduos sólidos
Geradores	- Redução das perdas e da geração de resíduos através da adoção de métodos construtivos mais racionais - Gerenciamento de resíduos sólidos durante o processo construtivo - Conscientização da necessidade de utilizar materiais reciclados, de viabilizar as atividades de reciclagem, e de assegurar a qualidade de resíduos segregados - Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento
Clientes, empreendedores, arquitetos, engenheiros e consultores	- Estabelecimento de critérios de especificação que visem à utilização de materiais reciclados e adoção de princípios de sustentabilidade - Exigir a adoção de sistema de gestão de resíduos em canteiros de obras - Definição de critérios de racionalização e padronização na definição dos métodos construtivos, visando a produzir edifícios flexíveis e de fácil demolição
Transportadores	- Exigir o transporte de maneira consciente e responsável, levando os resíduos às áreas destinadas oficialmente pelo município - Conscientização de seus motoristas sobre os impactos causados por resíduos dispostos irregularmente - Contribuição para os programas de controle e fiscalização de volume e características dos resíduos produzidos
Processadores dos resíduos	- Assegurar a qualidade dos agregados reciclados
Universidades e Institutos de pesquisa	- Implementação de laboratórios, desenvolvimento de pesquisa aplicada, assessoria parlamentar, cursos, consultoria, integração de agentes, dentre outros.

Fonte: BLUMENSCHEIN, 2007

Biblioteca

A Biblioteca da ESMPU (apêndice 14), com um acervo de 3.298 títulos, 5.842 exemplares e 217 materiais adicionais, vários deles em Braille (apêndice 15), prima por apoiar a Escola em suas ações de facilitar o acesso ao conhecimento. Ela integra a Rede de Bibliotecas do

Ministério Público Federal desde 2005, ano em que começaram as atividades para implementação da referida rede, cuja gerência está a cargo da Coordenadoria de Documentação Jurídica da PGR. A Rede conta hoje com 37 Bibliotecas, o que facilita a padronização do tratamento da informação e os serviços das áreas de Documentação do MPF, uma cooperação mais intensa, o intercâmbio de informações, o empréstimo de material bibliográfico entre bibliotecas, o envio de cópias de artigos de periódicos etc.

O sistema utilizado é o *Pergamum*, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, que contempla todas as rotinas de serviços e geração de produtos das Bibliotecas e Centros de Documentação, sendo adotado em Órgãos Públicos, Escolas e por um grande número de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior, entre elas a Universidade de Brasília, da qual a ESMPU é também parceira. E funciona

O acervo é especializado em Direito, porém possui obras em áreas afins, tais como Ensino, Comunicação visual, Editoração, Língua portuguesa, Informática, para atender de modo interdisciplinar as requisições dos quatro ramos do MPU, e dar suporte aos cursos de pós-graduação e projetos de pesquisa gerenciados pela ESMPU. Seu acervo é referência em Ministério Público, reunindo doutrina e memória nacionais e estrangeiras, legislação federal e alguns pareceres de membros do MPU, visando o resgate histórico e institucional e também atender as pesquisas dos mais variados ramos e níveis do órgão ministerial (Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Ministérios Públicos Estaduais), enfatizando o seu papel como guardião da Lei perante a sociedade. Conta, ainda, com a facilidade de acesso ao acervo da Biblioteca da Procuradoria da República no Distrito Federal, que funciona no mesmo prédio e é também voltada para as ações institucionais do Ministério Público.

Dentro da política de inclusão social com maior acessibilidade à informação, foram adquiridas algumas obras em Braille, incluindo entre elas a Constituição Federal, Lei de Acessibilidade da Pessoa com Deficiência, o Estatuto do Idoso etc.

Alguns periódicos são assinados anualmente: Revista Época, Carta Capital e os jornais O Estado de São Paulo e o Correio Braziliense. A coleção de periódicos de doutrina e jurisprudência tem sido enriquecida através do sistema de permuta. A ESMPU envia o seu Boletim Científico a todos os ramos do Ministério Público, às Universidades, às Faculdades e a Órgãos da Administração Pública, e, em troca, estas Instituições e Órgãos nos enviam as suas publicações periódicas. O acervo da Biblioteca está informatizado**.**

A Biblioteca, aberta para atendimento de segunda a sexta, das 9h às 19h., conta com uma bibliotecária e um servidor técnico-administrativo e estabeleceu as seguintes metas (inseridas no capítulo 2 deste PDI):

1. Manter a política do desenvolvimento de coleções com informações atualizadas, incluindo também obras em Braille
2. Manter e aperfeiçoar os serviços já prestados, sendo que já visualizamos que a ESMPU e a Biblioteca necessitam:
3. Criar um Centro de Documentação com estrutura de Biblioteca, Arquivo e Videoteca
4. Criar uma Biblioteca digital para obras da ESMPU (monografias, cursos eventuais, palestras etc.)
5. Confeccionar baias para estudo individual
6. Criar cabines para os usuários portadores de necessidades especiais, com equipamento compatível.

Laboratórios de informática

Os recursos de informática são imprescindíveis para a consecução dos objetivos de qualquer instituição acadêmica, especialmente quando faz recair sobre a educação a distância boa parte da transferência do saber. Sendo assim, a infraestrutura da Escola nesse campo está assim constituída (quadros 46 e 47):

- Como Ambiente Virtual de Aprendizagem, a Escola utiliza o Moodle e, para os deficientes visuais, o leitor de tela Jaws.

- A velocidade de dados da rede interna e a forma como se dá a conexão com a Internet:

- Rede interna até 1 GBPS

- 1 Link 16 Mbps (Rede Nacional MPU)

- 1 Link 34 Mbps (Link de redundância conforme memorando SG/MPF – GVT)

Quadro 46

LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA	
Equipamento	**Especificação**
15 Computadores pessoais marca HP	Intel Core i5 com Microsoft Windows 7 SP1 Professional 64bits
1 Projetor	Marca NEC

Quadro 47

EQUIPAMENTOS DO CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS			
Quantidade/tipo	**Processador**	**Sistema Operacional**	**Serviços**
5 PowerEdge 2950 (DELL)	Intel xeon	vmware esxi 4.0	Virtualização de Servidores
5 PowerEdge R710 (DELL)	Intel xeon	vmware esxi 4.1	Virtualização de Servidores
1 PowerEdge 6850 (DELL)	Intel xeon	vmware esxi 5.0	Virtualização de Servidores
1 PowerEdge 2800 (DELL)	Intel xeon	sles 9	Mail Relay
1 PowerEdge 860 (DELL)	Intel xeon	sles 9	E-Mail
1 FITOTECA Modelo PowerVault TL2000			
1 equipamento de storage com 3 Tb de HD.			
2 no-breaks de 10 kva e 2 no-breaks de 3 kva com 15 minutos de autonomia (de catálogo) (*) Não há gerador de energia elétrica para o prédio inteiro.			

Obs.: Cada servidor físico hospeda múltiplas máquinas virtuais

A infraestrutura tecnológica para os usuários está constituída conforme os quadros 48 e 49.

Quadro 48

COMPUTADORES DOS USUÁRIOS		
Quantidade/tipo	**Processador**	**Sistema Operacional**
80 computadores pessoais marca HP	Intel Core i7	Microsoft Windows 7 SP1 Professional 64bits
5 computaores pessoais marca HP	Intel Core i5	Microsoft Windows 7 SP1 Professional 64bits
51 computadores pessoais marca Lenovo	Intel Pentium IV Core 2 Duo	Microsoft Windows 7 SP1 Professional 64bits
49 computadores pessoais marca Lenovo	Intel Pentium IV Dual Core	Microsoft Windows 7 SP1 Professional 64bits
7 notebooks marca Lenovo	Intel Centrino Dual Core	Microsoft Windows 7 SP1 Professional 32bits
5 notebooks marca Dell	Intel Core i5	Microsoft Windows 7 SP1 Professional 32bits
2 notebooks marca HP	AMD	Microsoft Windows 7 SP1 Professional 32bits

Quadro 49

EQUIPAMENTOS DOS USUÁRIOS	
Quantidade/ tipo	**Modelo**
4 Impressoras jato de tinta colorida	HP 5550
3 Impressoras laser monocromática	Xerox 3250
1 Impressora Plotter	HP DesingJet T1200PS
3 Scannner com alimentador automático	Fujitsu 6230
5 Projetor multimídia	NEC NP410G
3 Lousa interativa	Smart Board SYMPODIUM 350
1 Lupa Eletrônica	Alladdin Premium
1 Torre para gravação de CDS	Samsung / WYTRON

Os sistemas desenvolvidos pela ESMPU aplicam-se unicamente à sua realidade, com base em software livre, tais como: Ubuntu, Eclipse e Mysql.

Entrará em funcionamento em meados de 2011 a plataforma de reuniões *online* OpenMeetings. O ambiente funciona por intermédio da Internet, necessitando apenas de um navegador com o *plugin flash* instalado, assim como de uma *webcam* e sistema de captação e reprodução de áudio (microfone e altofalantes). Além disso, a Escola tem disponível o equipamento Polycom VSX 7.000.

Os computadores pessoais deverão ser substituídos por outros, novos, até o final do ano de 2011. A sugestão é para que essa aquisição faça parte da gestão estratégica de suprimentos, com o viés ambiental. O Ministério do Planejamento elaborou as especificações para a aquisição de computadores verdes pelo Governo Federal. As características desses equipamentos estão descritas em *site*, no seguinte endereço <http://www.governoeletronico.gov.br/sisp-conteudo/especificacoes-tic> e são recomendadas aos órgãos da Administração Federal, autarquias e fundações.

A Instrução Normativa n. 1 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, que entrou em vigor em janeiro/2010, regulamenta a utilização de critérios sustentáveis na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelos órgãos do Governo Federal.

> As regras abrangem os processos de extração ou fabricação, utilização e o descarte de produtos e matérias-primas. De acordo com elas, as obras públicas devem economizar na manutenção e operacionalização da edificação, reduzir o consumo de energia e água, bem como utilizar tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. (BRASIL, 2010)

Capítulo 5

Considerações finais

Um dos mais importantes *insights* que você pode usar da ecologia é aquele que fala exatamente de sistemas. Nos sistemas vivos, as partes estão intimamente interconectadas, você não pode entender o todo, ao menos que você entenda as interconexões das partes. Isso se refere também aos problemas que temos no mundo. Precisamos entender que os assuntos ligados à energia, aquecimento global, segurança, finanças, economia não são assuntos isolados. Esses elementos todos estão interconectados. Isso é o que podemos aprender e as soluções não virão apenas dos bancos e economistas. A solução também virá da mudança de políticas energéticas, do desenvolvimento local [...] A solução também virá por introduzir ética no sistema financeiro, que não é um problema técnico da economia, é um problema político, de valores e filosofia.

Fritjof Capra
Em entrevista para Letícia Freire, da *site* Mercado Ético, quando de sua visita ao Brasil, em 2008.

UM RÁPIDO APANHADO

Milênios de construção humana e o que conseguimos é um mundo contemporâneo que continua cingido. Dependendo da teoria observada, a supremacia do Ocidente sobre o Oriente é explicada em virtude das discrepâncias econômicas, políticas ou ideológicas. No Ocidente, há desproporção de forças econômicas e de poder entre os hemisférios Norte e Sul.

É conturbada a relação entre o mundo muçulmano e o Ocidente: de um lado, os fundamentalistas e, de outro, a ausência de qualquer ética. Sob a ótica sociológica, os laços entre os grupos estão se tornando superficiais, exacerbando o individualismo e a idolatria ao consumo.

Crises sem precedentes assolam o mundo – da demográfica ao sistema de valores, passando pela ambiental e a econômica. Embora a realidade seja globalizada, ela é multifacetada, de arquitetura social intrincada, onde cada ação pode implicar reflexos em áreas inesperadas. Isto porque o ambiente é um sistema complexo, não linear, no qual pequenos acontecimentos podem gerar descomunais e inesperadas consequências.

Nesse contexto polimorfo, com uma exigência para cada indivíduo, insere-se o Brasil, um país de contrastes. Aqui convivem tecnologia de ponta e o trabalho escravo imersos em um caldo cultural que faz florescer um povo, suas mazelas e suas virtudes.

Como o Estado deve lidar com questões tão amplas e diversas quanto a ainda crescente urbanização causada pela migração em massa e a consequente perda das raízes culturais; a gradual inclusão de mais de 100 milhões de pessoas no mercado formal de trabalho, num momento de revolucionária automação dos meios de produção; as questões prementes da igualdade de gênero, num mundo cada vez mais globalizado, porém com frágeis estruturas jurídicas e de governança? Como seus agentes devem desincumbir-se da hercúlea e nem sempre recompensadora atribuição de dar cabo e vazão às demandas que inundam a sociedade brasileira e lhe tiram o fôlego?

Como deve ser a capacitação do membro do MPU que atuará no Brasil de 20 ou 30 anos no futuro? É com a resposta a esta última pergunta que se ocupa a ESMPU. A preocupação central da Escola é a de tornar-se instrumento para a capacitação de alto nível dos membros e servidores do MPU, contribuindo não só para que eles auxiliem o Estado a responder às perguntas do parágrafo anterior, mas, acima de tudo, para afinar-lhes a percepção da importância de o *parquet* focar o bem comum.

Para que isto se dê e, dessa forma, a Escola cumpra sua missão de “Facilitar o contínuo aperfeiçoamento dos membros e servidores do Ministério Público da União, para uma atuação profissional eficaz”, alguns ajustes administrativos e de procedimentos no seu dia a dia foram sugeridos neste trabalho. A busca é a excelência de gestão, com a consequente e efetiva contribuição para o brilhantismo no desempenho dos membros e servidores do MPU.

"Onde quer que você veja um negócio de sucesso, pode acreditar que ali houve um dia uma decisão corajosa." Peter DRUCKER

Capítulo 6
Quadros-resumo

"Assim, a viagem terminou e aqui estou eu de volta novamente onde comecei, mais rico devido a muitas experiências e mais pobre por causa de muitas convicções e certezas perecidas. Pois convicções e certezas são muito frequentemente concomitantes da ignorância. Do conhecimento e da experiência o fruto geralmente é a dúvida. É uma dúvida que cresce mais e mais à medida que o conhecimento se esconde mais profundamente no mistério subjacente, que se espalha na exata proporção em que a experiência é ampliada e as percepções da experiência individual são aprimoradas."

Aldous Huxley
apud Emílio Herrero Filho, em *Balanced Scorecard e a Gestão Estratégica,* Elsevier, 2005, p.223

Quadro 50

HISTÓRIA DO OCIDENTE			
PRÉ-HISTÓRIA	**Idade da Pedra**	Paleolítico, Mesolítico, Neolítico	Há 8.000 anos, o homem se comunicava por grunhidos. Nomadismo e mitos explicativos do mundo. Surge a agricultura, o Homem se sedentariza e funda povoados.
	Idade dos Metais	Idade do Cobre, Bronze e Ferro	
IDADE ANTIGA Século VIII a.C. a 485 d.C.	**Antiguidade Clássica**		Surgem os primeiros códigos escritos, e os rudimentos da filosofia, física, matemática e astronomia Impérios Egípcio, Babilônico, Assírio, Persa, Grego e a República Romana e o Império Romano. Surge a cultura greco-romana. O cristianismo se torna a religião oficial do Império Romano. Crise do Império Romano e desenvolvimento do colonato, embrião da economia feudal. Queda Império Romano.
	Antiguidade Tardia		
IDADE MÉDIA de 486 d.C a 1453 d.C.	**Alta Idade Média**		A crença é a de que a vida terrena se explica pelos desígnios de Deus: teocentrismo e geocentrismo. O criacionismo passa a integrar o temário da Filosofia. A Igreja se torna na instituição mais poderosa, guardiã dos valores morais e espirituais. O feudalismo é o sistema político, social e econômico da Idade Média. Na patriarcal sociedade do medievo não existe poder central, noção de Estado ou mesmo de Nação. A partir do século XI, o rei conquista, gradativamente, uma elevação das suas atribuições políticas. A peste negra dizima a mão de obra disponível, desequilibrando a produção agrícola. É plantada a semente do absolutismo. O sistema político, social e econômico do século XII ao XV é o pré-capitalismo.
	Baixa Idade Média	Idade Média Plena	
		Idade Média Tardia	
IDADE MODERNA Século XV ao XVIII	**Século XV**		O absolutismo é uma das marcas da Idade Moderna: privilégios para poucos e o rei se coloca acima da lei. O modelo de família é multigeracional e o mundo do trabalho e o doméstico são coincidentes. Há a conquista e a exploração de colônias. É criada a dicotomia metrópoles-ricas-desenvolvidas / colônias-pobres-subdesenvolvidas. Surgem os Estados Nacionais: constitucionais, intervencionistas, burocráticos, fortes perante o poder papal. No vazio deixado pela metafísica, surge a razão pura para dar sentido à vida humana. O sistema feudal recua, o comércio floresce, os avanços científicos borbulham, a ciência toma o lugar da Igreja. A Igreja Católica entra em crise; vem a Revolução Protestante. As principais características da sociedade: racionalismo, antropocentrismo e individualismo. Por volta do século XVII, surge o Iluminismo, um movimento global: filosófico, político, social, econômico e cultural, que se choca com o absolutismo. Isaac Newton, Copérnico, Francis Bacon, Galileu Galilei e Kepler dessacralizam a Natureza, reduzida a um conjunto de entes geométricos, cognoscíveis e matematizáveis. A Primeira Revolução Industrial muda o processo produtivo, as mulheres vão para o mercado de trabalho, as famílias diminuem e passam a ser nucleares. Expandem-se os direitos civis e uma onda de emancipação nacional varre o mundo. Vem a Revolução Francesa.
	Século XVI		
	Século XVII		
	Século XVIII		

Quadro 51

<table>
<tr><th colspan="3">HISTÓRIA DO OCIDENTE</th></tr>
<tr><td rowspan="3">IDADE CONTEMPORÂNEA
A partir do século XIX</td><td>Século XIX</td><td rowspan="3">São três as correntes de pensamento dos seus primórdios: Iluminismo, Nacionalismo e Socialismo
Surge o capitalismo comercial.
O liberalismo econômico influencia o desenvolvimento do capitalismo nos séculos XIX e XX.
A doutrina nacionalista coloca a defesa da nação acima de outras experiências e instituições tais como o Estado, a Igreja, o partido político ou o sindicato, e origina a xenofobia.
O nacionalismo desperta nos europeus o desejo de lutar pela unificação de seus países, e apoia ações imperialistas, neocolonialistas, de dominação de outros países.
É elevada a importância da razão; e o positivismo embala a crença de que a ciência descobriria soluções, provocando o progresso ininterrupto da humanidade.
A mecanização exerce fascínio sobre a sociedade da época, destacando-se valores como padronização, regularidade, passividade e controle.
O capitalismo financeiro se consolida, com a disputa por mercados consumidores, matérias-primas e mão de obra baratas, o que culminaria com a Primeira Grande Guerra.
Há uma adaptação indevida da teoria da evolução de Darwin à realidade social.
Vem a Segunda Grande Guerra, cresce o trabalho feminino no mercado, sendo o século XX marcado pela luta organizada das mulheres em defesa de seus direitos.
Começa a disputa da hegemonia política econômica e militar do mundo entre a União Soviética e os Estados Unidos: Guerra Fria.
É criado o Estado de Bem-Estar Social, com forte intervenção na área econômica, regulamentando quase todas as atividades produtivas.
A década de 1940 encontra um Brasil rural, enfrentando dificuldades na exportação de itens do agronegócio.
Na passagem da década de 50 para 60, vem o êxodo rural.
A mulher brasileira vai para o mercado de trabalho. Nascidos em famílias pequenas, com ambos os pais no mercado de trabalho, os jovens do século XX crescem sozinhos, comprometendo seu desenvolvimento emocional.
Em finais da década de 1970, o Estado de Bem-Estar está desgastado, o mundo vive a crise de petróleo, o déficit aumenta muito e o mercado se retrai. Os Estados Unidos e a Inglaterra decidem voltar ao não-intervencionismo, e adotam o neoliberalismo
Cai o muro de Berlim, a União Soviética capitula, adere ao capitalismo, os Estados Unidos passam a ser a única superpotência mundial e o pensamento é reduzido à condição de unidimensional
O capitalismo e a ordem econômica dão mostras de exaustão; o socialismo se foi, e o comunismo soviético faliu.
A ascensão do fundamentalismo é um indicador seguro de insatisfação com a atual ordem religiosa.</td></tr>
<tr><td>Século XX</td></tr>
<tr><td>Século XXI</td></tr>
</table>

Quadro 52

CENÁRIO MUNDIAL - 2010				
TEMA	**MUNDO**	**BRASIL**	**CONSEQUÊNCIAS**	**PROPOSTAS DE SOLUÇÃO**
População	Crescimento médio geométrico de 1,4% ao ano, no século XX 9 bilhões até 2050 Crescimento mais intenso nos países emergentes e pobres	**2050**: 259,8 milhões 6 milhões mais mulheres que homens **2062**: o número de brasileiros vai parar de aumentar	- escassez de alimentos e fome. - esgotamento dos recursos naturais limitados, como a água. - impossibilidade de fornecer saúde, alimento, educação e cultura a todos.	- políticas de controle de natalidade. - políticas para uso racional de água e solo. - rever a existência da agricultura irrigada.
Expectativa de vida	74,3 anos entre **2045** e **2050**	81,3 anos em **2050**	- estrutura etária: a diminuição relativa da população mais jovens e o aumento proporcional dos idosos. Em 1980: divisão igualitária entre os que tinham acima ou abaixo de 20,2 anos. Em 2050: a idade mediana será de 40 anos. - envelhecimento da população: importância cada vez maior das políticas públicas relativas à previdência, diante do crescente número de indivíduos aposentados, em relação àqueles em atividade. Também se tornam cada vez mais importantes as políticas de Saúde voltadas para a Terceira Idade. - impactos na economia dos países, demanda mais dos programas de saúde pública e exige ampliação da estrutura de assistência social e psicológica.	
Envelhecimento da população	**2050**: praticamente 80% da população mundial maior de 60 anos viverá no que agora são países em desenvolvimento, com tendência à pobreza elevada na velhice. **Século XXI** – n. de pessoas com mais de 60 anos vai triplicar, passando de 10% em 2000 para 32% em 2100. Até o final do século: na Europa Ocidental: 46% da população; China, 42%, Na Ásia, sobretudo no sul do Continente, o envelhecimento começará em 2030, no Médio Oriente em 2040 e nos países da África Subsaariana, a meio do século.	**2000**: 0 a 14 anos = 30% da população e maiores de 65 anos = 5% (1,8 milhão de pessoas com 80 anos ou mais) **2050**: os dois grupos se igualarão em 18% (13,7 milhões de pessoas com 80 anos ou mais) no Brasil, o segmento de pessoas com mais de 60 anos é o que mais cresceu, em números absolutos, entre 1980 e 2000, passando de um contingente de 4.788.756 em 1980 a 9.935.100 em 2000 Estrutura etária: **1980**: idade mediana de 20,2 anos **2050**: idade mediana de 40 anos.		- rever a aposentadoria compulsória aos 70 anos de idade. - aumentar a idade mínima para aposentadoria. - incentivar o trabalho para os idosos. - criação de fundo de pensão para complementar a aposentadoria do servidor público. - adotar o sistema de capitalização, protegendo o trabalhador na hora da aposentadoria com regras prudentes que lhes exijam passar a ativos de rendas fixas ao envelhecer. - estimular o aumento da produtividade, além das propostas de migração internacional e de contratação externa. - Introduzir pensões para a velhice ou de transferências diretas para as pessoas de idade avançada para reduzir a pobreza na velhice.
Mortalidade infantil	Argentina: 21 óbitos por por mil crianças de 1 ano. Chile: 12 por mil. Uruguai: 15 por mil. (ano de 2000).	30 óbitos por mil crianças de 1 ano (ano de 2000).	- Impacto negativo, em alguns anos, no contingente da população economicamente ativa do país.	- Qualidade e eficiência da assistência prestada no pré-natal. - Melhoria do atendimento em ambulatórios. - Melhoria da alimentação.

Quadro 53

CENÁRIO MUNDIAL - 2010				
TEMA	**MUNDO**	**BRASIL**	**CONSEQUÊNCIAS**	**PROPOSTAS DE SOLUÇÃO**
Globalização	Movimento de abrangência mundial, diferente para *globalizadores* e *globalizados*.	- Oprimido. - Globalizado. - Sujeito às regras do FMI.	- provocou a concentração do poder econômico e o entregou a grandes conglomerados transnacionais, desafiando a autonomia e a soberania do Estado. - fragmentação: bolsões de miséria,fome.	- regionalização: união de Estados da mesma área de juntam para poderem se inserir no mercado, enfrentando a globalização/fragmentação.
Aquecimento global	Aumento populacional Uso de fontes não renováveis de energia Derrubada de florestas tropicais Meados século XXI: o nível de CO2 na atmosfera deverá girar em torno de 560 a 600ppm, o dobro do valor registrado no período pré-industrial.	- risco de os reservatórios de água diminuírem, aumentando as áreas desertas. - o degelo das calotas polares vai cobrir vastas áreas litorâneas, além de provocar a escassez de comida, disseminação de doenças e mortes. - a incidência de furacões, que é praticamente inexistente no Brasil, poderá ser grande.	A temperatura do planeta subiu quase 1ºC nos últimos 100 anos. Algumas regiões chegaram a aquecer até 2ºC. Nos trópicos, a elevação será menor, podendo chegar a 7º nos Polos. Já está ocorrendo derretimento de geleiras, elevações do nível do mar e desaparecimento de ilhas, que poderão colocar em risco as zonas costeiras e contaminar as reservas subterrâneas de água doce, destruir ecossistemas vitais: - florestas se tornam savanas. - a escassez de chuvas prejudicará a agricultura, pesca, geração de energia. - proliferação de insetos, obrigando a maior consumo de agrotóxicos. - comprometimento da agricultura e queda na produção de grãos, elevando preço e aumentando a fome no mundo - destruição de importantes ecossistemas - migrações em massa. - tempestades, ciclones, enchentes, secas, incêndios florestais mais intensos e frequentes, erodindo o solo. - sobrecarga nas companhias de seguro governamentais.	- buscar o reequilíbrio, repensando os hábitos de vida e de consumo, assim como o tipo de energia utilizado. - reduzir emissões de CO2 de 50% a 85% até a metade deste século (em 30% até 2020). - reduzir a emissão de poluentes. - reforçar as companhias de seguro e agências governamentais para assistência em caso de desastre. Elas estão despreparadas para enfrentar uma demanda crescente na América do Norte parte de vítimas de fenômenos naturais. - investir em energias renováveis não convencionais e eficiência energética. - estabelecer metas claras para a redução do desmatamento. - Defender os manguezais e a floresta amazônica.

Quadro 54

CENÁRIO MUNDIAL - 2010				
TEMA	**MUNDO**	**BRASIL**	**CONSEQUÊNCIAS**	**PROPOSTAS DE SOLUÇÃO**
Mobilidade social	- A economia mundial (PIB) aumentou 18 vezes, no último século, num crescimento médio geométrico de 3% a.a. PIB terá subido 34 vezes ao final dos 100 anos. - 400 milhões de pessoas passaram a constituir a nova classe "C". - até 2030, mais 1,2 bilhões deverão juntar-se a esse contingente.	- 31 milhões de pessoas foram para a classe "C".	- pegada ecológica.	- ampliar o debate sobre o consumo consciente, redução do lixo, economia de água e energia elétrica; utilização de transporte público; reciclagem e evitar o uso excessivo de embalagens e de descartáveis.
Crime organizado	Fenômeno observado mundialmente.	Brasil editou a Lei n. 9.613/98	- ameaça à segurança nacional. - mantêm relacionamento promíscuo com a face legal da sociedade.	- o intercâmbio de informações. - o aperfeiçoamento dos mecanismos de prevenção (principalmente o aprimoramento do sistema legal). - a especialização técnica das entidades e forças envolvidas no combate à macrocriminalidade. - Direito Penal Econômico.
Narcoterrorismo	Ilícito que tem alcance transnacional.	- um dos maiores produtores de armas leves no mundo. - tem controle falho sobre a circulação das armas. - fornece a química necessária ao refino da cocaína plantada em países vizinhos. - o território nacional serve para a rota do tráfico, abrigo para criminosos, base para a lavagem de dinheiro, e mercado para o consumo.	- ameaça a estabilidade dos países.	- presença do Estado nas comunidades, levando políticas públicas, reconstrução e desenvolvimento social. - conhecimento da cultura local e o investimento na empatia com os moradores, para angariar-lhes o apoio. - parceria com outros países.

Quadro 55

CENÁRIO MUNDIAL - 2010				
TEMA	**MUNDO**	**BRASIL**	**CONSEQUÊNCIAS**	**PROPOSTAS DE SOLUÇÃO**
Corrupção	Acontece em todos os governos do mundo.	- custo médio anual da corrupção estimado em R$ 41,5 bilhões (1,38% do PIB- valores de 2008). - 69º colocado no ranking 2010 de corrupção, da ONG Transparência Internacional, dentre 178 países.	- aliada à inoperância do Estado, abre espaço para as facções de narcoterrorismo. - associação ao crime organizado. - abala a legitimidade dos governos. - aumenta a pobreza global. - entrava o desenvolvimento. - piora as condições de infraestrutura para as empresas. - desestimula o investimento produtivo.	- Investigar denúncias contra servidores. - fazer auditorias frequentes e independente - investir e utilizar a tecnologia para identificar desvios de conduta. - incentivar a rotatividade nas gerências, para que o poder não se concentre em uma pessoa. - balancear as responsabilidades.
Racismo e discriminação racial	Detecção de um alarmante incremento do racismo e da xenofobia pelo mundo, antes mesmo que tenha se dado a ratificação integral da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1965.	Padece de racismo e de discriminação velados.	- Atinge não só os indivíduos, mas a sociedade inteira, uma vez que o todo deixa de receber o produto do talento das pessoas discriminadas. - perpetua desigualdades sociais e econômicas. - os negros brasileiros vivem seis anos menos que os brancos; o número de analfabetos negros é o dobro do número de brancos; a renda dos negros é a metade da renda dos brancos; e os negros ficam dois anos a menos na escola que os brancos.	- cotas para afro-descendentes na educação. - inclusão do ensino da cultura afro-brasileira nas escolas.

Quadro 56

METAS PROPOSTAS por critérios do GesPública			
CRITÉRIO	**META**	**RESULTADOS ESPERADOS**	**ANO DE ÍNÍCIO**
LIDERANÇA	1- Capacitar os secretários e as chefias intermediárias, de maneira contínua, em liderança e gestão de pessoas	• Ambiente propício à criatividade e inovação • Laços aprofundados e melhoria no relacionamento interpessoal • Atendimento personalizado a usuários	2011
	2- Capacitar os secretários e as chefias intermediárias para cargos de direção, de maneira contínua	• Ambiente propício à criatividade e inovação • Laços aprofundados e melhoria no relacionamento interpessoal • Potencial das equipes mais bem direcionados	2011
ESTRATÉGIAS e PLANOS	1- Elaborar o Planejamento Estratégico da ESMPU	• Oportunidades mais bem aproveitadas • Riscos controlados e crises diminuídas • Otimização dos esforços e do ferramental da ESMPU	2011
	2- Aderir ao Programa GesPública	• Excelência na gestão, seguindo Programa do Governo Federal • Transparência de ações • Gestão por resultados, maximizando a aplicação orçamentária • Visão sistêmica da ESMPU por parte do seu quadro	2012
	3- Rever, anualmente, os cenários do MPU	• Treinamento e desenvolvimento dos servidores atualizados continuamente • Gestão adequada à realidade e ações conduzidas proativamente • Decisões criativas tomadas considerando as forças externas • Estratégias revisadas e benefícios para a organização maximizados • Redução das crises e, por consequência, do desperdício de recursos e tempo	2011
	4- Elaborar PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação	• Riscos mitigados e mantidos em patamares aceitáveis • Controle da Governança Corporativa de TI estabelecido • Planejamento estratégico de TI estabelecido e executado • Priorização de ações e gastos de TI estabelecida em contexto estratégico	2012

Quadro 57

METAS PROPOSTAS por critérios do GesPública			
CRITÉRIO	**META**	**RESULTADOS ESPERADOS**	**ANO DE ÍNICIO**
INFORMAÇÃO e CONHECIMENTO	1- Instituir um corpo técnico que atue na melhoria do conteúdo dos cursos oferecidos	• Conteúdos programáticos tecnicamente adequados às necessidades • Facilidade para a contratação de capacitadores • Facilidade para avaliar e acompanhar resultados da capacitação	2012
	2- Melhorar a comunicação interna na ESMPU	• Comportamento do quadro afetado, para que o bom atendimento se dê • Clima de confiança criado • Ambiente propício à criatividade e inovação criado • Visão da organização como um todo, para tornar mais realista a tomada de decisão	2012
	3- Revisar os documentos internos que publicam regras da ESMPU	• Padronização da linguagem, regras e propostas • Uniformidade: trabalho/vocabulário • Segurança nas ações	2012
	4- Elaborar instrumentos gerenciais	• Processo de decisão apoiado em informações atualizadas • Segurança na tomada de decisão • Atendimento prestado ao cliente com mais qualidade e presteza	2011
	5- Aprovar a nova estrutura da ESMPU, criando seu quadro	• Quadro mais bem dimensionado, de acordo com as atividades desenvolvidas • Processo de trabalho mais adequadamente estabelecido • Possibilidade de abraçar novos e inovadores projetos	2012
	6- Aprovar o Regimento Interno	• Compreensão das regras de funcionamento da ESMPU por seu quadro • Uniformização das ações • Segurança nos trabalhos	2011
	7- Implantar a Gestão da Informação (conhecimento)	• Modelagem dos processos corporativos a partir do conhecimento gerado • Sistemas articulados e eficiência no acesso ao conhecimento • Gestores apoiados por informações	2012

Quadro 58

METAS PROPOSTAS por critérios do GesPública			
CRITÉRIO	**META**	**RESULTADOS ESPERADOS**	**ANO DE ÍNICIO**
INFORMAÇÃO e CONHECIMENTO	8 – Elaboração do regulamento do trabalho de conclusão de curso para as pós-graduações	• Padronização da linguagem, regras e propostas • Uniformidade no trabalho • Segurança nas ações	2012
	9- Criar um Centro de Documentação com estrutura de Biblioteca, Arquivo e Videoteca	• Organização dos documentos das áreas ESMPU, facilitando a consulta • Maior difusão da informação • Condições de acessibilidade p/PNE	2013
	10- Criar uma Biblioteca digital para obras da ESMPU (monografias, cursos eventuais, palestras etc.)	• Atender o público a distância com acesso aos documentos na íntegra • Maior difusão da informação • Condições de acessibilidade p/PNE	2013
	11- Disponibilizar documentos e publicações seguindo os padrões de acessibilidade	• Organização dos documentos, facilitando a consulta • Maior difusão da informação • Condições de acessibilidade p/ PNE	2013
PESSOAS	1- Aprimorar a inscrição para cursos pela Web	• Redução do consumo de papel • Redução da quantidade de arquivos físicos • Controle simplificado • Atendimento mais ágil	2011
	2- Criar um ambiente favorável à criatividade e à inovação	• Criação de demandas inteiramente novas, com foco total nos clientes • Redescoberta em termos de novos produtos/serviços • Adaptação à nova ordem econômica mundial • Manutenção de nova dimensão de desempenho, enxergando o presente pelo olhar do futuro	2011
	3- Incrementar o alcance das ações de capacitação da Escola junto a membros e servidores do MPU	• Membros mais bem preparados para a atuação nas varias áreas • ESMPU fortalecida	2011
	4- Implantar a Avaliação de Impacto	• Emprego do orçamento em capacitação de maneira adequada • Eficácia da capacitação • Melhoria do desempenho	2012
	5- Instituir um catálogo de cursos	• Visualização dos cursos simplificada • Rapidez no atendimento • Facilidade na escolha dos cursos	2012

Quadro 59

METAS PROPOSTAS por critérios do GesPública			
CRITÉRIO	**META**	**RESULTADOS ESPERADOS**	**ANO DE ÍNÍCIO**
PESSOAS	6- Melhorar a estrutura e o conteúdo dos projetos educacionais, atentando para a formalidade dos documentos	• Justificativas e objetivos dos cursos escritos de maneira conforme e clara • Parte importante do material para o credenciamento da ESMPU no MEC preparada	2012
	7- Implantar o Programa de Gestão por Competências	• Capital intelectual alinhado com a estratégia da ESMPU • Quadro ESMPU desenvolvido profissionalmente	2013
	8- Elaborar política educacional de treinamento e aprimoramento	• Identidade organizacional elaborada • Recursos orçamentários mais bem empregados • Servidores capacitados em consonância com a Missão	2013
	9- Implantar sistema de avaliação de desempenho	• Quadro da ESMPU desenvolvido • Dados compilados sobre o desempenho individual, por área e geral • Plano de melhoria de desempenho elaborado - individual, por área e geral	2013
	10- Confeccionar cabines para estudo individual, na Biblioteca	• Confecção de 4 cabines • Melhor atendimento dos usuários que gostam de estudar individualmente	2013
	11- Confeccionar armários guarda-volumes para a Biblioteca	• Confecção armários guarda-volumes • Segurança dos materiais bibliográficos • Segurança dos materiais pessoais dos usuários	2013
	12- Isolamento acústico para a Biblioteca	• Isolamento acústico • Conforto acústico dos usuários	2013
	13- Aquisição de impressora para a Biblioteca	• Aquisição de uma impressora multifuncional • Melhor atendimento aos usuários	2011
	14- Renovar os equipamentos do laboratório de informática	• Equipamentos atualizados • Melhor atendimento aos usuários	2011
	15- Publicar, na *Intranet*, os dados da Avaliação de Reação e de Impacto dos cursos ESMPU	• Servidores informados • Imagem positiva da ESMPU reforçada	2011

Quadro 60

METAS PROPOSTAS por critérios do GesPública			
CRITÉRIO	**META**	**RESULTADOS ESPERADOS**	**ANO DE ÍNICIO**
PESSOAS	16- Fazer avaliação qualitativa dos dados obtidos das Avaliações de Reação e de Impacto dos cursos ESMPU	• Planejamento de atividades e necessidades operacionais retroalimentados	2011
PROCESSOS	1- Mapear processos e padronizar atividades	• Trabalhos uniformizados, sem etapas supérfluas e nem repetitivas • Atividades feitas em menos tempo • Tarefas executadas de maneira segura • Planejamento, desenvolvimento, organização e controle das atividades realizadas • Dimensionamento adequado do quadro de pessoal	2013
CIDADÃOS	1- Instalar a Ouvidoria	• Relação estreita entre usuários e a ESMPU • Instância forte e sólida construída para maior aproximação das partes • Serviços mais bem adaptados às necessidades dos usuários	2012
	2- Criar cabines, na Biblioteca, com equipamento compatível para os usuários portadores de necessidades especiais	• Acessibilidade garantida	2012
SOCIEDADE	1- Elaborar e publicar peça com o conceito consensual doutrinário aplicável ao cenário social sobre corrupção	• Conceito de corrupção definido • Pareceres sobre corrupção elaborados com mais facilidade • Índices de governança aprimorados	2012
	2- Compras públicas sustentáveis	• Economia de recursos orçamentários • Impacto nos recursos ambientais e ecossistemas reduzido • Transparência e eficiência nos processos de compras e contratações de serviços públicos	2012
	3- Elaborar projeto de política interna de inclusão	• Arquitetura acessível • Treinamentos com recursos acessíveis	2012
	4- Publicar Portaria sobre o Portal da Transparência	• Transparência das contas da Escola assegurada • Política de transparência da gestão implantada • Presteza e segurança das informações e dados asseguradas	2012

Quadro 61

METAS PROPOSTAS por objetivos da criação da ESMPU			
OBJETIVO	**META**	**RESULTADOS ESPERADOS**	**ANO DE INÍCIO**
Objetivo I: iniciar novos integrantes do Ministério Público da União no desempenho de suas atribuições institucionais	1- Estruturar pedagogicamente o Curso de Ingresso e Vitaliciamento (CIV), presencial e reforço na parte prática, com duração de 360h e possibilidade de certificado de pós-graduação Lato Sensu.	• Membros mais bem preparados para a atuação imediata nas várias áreas. • Membros preparados para que, poucos anos após sua posse, adquiram o título de Doutores em sua área de atuação.	2011
Objetivo II: aperfeiçoar e atualizar a capacitação técnico-profissional dos membros e servidores do Ministério Público da União	1- Possibilitar para que os integrantes do quadro do MPU concluam o Doutorado profissionalizante entre 10 a 15 anos de admissão no MPU.	• Quadro mais bem preparado para a atuação imediata nas várias áreas. • Quadro preparado para que venham a ser doutores em suas áreas de atuação.	2011
	2- Possibilitar para que os integrantes do quadro do MPU concluam o Mestrado profissionalizante entre 05 a 10 anos de admissão no MPU.	• Quadro mais bem preparado para a atuação imediata nas várias áreas • Quadro preparado para que venham a ser doutores em suas áreas de atuação.	2011
	3- Criar um banco de profissionais com pessoas que atuem nos diversos ramos da sociedade.	• Visão interdisciplinar que repercuta no Direito e contribua para uma boa atuação do *parquet* perante a sociedade • Estabelecer uma rede de contatos, facilitando a troca de informações entre o MPU e a sociedade • Valorização da capacidade individual de investigação, curiosidade e criatividade, sem limites disciplinares	2011

Quadro 62

METAS PROPOSTAS por objetivos da criação da ESMPU			
OBJETIVO	**META**	**RESULTADOS ESPERADOS**	**ANO DE INÍCIO**
Objetivo II: aperfeiçoar e atualizar a capacitação técnico-profissional dos membros e servidores do Ministério Público da União	4- Oferecer cursos de especialização em nível de pós-graduação Lato Sensu, em parceria com outras Instituições de reconhecida competência.	• Cidadão mais bem atendido pelo agente público adequadamente preparado • Quadro mais bem capacitado	2012
	5- Elaborar e promover cursos de aperfeiçoamento nas áreas: resolução de conflitos; levantamento de problemas, definição de prioridades e planos de ação; lógica e pensamento crítico; elaboração de projetos sociais	• Membros e servidores melhor preparados para a atuação nas varias áreas • Membros e servidores dotados de conhecimentos teóricos e habilidades para uma adequada gestão de conflitos • Membros e servidores habilitados para a priorização de ações e melhor condução das atividades diárias • Processo mental desenvolvido, facilitando a discussão, negociação e a tomada de decisão • Principais habilidades desenvolvidas para a elaboração de projetos de responsabilidade social e assim fortalecer a ESMPU	2011
	6- Incentivar a promoção de seminários, congressos e simpósios abertos à sociedade pelos participantes em pós-graduação, pesquisa e curso de aperfeiçoamento	• Cidadão mais bem informado • Membros e servidores mais sensíveis às causas sociais	2011
	7- Preparar os membros para a gestão de riscos e de crises	• Economia de recursos e de tempo • Quadro mais bem capacitado para correr riscos e prevenir crises • Sistema interno de comunicação mais bem estruturado	2011

Quadro 63

METAS PROPOSTAS por objetivos da criação da ESMPU			
OBJETIVO	**META**	**RESULTADOS ESPERADOS**	**ANO DE INÍCIO**
Objetivo III: desenvolver projetos e programas de pesquisa na área jurídica	1- Fomentar a pesquisa aplicada na área jurídica na ESMPU, incrementando em 133% os recursos para esse fim, até 2015	• Conhecimentos científicos mapeados • Atendimento da Missão do MPU • Novos saberes e práticas levantados	2012
	2- Avaliar o impacto das pesquisas	• Aplicação de recursos públicos acompanhada e avaliada • Transparência das ações da ESMPU • Otimização dos esforços e recursos aplicados em pesquisas	2012
Objetivo IV: Zelar pelo reconhecimento e a valorização do Ministério Público como instituição essencial à função jurisdicional do Estado	1- Articular, dentro de seu escopo de atuação, os vários atores em projetos nos quais o MPU visa alavancar comunidades no aspecto socioeconômico	• Demanda MPU atendida • Comunidade socioeconomicamente alavancada	2011
	2 - Articular, dentro de seu escopo de atuação, os vários atores em projeto junto às Escolas Oficiais de Primeiro Grau, levando informações sobre os objetivos, a missão e os trabalhos do MPU aos alunos e professores	• MPU mais próximo da comunidade	2012

Glossário

Absolutismo. Teoria política que defende que uma pessoa (em geral, um monarca) deve obter um poder absoluto, isto é, *independente* de outro órgão, seja ele judicial, legislativo, religioso ou eleitoral.

Administração. Trata dos problemas típicos das empresas, como os recursos financeiros, recursos patrimoniais e recursos (ou talentos) humanos. É a responsável pela criação de um ambiente favorável. Palavras correspondentes: administrar, administrador.

Análise do ambiente. Processo de monitorar o ambiente organizacional para identificar os riscos e as oportunidades presentes e futuras. Nesse contexto, o ambiente organizacional engloba todos os fatores, tanto internos como externos à organização, que podem influenciar o progresso obtido por meio da realização de objetivos da organização.

Animais sinantrópicos. Aqueles que se adaptaram a viver junto ao homem, a despeito da vontade deste, e oferecem um grau de perigo à saúde humana.

Antigo Regime. Forma pejorativa com a qual os Iluministas se referem ao Absolutismo. Na História, é sinônimo de monarquia absolutista.

Antropocentrismo. Doutrina que toma o homem como referência para o entendimento do universo. O antropocentrismo não nega Deus como o criador, mas valoriza a pessoa e suas qualidades, antes negadas pelo pensamento medieval. Num contexto contemporâneo, o antropocentrismo designa a corrente de pensamento que justifica as ações humanas de uso indiscriminado do meio ambiente e da vida dos outros seres, entendidos como "itens úteis".

Atividades de extensão. Para a ESMPU, são os congressos, seminários e simpósios, que buscam o intercâmbio de informações, debate sistemático de pontos de vista diferentes ou complementares sobre um assunto determinado, a fim de estimular e aprofundar a discussão sobre os temas tratados.

Budismo. Religião e filosofia não teísta, abrangendo uma variedade de tradições, crenças e práticas, baseadas nos ensinamentos atribuídos a Siddhartha Gautama, mais conhecido como Buda.

Capacitação. Processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais.

Capitalismo. Sistema econômico em que os meios de produção e distribuição são de propriedade privada e com fins lucrativos; decisões sobre oferta, demanda, preço,

distribuição e investimentos não são feitos pelo governo, os lucros são distribuídos para os proprietários que investem em empresas e os salários são pagos aos trabalhadores pelas empresas. É dominante no mundo ocidental desde o final do feudalismo.

Capitalismo comercial. Fase em que começam a existir relações de trabalho e produção assalariadas (séculos XV ao XVIII).

Capitalismo financeiro. Base do capitalismo em que se vê grande quantidade de concentração financeira, grandes movimentos e sistemas bancários dominaram o mercado. É o sistema predominante nos dias atuais para os países que adotam o capitalismo como sistema econômico.

Capitalismo industrial. Surgiu na Inglaterra, com a Revolução Industrial. A acumulação de capital começou a se concentrar em grandes produções e o capital passou a dominar o processo de distribuição e consumo de mercadorias. O trabalho assalariado instalou-se definitivamente (século XVIII a XX).

Capitalismo tardio. Expressão cunhada por Ernest Mandel − economista e político belga, especialista no estudo das crises cíclicas −, logo depois da crise de 1929, mas que hibernou até a época da reconstrução pós-guerra, em 1946 e ressurgiu com força em 1972. Tem como elementos distintivos a expansão das grandes corporações multinacionais, a globalização dos mercados e do trabalho, o consumo de massa e a intensificação dos fluxos internacionais do capital. Seria mais propriamente uma crise de reprodução do capital do que um estágio de desenvolvimento, uma vez que o crescimento do consumo (e, portanto, da produção) tornar-se-ia insustentável pela exaustão dos recursos naturais. O estágio tardio teria entre suas principais características, uma enorme expansão da capacidade produtiva, com base no desenvolvimento tecnológico, resultando em superprodução, porém, com redução do emprego industrial (fenômeno por vezes confundido com "desindustrialização") mediante transferência de postos de trabalho para o setor terciário (terceirização das atividades de apoio, não diretamente ligadas à produção industrial) e precarização do emprego, deslocando-se o centro de gravidade da produção social da indústria para os serviços ("terceirização" da economia).

Chorume. Também chamado *por líquido percolado*, é o líquido poluente, de cor escura e odor nauseante, originado de processos biológicos, químicos e físicos da decomposição de resíduos orgânicos. Esses processos, somados com a ação da água das chuvas, se encarregam de lixiviar compostos orgânicos presentes nos lixões para o meio ambiente.

Categorias. Conceitos gerais que exprimem as diversas relações que se podem estabelecer entre as ideias e os fatos.

Colonato. Sistema de trabalho que atendia aos interesses dos grandes proprietários rurais, substituindo o trabalho escravo, que atendia aos interesses do Estado por

preservar a arrecadação tributária e aos da plebe que, migrando para as áreas rurais, encontrava trabalho.

Colonialismo. Política de exercer o controle ou a autoridade sobre um território ocupado e administrado por um grupo de indivíduos com poder militar, ou por representantes do governo de um país ao qual esse território não pertencia, contra a vontade dos seus habitantes que, muitas vezes, são desapossados de parte dos seus bens (como terra arável ou de pastagem) e de eventuais direitos políticos que detinham.

Commodity. Termo de língua inglesa que, como o seu plural *commodities*, significa mercadoria, utilizado nas transações comerciais de produtos de origem primária nas bolsas de mercadorias.

Competência. Capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiado em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles.

Confuncionismo. Sistema filosófico chinês cujas preocupações dentre outras, estão a moral, a política, a pedagogia e a religião. Conhecida pelos chineses como *Junchaio* (ensinamentos dos sábios).

Congresso. Reunião formal de pessoas pertencentes a grupo profissional com interesse comum. Os temas de estudo são apresentados em diferentes tipos de atividades, tais como seminário, painel, conferência, mesa redonda, filme, exposição, podendo até acontecer eventos diferentes simultaneamente. Todo congresso deve ter uma comissão organizadora que elaborará o regulamento das sessões. Nessa modalidade, normalmente são convidados mais de 100 (cem) participantes.

Constitucionalismo. Denominação do movimento social, político e jurídico e até mesmo ideológico, a partir do qual emergem as constituições nacionais. Na transição da monarquia absoluta para o Estado Liberal de Direito (final do século XVIII), os Estados passam a adotar leis fundamentais ou cartas constitucionais, reunindo, em documento escrito, sua organização política, bem como de declaração de direitos dos indivíduos, surgindo o constitucionalismo moderno. O advento do primeiro pós-guerra marca uma profunda alteração na concepção do constitucionalismo liberal: as Constituições de sintéticas passam a analíticas, consagrando nos seus textos os chamados direitos econômicos e sociais; a democracia liberal-econômica dá lugar à democracia social, mediante a intervenção do Estado na ordem econômica e social (como foi a Constituição brasileira de 1934).

Cristianismo. Religião monoteísta centrada na vida e nos ensinamentos de Jesus de Nazaré. Três vertentes principais: o Catolicismo, a Ortodoxia Oriental (separada do catolicismo em 1054, após o Grande Cisma do Oriente) e o protestantismo (que surgiu durante a Reforma Protestante do século XVI).

Curso de Aperfeiçoamento. Atividade acadêmica que deve atender ao disposto no artigo 39, § 2º, e no art. 93, inciso II, alínea "c", combinados com o artigo 129, § 4º da Constituição Federal, bem como na Lei n. 9.628/1998, e na Lei n. 11.415/2006, e tem como objetivo o aprimoramento continuado dos membros e servidores do MPU, em temas pontuais, na área do Direito e afins, visando à melhoria constante de desempenho nas suas funções institucionais.

Curso de Pós-Graduação. Tem como objetivo qualificar sistematicamente profissionais do MPU, pela apropriação de conteúdos necessários às suas funções institucionais, e fomentar a capacitação para o domínio de metodologias que desenvolvam novo conhecimento científico e tecnológico.

Darwinismo Social. Quando os pensadores sociais começaram a transferir os conceitos de evolução e adaptação de Darwin para a compreensão das civilizações e demais práticas sociais, nasceu a ideia de que algumas sociedades e civilizações eram dotadas de valores que as colocavam em condição superior às demais. Na prática, essa afirmativa acaba sugerindo que a cultura e a tecnologia dos europeus eram provas vivas de que seus integrantes ocupavam o topo da civilização e da evolução humana. Em contrapartida, povos de outras regiões (como África e Ásia) não compartilhavam das mesmas capacidades e, por tal razão, estariam em uma situação inferior ou mais próxima das sociedades primitivas. A divulgação dessas teorias serviu como base de sustentação para que as grandes potências capitalistas promovessem o neocolonialismo no espaço afro-asiático. Em suma, a ocupação desses lugares era colocada como uma benfeitoria, uma oportunidade de tirar aquelas sociedades de seu estado "primitivo". De fato, o darwinismo social criou métodos de compreensão da cultura impregnados de equívocos e preconceitos.

Desenvolvimento. Essa ação está voltada mais para o crescimento pessoal, e não necessariamente tem ligação com a atividade desempenhada pela pessoa ou que futuramente venha a desempenhar no trabalho, podendo um dia contribuir para o desempenho no trabalho. São exemplos: programas de qualidade de vida, cursos de idiomas e similares.

Educação. Por definição de TD&E e não no sentido amplo usado na área de Educação, é entendida como uma ação educacional em que o indivíduo será preparado para uma futura atividade dentro da instituição, por exemplo, especializações, mestrado, doutorado, ações educacionais de média e longa duração.

Envelhecimento populacional. Acontece à medida que aumenta proporcionalmente o contingente de indivíduos com 60 anos ou mais e declina a proporção de crianças e de pessoas em idade produtiva

Era Axial. Período que decorre entre o ano 1800 a.C. e o ano 700 d.C., é definido pelo filósofo alemão Karl Jaspers (1949) como a linha divisória mais profunda da História da humanidade, durante a qual apareceu a mesma linha de pensamento em três regiões do mundo: a China, a Índia e o Ocidente. Após a Era Axial, as diferentes regiões da terra não voltaram a ter o mesmo paralelismo. Segundo Jaspers, nasce nessa época o homem como o conhecemos hoje, mas para este fenômeno ainda não se consegue encontrar nenhuma explicação e nenhum dado comprova uma interligação entre os Povos Mediterrâneos, a Índia e a China neste período.

Estado. Instituição organizada política, social e juridicamente e que ocupa um território definido, normalmente onde a lei máxima é uma Constituição escrita, e dirigida por um governo que possui soberania reconhecida tanto interna como externamente.

Estado de Bem-Estar Social. (em inglês: Welfare State), também conhecido como Estado-providência, é um tipo de organização política e econômica que coloca o Estado (nação) como agente da promoção (protetor e defensor) social e organizador da economia. Nesta orientação, o Estado é o agente regulamentador de toda vida e saúde social, política e econômica do país em parceria com sindicatos e empresas privadas, em níveis diferentes, de acordo com a nação em questão. Cabe ao Estado do bem-estar social garantir serviços públicos e proteção à população.

Estado de direito. Situação jurídica ou um sistema institucional no qual cada um é submetido ao respeito do direito, do simples indivíduo até a potência pública. O estado de direito é assim ligado ao respeito da hierarquia das normas, da separação dos poderes e dos direitos fundamentais.

Estrutura informal. Rede de relações sociais e pessoais desenvolvidas espontaneamente, não captadas pelo organograma.

Estrutura organizacional. Conjunto integrado dos elementos que constituem uma organização, sendo representado, no organograma, pelo conjunto de órgãos, suas relações de interdependência e a via hierárquica existente, não só entre secretarias e setores, mas também entre as pessoas que ali trabalham, e suas relações funcionais.

Eventos de capacitação. São cursos presenciais e a distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Feudalismo. Foi um modo de organização social e político baseado nas relações servo-contratuais (servis). Tem suas origens na decadência do Império Romano e predominou na Europa durante a Idade Média. Geralmente ele é precedido pelo nomadismo e sucedido pelo capitalismo em certas regiões da Europa.

Filosofia humanista grega. Foi uma nova visão de homem trazida por Sócrates, fugindo das explicações mitológicas e do intento da cosmovisão, e representada pela frase do pórtico de Delfos, onde se lê: "conhece-te a ti mesmo". A verdadeira busca do homem passa a ser sua própria compreensão, ou à volta para si mesmo, uma introspecção intelectual. Com Sócrates nasce uma filosofia ética e o humanismo helênico se torna modelo para o resto do mundo da época.

Gases de Efeito Estufa. São substâncias gasosas (dióxido de carbono, metano e óxido nitroso, dentre outros) que absorvem parte da radiação infra-vermelha, emitida principalmente pela superfície terrestre, e dificultam seu escape para o espaço. Isso impede que ocorra uma perda demasiada de calor para o espaço, mantendo a Terra aquecida. O efeito estufa é um fenômeno natural, acontece desde a formação da Terra e é necessário para a manutenção da vida no planeta, pois sem ele a temperatura média da Terra seria 33 °C mais baixa impossibilitando a vida no planeta. O aumento dos gases estufa na atmosfera tem potencializado esse fenômeno natural, causando um aumento da temperatura (fenômeno denominado mudança climática).

Geocentrismo. Modelo cosmológico mais antigo. Esta teoria se baseia na hipótese de que a Terra estaria parada no centro do Universo com os corpos celestes, inclusive o Sol, girando ao seu redor. Essa visão predominou no pensamento humano até o resgate, feito pelo astrônomo e matemático polonês Nicolau Copérnico (1473-1543), da teoria heliocêntrica, criada pelo astrônomo grego Aristarco de Samos (310-230 a.C.).

Gerenciamento. Trata de níveis específicos da organização, como departamentos ou divisões (marketing, produção etc.) ou projetos. Palavras correspondentes: gerenciar, gerente.

Gestão. Conjunto de regras ou procedimentos realizados para gerenciar uma organização. Estrutura de ações de uma organização que a levam ao exercício das suas funções. Um Modelo de Gestão é uma simplificação da complexidade das práticas gerenciais adotadas pelas organizações para realizar suas atividades, de modo a atingir seus objetivos.

Gestão por competência. Gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição.

Humanismo. Filosofia moral que coloca os humanos como primordiais, numa escala de importância e entende que não pode haver conhecimento do mundo sobrenatural, se é que tal mundo existe. É uma perspectiva comum a uma grande variedade de posturas éticas que atribuem a maior importância à dignidade, às aspirações e às capacidades humanas, particularmente a racionalidade. O iluminismo foi um movimento global, ou seja, filosófico, político, social, econômico e cultural que defendia o uso da razão como o melhor caminho para se alcançar a liberdade, a autonomia e a emancipação. [... Os

iluministas] defendiam a liberdade religiosa e a criação de escolas para que o povo fosse educado.

Iluminismo. Conceito que sintetiza diversas tradições filosóficas, sociais, políticas, correntes intelectuais e atitudes religiosas. É uma atitude geral de pensamento e de ação. Os iluministas admitiam que os seres humanos estão em condição de tornar este mundo um mundo melhor − mediante introspecção, livre exercício das capacidades humanas e do engajamento político-social.

Individualismo. Conceito político, moral e social que exprime a afirmação e a liberdade do indivíduo frente a um grupo, à sociedade e ao Estado. Opõe-se, em princípio, a toda forma de autoridade ou controle sobre os indivíduos e coloca-se em oposição ao coletivismo, no que concerne à propriedade. Pode permanecer dentro da sociedade e de organizações que tenham o indivíduo como valor básico, embora as organizações e as sociedades, contraditoriamente, carreguem outros valores, não necessariamente individualistas, o que cria um estado de permanente tensão entre o indivíduo e essas instâncias de vida social.

Liberalismo. Sistema de pensamento do século XIX que viria justificar a ordem burguesa de seu tempo e, ao mesmo tempo, lançar as bases que constroem o mundo atual. O pensamento liberal teve sua origem no século XVII, através dos trabalhos sobre política publicados pelo filósofo inglês John Locke. Já no século XVIII, o liberalismo econômico ganhou força com as ideias defendidas pelo filósofo e economista escocês Adam Smith. O Liberalismo econômico é uma teoria que prega total liberdade econômica para que a iniciativa privada pudesse se desenvolver, sem a intervenção do Estado. A livre concorrência entre os empresários regularia o mercado, provocando a queda de preços e as inovações tecnológicas necessárias para melhorar a qualidade dos produtos e aumentar o ritmo de produção. Essas ideias tiveram uma grande influência na burguesia europeia do século XVIII, pois atacavam a política econômica mercantilista promovida pelos reis absolutistas, além de contestar o regime de direitos feudais que ainda persistia em muitas regiões rurais da Europa. A teoria de Adam Smith foi de fundamental importância para o desenvolvimento do capitalismo nos séculos XIX e XX.

Macroeconomia. Uma das divisões da ciência econômica dedicada ao estudo, medida e observação de uma economia regional ou nacional como um todo. Concentra-se no estudo das principais tendências da economia no que concerne principalmente à produção, à geração de renda, ao uso de recursos, ao comportamento dos preços, e ao comércio exterior. Os objetivos da macroeconomia são principalmente: o crescimento da produção e consumo, o pleno emprego, a estabilidade de preços, o controle inflacionário e uma balança comercial favorável.

Mercantilismo. Conjunto de práticas econômicas, desenvolvido na Europa na Idade Média, entre o século XV e o final do século XVIII. O mercantilismo originou um conjunto de medidas econômicas diversas de acordo com os Estados. Caracterizou-se por uma forte

intervenção do Estado na economia. Consistiu numa série de medidas tendentes a unificar o mercado interno e teve como finalidade a formação de fortes Estados nacionais.

Metafísica. Ramo da filosofia que estuda a essência do mundo. A metafísica parte de constatações obtidas através da experiência, mas depois ultrapassam essa esfera empírica para tentar alcançar o conhecimento sobre realidades que a transcendem.

Metamaterial. Tipo artificial de matéria, dotado de propriedades físicas que não são encontradas normalmente na natureza.

Minorias. Segundo definição da ONU, são grupos distintos dentro da população do Estado, possuindo características étnicas, religiosas ou linguísticas estáveis, que diferem daquelas do resto da população; em princípio, numericamente inferiores ao resto da população; em uma posição de não dominância; vítima de discriminação.

Missão. É uma coisa prática, tem foco bem definido e dá a ideia do talento principal da Organização; não é impessoal, mas reflete as crenças principais da Organização; sempre está voltada a satisfazer determinadas necessidades ou ideais.

Nacionalismo. Doutrina que coloca a defesa da nação acima de outras experiências e instituições, tais como o Estado, a Igreja, o partido político ou o sindicato.

Nacionalismo cívico. Forma de nacionalismo que tende a ser inclusiva, enfatizando ideais e tradições culturais em comum e baseia-se na concepção política de cidadania, independentemente de raça, religião, língua, etnia e até local de origem.

Nacionalismo étnico. Forma de nacionalismo que apoia ações imperialistas, colonialistas, de dominação de outros países. Privilegia a conquista da liderança, fato gerador de conflitos e instigador do racismo, conduzindo a uma cisão social.

Nanorobótica. Tecnologia que cria máquinas ou robôs à escala de um nanômetro (10-9 metros).

Neoliberalismo. Conjunto de ideias políticas e econômicas que ostenta um receituário onde figuram, dentre outras medidas: pequena intervenção do Estado no mercado de trabalho; privatização de empresas estatais, livre circulação de capitais, ênfase na globalização, abertura da economia para a entrada de multinacionais, medidas contra o protecionismo, estado mínimo. O Estado neoliberal não é assistencialista, tão-somente provendo o cenário propício para que a sociedade se organize nesse sentido.

Oficina. Atividade realizada entre especialistas, em que se provoca discussão de ideias sobre determinada questão, a fim de se obterem novos posicionamentos.

Organograma. Gráfico que representa a estrutura formal de uma organização.

Paganismo. Termo geral normalmente usado para se referir a tradições religiosas politeístas. É usado principalmente em um contexto histórico, referindo-se à mitologia greco-romana, bem como as tradições politeístas da Europa e do Norte da África antes da cristianização. Num sentido mais amplo, seu significado estende-se às religiões contemporâneas, que incluem a maioria das religiões orientais e as tradições indígenas das Américas, da Ásia Central, Austrália e África, bem como às religiões étnicas não abraâmicas em geral.

Pensamento sistêmico. Entendimento das relações de interdependência entre os diversos componentes de uma organização, bem como entre a organização e o ambiente externo.

Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI. Documento que identifica a Instituição de Ensino Superior (IES), no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver.

***Pool* genético.** Diversidade de genes transportados por todos os organismos vivos que existem na Terra.

Positivismo. Conjunto de correntes da filosofia da ciência que se caracterizam sobretudo pelo cientificismo, pela forte recusa da metafísica e pelo empirismo, sendo-lhes próprio a ênfase do papel da verificação e da observação na ciência e a rejeição da existência das entidades teóricas ou não observáveis.

Prédios verdes. São aquelas edificações que seguem determinados parâmetros e que têm uma preocupação toda especial com o meio ambiente em que estão inseridas e com a correta utilização dos recursos naturais necessários ao seu funcionamento e a correta destinação dos resíduos gerados por essa utilização. Assim, a preocupação com a eficiência e com a qualidade é sempre voltada para o mínimo impacto ambiental possível.

Projeto Pedagógico Institucional. Conjunto de princípios orientadores das ações da instituição, a partir dos quais é estruturado seu planejamento e são tomadas decisões pedagógicas, em um permanente processo de construção coletiva. O projeto pedagógico deve ter flexibilidade e estar contextualizado e expressar sua concepção de educação, definindo bem seu escopo de atuação.

Raça. Grupo de pessoas de comum ancestralidade, diferenciada dos outros em virtude de características físicas tais como tipo de cabelo, cor dos olhos e pele, estatura etc. Nas leis internacionais dos direitos humanos, o termo raça é geralmente utilizado em um sentido mais amplo e frequentemente se confunde com outras distinções entre grupos de pessoas baseadas na religião, etnia, grupo social, língua e cultura. O termo "raça", nas leis sobre os direitos humanos, é utilizado por vezes para designar grupos que não se enquadram em distinções biológicas de grupo como, por exemplo, os sistemas de castas na Índia e Japão.

Racionalismo. Corrente filosófica que, a partir da definição de raciocínio − a operação mental, discursiva e lógica − a utiliza como uma ou mais proposições para extrair conclusões de verdade, falsa ou provável. O racionalismo afirma que o conhecimento sensível é enganador e a razão é a única fonte de conhecimento válido, pelo menos para Platão (que, na antiguidade, deu inicio ao pensamento racionalista) e para Descartes (considerado o pai da modernidade), que acreditam que há ideias inatas.

Racismo. Preconceito contra um “grupo racial”, geralmente diferente daquele a que pertence o sujeito, e, como tal, é uma atitude subjetiva gerada por uma sequência de mecanismos sociais. Um grupo social dominante seja em aspectos econômicos ou numéricos, sente a necessidade de se distanciar de outro grupo que, por razões históricas, possui tradições ou comportamentos diferentes. A partir daí, esse grupo dominante constroi um mito sobre o outro grupo, que pode ser relacionado à crença de superioridade ou de iniquidade.

Recursos naturais. Referem-se tanto a ativos finitos quanto a recursos renováveis.

Risco-país. Conceito econômico-financeiro que diz respeito à possibilidade de que mudanças no ambiente de negócios de um determinado país impactem negativamente o valor dos ativos de indivíduos ou empresas estrangeiras naquele país, bem como os lucros, dividendos ou *royalties* que esperam.

Seminário. Atividade que inclui pesquisa, apresentação e discussão sobre o objeto pesquisado, com a finalidade de debater sistemicamente pontos de vista diferentes ou complementares sobre um assunto determinado, disseminando ou aprimorando ideias. Recomenda-se que um seminário não deva ultrapassar o público de 25 (vinte e cinco) participantes.

Serviços naturais. Incluem processos essenciais à vida, como fotossíntese, absorção de dióxido de carbono e a polinização das plantações pelas abelhas.

Simpósio. Apresentação, por diversos oradores, de temas de grande interesse técnico ou científico, em que há debates entre os palestrantes e os participantes, com o objetivo de realizar intercâmbio de informações.

Sistema de aposentadoria por Capitalização. Sistema no qual as contribuições são capitalizadas em contas individualizadas ou coletivas para a formação de uma reserva que na ocasião da aposentadoria será transformada em benefício.

Sistema de aposentadoria por Repartição Simples. Sistema que funciona em regime de caixa, fazendo com que as contribuições sejam utilizadas para o pagamento de benefícios dos já aposentados.

Socialismo Científico ou **Socialismo marxista.** Representou o mais bem-sucedido conjunto de ideias destinadas a explicar os mecanismos da exploração capitalista, propor aos trabalhadores um projeto de luta coerente e possível e indicar a superação futura das desigualdades, pela construção de uma sociedade mais justa, processo tido como inevitável. Os princípios básicos que fundamentam o socialismo marxista podem ser sintetizados em quatro teorias centrais: a teoria da mais-valia, onde se demonstra a maneira pela qual o trabalhador é explorado na produção capitalista; a teoria do materialismo histórico, onde se evidencia que os acontecimentos históricos são determinados pelas condições materiais (econômicas) da sociedade; a teoria da luta de classes, onde se afirma que a história da sociedade humana é a história da luta de classes, ou do conflito permanente entre os exploradores e os explorados; a teoria do materialismo dialético, onde se pode perceber o método utilizado por Marx e Engels para compreender a dinâmica das transformações históricas.

Sustentabilidade. É a habilidade, no sentido de capacidade, de sustentar ou suportar uma ou mais condições, exibida por algo ou alguém. É uma característica ou condição de um processo ou de um sistema que permite a sua permanência, em certo nível, por um determinado prazo. Em anos recentes, o conceito tornou-se um princípio, segundo o qual o uso dos recursos naturais para a satisfação de necessidades presentes não pode comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras, o que requereu a vinculação da *sustentabilidade no longo prazo*, um "longo prazo" de termo indefinido, em princípio.

Teocentrismo. É a teoria segundo a qual Deus é o centro do universo, tudo foi criado por Ele e por Ele é dirigido.

Teoria do direito divino dos reis. Surge na Idade Moderna e afirma ser sagrado o poder real, porque advinha de Deus; portanto, revoltar-se contra ele seria revoltar-se contra Ele.

Treinamento. Preparação do indivíduo para atividade atualmente desempenhada, como por exemplo, cursos, oficinas, ações educacionais de curta e média duração.

Xenofobia. Medo irracional, aversão ou a profunda antipatia em relação aos estrangeiros. Ocorre quando o nacionalismo étnico se volta contra imigrantes.

Lista de siglas e acrônimos

AMAM	Associação dos Municípios do Marajó
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
BRICS	Acrônimo para Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CGU	Controladoria Geral da União
CHA	Acrônimo para Comportamento, Habilidades e Atitudes
Cimi	Conselho Indigenista Missionário
CIP-CI	Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo
CIV	Curso de Ingresso e Vitaliciamento
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNE/CES	Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAD	Conselho Administrativo
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CSIS	Centro para Estudos Estratégicos Internacionais
EAD	Educação a Distância
ECOSOC	Especialistas em Administração Pública do Conselho Econômico e Social
ENAP	Escola Nacional de Administração pública
ESMPU	Escola Superior do Ministério Público da União
FCS	Fatores Críticos de Sucesso
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNQ	Fundação Nacional da Qualidade
GEE	Gases de efeito estufa
GesPública	Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura
INSEAD	*Institut Européen d'Administration des Affaires*
IPCC	Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JIFE	Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAIS	Modelo de Avaliação Integrada e Somativa
MBA	*Master Business Administration*
MEC	Ministério da Educação
Moodle	Acrônimo para *Modular Object-Oriented Dynamic Learning*

MP	Ministério Público
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
MPF	Ministério Público Federal
MPT	Ministério Público do Trabalho
MPU	Ministério Público da União
NURIN	Núcleo Regional de Informações sobre Deficiência
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONU	Organização das Nações Unidas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEA	População Economicamente Ativa
PGR	Procuradoria Geral da República
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SWOT	Acrônimo para Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*)
TD&E	Treinamento, Desenvolvimento e Educação
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
WEF	Fórum Econômico Mundial

Lista de ilustrações

Referências bibliográficas

A Previdência Social no Brasil. 2005 – 2011. Disponível em <http://drprevidencia.terra.com.br/area_previdenciaBrasil.php>
Acesso em: 13.mar.2011

A Terra em alerta: entenda o aquecimento global. 2010. Publicado em 24.12.2010. Disponível em <http://www.colegioterceiromilenio.com/0,,materia,a-terra-em-alerta-entenda-o-aquecimento-global,1218.aspx>
Acesso em: 23.jan.2011

ABRANCHES, Sérgio. *Transparência Nacional.* 2000. Veja Ed.1645, de 19.04.2000. Disponível em <http://veja.abril.com.br/190400/em_foco.html>
Acesso em: 4.jan.2011

ABREU, Carlos. 2008. *O que são edifícios verdes?* Publicado em 06.11.2008. Disponível em <http://www.atitudessustentaveis.com.br/residencia-sustentavel/edificios-verdes/>
Acesso em: 9.maio.2011

ÁFRICA DO SUL, Embaixada da República da. *Dados macroeconômicos.* Disponível em <http://www.africadosul.org.br/?pg=comercio> Acesso em: 16.jul.2011

Agostinho de Hipona. Wikipédia. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Agostinho_de_Hipona>
Acesso em: 11.fev.2011

ALBERTI, Raquel L. 2003. *A relação Estado X Mercado e o tipo de definição da ordem global*. Monografia de Especialização, defendida no Curso de Pós-Graduação em Pensamento Político Brasileiro em maio de 2003, sob a Orientação do Prof. Holgonsi Soares G. Siqueira. Disponível em <http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/raquel.html>
Acesso em: 4.jan.2011

ALMEIDA,Rodrigo A. 2005. *Panorama histórico da filosofia política, da antiguidade ao período pós-revolucionário*. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 835, 16 out. 2005. Disponível em <http://jus.uol.com.br/revista/texto/7417/panorama-historico-da-filosofia-politica-da-antiguidade-ao-periodo-pos-revolucionario>
Acesso em: 3.mar.2011

ALVARES, Lílian. *Cenários.* Faculdade de Ciência da Informação, Disponível em <http://www.alvarestech.com/lillian/Planejamento/Modulo3/Aula33Cenarios.pdf>
Acesso em: 10.dez.2010

ALVES, José Eustáquio D. 2011. *Impactos ambientais do crescimento populacional e econômico de longo prazo.* CarbonoBrasil. Publicado em 21.01.2011. Disponível em <http://www.institutocarbonobrasil.org.br/artigos/noticia=726770>
Acesso em: 25.jan.2011

ANDRADE, Caio. 2009. *A concepção moderna de natureza: da natureza-divina à natureza técnica*. Resenha do capítulo "A insensível natureza sensível". IN: MOREIRA, Ruy. Para onde vai o pensamento geográfico? São Paulo: Contexto, 2006.
Disponível em <http://umaliberdadevirtual.blogspot.com/2009/11/concepcao-moderna-de-natureza-da.html>
Acesso em: 18.fev.2011

Antecedentes da Segunda Guerra Mundial. 2001. Disponível em <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=303>
Acessível em: 28.fev.2011

As 100 descobertas e invenções da História – Parte 1. Disponível em <http://www.webciencia.com/03_invencoes1.htm>
Acesso em: 8.dez.2010

As metas do Milênio da ONU. Disponível em <http://www.institutoatkwhh.org.br/compendio/?q=node/19>
Acesso em: 9.jan.2011

BADARÓ, Murilo P. 2008. *Os Avanços Tecnológicos.* Disponível em <http://www.webartigos.com/articles/6028/1/Os-Avancos-Tecnologicos/pagina1.html>
Acesso em: 13.dez.2010

BARBOZA, Márcia N. *O Combate à corrupção no mundo contemporâneo e o papel do Ministério Público no Brasil.* Disponível em <http://ccr5.pgr.mpf.gov.br/documentos-e-publicacoes/eventos/docs-monografias/monografia_3_lugar.pdf>
Acesso em: 2.jan.2011

BATTISTI, Julio. 2002. *O Princípio 80/20 e o Foco nos Resultados.* Disponível em <http://www.juliobattisti.com.br/artigos/carreira/80-20.asp>
Acesso em: 6.maio.2011

BERCLAZ, Márcio S. e MOURA, Millen Castro M. *Para onde caminha o Ministério Público? Um Novo paradigma: racionalizar, regionalizar e reestruturar para assumir a identidade constitucional.* Temas Atuais do Ministério Público, Cristiano Chaves, Leonardo Barreto Moreira Alves e Nelson Rosenvald, 2010, Rio de Janeiro: Lumen Júris

BIRD. *Doing Business – summary Brazil* 2011. Disponível em <http://www.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/brazil>
Acesso em: 16.jan.2011

BIRD. *Doing Business – summary Russian Federatios 2011.* Disponível em <http://www.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/russia>
Acesso em: 16.jan.2011

BIRD. *Doing Business – summary India* 2011. Disponível em <http://www.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/india>
Acesso em: 16.jan.2011

BIRD. *Doing Business – summary China* 2011 Disponível em <http://www.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/china>
Acesso em: 16.jan.2011

BLUMENSCHEIN, Raquel N. 2007. *Gestão de Resíduos Sólidos em Canteiros de Obras.* Manual Técnico. Disponível em <http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/64F99A25E0E56EEF8325777A004F3823/$File/Manual%20T%C3%A9cnico%20-%20Gest%C3%A3o%20de%20Res%C3%ADduos%20S%C3%B3lidos%20em%20Canteiros%20de%20Obras.pdf>
Acesso em: 9.maio.2011

BOOG, Gustavo, BOOG, Magdalena. *Manual de Treinamento e Desenvolvimento.* São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BORGES-ANDRADE, Jairo E., ABBAD, Gardênia S., MOURÃO, Luciana. *Treinamento, Desenvolvimento e Educação em Organizações e Trabalho.* São Paulo: Artmed, 2007.

BORNSTEIN, David. *Como Mudar o Mundo: Empreendedores Sociais e o poder das novas ideias.* Rio de Janeiro: Record, 2005.

BRAGA, Ruy. 2002. *Globalização ou Neocolonialismo? O FMI e a Armadilha do Ajuste.* Disponível em <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/04/out4_06.pdf>
Acesso em: 9.jan.2011

BRASIL. *Decreto n. 5.707, de 23 de fevereiro de 2006*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5707.htm>
Acesso em: 1º.maio.2011

BRASIL. Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004 Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da

educação nacional, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm> Acesso em: 26.nov.2010

BRASIL. Decreto 5.224, de 1º de outubro de 2004 Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5224.htm> Acesso em: 26.nov.2010

BRASIL. Decreto 5.225, de 1º de outubro de 2004. Altera dispositivos do Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, que dispõe sobre a organização do ensino superior e a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5225.htm> Acesso em: 26.nov.2010

BRASIL. Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005 Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm#art37> Acesso em: 26.nov.2010

BRASIL. *Instruções para Elaboração de Plano de Desenvolvimento Institucional*. Disponível em <http://www4.mec.gov.br/sapiens/pdi.html> Atualizado em 05.jun.2007. Acesso em: 3.fev.2011

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.* Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 26.nov.2010

BRASIL. Lei 9.628, de 14 de abril de 1998. Dispõe sobre a criação da Escola Superior do Ministério Público da União e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9628.htm> Acesso em: 12.fev.2011

BRASIL. Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm> Acesso em: 26.nov.2010

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. 2004. *Princípios Práticos de Administração Pública.* Comunicação à Quarta Reunião Anual do Comitê de Especialistas em Administração Pública do Conselho Econômico e Social (Ecosoc) das Nações Unidas. Nova Iorque, 6 de abril de 2005. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/works/SmallPapers/9.PrincipiosAdmPublica.p.pdf> Acesso em: 14.abr.2011

BRISKIEVICZ, Danilo A. 2009. *Maquiavel: sociedade civil e Estado*. Disponível em <http://colunassemanais.blogspot.com/2009/04/maquiavel-sociedade-civil-e-estado.html>
Acesso em: 9.mar.2011

BROOKE, Nigel. *Em busca de um melhor desempenho.* Belo Horizonte: 2010. Gestão Escolar, São Paulo Ano II n. 11, dezembro 2010/janeiro 2011, p 18-20. Entrevista concedida a Gustavo Heidrich.

BROWN, Lester. *Mudança Climática deixa o Mundo em Perigo.* Disponível em <http://www.worldwatch.org.br/artigos/009.html>
Acesso em: 22.jan.2011

Burocracia. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Burocracia>
Acesso em: 7.abr.2011

CAMARGO, Caio V.R. 2010. *O pensamento mitológico em nossa sociedade contemporânea.* Disponível em <http://silveiracamargo.blogspot.com/2010/04/o-pensamento-mitologico-em-nossa.html>
Acesso em: 3.mar.2011

CANCIAN, Renato. *História e crise do Welfare State.* Disponível em <http://educacao.uol.com.br/sociologia/ult4264u30.jhtm>
Acesso em: 10.mar.2011.

CÂNDIDO, Evandro F. *Razão e Loucura: os ideais iluministas e a crise do século XX.* Disponível em <http://bibiliotecadigital.unec.edu.br/ojs/index.php/unec03/article/viewFile/323/398>
Acesso em: 9.mar.2011

Capitalismo. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Capitalismo>
Acesso em: 23.fev.2011

CARNIERI, Helena. 2009. A*ntiga na Europa, xenofobia cresceu após onda de terrorismo*. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/mundo/conteudo.phtml?id=913000>
Acesso em: 9.fevereiro.2011

CARNEIRO, Neri P. *Uma Antropologia da Cultura*I: A antropologia.* Disponível em <http://www.meuartigo.brasilescola.com/filosofia/uma-antropologia-cultura*i-antropologia.htm>
Acesso em: 10.fev.2011

CASTELO BRANCO, Valdec R. 2010. *A gestão do conhecimento por meio da aprendizagem organizacional via Universidade Corporativa: um grande desafio empresarial contemporâneo*. Disponível em <http://www.artigonal.com/gestao-artigos/a-gestao-do-conhecimento-por-meio-da-aprendizagem-organizacional-via-universidade-corporativa-um-grande-desafio-empresarial-contemporaneo-2865050.html>
Publicado em: 20.jul.2010 Acesso em: 26.jan.2011

CASTIGLIONI, Aurélia H. *A Revolução Grisalha.* Disponível em <http://www.agbniteroi.org.br/Revista4/rfg4_texto3.htm>
Acesso em: 8.jan.2011

CASTRO, Leonardo. 2009. *O Absolutismo Europeu: Monarquia e Formação do Estado Nacional.* Disponível em <http://novahistorianet.blogspot.com/2009/01/o-absolutismo-europeu-monarquia-e.html>
Acesso em: 24.fev.2011

CASTRO, Nany.2011.*Governo Federal caça servidores corruptos.* Disponível em <http://www.redetv.com/jornalismo/portaljornalismo/Noticia.aspx?118,4,215690,102,Governo-Federal-caca-servidores-corruptos>
Acesso em: 2.fev.2011

CHAVES FILHO, Manoel M.F. e CHAVES, Suzana M. L. F. 2000. *A Ciência Positivista.* Disponível em <http://www.scribd.com/doc/22870914/A-CIENCIA-POSITIVISTA>
Acesso em: 11.fev.2011

CHAVES, Lázaro C. 2004. *Neoliberalismo e Globalização*. Disponível em <http://www.culturabrasil.pro.br/neoliberalismoeglobalizacao.htm>
Acesso em: 27.jan.2011

CNI-Confederação Nacional da Indústria. 2010. *Competitividade Brasil 2010.* Disponível em <http://www.encontrodaindustria.org.br/public/img/uploads/Web_CNI_Comp.%20Brasil%202010_completo.pdf>
Acesso em: 5.abr.2011

COMISSÃO EUROPEIA e COMITÊ DE POLÍTICAS ECONÔMICAS. 2008. *The 2009 Ageing Report.* Disponível em <http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/publication13782_en.pdf>
Acesso em: 26.jan.2011

Constitucionalismo. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Constitucionalismo>
Acesso em: 1º.mar.2011

COPEL. *Modelo de Excelência em Gestão Pública.* Disponível em <http://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp?endereco=%2Fhpcopel%2Froot%2Fpagcopel2.nsf%2F0%2F8E4FEE762D056D3703257408004DB869>
Acesso em: 14.abril.2011

COSTA, Artur. 2008. *A crise do capitalismo.* Disponível em <http://blogsinedie.blogspot.com/2008/10/crise-do-capitalismo.html>
Acesso em: 15.mar.2011

COSTA, Cleyton. 2009. *O legado Romano.* Disponível em <http://www.opiagui.com.br/2009/11/o-legado-romano/>
Acesso em: 22.fev.2011

COSTA, Cristina. 2006. *A Formação do pensamento sociológico no Brasil.* Disponível em <http://pt.shvoong.com/humanities/398358-forma%C3%A7%C3%A3o-pensamento-sociol%C3%B3gico-brasil/>
Acesso em: 24.jul.2011

COSTA, Lúcia C. *Gênero: uma questão feminina?* Disponível em <http://www.uepg.br/nupes/Genero.htm>
Acesso em: 1º.mar.2011

Crescimento da população brasileira. Disponível em <http://www.colegioweb.com.br/geografia/crescimento-da-populacao-brasileira.html>
Acesso em: 2.jan.2011

CUNHA, Sara. 2009. *O impacto do envelhecimento da população nas despesas públicas.* Disponível em <http://ecportuguesaeeuropeia.blogspot.com/2009/12/o-impacto-do-envelhecimento-da.html>
Acesso em: 25.jan.2011

DaMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

DANTAS, George F.L. *Crime Organizado.* Disponível em <http://www.upis.br/nusp/downloads/nusp3.pdf>
Acesso em: 2.jan.2011

DANTAS, Tiago. *Os efeitos do aquecimento global no Brasil.* Disponível em <http://www.brasilescola.com/geografia/os-efeitos-aquecimento-global-no-brasil.htm>
Acesso em: 9.maio.2011

Darwinismo Social. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Darwinismo_social>
Acesso em: 28.fev.2011

DAVIES, Paul. *A Revolução Quântica.* Superinteressante. Ed.34. jul.1990. Disponível em <http://super.abril.com.br/superarquivo/1990/conteudo_112128.shtml> Acesso em: 8.jan.2011

DEFF, Roger. 2008. *Desigualdade e racismo no Brasil: eterno tabu*. Disponível em <http://www.overmundo.com.br/overblog/desigualdade-e-racismo-no-brasil-eterno-tabu> Acesso em: 9.fev.2011

DEMO, Pedro. *Cidadania Pequena.* São Paulo: Autores Associados, 2011.

Diálogo com os Filósofos. Os românticos. 2008. Disponível em <http://www.dialogocomosfilosofos.com.br/category/correntes-filosoficas/> Acesso em: 6.abr.2011

Discriminação racial. 2006. Disponível em <http://pt.shvoong.com/humanities/373277-discrimina%C3%A7%C3%A3o-racial/> Acesso em: 9.fev.2011

Divisão Internacional do Trabalho. Disponível em <http://www.mundoeducacao.com.br/geografia/divisao-internacional-trabalho-dit.htm> Acesso em: 13.mar.2011

Divisão Internacional do Trabalho. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Divis%C3%A3o_internacional_do_trabalho> Acesso em: 13.mar.2011

DORIA, Vinicius. 2011*. Quase 3 mil servidores foram expulsos do governo por corrupção em oito anos.* Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/home/-/journal_content/56/19523/3160203> Acesso em: 1º.fev.2011

DOUDEMENT, Luciana. *O Neoliberalismo e a Globalização e os seus reflexos sobre o direito constitucional.* Disponível em <http://www.advogado.adv.br/estudantesdireito/uniceuma/lucianadoudement/neoliberalismo.htm> Acesso em: 10.mar.2011

DUARTE, Eduardo. *Cenários Estratégicos*. Disponível em <http://www.slideshare.net/egomesduarte/estratgia-ed-consulting> Acesso em: 13.dez.2010

Época NEGÓCIOS *Online*. *A regra de ouro da inovação*. Disponível em <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI185464-16364,00-A+REGRA+DE+OURO+DA+INOVACAO.html>

Acesso em: 15.dez.2010

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRÇÃO PÚBLICA. 2005. Relatório das Oficinas. Seminário Nacional das escolas de governo. Brasília, DF. Disponível em <http://www2.enap.gov.br/rede_escolas/index.php?option=com_content&task=view&id=13&Itemid=27>
Acesso em: 26.abr.2011

ESMPU. *Atas do Conselho Administrativo*. 2006 a 2010.

ESMPU. *Estatuto da ESMPU.* 2004.

ESMPU. *Manual de Procedimentos de Atividades Acadêmicas 2010.* 2009.

ESMPU. *Plano de Atividades para 2011*

ESMPU. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2005-2010*

ESMPU. *Regulamento do Comitê Científico.* 2011

ESMPU. *Regulamento do Plano de Atividades 2011*

ESMPU. *Regulamento de Publicações e Desenvolvimento científico.* 2011.

ESMPU *Regulamento Geral das Atividades de Pesquisa da ESMPU e sua alteração*

ESMPU. *Relatório de gestão 2006-2010*

Europa no século XIX. Disponível em <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/primeiro-reinado/europa-no-seculo-xix.php> Acesso em: 15.fev.2011

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder.* São Paulo: Globo, 2000.

FELIX, Jorgemar S. *Economia da longevidade: uma revisão bibliográfica brasileira sobre o envelhecimento populacional*. Disponível em <http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_artigos/45.pdf>
Acesso em: 4.fev.2011

FERREIRA, Victor C.P *et.al. Modelos de Gestão.* Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FLECK, Eliane. *A psicologia do povo brasileiro.* Disponível em <http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_canal=41&cod_noticia=7866> Acesso em: 4.fev.2011

FRANÇA, Vladimir da Rocha. *Eficiência administrativa na Constituição Federal***.** Jus Navigandi, Teresina, ano 6, n. 49, 1 fev. 2001. Disponível em <http://jus.com.br/revista/texto/344/eficiencia-administrativa-na-constituicao-federal>
Acesso em: 27.jan.2011

FREIRE, Letícia. 2011. *O valor do intangível.* Disponível em <http://site2.confea.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=1211&infoid=12046&pai=8&sid=79&sub=nil&tpl=printerview>
Acesso em: 19.abr.2011

Formação dos Estados Nacionais Modernos. Disponível em <http://rejanemachado.blogspot.com.br/2010/02/formacao-dos-estados-nacionais-modernos.html>
Acesso em: 23.fev.2011

Formulário do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Disponível em <http://www2.mec.gov.br/sapiens/Form_PDI.htm>
Acessado em: 3.dez.2010

FRANCISCO, Wagner C. *Narcotráfico.* Disponível em <http://www.brasilescola.com/sociologia/narcotrafico.htm>
Acesso em: 9.jan.2011

Futurista das Megatrends regressa às lides literárias. 2006. Disponível em <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/futurista-das-megatrends-regressa-as-lides-literarias/800/>
Acesso em: 13.dez.2010

Futurologia Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Futurologia>
Acesso em: 10.dez.2010

GARCIA Emerson. 2004. *A corrupção. Uma visão jurídico-sociológica*. Disponível em <http://jusvi.com/artigos/865> Acesso em: 7.fev.2011

GDF. 2008. *Diretrizes pedagógicas.* Disponível em <http://www.educacaointegral.df.gov.br/300/30001007.asp?ttCD_CHAVE=14213>
Acesso em: 30.abr.2011

GODOY, Roberto. *A memória humana e a escrita.* Disponível em <http://www.viaki.com/home/curiosidades/escrita.php>
Acesso em: 7.jan.2011

GOLDMAN SACHS. 2003. *Dreaming with BRICs: the path to 2050.* Global Economics. Paper n. 99. Disponível em

<http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=kpOU6YolYLUC&oi=fnd&pg=PA3&dq=Dreaming+with+BRICs:+the+path+to+2050&ots=WYhm59OpBQ&sig=PGQb3iu-qqfK7ZMLezg2b9mbKlo#v=onepage&q=Dreaming%20with%20BRICs%3A%20the%20path%20to%202050&f=false>
Acesso em: 15.dez.2010

GOMES, Rômulo. *Ministro Haddad garante metas de ciência e tecnologia no novo PNE.* Disponível em <http://www.fapema.br/site/index.php?option=com_content&view=article&Itemid=54&id=1639:ministro-haddad-garante-metas-de-ciencia-e-tecnologia-no-novo-pne&catid=43:noticias-de-sao-luis>
Acesso em: 16.jul.2011

GONDIM, Marco A., Org. *Formação dos Estados Nacionais*. Disponível em <http://www.scribd.com/doc/19541078/RESUMO-E-QUESTOES-DE-VESTIBULARES-FORMACAO-DOS-ESTADOS-NACIONAIS-ABSOLUTISMO-MERCANTILISMO-Prof-Marco-Aurelio-Gondim-wwwmgondimblogspotcom>
Acesso em: 26.fev.2011

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. 2009. *Cartilha de Compras Sustentáveis.* Disponível em <http://www.portalodm.com.br/cartilha-de-compras-sustentaveis--bp--248.html>
Acesso em: 9.maio.2011

Guerra Fria. Disponível em <http://www.suapesquisa.com/guerrafria/>
Acesso em: 16.mar.2011

HERRERO FILHO, Emílio. *Balanced Scorecard e a Gestão Estratégica.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

História do Brasil. Disponível em <http://www.brasilescola.com/historiab/historia-brasil.htm>
Acesso em: 19.jul.2011

História da Medicina. Disponível em <http://www.suapesquisa.com/ecologiasaude/medicina.htm>
Acesso em: 7.jan.2011

História do Mundo. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_do_mundo> Acesso em: 8.dez.2010

Humanismo. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Humanismo>
Acesso em: 13.fev.2011

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Brasil já tem mais de 180 milhões de habitantes.* Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=207> Acesso em: 22.jan.2011

IBGE. 2002. *Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil* <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfildamulher/default.shtm> Acesso em: 21.mar.2011

Idade Média. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Idade_M%C3%A9dia> Acesso em: 11.fev.2011

Idade Moderna. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Idade_Moderna> Acesso em: 23.fev.2011

Iluminismo. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Iluminismo> Acesso em: 13.fev.2011

Impactos Ambientais das Mudanças Climáticas. Disponível em <http://www.ecolnews.com.br/efeitoestufa/impactos.htm> Acesso em: 22.jan.2011

Industrialização brasileira. Disponível em Brasil Escola. Disponível em <http://www.brasilescola.com/historiab/industrializacao-brasileira.htm> Acesso: 20.jul.2011

INFOESCOLA. *Socialismo Marxista*. Disponível em <http://www.infoescola.com/politica/socialismo-marxista-cientifico/> Acesso em: 6.maio.2011

IPEA. 2010. *O envelhecimento da população.* Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5623&Itemid=75> Acesso em: 26.jan.2011

IPEB-Instituto Paulista de Estudos Bioéticos e Jurídicos. *Crime Organizado ou Organização Criminosa: Derecho Y Cambio Social.* Disponível em <http://www.ipebj.com.br/artigos/12/crime-organizado-ou-organizaa-aao-criminosa> Acesso em: 2.jan.2011

JACKSON, Richard *et alii.* 2010. Latin America's Aging Challenge: *Demographics and Retirement Policy in Brazil, Chile, and Mexico.* Disponível em <http://csis.org/publication/latin-americas-aging-challenge> Acesso em: 9.fev.2011

JINKINS, Daniella. 2011. *Governo brasileiro ainda trata a questão indígena como problema, diz especialista.* Disponível em <http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/governo-brasileiro-ainda-trata-a-questao-indigena-como-problema-afirma-especialista/?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=mercado-etico-hoje>
Acesso em: 19.abr.2011

JÚLIO, Carlos A. *A Arte da Estratégia.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

KOCH, Adilson. 2009. *Processos Gerenciais.* Disponível em <http://www.webartigos.com/articles/18936/1/PROCESSOS-GERENCIAIS/pagina1.html>
Acesso em: 3.dez.2010

KONCHINSKI, Vinicius. *Brasil dobra número de mestres e doutores em 10 anos.* Disponível em <http://educacao.uol.com.br/ultnot/2011/01/17/brasil-dobra-numero-de-mestres-e-doutores-em-dez-anos.jhtm>
Acesso em: 16.jul.2011

La edad moderna. Disponível em <http://www.uv.es/ivorra/Historia/SXV/1500.htm>
Acesso em: 15.fev.2011

LEOPOLDO, Franklin. 2011. *A felicidade está cada vez mais distante.* Disponível em <http://www.scribd.com/doc/50322115/95155-A-felicidade-Franklin-Leopoldo>
Acesso em: 10.mar.2011

LOBO, Saulo M.S. *Racionalismo Moderno e Fé*. Disponível em <http://www.monografias.brasilescola.com/filosofia/racionalismo-moderno-fe.htm>
Acesso em: 16.fev.2011

LOPES Jr, Edmilson, COSTA, Andréa M. 2007. *O crime organizado no Brasil do século XXI.* Disponível em <https://www2.mp.pa.gov.br/sistemas/gcsubsites/upload/60/crime%20org%20no%20brasil_in%C3%83%C2%ADcio%20s%C3%83%C2%A9culo%20XXI.pdf>
Acesso em: 2.jan.2011

LOPES, Márcia. 2010. *O Brasil e o Cumprimento dos Objetivos do Milênio.* Disponível em <http://www.odmbrasil.org.br/noticias_detalhes/81/o-brasil-e-o-cumprimento-dos-objetivos-do-milenio> Acesso em: 10.jan.2011

MACHADO, Fernanda. *A influência da cultura helenística na civilização ocidental.* Disponível em <http://educacao.uol.com.br/historia/ult1690u6.jhtm>
Acesso em: 5.mar.2011

MACHADO, Lia Z. 2001. *Famílias e Individualismo: tendências contemporâneas no Brasil.* Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/icse/v5n8/02.pdf>
Acesso em: 21.mar.2011

MAIA, Luciano M. *MINORIAS: Retratos do Brasil de hoje*. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/lucianomaia/luciano102.html>
Acesso em: 7.fev.2011

Maioria dos países não acelerou nos ODM. Disponível em <http://www.pnud.org.br/odm/reportagens/index.php?id01=3592&lay=odm>
Acesso em: 5.jan.2011

MARQUES, Haroldo. 2001. *A Felicidade*. Disponível em <http://www.pucminas.br/cultura/boletim_materia.php?codigo=692&PHPSESSID=7917ed53fa4dab5b75a727d381753299>
Acesso em: 1º.mar.2011

MARTINS FILHO, Ives Gandra S. 2000. *O princípio ético do bem comum e a concepção jurídica do interesse público.* Disponível em <http://jus.uol.com.br/revista/texto/11/o-principio-etico-do-bem-comum-e-a-concepcao-juridica-do-interesse-publico>
Acesso em: 8.fev.2011

MARUTTI, Mauri D. 2008. *As conquistas humanas na Pré-História.* Disponível em <http://www.webartigos.com/articles/4437/1/As-Conquistas-Humanas-Na-Pre---Historia/pagina1.html#ixzz18luCG6Sq>
Acesso em: 10.dez.2010

MAZZILLI, Hugo Nigro. 2010. *Propostas de um Novo Ministério Público.* Temas Atuais do Ministério Público, Cristiano Chaves, Leonardo Barreto Moreira Alves e Nelson Rosenvald, 2010, Ed Lumen Júris, RJ, pg.145-172).

MEC. *Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI Diretrizes para elaboração* Disponível em <www.cpd.ufv.br/cpa/doc/pdi_sapiens.pdf>
Acesso em: 26.nov.2010

MELO, André L.A. 2001. A judicialização do Estado Brasileiro, um caminho antidemocrático e monopolista. Disponível em <http://jus.uol.com.br/revista/texto/2408/a-judicializacao-do-estado-brasileiro-um-caminho-antidemocratico-e-monopolista>
Acesso em: 08.fev.2011

MENDONÇA, Cláudio. *Recursos energéticos disponíveis no Brasil.* Disponível em <http://educacao.uol.com.br/geografia/ult1701u62.jhtm>
Acesso em: 28.fev.2011

MENESES, Pedro; ZERBINI, Thaís; e ABBAD, Gardênia. *Manual de Treinamento Organizacional.* São Paulo: Artmed, 2010.

Metamaterial. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Metamaterial>
Acesso em: 27.dez.2010

Metas de desenvolvimento do milênio. Disponível em
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Metas_de_desenvolvimento_do_mil%C3%AAnio>
Acesso em: 5.jan.2011

MORAES, ALEXANDRE. 2007*. Constitucionalização do Direito Administrativo e Princípio da Eficiência.* Disponível em
<http://www.fiscolex.com.br/doc_1217797_CONSTITUCIONALIZACAO_DIREITO_ADMINISTRATIVO_PRINCIPIO_EFICIENCIA.aspx>
Acesso em: 3.jan.2011

MOREIRA, Jairo C. *A intervenção do Ministério Público no Processo Civil.* Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

MORGENSTERN, Flavio. 2008. *A farsa da quitação da dívida externa*. Disponível em
<http://diplomatizzando.blogspot.com/2010/08/divida-do-brasil-com-o-fmi-farsa-de-sua.html>
Acesso em: 9.jan.2011

MOURÃO, Luciana.. 2009. *Oportunidades de Qualificação Profissional no Brasil: Reflexões a partir de um Panorama Quantitativo.* Revista de Administração Contemporânea. Curitiba-PR: RAC. V. 13 (n. 1, art. 8), p. 136-153, Jan./Mar. Disponível em
<http://www.scielo.br/pdf/rac/v13n1/a09v13n1.pdf> Acesso em: 26.jan.2011

MURIEL, Roberta. *Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.* Espírito Santo: Hoper, 2006.

Narcotráfico no Brasil. Disponível em
<http://www.infoescola.com/drogas/narcotrafico-no-brasil/>
Acesso em: 9.jan.2011

NASA. 2011. *Earth Observatory*. Disponível em <http://earthobservatory.nasa.gov/>
Acesso em: 25.jan.2011

NARLOCH, Leandro. 2006. *Os prédios verdes.* Disponível em
<http://super.abril.com.br/superarquivo/2006/conteudo_443865.shtml>
Acesso em: 9.maio.2011

NASCIMENTO, José L. *E se os gregos não tivessem existido?* Disponível em

<http://www.historiadomundo.com.br/curiosidades/e-se-os-gregos-nao-tivessem-existido.htm>
Acesso em: 9.mar.2011

Neoliberalismo. Disponível em
<http://www.usp.br/fau/docentes/depprojeto/c_deak/CD/4verb/neolib/index.html>
Acesso em: 10.mar.2011

O Mundo em 2011. Disponível em <http://www.asiacomentada.com.br/2010/11/the-economist-escreve-sobre-o-modelo-brasileiro/>
Acesso em: 3.abr.2011

O que é Metafísica? Disponível em <http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/taylor.htm>
Acesso em: 11.fev.2011

ODM devem incorporar combate a racismo. 2007. Disponível em
<http://www.onu-brasil.org.br/view_news.php?id=5490>
Acesso em: 01.fev.2011

OLIVEIRA, Djalma P.R. *Sistemas, Organização & Métodos.* São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, William T. 1998. *O relacionamento do crime organizado com a lavagem de dinheiro.* Disponível em
<http://www.apmp.com.br/juridico/quintapjcri/artstec/crimeorg.htm>
Acesso em: 31.jan.2011

OLIVIERI, Antonio C. *As bases filosóficas da Democracia.* Disponível em
<http://educacao.uol.com.br/historia/ult1704u41.jhtm>
Acesso em: 1º.mar.2011

OLIVEIRA, Vânia L. *Modelos de Gestão.* Disponível em
<http://www.novovarejo.com.br/index.php?view=article&id=94%3Amodelos-de-gestao&option=com_content&Itemid=70> Acesso em: 7.abr.2011

ONU. 2010. *World Population Ageing.* Disponível em
<http://www.un.org/esa/population/publications/WPA2009/WPA2009-report.pdf>
Acesso em: 26.jan.2011

Pacto Colonial. Disponível em
<http://www.suapesquisa.com/colonia/pacto_colonial.htm> Acesso em: 18.jul.2011

PACIEVITCH, Thais. 2008. *Iluminismo*. Disponível em
<http://www.infoescola.com/historia/iluminismo/>
Acesso em: 24.fev.2011

PAGNONCELLI, Dernizo, VASCONCELLOS Filho, Paulo. 1992. *Análise do ambiente*. Disponível em <http://www.strategia.com.br/Estrategia/estrategia_corpo_capitulos_analise_ambiente.htm> Acesso em: 23.abr.2011

PAIVA, César. 2010. *O começo de tudo: A Revolução Industrial.* Disponível em <http://www.blogdocesar.com/2010/09/o-comeco-de-tudo-revolucao-industrial.html> Acesso em: 17.fev.2011

PAIXÃO, Marcelo. 2010. *O Brasil dos brancos é rico. Dos negros é muito, muito pobre.* Disponível em <http://www.conversaafiada.com.br/brasil/2010/05/19/o-brasil-dos-brancos-e-rico-dos-negros-e-muito-muito-pobre/> Acesso em: 9.jan.2011

PARR-FUKUDA, Sakiko, GREENSTEIN, Joshua. 2010. *How Should MDG implementation be measured: faster progress or meeting targets?* Disponível em <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCWorkingPaper63.pdf> Acesso em: 6.jan.2011

PAULA, André L.L. *Definição de Gestão, Administração e Gerenciamento.* Disponível em <http://webinsider.uol.com.br/2010/04/03/definicao-de-gestao-administracao-e-gerenciamento/> Acesso em: 5.maio.2011

PEREIRA, Elson M. 2010. *"Um Grito em favor da vida, Energia Renovável é a Terra preservada"* Disponível em <http://www.melhoresdefloripa.com.br/protegidos.php> Acesso em: 9.dez.2010

PEREIRA, Fábio. *Darcy Ribeiro: Vida, Obra, Pensamento.* Disponível em <http://www.ensayistas.org/filosofos/brasil/ribeiro/introd.htm> Acesso em: 27.jul.2011

PERES, Paulo. *6 pensamentos sobre estratégia que não se encontram nos livros***.** Disponível em <http://www.saiadolugar.com.br/2010/04/21/6-pensamentos-sobre-estrategia-que-nao-se-encontram-nos-livros/> Acesso em: 13.dez.2010

PINHEIRO, Álvaro S. 2005. *Narcoterrorismo - O Flagelo do Século XXI.* Disponível em <http://www.defesanet.com.br/terror/narcoterrorismo.htm> Acesso em: 2.jan.2011

Plano de Desenvolvimento Institucional do IF-SC- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Disponível em

<http://www.ifsc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7&Itemid=14>
Acesso em: 1º.dez.2010

POMPEU, Júlio César. *Pensamento moderno e a crise na sociedade contemporânea.* Disponível em <http://www.espacoetica.com.br/videos/314-cafe-filosofico-qo-pensamento-moderno-e-a-interpretacao-da-crise-na-sociedade-contemporaneaq-julio-cesar-pompeu> Acesso em: 3.mar.2011

População atual do Brasil. Disponível em
<http://www.mundoeducacao.com.br/geografia/populacao-atual-brasil.htm>
Acesso em: 9.jan.2011

População mundial. Disponível em
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Popula%C3%A7%C3%A3o_mundial>
Acesso em: 2.jan.2011

Portaria MEC 3.284/03 - Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições Disponível em
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes>
Acesso em: 26.nov.2010

Potência Mundial. Disponível em <http://es.wikipedia.org/wiki/Potencia_mundial>
Acesso em: 27.dez.2010

PRADO, Thiago. 2011. *Guerra de 4ª geração e Narcoterrorismo no Brasil.* Disponível em
<http://defesaufrj.blogspot.com/2011/01/guerra-de-4-geracao-e-narcoterrorismo.html>
Acesso em: 31.jan.2011

Primeira Potência Mundial. Disponível em
<http://pt.wikilingue.com/es/Primeira_pot%C3%AAncia_mundial>
Acesso em: 25.dez.2010

PROBST, Elisiana R. *A Evolução da Mulher no Mercado de Trabalho.* Disponível em
<http://www.icpg.com.br/artigos/rev02-05.pdf>
Acesso em: 21.mar.2011

Racionalismo. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Racionalismo>
Acesso em: 15.fev.2011

RECCO, Cláudio. *O Feudalismo.* Disponível em
<http://www.culturabrasil.pro.br/feudalismo.htm>
Acesso em: 17.fev.2011

REIS, Douglas S. *O Rural e Urbano no Brasil.* Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_777.pdf> Acesso em: 21.mar.2011

Relatório Anual da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes-JIFE. Disponível em <http://www.unodc.org/brazil/pt/pressrelease_20080403.html> Acesso em: 20.mar.2011

Renascimento – História do Renascimento. Disponível em <http://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/renascimento.htm> Acesso em: 12.fev.2011

Revolução Neolítica. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_neol%C3%ADtica> Acesso em: 11.fev.2011

REZENDE, Denis A. *Planejamento Estratégico para Organizações Privadas e Públicas.* Rio de Janeiro: Brasporte, 2008.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro.* Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/16711346/Darcy-Ribeiro-O-Povo-Brasileiro-resumo> Acesso em: 23.jul.2011

RIBEIRO, Darcy. *O povo Brasileiro.* Disponível em <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/darcy-ribeiro/o-povo-brasileiro.php> Acesso em: 23.jul.2011

ROCHA, Delcio. 2007. *O caráter individualista e pouco solidário do brasileiro.* Disponível em <http://brasilatual.com.br/sistema/?p=763> Acesso em: 21.mar.2011

RODRIGUES, Bruno A. 2010. Do sincrético ao ético - *Novos rumos para a Jurisdição no Brasil* disponível em <http://www.ipeatra.org.br/site/artigos/2010/10/do_sincretico_ao_etico_-_novos_rumos_para_a_jurisdicao_no_brasil> Acesso em: 17.mar.2011

RODRIGUES, João G. 1996. *Atribuições do Ministério Público.* Jus Navegandi, Teresina, ano 1, n. 4, 29 de dez. 1996. Disponível em <http://jus.ul.com.br/revista/texto/270> Acesso em: 30.abr.2011

ROSTIROLA, Camila R.; SCHNEIDER, Marilda P. 2010. *Projeto Político Pedagógico: instrumento de melhoria da qualidade educativa?* Unoesc & Ciência – ACHS, Joaçaba, v. 1,

n. 1, p. 73-80, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/achs/article/viewFile/142/pdf_16> Acesso em: 26.abr.2011

SALLES, *Carlos Alberto C. Perfil de Liderança do Gestor Público.* Disponível em <http://www.artigos.com/artigos/sociais/administracao/recursos-humanos/perfil-de-lideranca-do-gestor-publico-7185/artigo/> Acesso em: 21.dez.2010

SANTOS, Ynaê Lopes. *Raízes do Brasil.* Disponível em <http://www.klepsidra.net/klepsidra3/sbh.html> Acesso em: 4.fev.2011

SAPIENS. 2007. *Instruções para elaboração de plano de desenvolvimento institucional.* Disponível em <http://www4.mec.gov.br/sapiens/pdi.html> Acesso em: 3.dez.2010

SARDENBERG, Ronaldo M. 1999. *Cenários e Perspectivas para o Brasil: o projeto Brasil 2020.* Disponível em <http://www.fase.org.br/projetos/vitrine/admin/Upload/1/File/ronaldo_mota_sardemberg.PDF> Acesso em: 3.jan.2011

SCHARF, Regina. 2011. *Quem trata bem seus velhos?* Disponível em <http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/quem-trata-bem-seus-velhos/> Acesso em: 9.fev.2011

SEBRAE. *Ministério da Ciência e Tecnologia investe 30 milhões para fixar mestres e doutores nas empresas.* Disponível em <http://www.agenciasebrae.com.br/noticia.kmf?canal=36&cod=9323995&indice=340> Acesso em: 16.jul.2011

SERRA, Fernando; TORRES, Maria Cândida S.; TORRES, Alexandre P. *Administração Estratégica*. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2004.

SILVA, Antonio L. P. *Utilizando o Planejamento como Ferramenta de Aprendizagem.* São Paulo: Global, 2003.

SILVA, Margarida S.M.M. e ZENAIDE, Maria de Nazareth T. *Plano de Ação em Educação em e para Direitos Humanos na Educação Básica.* Disponível em <http://www.dhnet.org.br/dados/pp/edh/mundo/nazare_plano_acao_ed_basica_local.pdf> Acesso em: 22.mar.2011

SILVA, Ricardo. 2009. *Cenários para 2030 –Brasil celeiro do mundo.* Disponível em <http://brasilglobalizado.wordpress.com/2009/10/17/cenarios-para-2030-brasil-celeiro-do-mundo/> Acesso em: 15.dez.2010

SMITH, Laurence C. *O Mundo em 2050.* São Paulo: Campus-Elsevier, 2010.

SOCZEK, Daniel. 2004. *Comunidade, utopia e realidade: uma reflexão a partir do pensamento de Zygmunt Bauman.* Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000200017> Acesso em: 17.mar.2011

SOUSA, Rainer*. A Grécia Antiga.* Disponível em <http://www.brasilescola.com/historiag/grecia-antiga.htm> Acesso em: 21.fev.2011

SOUSA, Rainer. *A ideologia imperialista.* Disponível em <http://www.brasilescola.com/historiag/a-ideologia-imperialista.htm> Acesso em: 24.fev.2011

SOUSA, Rainer. *Absolutismo e formação das monarquias*. <http://profdeacortelazzi.blogspot.com/2009/05/absolutismo-e-formacao-das-monarquias-6.html> Acesso em: 20.fev.2011

SOUSA, Rainer. *Darwinismo Social*. Disponível em <http://www.brasilescola.com/historiag/darwinismo-social.htm> Acesso em: 1º.mar.2011

SOUSA, Rainer. *Feminismo no Brasil.* Brasil Escola. Disponível em <http://www.brasilescola.com/historiab/feminismo.htm> Acesso em: 25.jul.2011

SOUSA, Rainer. *Idade Moderna.* Disponível em <http://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/> Acesso em: 17.fev.2011

SOUSA, Rainer. *Nacionalismo.* Disponível em <http://www.brasilescola.com/historiag/nacionalismo.htm> Acesso em: 5.maio.2011

SOUSA, Rainer. *Revoltas camponesas.* Disponível em <http://www.brasilescola.com/historiag/revoltas-camponesas.htm> Acesso em: 3.mar.2011

SOUZA, Rosany M. 2007. *Os Níveis do Pensar e a Consciência Humana*. WebArtigos. Disponível em <http://www.webartigos.com/articles/3124/1/Os-Niveis-Do-Pensar-E-A-Consciencia-Humana/pagina1.html>
Acesso em: 15.jul.2011

STEVENS, Mark. *Gestão Radical.* Rio de Janeiro: Campus, 2001.

STIGAR, Robson. 2009. *As influências do Renascimento na Filosofia.* Disponível em <http://www.webartigos.com/articles/6166/1/As-Influencias-Do-Renascimento-Na-Filosofia/pagina1.html>
Acesso em: 16.fev.2011

STIGAR, Robson. *As influências do renascimento na filosofia.* Disponível em <http://www.webartigos.com/articles/6166/1/As-Influencias-Do-Renascimento-Na-Filosofia/pagina1.html>
Acesso em: 12.fev.2011

SZAJMAN, Abram. 2011. *Admirável mundo justo.* Disponível em <http://www.fecomercio.com.br/?option=com_institucional&view=interna&Itemid=20&id=3257>
Acesso em: 10.jan.2011

TEIXEIRA, Williane S. 2006. *Minorias Étnicas: índios no Brasil.* Disponível em <http://jus.uol.com.br/revista/texto/8164/minorias-etnicas>
Acesso em: 9.fev.2011

Teoria da Contingência. Disponível em <http://www.portaladm.adm.br/Tga/tga89.htm>
Acesso em: 7.abr.2011

TOFFLER, Alvin e TOFFLER, Heidi. *Criando uma nova civilização: A política de Terceira Onda.* Rio de Janeiro: Record, 1994.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. 2010. *Índice de corrupção percebida 2010*. Disponível em <http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2010/results>
Acesso em: 9.jan.2010

VIEIRA, Talita C. 2010. A Família Brasileira. <http://www.webartigos.com/articles/44883/1/A-FAMILIA-BRASILEIRA/pagina1.html>
Acesso em: 21.mar.2011

VINICIUS, Mário. *As grandes correntes de pensamento do século XIX.* Disponível em <http://www.algosobre.com.br/historia/grandes-correntes-do-pensamento-do-seculo-xix-as.html>
Acesso em: 24.fev.2011

WALTER, Michele K. C. *Mudanças climáticas: uma verdade inconveniente.* Disponível em <http://www.multiciencia.unicamp.br/artigos_08/r02_8.pdf>
Acesso em: 23.jan.2011

WEISSHEIMER, Marco A. 2010. *Rio: o crime globalizado das drogas e armas.* Disponível em <http://www.brasilianasorg.com.br/categoria/autor/marco-aurelio-weissheimer>
Acesso em: 10.jan.2011

WOLFF, Francis. *Nascimento da Razão, origem da crise.* p. 67 a 82. In NOVAES, Adauto *A crise da razão.* SP: Companhia das Letras, 1996.

WWF 2007. *Relatórios IPCC-ONU.* Disponível em <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/reducao_de_impactos2/clima/painel_intergovernamental_de_mudancas_climaticas/>
Acesso em: 23.jan.2011

Apêndices

1- REGULAMENTO DO PLANO DE ATIVIDADES 2011

O **DIRETOR-GERAL DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (ESMPU)**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 9º, incisos V e VI, da Portaria PGR/MPF n. 485 de 20 de agosto de 2004 (Estatuto da ESMPU), e considerando a deliberação do Conselho Administrativo, datada de 7 de dezembro de 2010, resolve expedir o seguinte Regulamento do Plano de Atividades 2011 da ESMPU.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Plano de Atividades 2011 será regido por este Regulamento e executado pela Secretaria de Atividades Acadêmicas da ESMPU.

1.2 O Plano de Atividades 2011 será composto de atividades acadêmicas que visam à contínua atualização técnica, ao desenvolvimento profissional, ao aprimoramento sistemático dos membros e servidores do MPU em suas respectivas áreas de atuação.

1.3 O calendário de atividades acadêmicas da ESMPU compreende os meses de março a junho (1º semestre) e de agosto a dezembro (2º semestre), exceto nos casos aprovados pelo Diretor-Geral.

2 DA DEFINIÇÃO DOS TEMAS

2.1 Os temas constantes do Plano de Atividades 2011 destinados à capacitação dos membros e servidores atuantes na área finalística dos quatro ramos do MPU decorrem de trabalhos realizados por comissões técnicas, designadas pelos Coordenadores de Ensino de cada ramo, e posteriormente submetidos aos demais membros do MPU para avaliação do grau de importância de cada tema sugerido.

2.2 Os temas constantes do Plano de Atividades 2011 destinados à capacitação dos servidores atuantes nas áreas-meio dos quatro ramos do MPU decorrem de reuniões realizadas com representantes das áreas de recursos humanos de cada ramo, indicados pelo respectivo Procurador-Geral.

2.2.1 Os temas destinados à capacitação dos servidores atuantes nas áreas-meio serão oferecidos, prioritariamente, na modalidade a distância, a fim de alcançar o maior número possível de servidores, independentemente de sua localização geográfica.

2.3 Todos os temas indicados serão submetidos ao Conselho Administrativo da ESMPU e podem sofrer adequações em função de disponibilidade orçamentária ou de necessidade de ajustes técnicos.

3 DA ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

3.1 O Projeto Pedagógico é o documento que deverá conter as informações que nortearão a execução da atividade acadêmica e é elaborado em formulário eletrônico próprio, disponível no endereço <http://www.esmpu.gov.br>, opção de menu Plano de Atividades – 2011.

3.2 O Projeto Pedagógico, conforme modelo da ESMPU, deve conter os seguintes elementos:

a) nome do curso;
b) tipo de atividade;
c) modalidade;
d) data provável de realização;
e) cidade/local de realização;
f) carga horária;
g) público-alvo;
h) orientador pedagógico;
i) contato local da atividade;
j) justificativa;
k) conteúdo programático;
l) ementa;
m) avaliação;
n) terceirização da atividade (quando houver);
o) apoio e tipo de apoio (quando houver);
p) recursos didáticos;
q) infraestrutura;
r) facilitadores/conteudistas/tutores;
s) estimativa de custos;
t) termo de especificação (quando houver);
u) edital da atividade.

3.3 Fica vedado o uso de numeração no título do projeto (ex.: IV Congresso; 5º Seminário), salvo nos Cursos de Ingresso e Vitaliciamento.

3.4 As atividades prioritárias a serem realizadas pela ESMPU são as seguintes:

3.4.1 **CURSO DE APERFEIÇOAMENTO –** Deve atender ao disposto na Lei n. 9.628/1998, na Emenda Constitucional n. 45/2004 e na Lei n. 11.415/2006 e tem como objetivo o aprimoramento continuado dos membros e servidores do MPU, na área do Direito e afins, visando à melhoria constante de desempenho nas suas funções institucionais. Para garantir o diálogo qualitativo de todos os participantes, um curso de aperfeiçoamento não deve ultrapassar, sempre que possível, o público de 30 (trinta) participantes.

3.4.2 **CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO –** Como instituição de ensino voltada para profissionalização de alto nível, a ESMPU investe essencialmente em pesquisa e em cursos de pós-graduação e aperfeiçoamento. O objetivo é qualificar sistematicamente profissionais do MPU, pela apropriação de conteúdos necessários às suas funções institucionais, e fomentar a capacitação para o domínio de metodologias que desenvolvam novo conhecimento científico e tecnológico. Para garantir o diálogo qualitativo de todos os participantes, um curso de pós-graduação não pode ultrapassar o público de 40 (quarenta) participantes.

3.5 A ESMPU realiza, ainda, dependendo da disponibilidade orçamentária, atividades de relevante interesse institucional dos tipos:

3.5.1 **SEMINÁRIO** – É uma atividade que inclui pesquisa, apresentação e discussão sobre o objeto pesquisado, com a finalidade de debater sistemicamente pontos de vista diferentes ou complementares sobre um assunto determinado, disseminando ou aprimorando ideias. Recomenda-se que um seminário não deva ultrapassar o público de 25 (vinte e cinco) participantes.

3.5.2 **SIMPÓSIO –** É a apresentação, por diversos oradores, de temas de grande interesse técnico ou científico, em que há debates entre os palestrantes e os participantes, com o objetivo de realizar intercâmbio de informações. Nessa modalidade, recomenda-se a participação de, no mínimo, 25 (vinte e cinco) e, no máximo, 100 (cem) participantes.

3.5.3 **CONGRESSO –** É uma reunião formal de pessoas pertencentes a grupo profissional com interesse comum. Os temas de estudo são apresentados em diferentes tipos de atividades, tais como seminário, painel, conferência, mesa redonda, filme, exposição, podendo até acontecer eventos diferentes simultaneamente. Todo congresso deve ter uma comissão organizadora que elaborará o regulamento das sessões. Nessa modalidade, normalmente são convidados mais de 100 (cem) participantes.

3.5.4 **OFICINA –** É uma atividade realizada entre especialistas, em que se provoca discussão de ideias sobre determinada questão, a fim de se obterem novos posicionamentos. Nessa modalidade, recomenda-se o máximo de 15 (quinze) participantes.

3.5.4.1 Caberá ao Coordenador de Ensino de cada ramo apresentar ao Diretor-Geral da ESMPU os projetos a que se refere este item, no primeiro mês de cada semestre letivo (março e agosto).

3.5.4.2 O prazo mínimo de antecedência da apresentação de projetos em relação à data de realização deverá ser de 60 (sessenta) dias.

3.6 Quanto à modalidade, a atividade acadêmica pode ser presencial, semipresencial ou a distância.

3.7 As atividades acadêmicas presenciais terão um orientador pedagógico, ao qual compete:

a) indicar, para as atividades sob sua orientação, facilitadores que possuam comprovada competência acadêmico-pedagógica acerca da temática do curso, dando preferência a membros do Ministério Público da União e portadores de título de Doutor ou Mestre, bem como as demais informações pertinentes à atividade acadêmica, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da realização da atividade;
b) indicar a empresa a ser contratada para realizar a atividade acadêmica, quando for o caso, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de realização da atividade;
c) incentivar os facilitadores a elaborarem as ementas das matérias e disciplinas por eles administradas dentro do projeto pedagógico concebido sob a orientação do Coordenador de Ensino do respectivo ramo ou pelo Diretor-Geral da ESMPU e aprovado pelo Conselho Administrativo da ESMPU;
d) garantir a presença dos facilitadores no horário previsto para ministrar a disciplina;
e) designar, quando necessário, substituto ou substituir o facilitador;
f) promover um ambiente de aprendizagem democrático e participativo entre os facilitadores e participantes da atividade acadêmica e assim possibilitar o processo de ensino e aprendizagem;
h) obedecer o quanto possível ao cronograma estabelecido no Plano de Atividades anual ou, caso necessário, comunicar as mudanças com no mínimo 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência;
i) avaliar os resultados obtidos com a atividade, tanto os aspectos de conteúdo como os pedagógicos e logísticos.

3.8 O corpo docente das atividades acadêmicas da ESMPU deverá ser constituído, preferencialmente, por membros e servidores do MPU, possuidores de reconhecida capacidade técnico-profissional, consideradas a titulação e área de atuação.

4 DO CUSTEIO

4.1 Para os Cursos de Aperfeiçoamento e Oficinas, a ESMPU arcará com o pagamento de passagens aéreas (ida e volta) e das despesas referentes ao deslocamento, hospedagem e alimentação dos docentes/participantes lotados em circunscrição judiciária diversa daquela em que será realizada a atividade.

4.1.1 A ESMPU poderá optar pelo pagamento de bolsa-capacitação, caso julgue oportuno.

4.2 A ESMPU custeia despesas ou concede bolsas-capacitação, quando for o caso, relativas tão somente aos dias relacionados à participação na atividade acadêmica. Nessas hipóteses, o participante renuncia expressamente ao recebimento de qualquer outra verba, inclusive diárias.

4.3 Para as despesas com deslocamento do docente/participante, quando custeadas pela ESMPU, serão considerados os trechos correspondentes ao local de origem – local de realização da atividade – local de origem do docente/participante.

4.4 Na aquisição de passagens aéreas, serão observadas as disposições da Instrução de Serviço ESMPU n. 1/2010.

4.5 A Escola não descentraliza verbas nem faz reserva de recursos financeiros para fins de pagamento de despesas de infraestrutura e passagens.

4.6 Não serão remuneradas as atividades de palestrante, conferencista, moderador ou similares, ou seja, docentes de atividades dos tipos Seminário, Simpósio, Congresso e Oficina, quando desenvolvidas por membros ou servidores do Ministério Público da União.

4.7 Para as atividades dos tipos Simpósio, Seminário e Congresso, a ESMPU não concede bolsas-capacitação e não custeia despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação dos participantes. Da mesma forma, não paga honorários para palestrantes ou conferencistas.

5 DA EXECUÇÃO

5.1 Os Projetos Pedagógicos elaborados pela Secretaria de Planejamento e Projetos da ESMPU, sob orientação dos Coordenadores de Ensino e comissões técnicas por eles designadas, após aprovação do Conselho Administrativo da ESMPU, serão executados pela Secretaria de Atividades Acadêmicas da ESMPU, sob orientação do orientador pedagógico de cada atividade acadêmica.

5.2 Nos casos de contratação de docentes, é imprescindível o encaminhamento de toda a documentação exigida num prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias antes da data da atividade. Nos demais casos, aplicam-se as regras da Lei n. 8.666/1993.

5.3 A não realização de projeto aprovado deverá ser justificada e submetida ao Conselho Administrativo.

5.4 Ao abrirem as inscrições, a atividade será divulgada por meio de edital contendo as regras para o processo seletivo.

5.5 A ESMPU ofertará *kit*-padrão aos participantes das atividades acadêmicas, que consiste em bloco de anotações, pasta, caneta e crachá de identificação.

6 DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

6.1 As atividades da ESMPU serão divulgadas mediante material produzido para tal finalidade, em arte padrão da Escola. Somente em casos excepcionais, a ESMPU definirá acerca de arte especial.

6.2 A autorização para uso da logomarca da ESMPU é dada exclusivamente pelo Diretor-Geral da Escola.

7 DA INSCRIÇÃO, DA SELEÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO

7.1 Pode inscrever-se nas atividades acadêmicas da ESMPU e submeter-se ao processo de seleção o candidato que preencher os requisitos exigidos em edital aprovado pelo Diretor-Geral, publicado na página da ESMPU, e em outros atos normativos próprios.

7.2 As inscrições nas atividades acadêmicas serão feitas exclusivamente por meio de formulário eletrônico disponível no *site* da ESMPU.

7.3 A seleção dos candidatos será feita mediante critérios previamente estabelecidos no edital de cada atividade e realizada, automaticamente, por meio de sistema eletrônico.

7.4 A seleção das atividades pode ser dos tipos: Classificação, Indicação e Sorteio.

7.4.1 Entende-se por Classificação a seleção baseada em pontuações de acordo com o atendimento dos requisitos preestabelecidos para participação na atividade, previstos em edital próprio.

7.4.2 Entende-se por Indicação a seleção de participantes predefinidos por autoridade competente para tal atribuição. As indicações devem estar devidamente justificadas no edital da atividade.

7.4.3 Entende-se por Sorteio a seleção em que o Sistema de Inscrição e Seleção da ESMPU (Sing) sorteia eletrônica e aleatoriamente os participantes da atividade, considerando-se os requisitos, quando houver.

7.5 O candidato selecionado para a atividade acadêmica que for servidor do MPU deverá apresentar à ESMPU autorização prévia e por escrito da chefia imediata para participação na atividade, respeitando o prazo estipulado em edital específico.

7.6 O membro ou servidor que, após assinado o termo de compromisso, desistir formalmente, abandonar a atividade acadêmica ou for reprovado por motivo de frequência ou aproveitamento insatisfatório, deverá ressarcir, na forma da lei, as despesas decorrentes de sua participação, ficando impossibilitado, também, de participar de qualquer atividade acadêmica patrocinada pela ESMPU por até 2 (dois) anos subsequentes ao término da atividade, ressalvadas as hipóteses de força maior, devidamente comprovadas, assim entendidas pela Direção-Geral.

7.7 É vedada a participação em atividade acadêmica, com carga horária de até 120 (cento e vinte) horas-aula, realizada pela ESMPU, de membros ou servidores que estejam em período de férias ou licença, com base no inciso IV do artigo 102 da Lei n. 8.112/1990 e dos artigos 204, inciso III, e 273 da Lei Complementar n. 75/1993. Os demais casos serão decididos pelo Diretor-Geral da ESMPU.

7.8 É vedado aos membros e servidores em estágio probatório participar de atividades acadêmicas no exterior sob a intervenção direta ou indireta da ESMPU, bem como em cursos de pós-graduação por ela ofertados que exijam afastamento de sua respectiva unidade de lotação.

8 DA AVALIAÇÃO

8.1 Os instrumentos de avaliação institucional elaborados pela Escola serão aplicados nas atividades acadêmicas, de acordo com os objetivos da ESMPU. Os participantes e docentes responderão aos instrumentos de avaliação conforme indicadores fornecidos pela Escola.

8.2 A elaboração dos instrumentos de avaliação, o tratamento das informações resultantes do processo avaliativo e o relatório gerencial são de responsabilidade do Núcleo de Avaliação da ESMPU, e a sua aplicação, que é indispensável quando prevista, é de responsabilidade da Secretaria de Atividades Acadêmicas ou do contato local da atividade.

8.3 Caberá à Secretaria de Atividades Acadêmicas encaminhar os formulários de avaliação fornecidos pela Secretaria de Planejamento e Projetos, bem como as orientações para aplicação das avaliações, ao contato local da atividade, para que os formulários sejam respondidos pelos participantes e docentes da atividade. Após a aplicação dos instrumentos de avaliação, o contato local da atividade deverá retornar os formulários respondidos à Secretaria de Atividades Acadêmicas da ESMPU, que, por sua vez, deverá encaminhá-los à Secretaria de Planejamento e Projetos.

8.4 Na programação da atividade deverá constar tempo mínimo de 10 (dez) minutos para aplicação da referida avaliação institucional, de preferência no último dia ou no final da atividade acadêmica.

9 DA CERTIFICAÇÃO E DA FREQUÊNCIA

9.1 Cabe à ESMPU, como realizadora das atividades acadêmicas, a certificação aos participantes.

9.2 O certificado de participação será conferido a quem obtiver frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento), no caso de atividades acadêmicas com carga horária igual ou superior a 16 (dezesseis) horas-aula, e de 100% (cem por cento), em atividades com carga horária inferior a 16 (dezesseis) horas-aula.

10 PARCERIAS

10.1 Para as atividades acadêmicas realizadas pela ESMPU em parceria com outras instituições, que implique custos compartilhados, será celebrado previamente um Termo de Cooperação.

10.2 Para fins de registro acadêmico, a responsabilidade acadêmica é de apenas uma das instituições parceiras.

10.3 A instituição realizadora da atividade é a encarregada da certificação dos participantes da atividade.

11 APOIO FINANCEIRO OU INSTITUCIONAL

11.1 Nas atividades acadêmicas da Escola Superior do Ministério Público da União, é vedado o recebimento de patrocínio financeiro, somente sendo admitidas parcerias de apoio institucional com entes públicos, associações de classe de carreiras de Estado, instituições de ensino, fundações de apoio e organismos internacionais, mediante prévia autorização do Diretor-Geral, ouvido o Coordenador de Ensino do ramo ao qual se destina a atividade, nos termos da Portaria DIRGE/ESMPU n. 74, de 27.10.2010.

11.2 A ESMPU não oferece apoio financeiro a atividades acadêmicas realizadas por outras instituições.

11.3 Em caso de se constituir taxa de inscrição ou qualquer tipo de pagamento a ser feito diretamente pela ESMPU ou por instituição parceira, os valores serão arrecadados por Guia de Recolhimento da União (GRU). Os recursos angariados são vinculados ao orçamento geral da Escola e, portanto, os valores não poderão ser revertidos para a atividade.

11.5 As logomarcas das entidades apoiadoras não constarão dos certificados, mas apenas dos materiais de divulgação.

12 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Os casos omissos ou excepcionais serão resolvidos pela Direção-Geral da ESMPU.

Brasília (DF), de dezembro de 2010

NICOLAO DINO DE CASTRO E COSTA NETO

Procurador Regional da República

Diretor-Geral da ESMPU

2- PLANO DE ATIVIDADES 2011

PROJETOS PEDAGÓGICOS PARA MEMBROS E SERVIDORES ÁREA-FIM

ORD GERAL	RAMO	NOME DO PROJETO	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	TOTAL DE VAGAS						CUSTO por aluno	CUSTO TOTAL ESTIMADO
					MPDFT	MPF	MPM	MPT	EXTERNO	TOTAL		
1	MPU	Pós-Graduação Lato Sensu Globalização, Justiça e Segurança Humana	SEMI-PRESENCIAL	M	7	21	5	17		50	1.182,32	59.115,86
2	MPU	Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Penal Especial	EAD	S	7	21	5	17		50	911,69	45.584,62
3	MPU	MBA em Ministério Público	EAD	M	7	21	5	17		50	-	
4	MPU	Recursos para tribunais superiores	PRESENCIAL	S	5	13	3	9		30	1.131,12	33.933,55
5	MPU	Media Training	PRESENCIAL	M	2	6	1	3		12	2.608,76	31.305,11
6	MPU	Media Training	PRESENCIAL	M	2	6	1	3		12	2.608,76	31.305,11
7	MPU	Media Training	PRESENCIAL	M	2	6	1	3		12	2.608,76	31.305,11
8	MPU	Gestão da Segurança Institucional	PRESENCIAL	M	5	13	3	9		30	1.979,67	59.390,12
9	MPU	Inteligência e Contrainteligência	PRESENCIAL	M	5	13	3	9		30	1.979,67	59.390,12
10	MPU	Relações interpessoais no trabalho	EAD	M	5	13	3	9		30	120,64	3.619,20
11	MPDFT	Aplicação da Lei Maria da Penha (lei 11.340/06)	PRESENCIAL	S	30					30	222,55	6.676,37
12	MPDFT	Direito digital	PRESENCIAL	S	30					30	222,55	6.676,37
13	MPDFT	Gestão de contratos (direito administrativo)	PRESENCIAL	S	30					30	222,55	6.676,37
14	MPDFT	Exames em locais de crimes contra o patrimônio - análise e interpretação de vestígios em local de crime	PRESENCIAL	S	30					30	158,11	4.743,42
15	MPDFT	Documentoscopia forense	PRESENCIAL	S	30					30	222,55	6.676,37
16	MPDFT	As reformas pontuais do código de processo penal	PRESENCIAL	S	30					30	249,66	7.489,78
17	MPDFT	Teorias da criminologia e as consequências para o Ministério Público	PRESENCIAL	S	30					30	158,11	4.743,42
18	MPDFT	Perícia em local de acidente de tráfego	PRESENCIAL	S	30					30	158,11	4.743,42
19	MPDFT	O controle judicial do orçamento público. Atuação do ministério público brasileiro em defesa da higidez dos recursos orçamentários	PRESENCIAL	M	30					30	326,15	9.784,45
20	MPDFT	Técnicas de investigação na área de patrimônio público	PRESENCIAL	M	30					30	249,66	7.489,78
21	MPDFT	Convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes	PRESENCIAL	M	30					30	197,67	5.930,01
22	MPDFT	Direito da Criança e do Adolescente	PRESENCIAL	M	30					30	197,67	5.930,01
23	MPDFT	Igualdade, gênero e cidadania	PRESENCIAL	M	30					30	467,27	14.018,13
24	MPDFT	Teorias da criminologia e as consequências para o ministério público	PRESENCIAL	M	30					30	586,49	17.594,65
25	MPDFT	Técnicas de interrogatório	PRESENCIAL	M	30					30	179,67	5.390,01
26	MPDFT	Direito eleitoral	PRESENCIAL	M	30					30	197,67	5.930,01
27	MPDFT	Direito digital	PRESENCIAL	M	30					30	268,32	8.049,55
28	MPDFT	Princípio constitucional da transparência	PRESENCIAL	M	30					30	249,66	7.489,78

PROJETOS PEDAGÓGICOS PARA MEMBROS E SERVIDORES ÁREA-FIM

ORD GERAL	RAMO	NOME DO PROJETO	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	TOTAL DE VAGAS						CUSTO por aluno	CUSTO TOTAL ESTIMADO
					MPDFT	MPF	MPM	MPT	EXTERNO	TOTAL		
29	MPDFT	Proteção jurídica da fauna brasileira	PRESENCIAL	M	30					30	249,66	7.489,78
30	MPDFT	Interceptação telefônica	PRESENCIAL	M	30					30	249,66	7.489,78
31	MPDFT	Dilemas do federalismo na atualidade	PRESENCIAL	M	30					30	93,68	2.810,47
32	MPDFT	As reformas pontuais do código de processo penal	PRESENCIAL	M	30					30	249,66	7.489,78
33	MPDFT	Oratória	PRESENCIAL	M	30					30	170,55	5.116,60
34	MPDFT	Fiscalização de Contratos Administrativos	PRESENCIAL	M	30					30	170,17	5.105,14
35	MPDFT	Reformas pontuais do Código Processual Civil	PRESENCIAL	M	30					30	326,15	9.784,45
36	MPDFT	Direito processual e material coletivo	PRESENCIAL	M	30					30	266,66	7.999,80
37	MPDFT	Racionalização da intervenção do Ministério Público no processo civil brasileiro – Recomendação 16/CNMP	PRESENCIAL	M	30					30	376,58	11.297,31
38	MPF	Técnicas de denúncia	EAD	S		50				50	67,14	3.357,20
39	MPF	Segurança Institucional	PRESENCIAL	S		30				30	1.238,05	37.141,63
40	MPF	Improbidade Administrativa	EAD	S		50				50	67,14	3.357,20
41	MPF	Temas fundamentais de direito ambiental	EAD	S		50				50	75,96	3.798,14
42	MPF	Ambientação no MPF e rotinas de trabalho	EAD	S		50				50	134,29	6.714,40
43	MPF	Instrumentos da Tutela Coletiva	EAD	S		50				50	67,14	3.357,20
44	MPF	Direito Penal Econômico	PRESENCIAL	S		30				30	1.158,95	34.768,45
45	MPF	Direito à educação	PRESENCIAL	M		30				30	1.407,22	42.216,63
46	MPF	Inclusão de pessoas com deficiência	PRESENCIAL	M		30				30	1.458,05	43.741,50
47	MPF	Os caminhos do sistema penal	PRESENCIAL	M		30				30	1.586,53	47.595,94
48	MPF	Repasse de verbas federais para a saúde	PRESENCIAL	M		30				30	1.375,23	41.256,86
49	MPF	Direitos Humanos e Meio Ambiente - jornada científica para o Rio + 20	PRESENCIAL	M		30				30	1.569,04	47.071,07
50	MPF	Novas formas de criminalidade	PRESENCIAL	M		30				30	1.829,82	54.894,59
51	MPF	Cooperação Internacional e recuperação de ativos	PRESENCIAL	M		30				30	2.515,63	75.468,76
52	MPF	Proteção de testemunhas e réu colaborador	PRESENCIAL	M		30				30	1.354,07	40.621,96
53	MPF	Tráfico de Seres Humanos: Migração e Imigração	PRESENCIAL	M		30				30	2.140,38	64.211,26
54	MPF	Biopirataria	PRESENCIAL	M		30				30	1.406,06	42.181,73
55	MPF	Mercado financeiro	PRESENCIAL	M		30				30	1.378,56	41.356,86
56	MPF	Lei de Responsabilidade Fiscal	PRESENCIAL	M		30				30	1.350,73	40.521,96
57	MPF	Política Nacional de Resíduos Sólidos	PRESENCIAL	M		30				30	1.430,55	42.916,63
58	MPF	Agências reguladoras	PRESENCIAL	M		30				30	1.351,00	40.529,96
59	MPF	Atualização em Direito Eleitoral	PRESENCIAL	M		30				30	1.354,07	40.621,96
60	MPF	Licenciamento ambiental	PRESENCIAL	M		30				30	1.430,55	42.916,63

PROJETOS PEDAGÓGICOS PARA MEMBROS E SERVIDORES ÁREA-FIM

ORD GERAL	RAMO	NOME DO PROJETO	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	TOTAL DE VAGAS						CUSTO por aluno	CUSTO TOTAL ESTIMADO
					MPDFT	MPF	MPM	MPT	EXTERNO	TOTAL		
61	MPF	Responsabilidade Ambiental do Financiador	PRESENCIAL	M		30				30	1.354,07	40.621,96
62	MPF	Fraudes em licitações e contratos administrativos/Técnicas de identificação de fraudes	PRESENCIAL	M		30				30	1.483,20	44.495,94
63	MPF	Curso de Ingresso e Vitaliciamento - MPF	SEMI-PRESENCIAL	M		60				60	1.727,99	103.679,46
64	MPF	Desapropriação e Reforma Agrária	PRESENCIAL	S		30				30	1.143,18	34.295,27
65	MPT	Noções da atuação do MPT	EAD	S				50		50	40,29	2.014,32
66	MPT	Recursos Trabalhistas	PRESENCIAL	S				30		30	1.186,06	35.581,86
67	MPT	Cálculos trabalhistas	PRESENCIAL	S				30		30	1.238,05	37.141,63
68	MPT	Trabalho em plataforma de Petróleo	PRESENCIAL	M				30		30	2.460,02	73.800,50
69	MPT	Trabalho nas minas de subsolo	PRESENCIAL	M				30		30	1.354,07	40.621,96
70	MPT	Trabalho na Pesca	PRESENCIAL	M				30		30	1.354,07	40.621,96
71	MPT	Visão externa do MPT pelas ciências humanas versus Direito	PRESENCIAL	M				30		30	1.354,07	40.621,96
72	MPT	Fraudes nas relações de trabalho no âmbito público	PRESENCIAL	M				30		30	1.350,73	40.521,96
73	MPT	Atuação custos legis e seus novos contornos/Recomendação 16 CNMP	PRESENCIAL	M				30		30	1.350,73	40.521,96
74	MPT	Método de operação do trabalho portuário e aquaviário	PRESENCIAL	M				30		30	1.482,55	44.476,40
75	MPT	Convenção 182 OIT – trabalho infantil	PRESENCIAL	M				30		30	1.776,49	53.294,82
76	MPT	Recursos extraordinário/Excepcionais – Recursos de revista	PRESENCIAL	M				30		30	1.326,57	39.797,09
77	MPT	Efeitos da atuação trabalhista nos outros ramos	PRESENCIAL	M				30		30	1.402,72	42.081,73
78	MPT	Normas de segurança na construção civil	PRESENCIAL	M				30		30	1.354,07	40.621,96
79	MPT	Noções de Perícia – ambiente de trabalho	PRESENCIAL	M				30		30	1.354,07	40.621,96
80	MPT	Métodos de operação de trabalho escravo	PRESENCIAL	M				30		30	1.826,89	54.806,83
81	MPT	Técnicas de investigação	PRESENCIAL	M				30		30	1.826,89	54.806,83
82	MPT	Relações sindicais	PRESENCIAL	M				30		30	1.826,89	54.806,83
83	MPT	Fraudes por meio da contratação de trabalhadores subordinados por Pessoa Jurídica	PRESENCIAL	M				30		30	1.406,06	42.181,73
84	MPT	Termo de ajuste de conduta – Dano moral coletivo	PRESENCIAL	M				30		30	1.482,55	44.476,40
85	MPT	Assédio Moral	PRESENCIAL	M				30		30	1.354,07	40.621,96
86	MPT	Soluções alternativas de conflitos	PRESENCIAL	M				30		30	1.771,57	53.147,06
87	MPT	Tutela coletiva – inquérito civil público	PRESENCIAL	M				30		30	1.375,23	41.256,86
88	MPT	Trabalho Rural	PRESENCIAL	M				30		30	1.378,56	41.356,86
89	MPM	Perícias no Processo Penal	PRESENCIAL	M			30			30	1.335,68	40.070,27
90	MPM	Técnicas de Investigação Criminal	PRESENCIAL	M			30			30	1.430,55	42.916,63
91	MPM	Execução Penal	PRESENCIAL	M			30			30	1.391,00	41.730,04
92	MPM	Inteligência estratégica e sua relevância na percepção do cenário investigativo	PRESENCIAL	M			30			30	1.375,23	41.256,86
93	MPM	O papel do MPM na implementação do Direito Internacional Humanitário e do Direito Internacional Penal	SEMI-PRESENCIAL	M			30			30	2.044,17	61.324,95
94	MPM	Licitações e acompanhamento das despesas na Administração Pública	PRESENCIAL	M			30			30	1.311,18	39.335,37
95	MPM	Estudos do CPM, CPPM e LOJMU: inconstitucionalidades e aplicação analógica da legislação comum	PRESENCIAL	M			30			30	1.427,22	42.816,63
96	MPM	Técnicas de pesquisa doutrinária e jurisprudencial	EAD	S			50			50	108,07	5.403,61
				TOTAIS GERAIS	857	1073	290	836	0	3.056		2.973.932,75
				PREVISÃO CAPACITADOS	3.056							

PROJETOS PEDAGÓGICOS PARA SERVIDORES ÁREA-MEIO

Iniciados em 2010

ORD GERAL	RAMO	NOME DO PROJETO (CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO)	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO M - Membro S - Servidor S MEIO	TOTAL DE VAGAS						CUSTO por aluno	VALOR DO CONTRATO	DESEMBOLSO	
					MPDFT	MPF	MPM	MPT	EXTERNO	TOTAL			2010	2011
1	MPU	ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS E PARECERES (EDUCERE)	EAD	S MEIO	33	207	12	48		300	175,00	105.000,00	35.000,00	70.000,00
2	MPU	PORTUGUÊS JURÍDICO (EDUCERE)	EAD	S MEIO	33	207	12	48		300				
3	MPU	GESTÃO DE PESSOAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	EAD	S MEIO	11	69	4	16		100	406,31	715.104,00	238.368,00	476.736,00
4	MPU	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	EAD	S MEIO	11	69	4	16		100				
5	MPU	ATENDIMENTO AO CLIENTE	EAD	S MEIO	11	69	4	16		100				
6	MPU	AUDITORIA CONTÁBIL	EAD	S MEIO	11	69	4	16		100				
7	MPU	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EAD	S MEIO	11	69	4	16		100				
8	MPU	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA DO SETOR PÚBLICO	EAD	S MEIO	11	69	4	16		100				
9	MPU	INTRODUÇÃO À GERÊNCIA DE PROJETOS	EAD	S MEIO	33	207	12	48		300				
10	MPU	LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	EAD	S MEIO	11	69	4	16		100				
11	MPU	MODELOS DE GESTÃO E CLIMA ORGANIZACIONAL	EAD	S MEIO	11	69	4	16		100				
12	MPU	NEGOCIAÇÃO	EAD	S MEIO	11	69	4	16		100				
13	MPU	PENSAMENTO ESTRATÉGICO	EAD	S MEIO	11	69	4	16		100				
14	MPU	POLÍTICAS DE SEGURANÇA	EAD	S MEIO	11	69	4	16		100				
15	MPU	RESPONSABILIDADE FISCAL NA GESTÃO PÚBLICA	EAD	S MEIO	11	69	4	16		100				
SUBTOTAL PREVISÃO CAPACITADOS					231	1449	84	336	0	2.100		820.104,00	273.368,00	546.736,00
					2100									

Inicio em 2011

ORD GERAL	RAMO	NOME DO PROJETO	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO M - Membro S - Servidor S MEIO	TOTAL DE VAGAS						CUSTO por aluno	CUSTO TOTAL ESTIMADO	DESEMBOLSO		
					MPDFT	MPF	MPM	MPT	EXTERNO	TOTAL			2010	2011	
1	MPU	Pós-graduação lato sensu em Gestão de Projetos	EAD	S MEIO	5	17	4	14		40	7.614,00	304.560,00		304.560,00	TOTAL PÓS-GRADUAÇÃO
2	MPU	MBA em Gestão Pública	EAD	S MEIO	5	17	4	14		40	15.250,00	610.000,00		610.000,00	914.560,00
3	MPU	Elaboração de textos públicos (Redação Oficial)	EAD	S MEIO	48	132	30	90		300	105,00	31.500,00		31.500,00	
4	MPU	Língua Portuguesa	EAD	S MEIO	48	132	30	90		300	175,00	52.500,00		52.500,00	
5	MPU	Comunicações em Apresentações	EAD	S MEIO	16	44	10	30		100	489,60	48.960,00		48.960,00	TOTAL CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO
6	MPU	Estilo de Gestão e Liderança	EAD	S MEIO	16	44	10	30		100	489,60	48.960,00		48.960,00	181.920,00
SUBTOTAL PREVISÃO CAPACITADOS					138	386	88	268	0	880		1.096.480,00	0,00	1.096.480,00	
					880										

								2.010	2.011
TOTAL CAPACITADOS 2010-2011	369	1835	172	604	0		TOTAL DESEMBOLSO	273.368,00	1.643.216,00
	2980								

____3- PROJETO: GLOBALIZAÇÃO, JUSTIÇA E SEGURANÇA HUMANA______

1. **NOME DO CURSO:** Curso de Especialização em Globalização, Justiça e Segurança Humana

1.1 **Realização**: Escola Superior do Ministério Público da União, Universidade de Bochum – Alemanha e Universidade de Joanesburgo – África do Sul.

1.2 **Responsável**: Escola Superior do Ministério Público da União

1.3 **Forma de Oferta**: a distância

2. **JUSTIFICATIVA DO CURSO:** Durante as últimas décadas, a globalização modificou de forma definitiva as feições do mundo em que vivemos. Com impacto sobre diversas áreas da vida, esse processo afeta economias e mercados e a ordem jurídica interna dos países. Muitas são as críticas feitas à globalização, uma vez que ela obedece somente às suas próprias regras e seus efeitos ignoram as fronteiras nacionais e atingem cidadãos antes protegidos por seus direitos nacionais.

Por outro lado, a globalização proporcionou a aproximação econômica e política entre os Estados e facilitou o convívio mais íntimo e um diálogo mais intenso que no passado, nas mais diversas áreas das relações internacionais.

Essa aproximação resultou em cooperação internacional, cuja utilidade logo se fez sentir principalmente na busca de soluções para problemas contra os quais um só Estado teria dificuldades em atuar com efetividade. Exemplo típico é a área ambiental: a depredação do meio ambiente afeta a população global como um todo, independentemente do lugar do mundo onde ocorra, o que exige proteção efetiva de ações em conjunto.

A área comercial é outro campo cujos tratados internacionais e os blocos econômicos trazem a liberalização e aumenta a força política e comercial dos Estados, facilitando sua inserção na economia global e o seu poder de negociação com outros países.

A cooperação também fortalece a manutenção dos direitos humanos contra violações, uma vez que essa lesão deixou de ser entendida como “assunto interno” dos Estados e passou a ser acompanhada por sistemas de direito internacional de proteção ao indivíduo. O direito internacional trata da punição contra crimes internacionais e da perseguição de seus autores, o que demonstra o consenso existente na sociedade internacional no que tange à garantia da justiça.

Outras questões globais levam os países a cooperarem entre si, na tentativa de as contornar, tais como o crime organizado e o terrorismo; e as crises humanitárias mais agudas, como os conflitos armados, migrações, catástrofes naturais e epidemias.

Considerando essa faceta da cooperação, a globalização transmuta-se de causa para solução dos problemas atuais, pois que proporciona aos Estados acessarem os instrumentos capazes de assegurar a justiça e garantir a segurança humana com maior amplitude.

O curso ora proposto visa analisar esses instrumentos, no sentido de fornecer subsídios para que sejam utilizados pelos participantes no exercício de suas funções. Fruto de cooperação internacional, o corpo docente deste curso é altamente especializado, proveniente do Ministério Público da União, da Universidade de Bochum, na Alemanha, e da Universidade de Johannesburg, na África do Sul. Entende-se que tal cooperação tornará o aprendizado mais rico, ampliando a visão e o entendimento dos participantes – operadores do direito - sobre os temas atuais e oportunos a serem abordados.

3. **HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO:** Esta terceira turma do curso de Especialização a distância em Globalização, Justiça e Segurança Humana dá prosseguimento ao processo de pós-graduação *lato sensu* a distância nesse tema, com a oferta da primeira turma, encerrada em janeiro de 2009. Esta experiência confirmou a legitimidade do projeto, indicou demanda e sinalizou a importância de ser priorizada, nestas iniciativas pioneiras da ESMPU, a qualificação de recursos humanos em justiça e segurança humana.

4. **OBJETIVOS DO CURSO**:

4.1 **Objetivo Geral**

Formar especialistas em justiça e segurança humana

4.2 **Objetivos Específicos**

Capacitar profissionais para tratarem dos problemas complexos relacionados à globalização e à guerra global ao terrorismo.

Desenvolver conhecimentos multidisciplinares sobre o direito internacional em campos sensíveis para a paz global, envolvendo direitos humanos, democracia, sustentabilidade e segurança nas relações humanas e entre os Estados.

5. **PÚBLICO-ALVO:** O curso está destinado aos membros do Ministério Público da União e a público-externo (órgãos parceiros), conforme quantidade de vagas abaixo relacionadas

- **30 (trinta) vagas para membros do MPU, sendo**:

  12 (doze) vagas para membros do MPF;

  08 (oito) vagas para membros do MPT;

  04 (quatro) vagas para membros do MPM e

  06 (seis) vagas para membros do MPDFT.

- **20 vagas para público externo, sendo:**

  05 (cinco) vagas para o Ministério das Relações Exteriores;

  03 (três)vagas para a Controladoria-Geral da União;

  05 (cinco) vagas para o Ministério da Defesa, sendo uma para o CIEx;

  05 (cinco) vagas para gestores da ENAP e

  02 (duas) vagas para Cruz Vermelha Internacional.

e que atendam aos seguintes pré-requisitos:

5.1 Portadores de diploma de curso superior, de preferência em área correlata (Direito, Relações Internacionais e Economia) e comprovação de domínio da língua inglesa.

5.2 Disponibilidade de, no mínimo, 6 (seis) horas semanais, para dedicação e participação nas atividades a distância.

5.3 Conhecimentos da língua inglesa para acompanhamento de aulas e material escrito.

5.4 Conhecimento básico de uso da Internet e do correio eletrônico.

5.5 Acesso à Internet.

6. **CONCEPÇÃO DO CURSO:** Trata-se de um curso bilíngue (inglês/português) e multidisciplinar, envolvendo três eixo temáticos (globalização, justiça e segurança humana) vinculados à realização dos direitos humanos num ambiente seguro, de equilíbrio global. Cuida-se, portanto, de expor os grandes desafios e as oportunidades que o fenômeno da globalização oferece à disseminação de valores políticos universais, tais como o estabelecimento de um espaço global democrático de distribuição equilibrada de riquezas, a segurança internacional, a contenção de conflitos com reconciliação e garantia dos direitos das vítimas, bem como o pleno gozo dos direitos humanos fundamentais por todos. O curso abrange as disciplinas Direito Internacional Público, Economia e Relações Internacionais.

7. **ORIENTADOR PEDAGÓGICO DO CURSO**

7.1 NOME: Eugênio José Guilherme de Aragão

CPF 225.642.841-91 – **currículo lattes** http://lattes.cnpq.br/2609038795855580

7.2 TITULAÇÃO: Doutor em Direito

7.3 EXPERIÊNCIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL: É doutor em Direito pela Ruhr-Universität de Bochum (2006), Alemanha, e mestre em Direito Internacional dos Direitos Humanos pela University of Essex, Inglaterra (1994). É professor adjunto da Universidade de Brasília e dos cursos de bacharelado em Relações Internacionais e Direito do IESB. É, também, Subprocurador-Geral da República, com atuação na cooperação jurídica internacional.

8. **CARGA HORÁRIA:** O curso, com 3 módulos, está assim estruturado:

Aulas Presenciais: uma semana em cada módulo - de 29/08/11 a 02/09/2011; de 26 a 30/03/2012 e de 20 a 24/08/2012	100 h/a
Etapa a Distância: utilização de ambiente virtual de aprendizagem da ESMPU, espaço colaborativo de aprendizagem no qual serão disponibilizadas atividades assíncronas, por meio de fórum de discussão e central de mensagens.	270 h/a
Elaboração do TCC	84 h/a
Carga horária total	454 h/a

9. **PERÍODO E PERIODICIDADE**

9.1 **Início**: 29/agosto/2011 TÉRMINO: 29/março/2013
1° módulo: 29/08/2011 a 23/03/2012
2º módulo: 26/03/2012 a 17/08/2012
3º módulo: 20/02/2012 a 29/03/2013

9.2 **Turno de Oferta**: As aulas presenciais acontecerão em período diurno e noturno, nas dependências da ESMPU (SGAS Av. L2-Sul, Quadra 604, Lote 23 – Brasília-DF).

HORÁRIO DE ATIVIDADES NAS SEMANAS PRESENCIAIS			
dia	turno	horário de início	horário de término
1º	tarde	14h00	18h00
	noite	18h30	22h30
2º	manhã	08h30	12h30
	tarde	14h00	18h00
3º	manhã	08h30	12h30
	tarde	14h00	18h00

4º	manhã	08h30	12h30
	tarde	14h00	18h00
5º	manhã	08h30	12h30

9.3 O curso será interrompido no período de 20 de dezembro de 2010 a 31 de janeiro de 2011; e de 20 de dezembro de 2011 a 31 de janeiro de 2012.

10. **ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

disciplina	**carga horária – h/a**	
	presencial	**a distância**
1º MÓDULO		
1- Aula introdutória	4h	-
2- Aspectos culturais de segurança humana	6h	15h
3- Direito Internacional Público	8h	20h
4- Direito ambiental internacional	8h	20h
5- Introdução à economia global	6h	15h
6- Segurança internacional e direitos humanos	8h	20h
7- Metodologia de pesquisa	0h	20h
SUBTOTAL	**40h**	**110h**
2º MÓDULO		
8- Direito penal internacional	6h	20h
9- Direito internacional humanitário	6h	15h
10- Terrorismo e crime organizado transnacional	6h	15h
11- Direito internacional dos direitos humanos	6h	20h
12- Desenvolvimento e relações internacionais	6h	15h
SUBTOTAL	**30h**	**85h**
3º MÓDULO		

13- Formação de Estados Nações em contexto de pós-conflito	6h	15h
14- Integração regional econômica	6h	15h
15- Crises humanitárias e direito internacional	6h	15h
16- Gerenciamento de projetos	6h	15h
17- Sistema financeiro internacional	6h	15h
SUBTOTAL	**30h**	**75h**
TOTAL CARGA HORÁRIA DISCIPLINAS	100 h/a	270 h/a
ELABORAÇÃO DO TCC		84h/a
TOTAL GERAL		**454 h/a**

11. **EMENTÁRIO**

1º Módulo

1- AULA INTRODUTÓRIA
Professor: Adelheid Puttler

Professor: Joachim Wolf - Universidade de Bochum

Professor: Hendrik Andreis Strydom

Ementa: Reflexos culturais e legais da Globalização. Os conflitos, a justiça e a segurança internacional da pessoa. Os direitos humanos. A reconstrução de Estados-Nação. As questões ambientais. A estrutura da especialização "Globalização, Justiça e Segurança Humana". Perguntas e Respostas.

2- ASPECTOS CULTURAIS DE SEGURANÇA HUMANA

Professor e conteudista: Luis Roberto Cardoso de Oliveira - Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília

Tutora: Rebecca Forattini Altino Machado Lemos Igreja

Ementa: Abordagem de modelos igualitários e modelos hierárquicos para compreender os dilemas da cidadania e das demandas por direitos nas democracias ocidentais, cultivando uma perspectiva comparada, ainda que

mantendo um foco privilegiado no Brasil. Concepções de igualdade no Brasil, sua relação entre concepções de igualdade e demandas de respeito a direitos. Idéia moderna de cidadania que se vale da instituição de um status igualitário entre os cidadãos, que desfrutariam dos mesmos direitos no âmbito do que poderíamos chamar de mundo cívico, delimitando o universo onde o princípio do tratamento uniforme teria precedência.

3- DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO
Professor e conteudista: Joachim Wolf, Universidade de Bochum

Professor e conteudista: Hendrik Andreis Strydom, Universidade de Joanesburgo

Tutor: Hector Luís Cordeiro Vieira

Ementa: Conceito de DIP. Fontes de DIP. Tratados e outras formas de acordos internacionais. Costumes. Princípios gerais de direito. Relações com o direito interno. Sujeito de DIP. Estados e organizações internacionais. O indivíduo como sujeito de DIP. Responsabilidade internacional. Jurisdição internacional.

4- DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL
Professor e conteudista: Joachim Wolf – Universidade de Bochum

Professor e conteudista: Hendrik Andreis Strydom – Universidade de Joanesburgo

Tutora: Vanessa Dorneles Schinke

Ementa: Importância dos tratados multilaterais sobre direito ambiental. Responsabilidade do Estado por atos considerados violações versus responsabilidade por atos não proibidos pelo direito internacional. Asseguramento e cumprimento das regras internacionais: regime sobre mudança climática, impacto do direito internacional dos direitos humanos, papel do painel F4 da Comissão de Compensação das Nações Unidas sobre danos ambientais causados pela invasão do Iraque ao Kuwait. Tratados de investimentos bilaterais e o meio ambiente.

5- INTRODUÇÃO À ECONOMIA GLOBAL
Professor e conteudista: Carlos Roberto Pio da Costa Filho

Tutora: Silvana Schimanski

Ementa: Revisar os principais conceitos econômicos que ajudam a compreender o funcionamento das economias de mercado: ciclos econômicos, desemprego, inflação, déficit público e dívida pública, poupança e investimento, política fiscal, curva de Phillips, política monetária, sistema de preços, competição perfeita, competição imperfeita, monopólios, oligopólios, defesa da concorrência, ganhos com o comércio, especialização, divisão do trabalho, vantagens absolutas e comparativas, livre comércio, protecionismo, balança comercial, conta corrente, balanço de pagamentos, investimento externo direto, regimes e taxas de câmbio, fuga de capitais, o mercado de ações etc. Apresentar três das principais escolas de economia política: liberal, marxista e estruturalista. Apresentar a evolução da ordem econômica no pós-Segunda Guerra, chamando a atenção para os principais atores, processos e instituições.

6- SEGURANÇA INTERNACIONAL E DIREITOS HUMANOS
Professora e conteudista: Catheleen Helen Powel

Tutor: Hector Luís Cordeiro Vieira

Ementa: Segurança e direitos humanos a partir de contextos locais, regionais e internacionais: o trabalho do Conselho de Segurança das Nações Unidas e os desafios da violação dos direitos humanos no seu programa antiterrorismo. As resoluções do Conselho de Segurança, tais como: SCR 1267, SCR 1390, SCR 1373 and SCR 1540. Comparação dos intrumentos antiterrorismo africanos e sul americanos.

7- METODOLOGIA DA PESQUISA
Conteudista: Christine Oliveira Peter da Silva
Tutora: Marta Regina Gama Gonçalves

Ementa: A disciplina tem como objetivo geral propiciar aos especializandos a formação metodológica que os capacitem a elaborar textos acadêmicos vinculados à sua área de conhecimento e interesse, seja no âmbito de disciplinas, projetos ou atividades profissionais. A temática do presente curso de especialização pressupõe a formação metodológica sob uma perspectiva interdisciplinar do Direito.

2º Módulo

8- DIREITO PENAL INTERNACIONAL
Professor / Conteudista: Eugênio José Guilherme de Aragão

Tutora: Vanessa Dorneles Schinke

Ementa: De Nuremberg a Haia: uma análise histórica sobre o desenvolvimento dos Tribunais Internacionais Penais. Imunidades diplomáticas. A natureza jurídica da imunidade de jurisdição penal e possibilidade de renúncia à luz da perspectiva normativista. A norma fantasma do artigo 47 da Convenção de Mérida, ou: como se corrompeu o tratado anticorrupção. Os tratados internacionais podem definir delitos e penas? Extradição e comutação da pena de prisão perpétua: a mudança na posição do Supremo Tribunal Federal. Crime organizado internacional. Cooperação jurídica internacional e combate à corrupção transnacional. Criminalidade econômica e repatriação de capitais. As organizações criminosas e seus reflexos na democracia.

9- DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

Professor / Conteudista: Hans-Joachim Heintze

Tutor: Eduardo Gonçalves Rocha

Ementa: A proteção da pessoa pelo Direito Internacional Público. O Direito Internacional Humanitário como ramo do Direito Internacional. Os princípios fundamentais de DIH. Os efeitos da violência em tempo de guerra. Proteção de pessoas e objetos afetados ou passíveis de serem afetados pelas hostilidades. A

Garantia do Direito Internacional Humanitário. Limitação de limita métodos e meios de guerra em tempo de conflito. Convenções de Genebra de 1949 e Protocolos Adicionais. As 4 categorias de pessoas: feridos, náufragos, prisioneiros e civis.

10- TERRORISMO E CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL
Professor / Conteudista: Sven Peterke - UFPB

Tutora: Carolina Hernandes Grassi

Ementa: Terrorismo e crime organizado transnacional. Os problemas de delineação e as tendências de fusão entre terrorismo e o crime organizado. Considerações conceituais. Causas e impactos na segurança humana. Cooperação entre os Estados. Instrumentos e instituições criadas para o combate do terrorismo e do crime organizado. Desafios.

11- DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
Professor / Conteudista: George Rodrigo Bandeira Galindo – UnB

Tutora: Natália Medina Araújo

Ementa: Visão introdutória das normas e instituições do direito internacional relativas à proteção do ser humano, especialmente em tempos de paz. A racionalidade que envolve a proteção internacional dos direitos humanos desde o fim da II Guerra Mundial. Algumas das grandes questões teóricas ligadas ao tema. O sistema global e os sistemas regionais (europeu, americano e africano) de proteção sob duas vertentes: instrumentos e instituições. Alguns aspectos concernentes à relação entre as normas e as instituições de proteção internacional dos direitos humanos e o sistema jurídico brasileiro.

12- DESENVOLVIMENTO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Professor / Tutor: Aninho Mucundramo Irachande

Conteudista: Eduardo Gonçalves Rocha

Ementa: A dimensão teórico-estrutural das relações internacionais. Os acordos comerciais firmados entre os Estados e os interesses das grandes corporações. A Convenção de Genebra, a Convenção da Cidade do Cabo e seu Protocolo Complementar. As tendências do desenvolvimento de sistemas globais e regionais. Teorias que tratam das relações sociais numa perspectiva internacional e desenvolvimento.

3º Módulo

13- RECONSTRUÇÃO DE ESTADOS-NAÇÃO EM CONTEXTO DE PÓS-CONFLITO

Professora: Christiana Galvão Ferreira de Freitas

Ementa: Reconstrução dos Estados falidos pós-conflitos. Integração das atividades dos diversos atores e políticas: militares, políticos e humanitários. A cooperação civil-militar e a promoção dos direitos humanos e do desenvolvimento. Abordar e compreender, por meio de exemplos concretos, o conceito de "Estados falidos" (failing states) e formas de reconstrução dessas nações que vinculam ajuda humanitária ao processo de desenvolvimento e reabilitação (linking relief to development and rehabilitation), através de missões integradas de manutenção da paz.

14- INTEGRAÇÃO REGIONAL ECONÔMICA

Professora / Conteudista: Renata Rocha de Mello Martins – Universidade de Frankfurt

Ementa: Bloco Regional Mercosul: surgimento e origens. Atual estágio da integração econômica, política e cultural no mercado comum. Os órgãos do bloco e seu sistema de solução de controvérsias. A integração na União Européia. O contexto histórico do bloco europeu. As principais regras de direito material, sua estrutura e funcionamento.

15- CRISES HUMANITÁRIAS E DIREITO INTERNACIONAL

Professor: Thielboerger

Ementa: As guerras civis e as limpezas étnicas na África, Ásia, Europa e América Latina. As alterações climáticas e a competição por recursos As consequências médicas e psicológicas da violência extrema, deslocamento e doenças negligenciadas. Intervenção militar, bloqueio econômico, julgamento internacional de genocidas. O Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA). As Convenções de Genebra e de Haia. O papel da ONU. Políticas *post factum* e prevenção de crises humanitárias: intervenção militar, bloqueio econômico, julgamento internacional de genocidas. A sensibilização da opinião pública internacional para as crises humanitárias.

16- GERENCIAMENTO DE PROJETOS

Ementa: Metodologia de gerenciamento de projetos. Comunicação. Escopo e atividades. Os "stakeholders". Cronograma. Monitoramento de riscos.

17- SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL

Ementa: Apresentar o sistema financeiro internacional entendendo-o como parte do sistema mais amplo das relações internacionais. Discutir os seus principais elementos constitutivos. Analisar as orientações teóricas que ajudam a compreender e interpretar o significado e o sentido dos fluxos de recursos financeiros entre as economias. As relações desses fluxos com os fatores que estimulam ou reduzem o dinamismo da atividade econômica em países e regiões. O sistema financeiro internacional como um regime que integra a ordem econômica internacional que não pode ser dissociada de variáveis políticas como o poder e o grau de autonomia dos Estados. O dinamismo dos fatos econômicos como fenômenos históricos, especialmente nas últimas décadas. O surgimento das instituições na tentativa de organizar e dar maior estabilidade à ordem

econômica internacional. A crise da década de 1930 e a Conferência de Bretton Woods, quando as instituições financeiras assumiram muitas das feições atuais.

12. CORPO DOCENTE

Nome: Adelheid Puttler

Forma de contratação: palestrante convidado

Nome: Aninho Mucundramo Irachande

RNE V097284-U **CPF** 611.044.341-72

EMAIL: aninho.irachande@hotmail.com

TELEFONE: 61 8432-2105

Titulação: Doutorado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília, Brasil (2002)

Forma de contratação: horista

Experiência acadêmica e profissional: Professor do Instituto de Educação Superior de Brasília, Brasil / Consultor do IGB; Funcionario do Ministerio dos Transportes e Comunicações; técnico do TCBR na área de financiamento internacional projetos.

Consulta no currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/9797961654845428

Nome: Carlos Roberto Pio da Costa Filho

CPF 498.086.131-87

EMAIL: crpio@unb.br

TELEFONE: 61 3107-0264

Titulação: Doutorado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Brasil (2001)

Forma de contratação: horista

Experiência acadêmica e profissional: Professor Adjunto da Universidade de Brasília, Brasil / Parecerista das seguintes publicações: Revista do Serviço Público (Brasília, ENAP, 1999-2000) e Revista Estado e Sociedade (Brasília, UnB/SOL, 1999-2000); Consultor Ad Hoc da FAPESP.

Consulta no currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/1061182658141231

Nome: **Tutora**: Carolina Hernandes Grassi

RG 8081737036 SJS/RS **CPF** 009.259.960-50

Titulação: Mestrado em Direito Público pela Universidade de Brasília, sendo as principais áreas de pesquisas em Direito Constitucional, Administrativo, Ambiental e Internacional.

Forma de contratação: horista

Experiência acadêmica e profissional: Professora temporária, em 2009, na Universidade de Brasília / Pesquisa e desenvolvimento em Direito Internacional Constitucional, no Departamento de Direito da Universidade de Brasília / Servidor Público - Assessora da Presidência da Câmara

Consulta no currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/2121297363398745

Nome: Catheleen Helen Powel

Forma de contratação: palestrante convidado

Nome: Christiana Galvão Ferreira de Freitas

RG 436.164 **CPF** 232.456.031-34

Titulação: Mestrado em Ação Humanitária Internacional pelo NOHA Erasmus Mundus- Joint European Master Course in Humanitarian Action" pela Rühr Universität Bochum, Alemanha

Forma de contratação: horista

Experiência acadêmica e profissional: Professora no Centro Universitário Euro-Americano, UNIEURO, Brasil, no ano de 2006 / Assessora da Secretaria Executiva da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, SDH/PR, Brasil.

Consulta no currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/5105733365944236

Nome: **Tutor**: Eduardo Gonçalves Rocha

Titulação: Mestrado em Direito pela Universidade de Brasília (2008).

Forma de contratação: horista

Experiência acadêmica e profissional: Professor Assistente na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, Campus cidade de Goiás, (UFG)

Consulta no currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/4663157234421208

Nome: Eugênio José Guilherme de Aragão

CPF 225.642.841-91

Titulação: Doutorado em Direito (Rechtswissenschaft) pelo Ruhr-Universitaet Bochum, Alemanha (2006)

Forma de contratação: horista

Experiência acadêmica e profissional: Professor celetista no Instituto de Educação Superior de Brasília, IESB, Brasil / Subprocurador-Geral da República do Procuradoria Geral da Republica, Brasil

Consulta no currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/2609038795855580

Nome: George Rodrigo Bandeira Galindo

RG 4.799.776-SSPPE **CPF** 020.080.364-64

EMAIL: ggalindo@unb.br

TELEFONE: 61 3107-0703

Titulação: Doutorado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, Brasil (2006)

Forma de contratação: horista

Experiência acadêmica e profissional: Professor Adjunto da Universidade de Brasília, Brasil

Consulta no currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/6991513208754620

Nome: Hans-Joachim Heintze

Forma de contratação: palestrante convidado

Nome: **Tutor** Hector Luís Cordeiro Vieira

RG 2174062 SSP/DF **CPF** 005.805.371-96

TELEFONE: 61 8470-5949 / 8141-9597

EMAIL: vclhec@yahoo.com.br / vieira.hec@gmail.com

Titulação: Mestrado, sob a linha de pesquisa: Direito, Estado e Sociedade, Políticas Públicas e Democracia.

Forma de contratação: horista

Experiência acadêmica e profissional: Professor de Direito Constitucional no Centro Universitãrio do Distrito Federal e Faculdade Processus / Pesquisador do Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP / Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional, Direitos Humanos, Internacional, Penal, Processo Penal, Metodologia de Pesquisa e Pesquisa Jurídica .

Consulta no currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/9580513131535098

Nome: Hendrik Andreis Strydom

Forma de contratação: palestrante convidado

Experiência acadêmica e profissional: Universidade de Joanesburgo

Nome: Joachim Wolf

Forma de contratação: palestrante convidado

Experiência acadêmica e profissional: Universidade de Bochum

Nome: Luis Roberto Cardoso de Oliveira

RG 1.688.678 SSP/DF **CPF** 116.968.771-72

EMAIL: lrco.3000@gmail.com

TELEFONE: 61 9909-9477

Titulação: Doutorado em Antropologia pela Harvard University, Estados Unidos (1989)

Forma de contratação: horista

Experiência acadêmica e profissional: Professor Titular da Universidade de Brasília, Brasil / Vice-coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos INCT-InEAC, com sede na UFF e sob a coordenação geral de Roberto Kant de Lima.

Consulta no currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/2935371042756080

Nome: **Tutora**: Marta Regina Gama Gonçalves

Titulação: Mestrado em Direito pela Universidade de Brasília (2007).

Forma de contratação: horista

Experiência acadêmica e profissional: Professora da Faculdade Ruy Barbosa, atuando principalmente nos seguintes temas: surrealismo, carnavalização, direito e arte, direitos humanos e direito.

Consulta no currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/3838400860867533

Nome: **Tutora**: Natália Medina Araújo

RG 08589802-31 SSPBA **CPF** 018.385.015-76

EMAIL: Medina.unb@gmail.com

TELEFONE: 61 8171-3128

Titulação: Mestrado em Direito, Estado e Constituição na Universidade de Brasília (2011).

Forma de contratação: horista

Experiência acadêmica e profissional: Professora de Direito Internacional Privado no Instituto de Educação Superior de Brasília, IESB, Brasil / Advogada no Instituto Migrações e Direitos Humanos, IMDH, Brasil. Atuando principalmente nas seguintes áreas: Direito Constitucional, Direito Internacional, Direitos Humanos.

Consulta no currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/8288819760524150

Nome: **Tutora**: Rebecca Forattini Altino Machado Lemos Igreja

Titulação: Doutorado em Antropologia pelo Centro de Pesquisa e Pós Graduação sobre América Latina e Caribe, Brasil (2005)

Forma de contratação: horista

Experiência acadêmica e profissional: Professor assistente, Enquadramento Funcional: contrato anual, Carga horária: 20 - Harvard University, HARVARD, Estados Unidos.

Consulta no currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/3708348431238743

Nome: Renata Rocha de Mello Martins

Titulação: Doutorado em Direito Europeu e Direito Constitucional pela Humboldt-Universitaet zu Berlin (2001).

Forma de contratação: horista

Experiência acadêmica e profissional: Compõe o quadro científico da Faculdade de Direito da Goethe-Universität Frankfurt am Main, sendo docente também na Humboldt-Universitaet zu Berlin. Suas áreas de pesquisa abrangem principalmente os seguintes temas: teoria do Estado, teorias da soberania estatal, Direito Europeu, Mercosul, proteção internacional dos direitos humanos, direitos fundamentais.

Consulta no currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/8757536302466208

Nome: **Tutora**: Silvana Schimanski

Titulação: Mestrado em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul -UFRGS.

Forma de contratação: horista

Experiência acadêmica e profissional: Professor titular das disciplinas relacionadas às relações comerciais internacionais nos cursos de: Comércio Exterior (desde 2007), Logística (desde 2008), Curso Superior de Tecnologia em Gestão Portuária (desde 2007) e Relações Internacionais (desde 2010) na Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI, Brasil.

Consulta no currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/4078982331052479

Nome: **Tutora**: Vanessa Dorneles Schinke

Titulação: Mestrado em Direito da Universidade de Brasília (UnB), na linha de pesquisa "Constituição, Processo e Teoria Constitucionais, Direito Fundamentais". Atualmente dedica-se à linha relativa à memória constitucional, especificamente aos fenômenos relacionados à Anistia Poítica.

Forma de contratação: horista

Experiência acadêmica e profissional: Entre 2008 e 2010 foi professor orientador/tutor no curso de pós-graduação em Direito Público, na Universidade de Brasília / Advogada na Dallagnol Advogados Associados / Presta consultoria para Municípios, assessoria em políticas públicas e demandas relativas a agentes políticos.

Consulta no currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/1068628752813177

Nome: Sven Peterke

RNE V475098-L **CPF** 744.829.471-72

EMAIL: speterke@yahoo.de

TELEFONE: 83 9920-7711 / 3241-6748

Titulação: Doutorado em Direito pelo Ruhr-Universitaet Bochum, Alemanha (2005)

Forma de contratação: horista

Experiência acadêmica e profissional: Professor Adjunto no Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba.

Consulta no currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/1324971371300072

13. METODOLOGIA DE ENSINO:

13.1 **Os Multimeios**: A modalidade do Curso será a do Ensino a Distância. Trata-se de uma tecnologia educacional baseada na contribuição científica contemporânea no âmbito dos multimeios de comunicação adotada para cursos a distância. Usamos a plataforma Moodle. Há momentos presenciais obrigatórios, conforme previsto pelo MEC, incluindo-se nestes momentos, as avaliações somativas.

13.2 **Home Page**: ambiente interativo no *site* para facilitar a comunicação à distância entre alunos, tutores e administradores, favorecendo o acompanhamento permanente, a troca de experiências e os exercícios. Serão ferramentas do *site*:

- Janela para troca de mensagens entre todos os participantes e entre estes e os capacitadores
- Espaço tira-dúvidas, para ser respondido pelos Tutores
- Exercícios formativos de múltipla escolha
- Janela de Dicas (dos Tutores)
- Espaço para *Forum* de discussão
- Cadastro de todos os cursistas com respectivos endereços
- Links, bibliografia e material complementar
- Mural de avisos
- Biblioteca.

13.3 Serão disponibilizados no *site* os núcleos temáticos do curso, cada um versando sobre um subtema na área de Globalização, Justiça e Segurança Humana, conforme visto no conteúdo programático; orientações; e cronograma de todas as suas atividades acadêmicas. Os multimeios serão dinamizados por tutores e administradores do *site.* Os tutores e conteudistas são fundamentais ao acompanhamento, avaliação, alimentação do *site* e da aprendizagem, durante todo o Curso.

13.4 Serão utilizados debate, discussão, estudo de casos, exercícios, exposição oral e vídeo como atividades complementares para uma maior interação entre os participantes, adquirindo uma visão mais ampla dos temas relacionados ao currículo do curso.

14. INTERDISCIPLINARIDADE: O curso compreende uma visão global a respeito de direito internacional em campos sensíveis para a paz global, envolvendo direitos humanos, democracia, sustentabilidade e segurança nas relações humanas e entre os Estados.

15. ATIVIDADES COMPLEMENTARES: As atividades do projeto estão distribuídas no cronograma físico e resumem-se em:

15.1 **Preparação para a implantação do curso em âmbito nacional:**

- Preparação da *home page* do curso, com a abertura da parte pública do site
- Aquisição de material de consumo, preparação do material didático e de divulgação
- Elaboração do material didático, pelo conteudista
- Revisão dos módulos e das disciplinas
- Inscrições
- Planejamento da gestão dos recursos
- Organização das turmas
- Comunicação aos candidatos e efetivação das matrículas

15.2 **Implementação do Curso:**

- Realização da Aula Introdutória do curso
- Acompanhamento do processo de aprendizagem e controle de qualidade do curso
- Liberação do acesso à parte privada do *site* do curso
- Realização da avaliação, que se constituirá em momento de acompanhamento e avaliação das disciplinas
- Divulgação dos habilitados à realização do trabalho de conclusão de curso
- Recebimento e avaliação do trabalho de conclusão de curso
- Correção dos trabalhos de conclusão de curso
- Apresentação dos trabalhos de conclusão de curso às bancas examinadoras
- Divulgação dos (as) aprovados (as)
- Encerramento do Curso

15.3 **Elaboração e Apresentação dos Relatórios Finais de Avaliação e Aferição:** Serão elaborados pelo Orientador Pedagógico e os responsáveis pelo projeto.

16. TECNOLOGIA EMPREGADA:
16.1 Aulas presenciais: data show e tradução simultânea
16.2 Aulas a distância: plataforma Moodle

17. INFRAESTRUTURA

- salas de aula, com 35 lugares cada
- auditório com 150 lugares, cabines para áudio, vídeo e tradução simultânea
- saguão para coffee-break, eventos e exposições
- salas de apoio
- centro de documentação
- laboratórios de informática
- biblioteca
- serviço de reprografia
- copas
- serviço médico-ambulatorial
- amplas áreas de estacionamento
- lanchonete

18. CRITÉRIO DE SELEÇÃO: O Processo de seleção consistirá na análise do *curriculum vitae,* obedecendo aos seguintes critérios, em ordem de precedência:

- Candidatos com atuação no MPU ou em uma das instituições parceiras, em área correlata à de conhecimento específico deste curso.
- Candidatos que tenham exercido atividades comprovadamente correlacionadas à área de conhecimento específico do curso (participação em projetos de pesquisa, projetos de extensão universitária, publicações etc).

18.1 Em caso de empate, terá preferência o mais antigo no MPU. Persistindo o empate, terá preferência o participante com maior tempo de serviço público.

18.2 O resultado do processo seletivo será divulgado pela Internet, na página da ESMPU, no *link* “inscrições e resultados.

19. MATRÍCULA: Para efetuar a matrícula, o candidato selecionado deverá apresentar ao Núcleo de Registro Acadêmico – NURA (61 3313-5128) a seguinte documentação:

- diploma de graduação - cópia e original ou fotocópia autenticada
- fotocópia da carteira de identidade e CPF
- uma foto 3x4
- comprovante de quitação do serviço militar
- termo de compromisso devidamente preenchido e assinado, para os membros do MPU

19.1 A não efetivação da matrícula dentro do prazo fixado será entendida como desistência por parte do candidato selecionado, podendo a orientação pedagógica autorizar a convocação de candidatos suplentes para ocupar as vagas existentes, desde que preencham os requisitos de seleção.

20. SISTEMA DE AVALIAÇÃO: O sistema de avaliação de cada disciplina será definido pelo capacitador responsável pela disciplina, seguindo, na etapa a distância, critérios definidos em documento especialmente elaborado para tal. Avaliação presencial, provas e trabalho de conclusão de curso.

21. CONTROLE DE FREQUÊNCIA: O controle da frequência e a validação da participação, de cada participante, serão efetivados pelo capacitador, nos encontros presenciais e pelos tutores e Orientador Pedagógico nos encontros virtuais, ocorrendo ao final de cada disciplina. Para receber o certificado de conclusão do curso, os participantes deverão ter frequência mínima de 75% e aprovação com menção igual ou superior que 7 (sete), em cada disciplina, além da apresentação e aprovação do trabalho de conclusão de curso. As participação nas atividades assíncronas serão computadas como frequência na disciplina.

22. TRABALHO DE CONCLUSÃO:

22.1 O participante deverá elaborar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na extensão média de 10.000 palavras no corpo do texto.

22.2 O TCC deverá ser entregue em formato eletrônico até a data de 29 de março de 2013, até às 23h55min, via plataforma virtual do curso.

22.3 A avaliação do TCC será realizada por banca examinadora composta por dois capacitadores, com parecer escrito.

22.4 Não serão dispensados os participantes que, no decorrer das aulas, usufruírem de dispensa, licenças ou que estiverem inseridos em outras hipóteses que importem no afastamento de suas atividades laborais.

22.5 A ESMPU poderá publicar os trabalhos de conclusão do curso mediante autorização prévia do participante.

23. CERTIFICAÇÃO: Os certificados serão emitidos pela Escola Superior do Ministério Público da União e entregues no prazo de 180 dias, a contar da data de aprovação do trabalho de conclusão de curso.

24. CUSTEIO: A Escola Superior do Ministério Público da União não arcará com custeio de passagens, diárias, hospedagens e alimentação ou bolsa-auxilio.

4- REGULAMENTO DO CURSO DE INGRESSO E VITALICIAMENTO

Ministério Público da União

O CONSELHO ADMINISTRATIVO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, no cumprimento de suas atribuições legais e regimentais, aprova o presente Regulamento do Curso de Ingresso e Vitaliciamento do Ministério Público da União, de acordo com as normas a seguir.

Seção I
Das Normas Gerais

Art. 1º A ESMPU promoverá Curso de Ingresso e Vitaliciamento para os novos membros do Ministério Público da União, em cumprimento ao disposto no art. 3º, I, da Lei n. 9.628, de 14 de abril de 1998, e no art. 93, IV, da Constituição da República, aplicável por força do art. 129, § 4º, ambos com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 45, de 8 de dezembro de 2004.

Art. 2º O Curso de Ingresso e Vitaliciamento terá carga horária de 225 horas-aula, parte das quais destinada à fase oferecida por ocasião do ingresso dos novos membros, e outra, a atividades tendentes a oferecer subsídios ao Conselho Superior do respectivo ramo do Ministério Público da União para vitaliciamento, nos termos da Constituição e da Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993.

§ 1º A fase de ingresso terá caráter presencial e a fase destinada ao vitaliciamento será preferencialmente realizada mediante técnicas de ensino a distância.
§ 2º Cada hora-aula compõe-se de 60 (sessenta) minutos.

Seção II
Da Coordenação

Art. 3º Por sugestão do Diretor-Geral e ouvido o respectivo Coordenador de Ensino, o Conselho Administrativo designará coordenador, titular e suplente, para o Curso de Ingresso e Vitaliciamento de cada ramo.

Parágrafo único. O coordenador do Curso de Ingresso e Vitaliciamento deverá possuir titulação mínima de mestre e estar no pleno exercício das atividades funcionais.

Art. 4º Incumbe ao coordenador do Curso de Ingresso e Vitaliciamento:

I. acompanhar o curso e zelar por seu bom desenvolvimento;
II. sugerir ao Conselho Administrativo os docentes, os avaliadores e o corpo adjunto;
III. elaborar e ajustar a grade horária do curso;
IV. organizar as atividades do curso;
V. acompanhar o processo de avaliação do curso, assinando os termos de controle acadêmico;
VI. receber consultas dos participantes e decidir acerca de assuntos acadêmicos do curso;
VII. apresentar relatório final do curso ao Conselho Administrativo;
VIII. propor à ESMPU as medidas necessárias ao aperfeiçoamento de cursos futuros.

Seção III
Do Conteúdo

Art. 5º A fase de ingresso propiciará aos novos membros visão geral da estrutura do respectivo ramo do Ministério Público da União e, sobretudo, oferecerá subsídios práticos para futuro trabalho, nas principais áreas de atuação do órgão.

Art. 6º A fase de vitaliciamento aperfeiçoará as habilidades dos novos membros para a atuação profissional e reunirá subsídios acerca dos participantes, a serem enviados ao Conselho Superior do respectivo ramo para vitaliciamento.

Art. 7º A fase de vitaliciamento será estruturada em disciplinas, sob responsabilidade de docentes cadastrados pela ESMPU que proporão ao coordenador do curso o plano de atividades.

§ 1º O plano de atividades de cada disciplina será enviado ao coordenador do Curso de Ingresso e
Vitaliciamento pelo menos 30 (trinta) dias antes da data prevista para o seu início.
§ 2º O docente indicará no plano de atividades da disciplina o horário específico de atendimento aos participantes do curso, por telefone ou meio eletrônico, ao menos uma vez por semana, enquanto durar a disciplina, exceto nas presenciais.
§ 3º As disciplinas poderão ter cargas horárias distintas.
§ 4º Os docentes da fase de vitaliciamento serão os responsáveis por ministrar as disciplinas.
§ 5º Os docentes poderão propor à ESMPU a participação de auxiliares na administração da disciplina.

Art. 8º A estrutura e o conteúdo das disciplinas serão sugeridos pelo Coordenador de Ensino de cada ramo que, ouvidas as Secretarias de Ensino e Pesquisa e de Administração e Tecnologia, os encaminhará ao Conselho Administrativo para aprovação.

Art. 9º O material bibliográfico básico indicado pelo docente da disciplina, de caráter obrigatório, será de acesso livre ou de reprodução autorizada. Os livros devem estar disponíveis na rede de bibliotecas do Ministério Público da União.

§ 1º O material bibliográfico básico será em língua portuguesa ou espanhola.
§ 2º O docente poderá indicar quaisquer materiais e obras, em qualquer língua, como leitura suplementar, de caráter não obrigatório.

Seção IV
Da Avaliação

Art. 10. O desempenho no Curso de Ingresso e Vitaliciamento será avaliado mediante julgamento de trabalho escrito e inédito, sobre tema abordado na fase de vitaliciamento, com a extensão variável entre 5.000 e 10.000 palavras, apresentado no prazo fixado no plano de atividades.

§ 1º Para efeito do trabalho final referido no caput não serão aceitas peças processuais, verdadeiras ou simuladas.
§ 2º Os participantes enviarão o trabalho final, por meio eletrônico, à Divisão de Avaliação (DIAV) da ESMPU, que adotará rotinas para ocultar-lhe a autoria e, em seguida, o remeterá aos avaliadores, que o devolverão à Escola após a avaliação.
§ 3º O participante declarará a autoria intelectual do trabalho final.
§ 4º O trabalho final, não identificado, será examinado por dois avaliadores cadastrados na ESMPU, cuja identidade, preferencialmente, não será conhecida pelo autor do trabalho, até a entrega dos resultados.
§ 5º Os avaliadores, selecionados entre os professores cadastrados na ESMPU (art. 12), não poderão ter ministrado disciplina no curso.
§ 6º Cada avaliador apresentará seu parecer por escrito e em separado para cada trabalho final, e, na hipótese de divergência, o Conselho Administrativo designará um terceiro avaliador para desempate.
§ 7º A avaliação do desempenho no curso far-se-á mediante as seguintes menções:
a) "membro sem participação", o que não houver apresentado o trabalho;
b) "membro com participação", aquele que não logrou aproveitamento; e
c) "membro com participação e aproveitamento".
§ 8º Na hipótese de o trabalho final receber a qualificação "membro com participação", cada avaliador registrará os motivos para tanto, dos quais dará conhecimento ao participante, que poderá apresentar pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias.
§ 9º Indeferida a reconsideração em decisão fundamentada, caberá, no prazo de 10 (dez) dias, recurso ao Conselho Administrativo.

§ 10. A equipe de avaliadores será a mesma para os participantes de cada disciplina.

Art. 11. No Curso de Ingresso e Vitaliciamento não se aproveitarão estudos, títulos, graus, cursos e disciplinas cursadas em outras instituições, para fins de equivalência.

Seção IV
Do Corpo Docente

Art. 12. O corpo docente será composto por professores integrantes do Ministério Público da União ou por professores contratados, cadastrados na ESMPU, considerados a especialização, a titulação e o notório saber.

Seção V
Das Disposições Finais

Art. 13. O Curso de Ingresso e Vitaliciamento deverá estar concluído no máximo 16 (dezesseis) meses após a posse do novo membro.

Art. 14. Ao final do Curso de Ingresso e Vitaliciamento, o trabalho final, com a respectiva qualificação e observações, será enviado à Corregedoria-Geral do respectivo ramo do Ministério Público da União.

Art. 15. Os casos omissos serão decididos pelo Diretor-Geral da ESMPU, com recurso ao Conselho Administrativo.

Art. 16. Este regulamento entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço do Ministério Público da União.

Brasília (DF), 11 de dezembro de 2006.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Subprocurador-Geral da República
Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União

5- TERMOS DE COOPERAÇÃO

N.	Órgão	Vencimento			Objeto
		Ano	Mês	Dia	
1	**Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ)**	2011	5	23	Cooperação acadêmica e intercâmbio técnico, científico e cultural, com atividades de ensino e pesquisa, desenvolvimento de projetos específicos voltados para a formação de recursos humanos e incentivo a estudos avançados.
2	**Escola Superior de Defensoria Pública da União (ESDPU)**	2011	5	27	Estímulo à troca de experiências e o intercâmbio de atividades acadêmicas desenvolvidas pelas partes.
3	**Centro de Estudos Judiciários do Conselho de Justiça Federal (CJF)**	2011	6	6	Estabelecimento de programas de cooperação acadêmica e intercâmbio técnico-científico e cultural, com atividades de ensino e extensão de interesse comum, tais como: cursos, palestras, simpósios, seminários e outros, voltados para a formação de recursos humanos e incentivo a estudos avançados, com a promoção ou realização de cursos, seminários e outros modalidades de estudo.
4	**Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS)**	2011	8	23	Desenvolvimento de atividades integradas em áreas de interesse comum, visando o treinamento, desenvolvimento e educação dos recursos humanos e o aprimoramento das partes e das populações por elas atendidas.
5	**Instituto de Fiscalização e Controle (IFC)**	2011	11	21	Cooperação técnica e intercâmbio científico e cultural para intercâmbio metodológico e de informações e experiências relevantes ao desenvolvimento das missões institucionais das partes.
6	**Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)**	2011	12	1	Cooperação acadêmica e cooperação acadêmica e técnica, voltada ao desenvolvimento de estudos e pesquisas e à realização de eventos acadêmicos, como palestras, seminários, grupos de pesquisa e cursos de pós-graduação, em torno de temas relacionados ao MP.
7	**Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (FESMPDFT)**	2012	2	10	Estabelecimento de programas de cooperação acadêmica e intercâmbio técnico-científico e cultural, com atividades de ensino e extensão de interesse comum, tais como cursos, palestras, simpósios, seminários e outras modalidades de estudo, voltados para a formação de recursos humanos.
8	**Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)**	2012	3	19	Desenvolvimento de pesquisas de comum interesse, promoção de treinamento de capital social de suporte às ações do MPU; capacitação e aperfeiçoamento de membros do MPU; criação de marco fundamental legal a futuros projetos de cooperação técnica, desenvolvimento de iniciativas para melhorar o diálogo da instituição com segmentos da sociedade; e desenvolvimento de cooperação técnica entre as partes.

N.	Órgão	Vencimento			Objeto
		Ano	Mês	Dia	
9	**Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT)**	2012	6	11	Realização do CIV MPDFT
10	**Universidade de Sevilla - Espanha**	2013	1	26	Cooperação acadêmica, científica e cultural
11	**Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)**	2013	2	11	Desenvolvimento de atividades integradas em áreas de interesse comum, visando o treinamento, desenvolvimento e educação dos recursos humanos e o aprimoramento das atividades institucionais das partes.
12	**Escola Superior de Direito Constitucional (ESDC)**	2013	5	19	Aperfeiçoamento cultural e profissional dos membros e servidores do MPU, por meio de desenvolvimento de programas e projetos de pesquisa na área jurídica, ensino e extensão de interesse comum, com a promoção ou realização de cursos, seminários e outras modalidades de estudo, inclusive troca de informações.
13	**Fundação Universidade de Brasília (FUB)**	2013	8	4	Implementação de programas, projetos e atividades de ensino / pesquisa e extensão, bem como o intercâmbio de informações científicas e tecnológicas envolvendo as diversas áreas do conhecimento humano.
14	**Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (CEAF-SC)**	2013	12	3	Estabelecimento de formas de cooperação para intercâmbio de atividades e experiências técnico-operacionais na área de EAD.
15	**Associação Brasileira das Universidades Comunitárias - ABRUC**	2014	5	12	Formalização de instrumento para estimular a troca de experiências e o intercâmbio de atividades acadêmicas desenvolvidas pelas partes.
16	**Moçambique - Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ)**	2014	5	21	Estímulo à a troca de experiências e o intercâmbio de atividades acadêmicas desenvolvidas pelas partes.
17	**Universidade RUHR de Bochum - Alemanha**	2014	9	17	Cooperação com projetos específicos no campo do direito, incluindo programas educacionais, projetos de pesquisa e ensino, além de intercâmbio geral destinado a membros do MPU e a alunos e professores da Universidade.
18	**Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo (APAE-SP)**	duração indeterminada			Cooperação em atividades de ensino, pesquisa e prestação de serviços à comunidade, para qualificação e capacitação na área do Direito.
19	**Fundação Instituto Brasileiro de Direito Militar Humanitário (IBDMH)**	duração indeterminada			Viabilização de condições técnicas e materiais para a realização de cursos de adaptação, extensão e especialização, ciclos de estudo, simpósios, seminários, congressos, palestras e outras atividades assemelhadas, especialmente para organização, execução, promoção e patrocínio de eventos sobre temas específicos à área de atuação dos membros do MPU, bem como capacitar os servidores.



6- RELAÇÃO DOS PROJETOS DE PESQUISA

MPF

TÍTULO	INÍCIO	CONCLUSÃO	PESQUISADOR	MATERIAL ENCAMINHADO	OBS.
Celebração do compromisso de ajustamento de conduta no âmbito do MPF: diagnose e perspectivas	Abr/2005	Abr/2006	Geisa de Assis Rodrigues	Relatório final impresso e anexo	
Implementação da convenção sobre o combate à corrupção de funcionários públicos estrangeiros em transações comerciais internacionais	16/03/2005	1º/12/2005	Luiza Cristina Frischeisen	Minuta do rel. no final do processo 0.01.000.000053/2006-97	.
Pesquisa aplicada voltada para avaliar os resultados da atuação do MP e publicação dos resultados	16/03/2005	1º/12/2005	Luiza Cristina Frischeisen Marcelo Moscogliato		
Eficácia e cumprimento dos TAC e das decisões judiciais em matéria ambiental	02/01/2006	01/06/2007	Sandra Cureau	Relatório final impresso	
Ações coletivas: cadastro e análise crítica	Abr/2006	Dez/2006	Ana Cristina Bandeira Lins (Coord.) Maria Caetana Cintra Santos	Relatório final impresso e 2 CDs	
Ministério Público na América do Sul - Equador - Fase I	29/06/2006	31/12/2006	Roberto Moreira de Almeida	Relatório final impresso e CD com as seguintes pesquisas: Equador, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru, Uruguai	
Ministério Público na América do Sul - Chile - Fase I	29/06/2006	31/12/2006	Samuel Miranda Arruda	Relatório final impresso	
Ministério Público na América do Sul - Venezuela - Fase I	29/06/2006	31/12/2006	Marylucy Santiago Barra	Relatório final impresso	
Ministério Público na América do Sul - Peru - Fase I	29/06/2006	31/12/2006	Márcio Barra Lima	Relatório final impresso	
Ministério Público na América do Sul - Colômbia - Fase I	29/06/2006	31/12/2006	Carolina de Gusmão Furtado	Relatório final impresso, 4 apostilas e CD	

TÍTULO	INÍCIO	CONCLUSÃO	PESQUISADOR	MATERIAL ENCAMINHADO	OBS.
Ministério Público na América do Sul - Paraguai - Fase I	29/06/2006	31/12/2006	Ricardo Kling Donini	Relatório final impresso	
Ministério Público na América do Sul - Uruguai - Fase I	29/06/2006	31/12/2006	Enrico Rodrigues de Freitas	Relatório final impresso	
Ministério Público na América do Sul - Argentina - Fase I	29/06/2006		Vladimir Barros Aras		
O Ministério Público e a promoção dos direitos fundamentais sociais	Ago/2006	Jan/2008	Paulo Gilberto Cogo Leivas	Relatório final impresso	
Defensorias del Pueblo Sul-Americanas - Argentina - Fase II	Mar/2007	Set/ 2007	André de Carvalho Ramos	Relatório final impresso, livros e publicações Of. 015/2008/AC-ASCJI	
Defensorias del Pueblo Sul-Americanas - Bolívia - Fase II	Mar/2007	Set/ 2007	Bruno Freire de Carvalho Calabrich	Relatório final impresso- Of. MPF/PR /SE GAB-BC N. 264/2009	
Defensorias del Pueblo Sul-Americanas - Colômbia - Fase II	Mar/2007	Set/ 2007	Duciran Van Marsen Farena	Relatório final impresso	
Defensorias del Pueblo Sul-Americanas - Peru - Fase II	Mar/2007	Set/ 2007	Elisandra de Oliveira Olimpio	Relatório final impresso	
Defensorias del Pueblo Sul-Americanas - Paraguai - Fase II	Mar/2007	03/03/2009	Mauro Cichowski dos Santos	Relatório final impresso	
Defensorias del Pueblo Sul-Americanas - Equador - Fase II	Mar/2007	Set/ 2007	Luciana Loureiro Oliveira	Rel., 2 anexos, 3 cartazes, materiais diversos, 2 revistas e apostila (Convenção) em Braile	
Os Ministérios Públicos da comunidade de países de Língua Portuguesa - Portugal - Fase III	Out/2007	Nov/2008	Andrea Henriques Szilard	Relatório final impresso	
Os Ministérios Públicos da comunidade de países de Língua Portuguesa - Angola - Fase III	Out/2007	Nov/2008	Frederico Lugon Nobre	Relatório final impresso	

TÍTULO	INÍCIO	CONCLUSÃO	PESQUISADOR	MATERIAL ENCAMINHADO	OBS.
Os Ministérios Públicos da comunidade de países de Língua Portuguesa - Moçambique - Fase III	Out/2007	03/03/2009	Ela Wiecko V. de Castilho	Relatório final impresso, CD e outros materiais bibliográficos - Of. 01/2009	
Os Ministérios Públicos da comunidade de países de Língua Portuguesa - Cabo Verde - Fase III	Out/2007	Nov/2008	Solange Mendes de Souza	Relatório final impresso, CD, livros e apostilas-.Doc.445/2009	
Os Ministérios Públicos da comunidade de países de Língua Portuguesa - Guiné-Bissau - Fase III	Out/2007		Carlos Vinicius Soares Cabeleira		
Os Ministérios Públicos da comunidade de países de Língua Portuguesa - São Tomé e Príncipe - Fase III	Out/2007		Álvaro Luiz de Mattos Stipp		
Os Ministérios Públicos da comunidade de países de Língua Portuguesa - Timor Leste - Fase III	Out/2007		Maria Emília Moraes de Araújo		
Criminalização das rádios comunitárias: desafio à proteção do direito à comunicação	Jul/2007	Mar/2008	Ela Wiecko V. de Castilho	Relatório final impresso, entregue ao Dr. Odim Brandão Ferreira	
Perfil socioprofissional e concepções de política criminal do Ministério Público Federal	01/12/07	08/12/08	Humberto Jacques	Relatório final impresso, entregue ao Dr. Odim Brandão Ferreira	
Criminalização e Situação penal dos índios no Brasil	Abr/2007	Jan/2008	Deborah Macedo Duprat	Relatório final impresso	
Processos de criminalização indígena em Roraima / Brasil	Jan/2008	30/03/2009	Deborah Macedo Duprat	Relatório final impresso	
A recomendação como meio de atuação resolutiva do Ministério Público: cabimento, requisitos e potencialidades	Mar/2008	Mar/2009	Alexandre Amaral Gavronski e Geisa de Assis Rodrigues	Relatório final entregue somente em CD	

MPT

TÍTULO	INÍCIO	CONCLUSÃO	PESQUISADOR	MATERIAL ENCAMINHADO	OBS.
Ações coletivas no TST: ações ajuizadas no MPT	02/05/05	01/12/05	Rodrigo Lacerda Carelli	Relatório final impresso	
A judicialização da política através das ações diretas de inconstitucionalidade	02/05/05	01/12/05	Rodrigo Lacerda Carelli		
Ministério Público do Trabalho, Justiça do Trabalho, Tutela Coletiva e a efetividade dos direitos sociais.		27/06/05	Rodrigo de Lacerda Carelli (coord.), Cássio Luís Casagrande Paulo G. Santos Perissé		
Dezessete anos de judicialização da política	2005		Luiz Werneck Vianna (coord.), Marcelo Baumann, Paula Martins	Relatório final impresso	
MPT como instância extrajudicial de solução de conflitos - MPT e Sindicatos	02/05/05	01/12/05	Rodrigo de Lacerda Carelli	Relatório final impresso	
Ações Civis Públicas no TST: atuação do Ministério Público do Trabalho e dos sindicatos em perspectiva comparada.	2005	27/06/05	Adriane Reis de Araújo, Cássio Luís Casagrande, Ricardo José Macedo de B. Pereira	Relatório final impresso	
Efetividade das ações coletivas nas justiças do trabalho e federal - estudo comparado.	2007		Guadalupe Louro Turos		
O Termo de Ajustamento de Conduta e a efetividade na defesa de direitos humanos.	01/02/07	01/12/08	Sueli Teixeira Bessa	Relatório final impresso	
Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho - o que mudou em Alagoas após os 8 anos de atuação do MPT - setor público e privado.	Jul/2007	01/06/09	Rita de Cássia Tenório Mendonça	Relatório final impresso - Despacho ref. Doc. 1153/2009	
A atuação do MPT ante o suposto de exploração de trabalhadores brasileiros no exterior: Portugal e Espanha	2008		Pedro Luiz Gonçalves Serafim		

TÍTULO	INÍCIO	CONCLUSÃO	PESQUISADOR	MATERIAL ENCAMINHADO	OBS.
A proteção dos direitos sociais dos trabalhadores indígenas e não indígenas nas usinas de álcool e açúcar do Estado do MS	Jan/2009		Simone Beatriz de Assis Rezende		

MPM

TÍTULO	INÍCIO	CONCLUSÃO	PESQUISADOR	MATERIAL ENCAMINHADO	OBS
Memórias do MP	2005		Adriana Lorandi e Ricardo de Brito Freitas		
O Ministério Público Militar nos países de língua portuguesa - Moçambique	Set/2008	Set/2009	Marcelo Weitzel Rabello de Souza	Relatório final impresso e CD	
O Ministério Público Militar nos países de língua portuguesa - Portugal	Set/2008	Set/2009	Mário Sérgio Marques Soares	Relatório final impresso	
O Ministério Público Militar nos países de língua portuguesa - Timor Leste	Set/2008	Set/2009	Alexandre Reis de Carvalho	Relatório final impresso, CD e outras publicações (Despacho referente ao doc. n.1027/2009)	
O Ministério Público Militar nos países de língua portuguesa - Cabo Verde	Set/2008	Set/2009	Soel Arpini	Relatório final impresso e CD Despacho ref.doc. n. 1116/2009)	
O Ministério Público Militar nos países de língua portuguesa - Angola	Set/2008	Set/2009	Antônio Pereira Duarte	Pesquisa final impresso em 2 volumes, DVD e CD	
O Ministério Público Militar nos países de língua portuguesa - São Tomé e Príncipe	Set/2008	Set/2009	Edmar Jorge de Almeida	Pesquisa impressa e anexos	
O Ministério Público Militar nos países de língua portuguesa - Guiné-Bissau	Set/2008	Set/2009	Sérgio de Saldanha da Gama Júnior	Relatório final impresso e CD Memorando 1548/2009	

MPDFT

TÍTULO	INÍCIO	CONCLUSÃO	PESQUISADOR	MATERIAL ENCAMINHADO	OBS.
Perfil dos adolescentes que morreram enquanto cumpriam medida socioeducativa de internação semi-liberdade e liberdade assistida	Dez/2005	Jul/2006	Anderson Pereira de Andrade	Relatório final impresso	
O papel da comunidade na aplicação e execução da justiça penal	Abr/2005	Mar/2007	Alessandra Campos Morato		
O papel da comunidade na aplicação e execução da justiça penal	Abr/2006	Dez/2006	Luisa de Marillac Xavier dos Passos Pantoja	Pesquisa publicada pela ESMPU em livro	
Análise dos instrumentais de aplicação em medidas alternativas: Relatório de Investigação Social (RIS) e Relatório de Evolução da Execução da Medida (REEM)		Ago/2008	Vera Lúcia Holanda Lemos Araújo	Relatório final impresso	
Análise da relação sistema de justiça criminal e violência doméstica contra a mulher: a perspectiva de mulheres em situação de violência e dos profissionais responsáveis por seu acompanhamento.	2006	2007	Alessandra Campos Morato	Relatório final impresso Pesquisa publicada pela ESMPU em livro	
Roubo e furto no DF: avaliação da efetividade das sansões não-privativas de liberdade (Eficácia concreta das medidas alternativas)	Jun/2006	Set/2007	Fabiana Costa Oliveira Barreto	Relatório final impresso	
A contraposição entre o princípio da celeridade, prevista na Lei Federal 9.099/95, e a efetividade na aplicação concreta das medidas alternativas	2006		Fabiana Costa Oliveira Barreto		
Construção da rede comunitária de apoio às medidas alternativas do Distrito Federal: uma investigação interventiva	Jun/2007	21/05/2010	Luisa de Marillac Xavier dos Passos Pantoja	Relatório final impresso SIE n. 000570/2010 Aguarda publicação em livro	
A intervenção multidisciplinar e a rede local de proteção à mulher em situação de violência doméstica: conquistas e desafios	Mar/2008	Dez/2009	Alessandra Campos Morato	Relatório final impresso	

MPDFT

TÍTULO	INÍCIO	CONCLUSÃO	PESQUISADOR	MATERIAL ENCAMINHADO	OBS.
A atuação da Promotoria da Infância e da Juventude no DF na garantia do direito e convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente	Ago/2008	Dez/2009	Luisa de Marillac Xavier dos Passos Pantoja	Relatório final impresso - em análise no Conselho Editorial, para publicação pela ESMPU em livro	
Conciliação e conflito no sistema penal: da operacionalidade do sistema penal à demanda pela intervenção penal	Ago/2008	Dez/2009	Fabiana de Assis Pinheiro	Relatório final impresso	

ESMPU

TÍTULO	INÍCIO	CONCLUSÃO	PESQUISADOR	MATERIAL ENCAMINHADO	OBS.
Pesquisa de campo para levantamento de necessidades fundamentais da população da Ilha de Marajó	Nov/2009	Ago/2010	IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura	Pesquisa em andamento	
Pesquisa-ação "Interlocução com grupos sociais"	Fev/2011	Mar/2012	Universidade Católica de Brasília	Pesquisa em andamento	

______7- REGULAMENTO GERAL DAS ATIVIDADES DE PESQUISA_____

CAPÍTULO I
DA CARACTERIZAÇÃO, DOS OBJETIVOS E DO OBJETO

Art. 1º A presente norma visa a regulamentar e a disciplinar as atividades de pesquisa custeadas pela ESMPU e desenvolvidas por iniciativa de Membros e Servidores do MPU.

Art. 2º Os projetos de pesquisa têm como objetivo o desenvolvimento e a capacitação do corpo funcional do MPU, bem como o incentivo à produção de conhecimento jurídico e à promoção da interdisciplinaridade com outras áreas do saber.

Art. 3º O objeto dos Projetos de Pesquisa deve ser correlato a temas de interesse institucional, tais como assuntos relacionados às diversas áreas do Direito ou à natureza, história e estudo de caso dos órgãos ligados, direta ou indiretamente, ao Ministério Público da União.

CAPÍTULO II
DA DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PESQUISA

Art. 4º A ESMPU deverá divulgar, mediante edital, as atividades de pesquisa, em que constarão informações básicas, tais como: montante do recurso para o exercício; valor máximo para cada proposta e forma de participação; cronograma para recebimento de propostas, análise e julgamento e demais dados relevantes.

Parágrafo único. O prazo para apresentação das propostas, a partir da publicação do edital, deverá ser de, no mínimo, 30 (trinta) dias, podendo, a critério da Direção Geral, ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias.

CAPÍTULO III
DAS LINHAS DE PESQUISA

Art. 5º Serão consideradas áreas prioritárias de pesquisa, sem ordem de precedência:

I - todas as linhas de pesquisa relacionadas (direta ou indiretamente) com os cursos de pós-graduação patrocinados ou oferecidos pela Escola;
II - as linhas de pesquisa cujo escopo seja a descoberta de conhecimento capaz de proporcionar maior efetividade, eficácia e eficiência jurídica em nosso país;
III - as linhas voltadas às atividades-fim do Ministério Público;
IV – as linhas que tratem de assuntos referentes à memória ou história dos órgãos integrantes do MPU.

CAPÍTULO IV
DA PARTICIPAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

Art. 6º O projeto de pesquisa poderá ser proposto por membro ou servidor em atividade do Ministério Público da União, de forma individual ou coletiva.

§1° As propostas devem ser enviadas à ESMPU, valendo como prazo a data de postagem ou a data do protocolo de envio.

§2° A ESMPU indicará o coordenador da pesquisa, após a aprovação do projeto pelo Conselho Administrativo.

§3° Compete ao coordenador da pesquisa:

I - responsabilizar-se pelo desenvolvimento da pesquisa;
II - zelar pela qualidade didático-pedagógica da pesquisa;
III - cumprir, no prazo estipulado, os objetivos propostos no projeto de pesquisa;
IV - informar à ESMPU alterações eventualmente ocorridas no decorrer do desenvolvimento do projeto;
V - apresentar relatórios periódico e final sobre a pesquisa desenvolvida.

Art. 7º Os projetos de pesquisa deverão conter, no mínimo:

I - nome, cargo, matrícula, unidade, endereço, telefone e e-mail do(s) proponente(s);
II - coordenador da pesquisa;
III - título e identificação do projeto com informações sobre o tema;
IV - indicação de parceria e forma de execução do acordo, quando houver;
V - justificativa, objetivo(s), metodologia, cronograma de atividades, previsão e descrição das despesas, referências conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e assinatura com carimbo do proponente.

Parágrafo único. Os projetos de pesquisa poderão ser apresentados de acordo com o modelo sugerido no Anexo I.

Art. 8º Depois de recebidos e protocolados, os projetos serão encaminhados à respectiva Coordenação de Ensino do proponente para verificação de relevância e, posteriormente, submetidos ao Conselho Administrativo da Escola, para análise e deliberação.

Parágrafo único. O Conselho, por meio de decisão devidamente fundamentada, poderá aprovar integral ou parcialmente os projetos, rejeitá-los ou, ainda, propor alterações aos autores, definindo prazo para reapresentação das propostas.

Art. 9º Para o desenvolvimento das atividades de pesquisa, a ESMPU, observada a legislação de regência, poderá celebrar acordos de cooperação técnico-científica, convênios, bem como contratar historiadores, pesquisadores, tradutores e outros serviços especializados, de pessoa física ou jurídica.

Art. 10 Os projetos de pesquisa terão duração máxima de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pelo Conselho Administrativo da ESMPU.

§ 1º O pesquisador ou coordenador da pesquisa deverá apresentar à ESMPU relatório semestral da pesquisa, com informações detalhadas sobre os recursos utilizados.

§ 2º Os relatórios, de caráter quantitativo e qualitativo, deverão informar, dentre outros dados, a etapa em que se encontra o estudo, o andamento da pesquisa, gastos efetuados com pessoal, material etc.

§ 3º O pesquisador ou coordenador da pesquisa poderá apresentar, ainda, no relatório final, sua produção científica e acadêmica relacionada com o tema da pesquisa, no que se refere à publicação de livros e artigos em periódicos acadêmicos, à apresentação de trabalhos em eventos, monografias, dissertações de mestrado ou teses de doutorado e a todas as outras modalidades de produção científica, técnica ou artística, devendo constar obrigatoriamente o apoio institucional ou financeiro da ESMPU.

CAPÍTULO V
DA DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Art. 11 Compete à Secretaria de Planejamento e Projetos da ESMPU:

I – receber e cadastrar projetos de pesquisa;
II – realizar a análise preliminar dos projetos de pesquisa no que tange à coerência entre objetivos, metodologia, resultados esperados e cronograma de execução, compatibilidade da infraestrutura e da equipe executora com a programação estabelecida no projeto, competência e adequação da equipe, compatibilidade do orçamento aos objetivos

propostos, viabilidade técnica e econômica da proposta em relação ao orçamento proposto, impactos dos resultados esperados e benefícios potenciais para a respectiva área de conhecimento e para o MPU;
III – remeter o projeto e análise preliminar à respectiva Coordenação de Ensino para pronunciamento;
IV - solicitar, receber e analisar os relatórios semestrais e monitorar as demais atividades de pesquisa;
V – receber e encaminhar os relatórios finais dos projetos de pesquisa à respectiva Coordenação de Ensino para análise e emissão de parecer;
VI - assessorar as Coordenações de Ensino na definição e implementação de políticas na área de pesquisa;
VII - supervisionar o andamento das pesquisas, verificando o cumprimento do cronograma de atividades.

CAPÍTULO VI
DA SELEÇÃO

Art. 12 A seleção dos Projetos de Pesquisa pelo Conselho Administrativo dar-se-á observando-se, dentre outros, os seguintes critérios:

I - enquadramento do projeto em relação à área de atuação do ramo, segundo as linhas de pesquisa de interesse do MPU;
II – cumprimento dos procedimentos estabelecidos nos itens dos artigos 5º e 7º;
III – relevância institucional, acadêmica e social do projeto;
IV - regularidade do pesquisador com responsabilidades assumidas em projetos anteriores, quando for o caso;
V - produção acadêmica, científica, artística ou cultural resultante de projetos de pesquisas já realizados;
VI – viabilidade orçamentária e de execução do projeto.

CAPÍTULO VII
DOS RECURSOS MATERIAIS E FINANCEIROS

Art. 13 Os recursos destinados às atividades de pesquisa serão utilizados exclusivamente para essa finalidade, cabendo ao Conselho Administrativo da ESMPU deliberar sobre o montante a ser destinado a cada projeto.

§1° O Conselho Administrativo da ESMPU decidirá sobre a destinação de verbas remanescentes provenientes de desistência ou de recursos não utilizados para outros projetos de pesquisa.

§2° Caso haja necessidade, o coordenador da pesquisa requererá à ESMPU a complementação de verba para a finalização do projeto, com antecedência mínima de 3 (três) meses do prazo final para conclusão dos trabalhos, cuja decisão caberá ao Conselho Administrativo.

Art. 14 Os recursos orçamentários e financeiros descentralizados deverão ser utilizados em conformidade com a legislação vigente e as normas adotadas pelo Ministério Público da União.

§ 1º As despesas com execução dos projetos de pesquisa aprovados correrão no exercício à conta de dotação orçamentária constante do Orçamento Geral da União para esse fim.

§ 2º Os valores previstos para exercícios subseqüentes correrão à conta de dotação orçamentária aprovada para aqueles exercícios.

Art. 15 Havendo necessidade de utilização ou de aquisição de material permanente poderá optar-se pela locação temporária desses bens.

Parágrafo único. O valor gasto com despesas de locação não pode ultrapassar o preço do bem locado.

Art. 16 Para contratação ou aquisição de bens e serviços deverá ser observada a legislação vigente, bem como as normas do MPU**.** As demais despesas deverão ser de responsabilidade da instituição de execução do projeto e, quando for o caso, das instituições colaboradoras, a título de contrapartida.

§ 1º A aquisição de qualquer material permanente, mediante procedimento licitatório, ficará sob a responsabilidade da ESMPU.

§ 2º Caso o material permanente tenha sido adquirido com recursos da ESMPU, ou se o material for cedido pela Escola, o responsável pelo projeto, depois de finalizada sua pesquisa, deverá restituí-lo ao patrimônio da Escola, dentro de um prazo de até 1 (um) mês.

CAPÍTULO VIII
DO PESQUISADOR

Art. 17 Compete ao pesquisador:

I - cumprir os objetivos propostos no projeto de pesquisa;
II - informar alterações ocorridas no decorrer do desenvolvimento do projeto;
III - apresentar relatórios periódico e final sobre a pesquisa que está sendo desenvolvida; e

IV - fornecer à Diretoria de Pós-Graduação e Pesquisa exemplares ou cópias das publicações de trabalhos científicos.

CAPÍTULO IX
DA AUTORIA

Art. 18 Quando o projeto de pesquisa conduzir ao registro de patentes ou similares, o registro será efetuado em nome do autor e da ESMPU.

Art. 19 Em toda publicação de resultados de pesquisas patrocinadas pela ESMPU deverá ser citado o nome da Escola.

Art. 20 Os projetos desenvolvidos pela Escola não serão objeto de sigilo no âmbito do MPU por se destinarem ao aprimoramento das atividades institucionais que envolvem necessariamente questões de interesse público direto.

§ 1º Não cabe à ESMPU exercer nenhum tipo de controle ou censura sobre as atividades de pesquisa desenvolvidas pelos ramos do MPU.

§ 2º A reprodução indevida de quaisquer idéias constantes do projeto apresentado é de inteira responsabilidade de quem a realiza.

CAPÍTULO X
DA SUSPENSÃO, DO CANCELAMENTO DOS PROJETOS E DAS PENALIDADES

Art. 21 Os projetos de pesquisa poderão ser temporariamente suspensos, desde que o pedido de suspensão ocorra durante a vigência do prazo previsto, com apresentação da justificativa a ser analisada e aprovada pelo Conselho Administrativo da ESMPU.

Art. 22 Poderá ser solicitada a desistência de projetos de pesquisa dentro do prazo dos 3 (três) primeiros meses após a sua aprovação, desde que o pedido seja devidamente justificado e aceito pelo Conselho Administrativo da ESMPU.

Parágrafo único. Nos casos de desligamento de membro ou servidor do MPU (demissão, exoneração, etc.) ou nos casos de afastamento por longos períodos que prejudiquem a execução do projeto, o pesquisador poderá ser substituído, conforme decisão do Conselho Administrativo.

Art. 23 A solicitação tanto de suspensão quanto de cancelamento dos projetos deverá ser acompanhada do relatório parcial da pesquisa, que contemplará a utilização de carga horária e as despesas já efetuadas.

Art. 24 O pesquisador que desistir do projeto sem apresentar justificativa ou se a justificativa não for devidamente acatada pelo Conselho Administrativo estará impossibilitado de apresentar nova proposta de projeto ou participar de qualquer evento patrocinado pela ESMPU nos próximos 2 (dois) anos que sucedem o ato de desistência, devendo, inclusive, ressarcir ao erário público o valor até então liberado pela ESMPU para execução da pesquisa.

CAPÍTULO XI
DA APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Art. 25 Os resultados deverão ser apresentados em até 90 (noventa) dias após o término da pesquisa, acompanhados de relatório final.

§ 1º O pesquisador em débito com o relatório final ou que não cumprir o prazo estipulado no *caput* ficará impedido de solicitar financiamento para novos projetos de pesquisa da ESMPU até o cumprimento da exigência.

§ 2º O pesquisador em débito com o relatório semestral ficará impedido de apresentar os resultados finais de sua pesquisa.

Art. 26 Ao término do estudo, devem ser entregues à Biblioteca da ESMPU 2 (duas) cópias impressas e encadernadas da pesquisa concluída e 1 (uma) versão eletrônica em arquivo único (formato ***doc***. ou ***pdf***.), bem como um artigo, que poderá ser encaminhado para publicação no Boletim Científico da Instituição.

§ 1º Cabe ao Conselho Editorial a análise e o aceite de artigos ou texto da pesquisa na íntegra para que possam ser publicados.

§ 2º A publicação de livro ou capítulo de livro substitui a apresentação de artigo exigido no *caput*, desde que submetido ao prévio consentimento da ESMPU, na forma do **§ 1º.**

Art. 27 O Diretor-Geral submeterá ao Conselho Administrativo da ESMPU, para conhecimento e deliberação, os resultados finais de cada projeto, juntamente com o parecer escrito do Coordenador de Ensino do respectivo ramo.

Parágrafo único. O Coordenador de Ensino poderá valer-se do apoio de membros e servidores do MPU, previamente cadastrados na ESMPU, para atuar como consultores ou pareceristas *ad hoc*.

Art. 28 A Secretaria de Planejamento da ESMPU elaborará, em cada exercício, relatório de desenvolvimento das pesquisas, encaminhando-o ao Conselho Administrativo para apreciação.

Art. 29 Por proposição do Diretor-Geral, serão realizados seminários para apresentação dos resultados das pesquisas no âmbito do Ministério Público da União.

Art. 30 . As pesquisas efetivadas por intermédio da ESMPU não poderão constituir, total ou parcialmente, monografias, dissertações ou teses de cursos de pós-graduação realizados pelo pesquisador ou por membros de sua equipe.

CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. Os casos omissos serão resolvidos pela Direção-Geral, que poderá submeter suas decisões ao Conselho Administrativo.

Art. 32. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

LINDÔRA MARIA ARAUJO
Subprocuradora-Geral da República
Diretora-Geral da ESMPU

______RESOLUÇÃO N. 1 DE 8 DE ABRIL DE 2011__________________

O DIRETOR-GERAL DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 9º, incisos II, V e VI, da Portaria PGR/MPF n. 485 de 20 de agosto de 2004 (Estatuto da ESMPU), em cumprimento à deliberação do Conselho Administrativo da ESMPU, em reunião de trabalho realizada no dia 22 de março de 2011, resolve:

Art. 1° Os artigos 6°, 7º, 8º, 9°, 10, 11, 13, 21, 22, 27, 28 e 29 da Resolução n. 2, de 03 de maio de 2006, que institui o Regulamento Geral de Atividades de Pesquisa da Escola Superior do Ministério Público da União, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6° O projeto de pesquisa poderá ser proposto por membro ou servidor em atividade do Ministério Público da União, de forma individual ou coletiva.

§1° As propostas devem ser enviadas à ESMPU, valendo como prazo a data de postagem ou a data do protocolo de envio.

§2° A ESMPU indicará o coordenador da pesquisa, após a aprovação do projeto pelo Conselho Administrativo.

§3° Compete ao coordenador da pesquisa:
I - responsabilizar-se pelo desenvolvimento da pesquisa;
II - zelar pela qualidade didático-pedagógica da pesquisa;
III - cumprir, no prazo estipulado, os objetivos propostos no projeto de pesquisa;
IV - informar à ESMPU alterações eventualmente ocorridas no decorrer do desenvolvimento do projeto;
V - apresentar relatórios periódico e final sobre a pesquisa desenvolvida." (NR)

"Art.7°...
II – coordenador da pesquisa;
...." (NR)

"Art. 8º Depois de recebidos e protocolados, os projetos serão encaminhados à respectiva Coordenação de Ensino do proponente para verificação de relevância e, posteriormente, submetidos ao Conselho Administrativo da Escola, para análise e deliberação.

Parágrafo único.." (NR)

"Art. 9° Para o desenvolvimento das atividades de pesquisa, a ESMPU, observada a legislação de regência, poderá celebrar acordos de cooperação técnico-científica, convênios, bem como contratar historiadores, pesquisadores, tradutores e outros serviços especializados, de pessoa física ou jurídica.

§1° Revogado.

§2° Revogado." (NR)

Art. 10. Os projetos de pesquisa terão duração máxima de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pelo Conselho Administrativo da ESMPU.

§ 1º O pesquisador ou coordenador da pesquisa deverá apresentar à ESMPU relatório semestral da pesquisa, com informações detalhadas sobre os recursos utilizados.

§ 2º Os relatórios, de caráter quantitativo e qualitativo, deverão informar, dentre outros dados, a etapa em que se encontra o estudo, o andamento da pesquisa, gastos efetuados com pessoal, material etc.

§ 3º O pesquisador ou coordenador da pesquisa poderá apresentar, ainda, no relatório final, sua produção científica e acadêmica relacionada com o tema da pesquisa, no que se refere à publicação de livros e artigos em periódicos acadêmicos, à apresentação de trabalhos em eventos, monografias, dissertações de mestrado ou teses de doutorado e a todas as outras modalidades de produção científica, técnica ou artística, devendo constar obrigatoriamente o apoio institucional ou financeiro da ESMPU." (NR)

"Art. 11. Compete à Secretaria de Planejamento e Projetos da ESMPU:

I – receber e cadastrar projetos de pesquisa;
II – realizar a análise preliminar dos projetos de pesquisa no que tange à coerência entre objetivos, metodologia, resultados esperados e cronograma de execução, compatibilidade da infraestrutura e da equipe executora com a programação estabelecida no projeto, competência e adequação da equipe, compatibilidade do orçamento aos objetivos propostos, viabilidade técnica e econômica da proposta em relação ao orçamento proposto, impactos dos resultados esperados e benefícios potenciais para a respectiva área de conhecimento e para o MPU;
III – remeter o projeto e análise preliminar à respectiva Coordenação de Ensino para pronunciamento;

IV - solicitar, receber e analisar os relatórios semestrais e monitorar as demais atividades de pesquisa;
V – receber e encaminhar os relatórios finais dos projetos de pesquisa à respectiva Coordenação de Ensino para análise e emissão de parecer;

VI - assessorar as Coordenações de Ensino na definição e implementação de políticas na área de pesquisa;
VII - supervisionar o andamento das pesquisas, verificando o cumprimento do cronograma de atividades.” (NR)

Art. 13. Os recursos destinados às atividades de pesquisa serão utilizados exclusivamente para essa finalidade, cabendo ao Conselho Administrativo da ESMPU deliberar sobre o montante a ser destinado a cada projeto.

§1° O Conselho Administrativo da ESMPU decidirá sobre a destinação de verbas remanescentes provenientes de desistência ou de recursos não utilizados para outros projetos de pesquisa.

§2° Caso haja necessidade, o coordenador da pesquisa requererá à ESMPU a complementação de de verba para a finalização do projeto, com antecedência mínima de 3 (três) meses do prazo final para conclusão dos trabalhos, cuja decisão caberá ao Conselho Administrativo.

§3° Revogado.

§4° Revogado.” (NR)

“Art.17...

VI – Revogado.” (NR)

Art. 21. Os projetos de pesquisa poderão ser temporariamente suspensos, desde que o pedido de suspensão ocorra durante a vigência do prazo previsto, com apresentação da justificativa a ser analisada e aprovada pelo Conselho Administrativo da ESMPU. (NR)

Art. 22. Poderá ser solicitada a desistência de projetos de pesquisa dentro do prazo dos 3 (três) primeiros meses após a sua aprovação, desde que o pedido seja devidamente justificado e aceito pelo Conselho Administrativo da ESMPU. (NR)

“Art. 27. O Diretor-Geral submeterá ao Conselho Administrativo da ESMPU, para conhecimento e deliberação, os resultados finais de cada projeto, juntamente com o parecer escrito do Coordenador de Ensino do respectivo ramo.

Parágrafo único. O Coordenador de Ensino poderá valer-se do apoio de Membros e Servidores do MPU, previamente cadastrados na ESMPU, para atuar como consultores ou pareceristas *ad hoc*. (NR)

Art. 28. A Secretaria de Planejamento da ESMPU elaborará, em cada exercício, relatório de desenvolvimento das pesquisas, encaminhando-o ao Conselho Administrativo para apreciação. (NR)

Art. 29. Por proposição do Diretor-Geral, serão realizados seminários para apresentação dos resultados das pesquisas no âmbito do Ministério Público da União. (NR)

Art. 2° A Resolução n° 2, de 03 de maio de 2006, que institui o Regulamento Geral de Atividades de Pesquisa da Escola Superior do Ministério Público da União, fica acrescida do art. 29-A, com a seguinte redação:

Art. 29-a. As pesquisas efetivadas por intermédio da ESMPU não poderão constituir, total ou parcialmente, monografias, dissertações ou teses de cursos de pós-graduação realizados pelo pesquisador ou por membros de sua equipe.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NICOLAO DINO NETO

__8-REGULAMENTO DE PUBLICAÇÕES E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO__

O DIRETOR-GERAL DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (ESMPU), no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 9º, incisos V e VI, da Portaria PGR/MPF n. 485 de 20 de agosto de 2004 (Estatuto da ESMPU), e considerando a deliberação do Conselho Administrativo, datada de 7 de dezembro de 2010, resolve expedir o seguinte Regulamento de Publicações e Desenvolvimento Científico da ESMPU.

TÍTULO I
DA CARACTERIZAÇÃO E DOS OBJETIVOS

Art. 1º Este Regulamento disciplina as atividades de publicação e de desenvolvimento científico no âmbito da Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU.

Art. 2º Os projetos de publicação e de desenvolvimento científico deverão versar sobre matéria jurídica ou afim.

Art. 3º As publicações editadas pela ESMPU objetivam reunir e disseminar conhecimentos relevantes para qualquer dos ramos do Ministério Público da União, produzidos por seus membros ou servidores ou, ainda, por pessoas alheias a seus quadros.

TÍTULO II
DA COMISSÃO EDITORIAL

Art. 4º A Comissão Editorial da ESMPU abrange:
I – a Câmara Editorial Geral;
II – a Câmara Editorial do Boletim Científico da ESMPU;
III – a Câmara de Desenvolvimento Científico.
Parágrafo único. As Câmaras são independentes entre si.

Capítulo I
Da Câmara Editorial Geral

Art. 5º A Câmara Editorial Geral compõe-se de oito integrantes indicados pelos Coordenadores de Ensino de cada ramo do MPU.

§ 1º Cada Coordenador de Ensino indicará dois integrantes para a Câmara Editorial Geral, sendo pelo menos um deles membro do respectivo ramo, em atividade.

§ 2º Os integrantes da Câmara Editorial Geral serão designados pelo Diretor-Geral, após sua aprovação pelo Conselho Administrativo da ESMPU, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 3º O Coordenador da Câmara Editorial Geral será designado pelo Diretor-Geral da ESMPU, dentre os membros do MPU que a integram.

§ 4º Os integrantes da Câmara Editorial Geral que não forem membros do MPU deverão possuir título de doutor ou mestre.

Art. 6º Compete à Câmara Editorial Geral:
I – examinar conteúdo e forma dos projetos de publicação de caráter científico, sua pertinência às linhas editoriais da ESMPU e conveniência de sua edição;
II – pronunciar-se sobre o público-alvo para subsidiar o Diretor-Geral na definição da modalidade de publicação da obra e sua tiragem;
III – sugerir à Direção-Geral a prioridade das publicações da ESMPU;
IV – propor ao Diretor-Geral representante da Câmara Editorial para execução de coedições, quando necessário, observada, sempre que possível, a pertinência temática.
Parágrafo único. As decisões decorrentes do disposto no inciso I são irrecorríveis.

Capítulo II
Da Câmara Editorial do Boletim Científico da ESMPU

Art. 7º A Câmara Editorial do Boletim Científico da ESMPU compõe-se de oito integrantes indicados pelos Coordenadores de Ensino de cada ramo do MPU.

§ 1º Cada Coordenador de Ensino indicará dois integrantes para a Câmara Editorial do Boletim Científico, sendo pelo menos um deles membro do respectivo ramo, em atividade.

§ 2º Os integrantes da Câmara Editorial do Boletim Científico serão designados pelo Diretor-Geral, após sua aprovação pelo Conselho Administrativo da ESMPU, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 3º O Coordenador da Câmara Editorial do Boletim Científico será designado pelo Diretor-Geral, dentre os membros do MPU que a integram.

§ 4º Os integrantes da Câmara Editorial do Boletim Científico que não forem membros do MPU deverão possuir título de doutor ou mestre.

Art. 8º Compete à Câmara Editorial do Boletim Científico:
I – examinar conteúdo e forma dos artigos científicos encaminhados para publicação no Boletim Científico, sua pertinência às linhas editoriais da ESMPU e conveniência

de sua edição;
II – definir o rol de artigos que irão compor cada edição do Boletim Científico;
III – propor ao Diretor-Geral edições temáticas do Boletim Científico.
Parágrafo único. As decisões decorrentes do disposto no inciso I são irrecorríveis.

Capítulo III
Da Câmara de Desenvolvimento Científico

Art. 9º A Câmara de Desenvolvimento Científico é colegiado de caráter consultivo, de composição multidisciplinar e vinculado à Direção-Geral da ESMPU.

Art. 10 A Câmara de Desenvolvimento Científico compõe-se de oito membros, sendo quatro integrantes dos respectivos ramos do Ministério Público da União, em atividade, e quatro convidados com titulação de doutor ou mestre.

Parágrafo único. Os integrantes da Câmara de Desenvolvimento Científico serão indicados pelos Coordenadores de Ensino dos respectivos ramos do MPU, sendo nomeados pelo Diretor-Geral da ESMPU, após aprovação pelo Conselho Administrativo, e terão mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Art. 11 Compete à Câmara de Desenvolvimento Científico:
I – subsidiar a Administração Superior da ESMPU, propondo linhas pedagógicas, editoriais e de pesquisa científica;
II – sugerir e desenvolver ações referentes à política institucional no que tange aos aspectos pedagógicos, científicos e editoriais.

Parágrafo único. Para o cumprimento das atribuições definidas neste artigo, a Câmara de Desenvolvimento Científico poderá realizar fóruns para análise e discussão de temas relevantes que repercutam na atuação do Ministério Público, com a participação, se for o caso, de especialistas no assunto.

Art. 12 O Coordenador da Câmara de Desenvolvimento Científico é o Diretor-Geral da ESMPU, que poderá delegar esta função a um substituto.

Art. 13 A Câmara de Desenvolvimento Científico reunir-se-á ordinariamente uma vez por semestre e, extraordinariamente, sempre que houver necessidade, por convocação do Diretor-Geral.

TÍTULO III
DAS PUBLICAÇÕES

Capítulo I
Do Objeto

Art. 14 Serão examinados para fins de publicação textos originais de doutrina; textos adaptados de teses e dissertações, manuais temáticos; produtos de atividades acadêmicas e científicas; artigos científicos e resenhas de livros, entre outros considerados pertinentes pela ESMPU.

Art. 15 Somente serão publicadas obras de caráter científico aprovadas pela competente Câmara Editorial da ESMPU.

Parágrafo único. Em caso de acúmulo de projetos submetidos à análise da Câmara Editorial, o Coordenador, ouvido o colegiado, poderá indicar, em caráter excepcional, examinador para avaliação de propostas específicas, as quais se submeterão às mesmas normas fixadas neste regulamento.

Capítulo II
Das Linhas Editoriais

Art. 16 A ESMPU adotará em suas publicações os seguintes critérios editoriais, cumulativamente ou não, segundo precedência variável:

I – linha editorial abrangente de novos pensamentos sobre conhecimentos jurídicos;
II – linha editorial voltada à atividade-fim do Ministério Público (p. ex., manuais de atuação);
III – linha editorial relacionada, direta ou indiretamente, aos cursos de pós-graduação e atividades acadêmicas patrocinados ou oferecidos pela ESMPU, bem como às pesquisas nela realizadas;
IV – linha editorial cuja disseminação proporcione maior efetividade do direito no país.

Parágrafo único. Não serão publicados textos alheios às linhas editoriais da ESMPU.

Capítulo III
Das Modalidades de Publicação

Art. 17 A ESMPU manterá as seguintes modalidades de publicação:
I – física, tais como livros, revistas e impressos em papel;
II – eletrônica, que pode consistir em livros digitais ou revistas, disponíveis na Internet.

§ 1º As publicações do inciso I visam à divulgação de conhecimentos científicos e funcionais de interesse geral ou à disseminação, entre o público leigo, de informações de interesse do MPU.

§ 2º As publicações do inciso II destinam-se à divulgação de conhecimentos científicos ou funcionais carentes de constante atualização, de veloz transformação ou cujos custos não justifiquem, por qualquer motivo, a publicação na forma do inciso I, a juízo da ESMPU.

§ 3º As publicações referidas neste artigo serão objeto de igual cuidado editorial da ESMPU, no que tange à preparação de originais e à elaboração de projeto gráfico.

Capítulo IV
Da Apresentação e Aprovação de Propostas

Art. 18 A ESMPU facultará periodicamente, por meio de editais, a apresentação de propostas para publicações sobre temas específicos, sem prejuízo dos projetos encaminhados, a qualquer tempo.

Art. 19 O proponente deve enviar o projeto de publicação diretamente à ESMPU, por intermédio de formulário eletrônico do Sistema Forma, disponível no endereço <www.esmpu.gov.br>, opção de menu Projetos de Publicações, com todos os campos preenchidos e com os originais da obra anexados em formato ".doc".

§ 1º Caso o projeto tenha mais de um autor ou seja apresentado por alguma unidade pertencente a um dos ramos do MPU, a proposta indicará um coordenador como responsável pela publicação perante a ESMPU.

§ 2º Os demais proponentes serão corresponsáveis pelo projeto apresentado.

§ 3º Na ausência de indicação de coordenador, a ESMPU elegerá um dos proponentes listados na proposta apresentada pelos autores do projeto.

Art. 20 A ESMPU obedecerá aos seguintes critérios na apreciação dos projetos de caráter científico:

I – somente serão analisados projetos de publicação encaminhados pelo Sistema Forma e acompanhados dos originais completos e definitivos;

II – os trabalhos acadêmicos (teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, etc.) devem ser adaptados para o formato de livro ou artigo, retirando-se-lhes as características impostas pela legislação ou pelos regulamentos das instituições de ensino, antes de serem submetidos à apreciação;

III – somente serão publicadas obras inéditas, salvo textos de excepcional valor científico;

IV – os dicionários, glossários e similares somente serão publicados na modalidade eletrônica;

V – os títulos das obras e dos artigos deverão ser sintéticos.

§ 1º Não serão publicados anais de eventos e degravações de palestras, seminários e similares, salvo relevante interesse institucional devidamente justificado, conforme deliberação do Conselho Administrativo da ESMPU.

§ 2º Poderão ser publicadas peças processuais ou textos de autores brasileiros em língua estrangeira, desde que deliberado pelo Conselho Administrativo, observado o interesse institucional.

§ 3º Não serão publicados materiais que direta ou indiretamente subsidiem pontos de vista de pessoas em litígio concreto com qualquer dos ramos do MPU.

Art. 21 Recebida a proposta e verificada a conformidade com as normas deste Regulamento, a Divisão de Apoio Didático da ESMPU submetê-la-á ao Coordenador da Câmara Editorial respectiva, seguindo-se as seguintes providências:

I – o Coordenador da Câmara Editorial ou servidor por ele designado procederá à distribuição da proposta a dois integrantes do órgão colegiado, sendo um relator e o outro revisor;

II – o Relator e o Revisor analisarão a proposta no prazo máximo de 10 (dez) dias, sucessivamente, e apresentarão sua conclusão no sentido da aprovação ou não, sugerindo o formato de publicação, se for o caso.

§ 1º Cabe ao Coordenador da Câmara homologar a decisão favorável ou não à publicação proposta, bem como resolver os empates ou outras divergências quanto à análise de projetos de publicação.

§ 2º As deliberações de que trata este artigo serão adotadas de forma presencial ou por meio eletrônico.

Art. 22 O atendimento aos requisitos formais previstos neste Regulamento não exime a obra da análise da Câmara Editorial competente quanto aos aspectos substantivos, nem lhe garante aprovação por esse Órgão.

Art. 23 A Direção-Geral da ESMPU, ouvido o Conselho Administrativo, fixará a prioridade das publicações mediante sugestão da Câmara Editorial, considerando a relevância do tema proposto para o MPU, a data de aprovação pela Câmara Editorial e o cumprimento dos prazos estipulados para retorno dos textos após envio ao autor para correções, conforme previsto no § 5o do art. 28.

Art. 24 As deliberações das Câmaras Editoriais e do Conselho Administrativo serão comunicadas ao autor da obra.

Art. 25 Os manuais destinados a nortear a atuação dos membros do Ministério Público

da União, após aprovação da Câmara Editorial, serão submetidos pelo Diretor-Geral da ESMPU ao Procurador-Geral do respectivo ramo para análise e eventual aquiescência quanto à edição e publicação do texto.

Capítulo V
Da Autoria

Art. 26 Os direitos de publicação das obras aprovadas serão reservados à ESMPU.

§ 1º A obra concluída somente poderá ser reproduzida, total ou parcialmente, nas modalidades física ou eletrônica, quando expressamente autorizado pela ESMPU e citada a fonte original.

§ 2º A publicação dos trabalhos não implicará remuneração a seus autores ou qualquer outro encargo atribuído à ESMPU.

§ 3º O conteúdo da publicação é de responsabilidade exclusiva do autor, não expressando necessariamente o pensamento institucional da ESMPU.

Capítulo VI
Das Normas para Elaboração de Originais

Art. 27 A elaboração de originais obedecerá às seguintes instruções:

I – a página do original será configurada para papel A4, com margens superior e inferior de 2,5 cm e direita e esquerda de 3,0 cm. O texto será digitado em fonte Arial Regular, corpo 12, com espaço de 1,5 entre as linhas e parágrafo de 0,8 cm;

II – o corpo do trabalho será organizado segundo um encadeamento lógico, contendo sumário, introdução, desenvolvimento, conclusões e referências bibliográficas;

III – evitar-se-á a subdivisão excessiva do texto, admitindo-se um máximo de subtítulos de quarta ordem (p. ex., 1.1.1.1);

IV – as transcrições com até três linhas serão digitadas entre aspas no corpo do texto. As citações diretas com mais de três linhas serão destacadas com recuo de 0,8 cm à esquerda e alinhamento justificado, em fonte Arial Regular, corpo 11, sem aspas e sem itálico. O itálico será utilizado apenas nas expressões em destaque;

V – todos os destaques do original serão digitados em itálico. Não serão usados negrito, sublinhado ou caixa alta (maiúscula) como destaque. O negrito será utilizado apenas nos títulos e subtítulos;

VI – as referências bibliográficas, citações e notas de rodapé serão padronizadas de

acordo com as Normas da ABNT (NBR 6023, NBR 10520);

VII – as notas de rodapé serão numeradas em algarismos arábicos, de ordem única e consecutiva para cada capítulo ou parte. Não se inicia a numeração a cada página;

VIII – as tabelas, as figuras e os gráficos serão numerados sequencialmente por toda a obra;

IX – o miolo da obra será sempre impresso na cor preta;

X – as figuras, tabelas e gráficos poderão ser impressos em cores, em casos excepcionais, mediante autorização do Diretor-Geral.

Capítulo VII
Da Execução das Publicações Aprovadas

Art. 28 A ESMPU devolverá os originais ao autor quando necessária correção ou modificação de ordem temática ou formal.

§ 1º As alterações de ordem puramente formal, ortográfica e gramatical serão realizadas pelos revisores da área técnica da ESMPU.

§ 2º A criação da capa e do projeto gráfico será executada pela área técnica responsável da ESMPU, que manterá o padrão de identidade visual da ESMPU.

§ 3º A escolha da capa e do projeto gráfico será de responsabilidade da ESMPU.

§ 4º O prazo médio para execução do projeto de publicação aprovado pela competente Câmara Editorial será de cinco meses a partir do recebimento da ordem para início dos trabalhos no arquivo completo e definitivo, e desde que os originais não sofram alterações no decorrer do processo de produção gráfica.

§ 5º Caso seja necessário o retorno dos textos ao autor para adequação ou resolução de dúvidas apontadas pelos revisores, será estipulado o prazo máximo de quinze dias, a partir do recebimento do trabalho, para que sejam providenciadas as correções e devolvidos os originais à ESMPU, sob pena de o projeto ser postergado em favor do imediatamente seguinte na ordem de prioridade de produção.

§ 6º O prazo de execução do projeto será interrompido na data de remessa do material ao autor e retomado na data da devolução, quando adotada a providência do parágrafo anterior.

§ 7º Não poderão ser feitas alterações no projeto de publicação após a liberação da arte final para impressão gráfica.

§ 8º Considera-se projeto novo, para os fins de prioridade de execução e prazo de entrega, a obra antiga cujas modificações no curso do processo editorial lhe alterarem substancialmente a forma ou o conteúdo.

§ 9º Para os fins do parágrafo anterior, alterações substanciais são as modificações na obra que impliquem a necessidade de se refazer qualquer das fases do processo de publicação listadas no Anexo 1 deste regulamento.

Art. 29 A área competente da ESMPU fornecerá cronograma das edições programadas à Direção-Geral, a seu Conselho Administrativo, às Câmaras Editoriais e aos Coordenadores de Ensino dos quatro ramos do MPU, para acompanhamento.

Art. 30 As obras editadas exclusivamente pela ESMPU serão distribuídas de forma gratuita em âmbito interno ou externo, segundo a pertinência do tema e observadas a conveniência e a oportunidade na difusão do pensamento técnico ou científico desenvolvido.

TÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 31 Os mandatos dos atuais membros das Câmaras Editoriais serão mantidos pelo prazo de trinta dias, contados da publicação deste Regulamento. Caberá aos Coordenadores de Ensino ratificar, no prazo mencionado, a atual composição ou, se for o caso, indicar novo(s) membro(s) para integrar as Câmaras.

Art. 32 Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor-Geral, *ad referendum* do Conselho Administrativo.

Art. 33 Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço do Ministério Público da União.

Art. 34 Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília (DF), 7 de janeiro de 2011.

NICOLAO DINO DE CASTRO E COSTA NETO
Procurador Regional da República
Diretor-Geral da ESMPU

ANEXO 1

Fases do processo de publicação:

1) Criação do projeto gráfico e da arte de capa pelo Núcleo de Programação Visual.

2) Aprovação do projeto gráfico e da arte de capa pela ESMPU.

3) Preparação de originais pelo Núcleo de Editoração:

I – revisão e preparação dos textos originais aprovados para publicação, em conformidade com a norma culta da língua portuguesa, com os padrões e normas da ESMPU e com as normas regulamentares vigentes;

II – encaminhamento do texto revisado ao autor para esclarecimento de dúvidas, quando for o caso;

III – releitura dos originais para verificação dos textos alterados pelo autor após o esclarecimento das dúvidas;

IV – encaminhamento do arquivo revisado para editoração eletrônica e diagramação de acordo com projeto gráfico elaborado pelo Núcleo de Programação Visual.

4) Revisão tipográfica:

I – revisão de primeira prova gráfica comparada com o original;

II – revisões de provas para verificação da correção das emendas;

III – envio da prova de escova em PDF à gráfica para confecção da boneca;

IV – revisão da boneca para liberação da arte-final para impressão.

5) Catalogação (*)

I – encaminhamento à Agência Brasileira do ISBN de solicitação do(s) ISBN(s) para a obra a ser editada;

II – elaboração da ficha catalográfica da publicação.

(*) Esta etapa é executada durante o processo de revisão tipográfica, somente no momento em que as provas gráficas estiverem com a diagramação e paginação definitivas.

9- INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO DO PARTICIPANTE

Processo Referência n. 000000/2012

Curso de Aperfeiçoamento "______________________________"

Senhor(a) participante, a ESMPU busca estabelecer uma cultura de excelência no processo de planejamento, execução e avaliação de suas Atividades Acadêmicas. Nesse contexto, solicitamos o preenchimento deste questionário que tem como objetivo coletar informações acerca de diferentes aspectos da Atividade Acadêmica que acaba de ser realizada. Suas respostas serão analisadas em conjunto com outras obtidas no processo de avaliação desta Atividade e a elas será dado tratamento confidencial.

Atenção: - Se sua satisfação for menor ou igual a "6" em algum item, por favor, comente no final do questionário.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

( ) Membro ( ) Servidor ( ) Público Externo ( ) Outros____________ ***→ Especificar o Ramo*** ( )MPF ( )MPT ( )MPM ( )MPDFT	**Informar CPF ou Matrícula:** ______________________________

E-mail (para *feedback*)**:** ______________________________

O preenchimento deste campo subsidiará análises acerca dos efeitos mediatos produzidos pela atividade

ESCALA A SER USADA NA AVALIAÇÃO:

N Í V E L D E S A T I S F A Ç Ã O

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Nenhuma satisfação										Total satisfação

QUANTO À PROGRAMAÇÃO DO CURSO	S A T I S F A Ç Ã O
1. **Clareza** na definição dos objetivos da atividade	
2. **Compatibilidade** dos objetivos da atividade com as minhas necessidades de treinamento	
3. **Ordenação** do conteúdo programático	
4. **Adequação** do conteúdo aos objetivos da atividade	
5. Carga horária **diária** *Se sua satisfação for menor ou igual a "6", especifique:( )insuficiente ( ) excessiva*	
6. Carga horária destinada às **atividades teóricas** *Se sua satisfação for menor ou igual a "6", especifique:( )insuficiente ( )excessiva*	
7. Carga horária programada para as **atividades práticas** *Se sua satisfação for menor ou igual a "6", especifique:( )insuficiente ( )excessiva*	

PERTINÊNCIA E RELEVÂNCIA	S A T I S F A Ç Ã O
8. Pertinência dos conteúdos para o desempenho de **minhas atribuições**	
9. Relevância dos conteúdos do curso para o desempenho da **minha equipe de trabalho**	
10. Relevância dos conteúdos do curso para o cumprimento da **missão da minha instituição**	

APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO CURSO	S A T I S F A Ç Ã O
11. **Apoio recebido** da equipe/unidade de trabalho para minha participação no curso	
12. Facilidade no processo de **inscrição no curso**	
13. Clareza quanto aos **critérios de seleção**	

DESEMPENHO DIDÁTICO (avaliar de modo geral)	**S A T I S F A Ç Ã O**
14. **Transmissão dos objetivos** da atividade	
15. Clareza na **apresentação dos conteúdos**	
16. **Ritmo** de apresentação do conteúdo	
17. **Domínio** do conteúdo	
18. **Utilização de exemplos** referentes à realidade da minha instituição	
19. Adequação das **estratégias de ensino** em relação aos conteúdos abordados. (ex: exposições, trabalhos em grupo, simulações, vivências, debates, exercícios)	
20. Utilização adequada de **recursos instrucionais**. (ex: *data show*, projetor multimídia, quadro, *flip-chart*, vídeos, etc)	
21. **Cumprimento** da programação divulgada	
22. **Incentivo** à participação	
23. **Disponibilidade** para o esclarecimento de dúvidas/questões	
24. Qualidade das **atividades de aprendizagem** (trabalhos em grupo, exercícios, testes, etc)	

A dimensão a seguir refere-se à aplicabilidade, abordagem e assimilação de cada conteúdo previsto para o curso. Assim, nas colunas correspondentes, **atribua um valor da escala** para a **aplicabilidade do conteúdo**, um valor para a **profundidade com que ele foi abordado** e um valor para a sua **assimilação do conteúdo ministrado**.

ESCALA A SER USADA NA AVALIAÇÃO DOS PRÓXIMOS ITENS:

N Í V E L D E P R O F U N D I D A D E

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Nenhuma/Nada										**Total /Completamente**

C O N T E Ú D O S	**N Í V E L D E P R O F U N D I D A D E**		
	APLICABILIDADE	**ABORDAGEM**	**ASSIMILAÇÃO**
1.			
2.			
3.			
4.			
5.			

Ainda com relação aos conteúdos, informe com qual freqüência, a partir da escala 5 = sempre, 4 = freqüentemente, 3 = algumas vezes, 2 = raramente, 1 = nunca, os conteúdos abordados no curso são/serão utilizados em seu trabalho: ______________________

Comentários que considero relevantes para o aprimoramento desta atividade *(ressalta-se que, se sua satisfação for menor ou igual a "6" em algum item, ou caso tenha deixado algum item sem resposta, favor justificar abaixo):*

____
____
____
____

AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO DO CAPACITADOR

Processo Referência n. 000/2012

Curso de Aperfeiçoamento "_________________________________"

E-mail *(para feedback)*:____

Senhor(a) capacitador(a), a ESMPU busca estabelecer uma cultura de excelência no processo de planejamento, execução e avaliação de suas Atividades Acadêmicas. Nesse contexto, solicitamos o preenchimento deste questionário que tem como objetivo coletar informações acerca de diferentes aspectos da atividade que acaba de ser ministrada. Suas respostas serão analisadas em conjunto com outras obtidas no processo de avaliação desta atividade e a elas será dado tratamento **confidencial**.

Atenção: - Se sua satisfação for menor ou igual a "6" em algum item, por favor, comente no final do questionário.
- Favor não deixar nenhum item sem resposta, se o fizer justifique no final do questionário.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

ESCALA A SER USADA NA AVALIAÇÃO:

N Í V E L D E S A T I S F A Ç Ã O

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Nenhuma satisfação										Total satisfação

QUANTO À PROGRAMAÇÃO DO CURSO	SATISFAÇÃO
25. **Clareza** na definição dos objetivos da atividade	
26. **Compatibilidade** dos objetivos da atividade com as necessidades de treinamento dos participantes	
27. **Ordenação** do conteúdo programático	
28. **Adequação** do conteúdo aos objetivos da atividade	
29. Carga horária **diária** *Se sua satisfação for menor ou igual a **"6"**, especifique:( )insuficiente ( )excessiva*	
30. Carga horária destinada às **atividades teóricas** *Se sua satisfação for menor ou igual a **"6"**, especifique:( )insuficiente ( )excessiva*	
31. Carga horária programada para as **atividades práticas** *Se sua satisfação for menor ou igual a "6", especifique:( )insuficiente ( )excessiva*	

PERTINÊNCIA E RELEVÂNCIA	SATISFAÇÃO
32. Pertinência dos conteúdos para o desempenho das **atribuições profissionais dos participantes**	
33. Relevância dos conteúdos do curso para o desempenho da **equipe de trabalho dos participantes**	
34. Relevância dos conteúdos do curso para o cumprimento da **missão institucional do MPU**	

DESEMPENHO DIDÁTICO (AUTOAVALIAÇÃO)	SATISFAÇÃO
35. **Transmissão dos objetivos** da atividade	
36. **Clareza** na apresentação dos conteúdos	
37. **Ritmo** de apresentação do conteúdo	
38. **Domínio** do conteúdo	
39. **Utilização de exemplos** referentes à realidade do MPU	
40. Adequação das **estratégias de ensino** em relação aos conteúdos abordados. (ex: exposições, trabalhos em grupo, simulações, vivências, debates, exercícios)	
41. Utilização adequada de **recursos instrucionais**. (ex: *data show*, projetor multimídia, quadro, *flip-chart*, vídeos etc)	
42. **Cumprimento** da programação divulgada	
43. **Incentivo** à participação	
44. **Disponibilidade** para o esclarecimento de dúvidas/questões	
45. Qualidade das **atividades de aprendizagem** (trabalhos em grupo, exercícios, testes etc)	

RESULTADOS	SATISFAÇÃO
46. **Nível de assimilação** dos participantes em relação aos conhecimentos apresentados	
47. **Integração** entre os participantes (oportunidade para troca de experiências)	
48. **Meu grau de integração** com os participantes	
49. **Probabilidade** de os conhecimentos adquiridos melhorarem o desempenho dos participantes no trabalho	
50. **Desempenho dos participantes** nas atividades propostas por mim	

Comentários que considero relevantes para o aprimoramento desta atividade *(ressalta-se que caso tenha deixado algum item sem resposta, favor justificar abaixo):*

____

____

____

____

____

____

____

____

____

____

____

____

Avaliação de Impacto

Curso: ____

Realizado em: ____

Senhor(a) participante, a ESMPU busca estabelecer uma cultura de excelência no processo de planejamento, execução e avaliação de suas atividades acadêmicas. Nesse contexto, a seguir, são apresentadas algumas afirmativas a respeito do impacto do curso no seu trabalho e do apoio dado pela instituição ao uso das novas habilidades. As respostas que o(a) senhor(a) dará a seguir irão subsidiar a avaliação e o aprimoramento dos cursos oferecidos pela ESMPU, que poderá, desta forma, adequá-los aos tipos de situações enfrentadas no dia a dia de seu trabalho.

Nesse sentido, solicitamos que o(a) senhor(a) leia atentamente o conteúdo dessas afirmativas, que correspondem a indicadores de desempenho, e avalie o quanto o curso contribuiu para o aperfeiçoamento de cada uma delas, descrevendo o seu julgamento a respeito do impacto exercido pelo curso no trabalho que o(a) senhor(a) realiza.

Considere, para tal, o período transcorrido desde o término do curso até a data de hoje. Para responder a cada questão, escolha o ponto da escala que melhor descreve a sua situação. Suas respostas serão analisadas em conjunto com outras obtidas no processo de avaliação desta atividade e a elas será dado tratamento confidencial.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

Escala a ser utilizada na avaliação dos itens:

Intensidade

NADA										TOTALMENTE
0	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**

QUANTO AO IMPACTO NO TRABALHO

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
1. Atuar de modo diligente	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	⌫
2. Atuar de forma expedita	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	⌫

QUANTO AO IMPACTO NO TRABALHO

3. Promover inquéritos com brevidade

4. Evitar prescrições de crimes/ilícitos

5. Acompanhar processos até a sua conclusão

6. Realizar investigações próprias e promover ações de iniciativa própria

7. Promover ações subsidiadas em elementos de convicção contundentes

8. Garantir o cumprimento de obrigações legais

9. Evitar conflitos na resolução de causas

10. Buscar reduzir despesas na resolução de causas

11. Ser solícito no atendimento à sociedade civil

12. Atuar de modo colaborativo junto a outros atores/instituições

13. Resolver conflitos extrajudicialmente

14. Considerar pontos de vista de

QUANTO AO IMPACTO NO TRABALHO

interlocutores

15. Dialogar de forma diferenciada com cada interlocutor

16. Atuar com reflexo social

17. Oferecer soluções diferenciadas (criativas) do direito

18. Atuar em favor de mudanças concretas para a sociedade

Os itens a seguir referem-se ao Suporte à Transferência de treinamento, que mensura o apoio de superiores e pares de trabalho necessário à aplicação correta, no trabalho, dos conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridos em situações de treinamento.

Escala a ser utilizada na avaliação dos itens:

Frequência

SEMPRE	**FREQUENTEMENTE**	**ALGUMAS VEZES**	**RARAMENTE**	**NUNCA**
5	**4**	**3**	**2**	**1**

ITENS DE APOIO

5 4 3 2 1

1. Tenho tido oportunidades de usar no meu trabalho as habilidades que aprendi no treinamento

2. Disponho de tempo para aplicar no trabalho o que aprendi no treinamento

ITENS DE APOIO

3. Os prazos de entrega de trabalhos permitem o uso das habilidades que eu aprendi no treinamento

4. Tenho tido oportunidades de praticar habilidades importantes (recém-adquiridas no treinamento), mas, comumente, pouco usadas no trabalho

5. Disponho de informações necessárias à aplicação das novas habilidades no meu trabalho

6. A carga de trabalho que tenho me permite realizar o que aprendi no curso

7. Disponho de uma equipe de trabalho que colabora com o cumprimento de minhas atribuições institucionais

8. Meus colegas mais experientes apóiam as tentativas que faço de usar no trabalho o que aprendi no treinamento

---

COMENTÁRIOS QUE CONSIDERO RELEVANTES PARA O APRIMORAMENTO DESTA ATIVIDADE:

AVALIAÇÃO DE INTERAÇÃO EM EAD

Processo Referência n. 000/2012

Curso de Aperfeiçoamento "___________________________________"

Senhor(a) participante, a ESMPU busca estabelecer uma cultura de excelência no processo de avaliação. Nesse contexto, solicitamos o preenchimento deste questionário que tem como objetivo coletar informações acerca de diferentes aspectos da atividade que acaba de ser ministrada. Suas respostas serão analisadas em conjunto com outras obtidas no processo de avaliação desta atividade e a elas será dado tratamento **confidencial**.

Atenção: - Se sua satisfação for menor ou igual a "6" em algum item, por favor, comente no final do questionário.
- Favor não deixar nenhum item sem resposta.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM (AUTOAVALIAÇÃO)	FREQUENCIA (0 = Nunca a 10 = Sempre)										
	0	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**
Busquei outras fontes (ex: *sites*, revistas, livros...) de pesquisa relacionadas ao curso											
Expressei minhas ideias nos fóruns e *chats*											
Troquei informações com os **colegas** sobre o conteúdo do curso											
Busquei auxílio do(s) capacitador (es) para esclarecer as minhas dúvidas sobre o conteúdo											
Realizei as atividades propostas											
Busquei identificar, no meu dia a dia, situações para aplicar o conteúdo do curso											
Li o conteúdo do curso no material impresso											
Li o conteúdo do curso na tela do computador											

QUANTO À INTERFACE DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM/AVA	NÍVEL DE SATISFAÇÃO (0 = nenhuma satisfação a 10 = total satisfação)										
	0	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**
1. **Relação** entre os nomes e as siglas dos comandos e suas funções											
2. **Clareza das mensagens** que o ambiente eletrônico dá como resposta às minhas ações											
3. **Indicação** sobre o que devo fazer para atingir meus objetivos instrucionais											
4. **Apresentação visual** das telas											
5. **Disposição** dos comandos na tela para encontrar as informações desejadas											
6. **Informações** que me permitem evitar erros de navegação											

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
7. **Indicação** de onde estou no ambiente eletrônico, em cada momento											
8. **Letras** (cor, tipo, tamanho) usadas no texto											
9. **Qualidade das mensagens** que recebo do ambiente eletrônico quando cometo erros de navegação											
10. **Velocidade das respostas** do ambiente eletrônico às minhas ações											

FERRAMENTAS DE INTERAÇÃO EM EAD	**FACILIDADE (0= Dificultou a minha permanência a 10= Facilitou a minha permanência)**										
	0	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**
1. **Quantidade de mensagens** administrativas enviadas por e-mail *Se sua satisfação for menor ou igual a **"6"**, especifique:( )insuficiente **( )excessiva***											
2. **Volume de leitura** na tela do computador											
3. **Utilização do e-mail** para comunicação com capacitador(es) e colegas											
4. **Utilização do *chat*** para comunicação com capacitador (es) e colegas											
5. **Utilização do fórum** para comunicação com capacitador (es) e colegas											

Comentários que considero relevantes para o aprimoramento desta atividade:

____

____

____

____

____

____

____

____

____

____

AVALIAÇÃO GLOBALDO CURSO

Processo Referência n. 000/2012

Curso de Aperfeiçoamento "____________________________"

Senhor(a) participante, a ESMPU busca estabelecer uma cultura de excelência no processo de avaliação. Nesse contexto, solicitamos o preenchimento deste questionário que tem como objetivo coletar informações acerca de diferentes aspectos da atividade que acaba de ser ministrada. Suas respostas serão analisadas em conjunto com outras obtidas no processo de avaliação desta atividade e a elas será dado tratamento **confidencial**.

Atenção: - Se sua satisfação for menor ou igual a "6" em algum item, por favor, comente no final do questionário.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

ESCALA A SER USADA NA AVALIAÇÃO DOS PRÓXIMOS ITENS:

N Í V E L D E S A T I S F A Ç Ã O

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Nenhuma Satisfação **Total Satisfação**

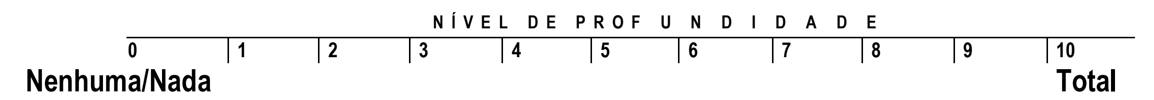
QUANTO À PROGRAMAÇÃO DO CURSO	N Í V E L D E S A T I S F A Ç Ã O (0 = nenhuma satisfação a 10 = total satisfação)										
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
51. **Clareza** na definição dos objetivos do curso											
52. **Compatibilidade** dos objetivos do curso com as minhas necessidades de treinamento											
53. **Adequação** do conteúdo aos objetivos do curso											
54. **Quantidade** de conteúdo tratado no curso *Se sua satisfação for menor ou igual a **"6"**, especifique:( )insuficiente ( )excessivo*											
55. **Qualidade** das avaliações de aprendizagem											
56. **Pertinência das leituras** recomendadas em relação aos objetivos do curso											
57. Carga horária destinada às **atividades teóricas** *Se sua satisfação for menor ou igual a **"6"**, especifique:( )insuficiente ( )excessiva*											
58. Carga horária programada para as **atividades práticas** *Se sua satisfação for menor ou igual a **"6"**, especifique:( )insuficiente ( )excessiva*											

APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO CURSO	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. **Disponibilidade do NEAD** (Núcleo de Educação a Distância) para solucionar dificuldades no uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem/**AVA**											
2. **Suporte técnico** quanto à utilização do AVA											
3. **Coerência do material didático** em relação aos conteúdos abordados no curso											

QUANTO AO TUTOR (avaliar de forma geral)	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. **Transmissão dos objetivos** do curso											
2. **Domínio** dos conteúdos											
3. **Clareza** na apresentação dos conteúdos											
4. Nível de profundidade com que os conteúdos foram abordados, tendo em vista os objetivos do curso. **Se sua satisfação for menor ou igual a "6", especifique: ( )insuficiente** ( ) excessivo											
5. **Cumprimento** do programa											
6. **Utilização de exemplos** referentes à realidade da minha instituição											
7. **Utilização dos recursos de interação** disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem/AVA (ex: fórum e *chat*.)											
8. **Direcionamento das discussões** nos *chats* e fóruns											
9. Elaboração de **críticas construtivas**											
10. **Respeito às ideias** dos participantes											
11. **Tempo de resposta** às minhas consultas											
12. **Qualidade das respostas** às dúvidas											
13. **Ressalta as possibilidades de aplicação** dos conteúdos no contexto de trabalho dos participantes											
14. **Respeito ao ritmo** de aprendizagem do participante											
15. **Incentivo** à participação dos alunos nas atividades											
16. ***Feedback*** aos participantes referente às atividades realizadas por esses											

A dimensão a seguir refere-se à aplicabilidade, abordagem e assimilação de cada conteúdo previsto para o curso. Assim, **atribua um valor da escala** para a **aplicabilidade do conteúdo**, um valor para a **profundidade com que ele foi abordado** e um valor para a sua **assimilação do conteúdo ministrado**.

ESCALA A SER USADA NA AVALIAÇÃO DOS PRÓXIMOS ITENS:



Nenhuma/Nada **Total**

APLICABILIDADE DO CONTEÚDO	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
I											
II											
III											
IV											
V											
VI											
VII											
PROFUNDIDADE COM QUE FOI ABORDADO	**0**	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**
I											
II											
III											
IV											
V											
VI											
VII											
ASSIMILAÇÃO DO CONTEÚDO	**0**	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**
I											
II											
III											
IV											
V											
VI											
VII											

Comentários que considero relevantes para o aprimoramento desta atividade *(ressalta-se que, se sua satisfação for menor ou igual a "6" em algum item favor justificar abaixo):*

____

AVALIAÇÃO GLOBAL DO TUTOR/CAPACITADOR

Processo Referência n. 000/2012

Curso de Aperfeiçoamento "__________________________________"

Senhor(a) capacitador, a ESMPU busca estabelecer uma cultura de excelência no processo de avaliação. Nesse contexto, solicitamos o preenchimento deste questionário que tem como objetivo coletar informações acerca de diferentes aspectos da atividade que acaba de ser ministrada. Suas respostas serão analisadas em conjunto com outras obtidas no processo de avaliação desta atividade e a elas será dado tratamento **confidencial**.

Atenção: - Se sua satisfação for menor ou igual a "6" em algum item, por favor, comente no final do questionário.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

QUANTO À PROGRAMAÇÃO DO CURSO	NÍVEL DE SATISFAÇÃO (0 = nenhuma satisfação a 10 = total satisfação)										
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
59. **Clareza** na definição dos objetivos do curso											
60. **Compatibilidade** dos objetivos da atividade com as necessidades de treinamento dos participantes											
61. **Adequação** do conteúdo aos objetivos do curso											
62. **Quantidade** de conteúdo tratado no curso *Se sua satisfação for menor ou igual a* ***"6"****, especifique:( )insuficiente ( )excessivo*											
63. **Qualidade** das avaliações de aprendizagem											
64. **Pertinência das leituras** recomendadas em relação aos objetivos do curso											
65. Carga horária destinada às **atividades teóricas** *Se sua satisfação for menor ou igual a* ***"6"****, especifique:( )insuficiente ( )excessiva*											
66. Carga horária programada para as **atividades práticas** *Se sua satisfação for menor ou igual a* ***"6"****, especifique:( )insuficiente ( )excessiva*											

APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO CURSO	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. **Disponibilidade do NEAD** (Núcleo de Educação a Distância) para solucionar dificuldades no uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem/**AVA**											
2. **Suporte técnico** quanto à utilização do AVA											
3. **Coerência do material didático** em relação aos conteúdos abordados no curso											

DESEMPENHO DIDÁTICO (AUTOAVALIAÇÃO)	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. **Transmissão dos objetivos** do curso											
2. **Domínio** dos conteúdos											
3. **Clareza** na apresentação dos conteúdos											
4. **Nível de profundidade** com que os conteúdos foram abordados, tendo em vista os objetivos do curso *Se sua satisfação for menor ou igual a **"6"**, especifique:( )insuficiente ( ) excessivo*											
5. **Cumprimento** do programa											
6. **Utilização de exemplos** referentes à realidade da minha instituição											
7. **Utilização dos recursos de interação** disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem/AVA (ex: fórum e *chat*.)											
8. **Direcionamento das discussões** nos *chats* e fóruns											
9. Elaboração de **críticas construtivas**											
10. **Respeito às ideias** dos participantes											
11. **Tempo de resposta** às consultas dos participantes											
12. **Qualidade das respostas** às dúvidas											
13. **Ressalta as possibilidades de aplicação** dos conteúdos no contexto de trabalho dos participantes											
14. **Respeito ao ritmo** de aprendizagem do participante											
15. **Incentivo** à participação dos alunos nas atividades											
16. ***Feedback*** aos participantes referente às atividades realizadas por esses											

RESULTADOS	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. **Nível de assimilação** dos participantes em relação aos conhecimentos apresentados											
2. Interação **participante/participante** (oportunidade para troca de experiências)											
3. **Meu grau de interação** com os participantes											
4. **Probabilidade** de os conhecimentos adquiridos melhorarem o desempenho dos participantes no trabalho											

Comentários que considero relevantes para o aprimoramento desta atividade:

____

____

AVALIAÇÃO GLOBAL DO CURSO

Curso de Especialização

Senhor(a) participante, a ESMPU busca estabelecer uma cultura de excelência no processo de planejamento, execução e avaliação de suas Atividades Acadêmicas. Nesse contexto, solicitamos o preenchimento deste questionário que, tem como objetivo coletar informações acerca de diferentes aspectos da disciplina que acaba de ser ministrada. Suas respostas serão analisadas em conjunto com outras obtidas no processo de avaliação desta Atividade e a elas será dado tratamento **confidencial**.

Atenção: - Se sua satisfação for menor ou igual a "6" em algum item, por favor, comente no final do questionário.
- Favor não deixar nenhum item sem resposta; se o fizer, justifique no final do questionário.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

( )Membro **( )Servidor** → *Especificar o **Ramo**:* ( )MPF ( )MPT ( )MPM ( )MPDFT	**( )Outro:** ____________
E-mail (*para feedback*):	

QUANTO À PROGRAMAÇÃO	NÍVEL DE SATISFAÇÃO (0 = nenhuma satisfação a 10 = total satisfação)										
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
67. **Clareza** na definição dos objetivos da disciplina											
68. **Compatibilidade** dos objetivos da disciplina com as minhas necessidades de treinamento											
69. **Ordenação** do conteúdo programático											
70. **Adequação** do conteúdo aos objetivos da disciplina											
71. Carga horária **diária** *Se sua satisfação for menor ou igual a **"6"**, especifique:( )insuficiente ( ) excessiva*											
72. Carga horária destinada às **atividades teóricas** *Se sua satisfação for menor ou igual a **"6"**, especifique:( )insuficiente ( )excessiva*											
73. Carga horária programada para as **atividades práticas** *Se sua satisfação for menor ou igual a **"6"**, especifique:( )insuficiente ( )excessiva*											

PERTINÊNCIA E RELEVÂNCIA	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
74. Pertinência dos conteúdos para o desempenho de **minhas atribuições profissionais**											
75. Relevância dos conteúdos da disciplina para o desempenho da **minha equipe de trabalho**											
76. Relevância dos conteúdos da disciplina para o cumprimento da **missão da minha instituição**											

APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA DISCIPLINA	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
77. **Coerência da bibliografia** utilizada em relação aos conteúdos abordados na disciplina											
78. **Acesso aos textos obrigatórios** na biblioteca da ESMPU											
79. **Acervo da biblioteca da ESMPU** relacionado aos temas tratados na disciplina											

RESULTADOS	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
80. **Assimilação** dos conhecimentos apresentados											
81. **Meu grau de integração** junto aos demais participantes (oportunidade para troca de experiências)											
82. **Probabilidade** de os conhecimentos adquiridos melhorarem meu desempenho no trabalho											
83. **Meu nível de participação** nas atividades práticas desenvolvidas na disciplina											
84. **Meu desempenho** nas atividades propostas pelo docente											

Comentários que considero relevantes para o aprimoramento desta atividade *(ressalta-se que, se sua satisfação for menor ou igual a "6" em algum item, ou caso tenha deixado algum item sem resposta, favor justificar abaixo):*

AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO DA DISCIPLINA

Atividade: **Curso de Pós-graduação**

Disciplina: Capacitador:

Data:

Senhor(a) participante, a ESMPU busca estabelecer uma cultura de excelência no processo de planejamento, execução e avaliação de suas Atividades Acadêmicas. Nesse contexto, solicitamos o preenchimento deste questionário que, tem como objetivo coletar informações acerca de diferentes aspectos da disciplina que acaba de ser ministrada. Suas respostas serão analisadas em conjunto com outras obtidas no processo de avaliação desta Atividade e a elas será dado tratamento **confidencial**.

Atenção: - Se sua satisfação for menor ou igual a "6" em algum item, por favor, comente no final do questionário.
- Favor não deixar nenhum item sem resposta; se o fizer, justifique no final do questionário.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

( )Membro **( )Servidor** → *Especificar o **Ramo**:* ( )MPF ( )MPT ( )MPM ( )MPDFT	**( )Outro:** ____________________ ____________________
E-mail (*para feedback*):	

QUANTO À PROGRAMAÇÃO	NÍVEL DE SATISFAÇÃO (0 = nenhuma satisfação a 10 = total satisfação)										
	0	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**
85. **Clareza** na definição dos objetivos da disciplina											
86. **Compatibilidade** dos objetivos da disciplina com as minhas necessidades de treinamento											
87. **Ordenação** do conteúdo programático											
88. **Adequação** do conteúdo aos objetivos da disciplina											
89. Carga horária **diária** *Se sua satisfação for menor ou igual a **"6"**, especifique:( )insuficiente ( ) excessiva*											
90. Carga horária destinada às **atividades teóricas** *Se sua satisfação for menor ou igual a **"6"**, especifique:( )insuficiente ( )excessiva*											
91. Carga horária programada para as **atividades práticas** *Se sua satisfação for menor ou igual a **"6"**, especifique:( )insuficiente ( )excessiva*											
PERTINÊNCIA E RELEVÂNCIA	**0**	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**
92. Pertinência dos conteúdos para o desempenho de **minhas atribuições profissionais**											
93. Relevância dos conteúdos da disciplina para o desempenho da **minha equipe de trabalho**											
94. Relevância dos conteúdos da disciplina para o cumprimento da **missão institucional do MPU**											

APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA DISCIPLINA	**0**	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**
95. **Coerência da bibliografia** utilizada em relação aos conteúdos abordados na disciplina											
96. **Acesso aos textos obrigatórios** na biblioteca da ESMPU											
97. **Acervo da biblioteca da ESMPU** relacionado aos temas tratados na disciplina											

DESEMPENHO DIDÁTICO DO DOCENTE	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
98. **Transmissão dos objetivos** da disciplina											
99. **Sumarização e revisão** das unidades ensinadas											
100. **Seqüência** da apresentação das unidades											
101. Clareza na **apresentação dos conteúdos**											
102. **Ritmo** de apresentação do conteúdo											
103. **Nível de profundidade** com que os conteúdos foram abordados, tendo em vista os objetivos da disciplina *Se sua satisfação for menor ou igual a* ***"6"****, especifique:( )insuficiente ( ) excessivo*											
104. **Domínio** do conteúdo ministrado											
105. **Utilização de exemplos** referentes à realidade do MPU											
106. Adequação das **estratégias de ensino** em relação aos conteúdos abordados. (ex: exposições, trabalhos em grupo, simulações, vivências, debates, exercícios)											
107. Utilização adequada de **recursos instrucionais**. (ex: *data show,* projetor multimídia, quadro, *flip-chart*, vídeos, etc)											
108. **Cumprimento** da programação conforme foi divulgada											
109. **Incentivo** à participação											
110. **Disponibilidade** para o esclarecimento de dúvidas/questões											
111. Qualidade das **atividades de aprendizagem** (trabalhos em grupo, exercícios, testes, etc)											
112. Clareza quanto aos **critérios de avaliação**											
113. **Discussão dos resultados** de avaliações de aprendizagem											

RESULTADOS	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
114. **Assimilação** dos conhecimentos apresentados											
115. **Meu grau de integração** junto aos demais participantes (oportunidade para troca de experiências)											
116. **Aplicabilidade** dos conhecimentos adquiridos nas disciplinas desempenhadas por mim dentro da instituição											
117. **Probabilidade** de os conhecimentos adquiridos melhorarem meu desempenho no trabalho											
118. **Meu nível de participação** nas atividades práticas desenvolvidas na disciplina											
119. **Meu desempenho** nas atividades propostas pelo docente											
120. **Meu nível de interesse** em buscar aprofundamento do tema por meio de pesquisa bibliográfica e leituras											

Comentários que considero relevantes para o aprimoramento desta atividade *(ressalta-se que, se sua satisfação for menor ou igual a "6" em algum item, ou caso tenha deixado algum item sem resposta, favor justificar abaixo):*

AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Atividade: **Curso de Pós-graduação**

Disciplina: Capacitador:

Tópico: Data:

Data:

Senhor(a) participante, a ESMPU busca estabelecer uma cultura de excelência no processo de planejamento, execução e avaliação de suas Atividades Acadêmicas. Nesse contexto, solicitamos o preenchimento deste questionário que, tem como objetivo coletar informações acerca de diferentes aspectos da disciplina que acaba de ser ministrada. Suas respostas serão analisadas em conjunto com outras obtidas no processo de avaliação desta Atividade e a elas será dado tratamento **confidencial**.

Atenção: - Se sua satisfação for menor ou igual a "6" em algum item, por favor, comente no final do questionário.
- Favor não deixar nenhum item sem resposta; se o fizer, justifique no final do questionário.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

( )Membro ( )Servidor → *Especificar o **Ramo***: ( )MPF ( )MPT ( )MPM ( )MPDFT	**( )Outro: ____________________** ____________________________
E-mail (*para feedback*): ____	

DESEMPENHO DIDÁTICO DO DOCENTE	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
121. **Transmissão dos objetivos** da disciplina											
122. **Sumarização e revisão** das unidades ensinadas											
123. **Seqüência** da apresentação das unidades											
124. Clareza na **apresentação dos conteúdos**											
125. **Ritmo** de apresentação do conteúdo											
126. **Nível de profundidade** com que os conteúdos foram abordados, tendo em vista os objetivos da disciplina *Se sua satisfação for menor ou igual a **"6"**, especifique:( )insuficiente ( ) excessivo*											
127. **Domínio** do conteúdo ministrado											
128. **Utilização de exemplos** referentes à realidade da minha instituição											
129. Adequação das **estratégias de ensino** em relação aos conteúdos abordados. (ex: exposições, trabalhos em grupo, simulações, vivências, debates, exercícios)											
130. Utilização adequada de **recursos instrucionais**. (ex: *data show,* projetor multimídia, quadro, *flip-chart*, vídeos, etc)											
131. **Cumprimento** da programação conforme foi divulgada											
132. **Incentivo** à participação											
133. **Disponibilidade** para o esclarecimento de dúvidas/questões											
134. Qualidade das **atividades de aprendizagem** (trabalhos em grupo, exercícios, testes, etc)											
135. Clareza quanto aos **critérios de avaliação**											
136. **Discussão dos resultados** de avaliações de aprendizagem											

RESULTADOS	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
137. **Assimilação** dos conhecimentos apresentados											
138. **Meu grau de integração** junto aos demais participantes (oportunidade para troca de experiências)											
139. **Aplicabilidade** dos conhecimentos adquiridos nas disciplinas											
140. **Probabilidade** de os conhecimentos adquiridos melhorarem meu desempenho no trabalho											
141. **Meu nível de participação** nas atividades práticas desenvolvidas na disciplina											
142. **Meu desempenho** nas atividades propostas pelo docente											
143. **Meu nível de interesse** em buscar aprofundamento do tema por meio de pesquisa bibliográfica e leituras											

Comentários que considero relevantes para o aprimoramento do curso *(ressalta-se que, se sua satisfação for menor ou igual a “6” em algum item, ou caso tenha deixado algum item sem resposta, favor justificar abaixo):*

____
____
____
____
____
____
____
____

AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO DO CAPACITADOR

Curso de Especialização
Disciplina:
Tópico:
Capacitador:
Data:

Senhor(a) docente, a ESMPU busca estabelecer uma cultura de excelência no processo de planejamento, execução e avaliação de suas Atividades Acadêmicas. Nesse contexto, solicitamos o preenchimento deste questionário que, tem como objetivo coletar informações acerca de diferentes aspectos da disciplina que acaba de ser ministrada. Suas respostas serão analisadas em conjunto com outras obtidas no processo de avaliação desta Atividade e a elas será dado tratamento **confidencial**.

Atenção: - Se sua satisfação for menor ou igual a "6" em algum item, por favor, comente no final do questionário.
- Favor não deixar nenhum item sem resposta; se o fizer, justifique no final do questionário.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

QUANTO À PROGRAMAÇÃO	NÍVEL DE SATISFAÇÃO (0 = nenhuma satisfação a 10 = total satisfação)										
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
144.**Clareza** na definição dos objetivos da disciplina											
145.**Compatibilidade** dos objetivos da disciplina com as possíveis necessidades de treinamento dos participantes											
146.**Ordenação** do conteúdo programático											
147.**Adequação** do conteúdo aos objetivos da disciplina											
148.Carga horária **diária** *Se sua satisfação for menor ou igual a **"6"**, especifique:( )insuficiente ( ) excessiva*											
149.Carga horária destinada às **atividades teóricas** *Se sua satisfação for menor ou igual a **"6"**, especifique:( )insuficiente ( )excessiva*											
150.Carga horária programada para as **atividades práticas** *Se sua satisfação for menor ou igual a **"6"**, especifique:( )insuficiente ( )excessiva*											

PERTINÊNCIA E RELEVÂNCIA	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
151.Pertinência dos conteúdos para o desempenho das **atribuições profissionais dos participantes**											
152.Relevância dos conteúdos da disciplina para o desempenho da **equipe de trabalho dos participantes**											
153.Relevância dos conteúdos da disciplina para o cumprimento da **missão da minha instituição**											

APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA DISCIPLINA	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
154.Qualidade das **instalações**											
155.**Coerência da bibliografia** utilizada em relação aos conteúdos abordados na disciplina											
156.**Acervo da biblioteca da ESMPU** relacionado aos temas tratados na disciplina											

DESEMPENHO DIDÁTICO (AUTOAVALIAÇÃO)	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
157. **Transmissão dos objetivos** da disciplina											
158. Clareza na **apresentação dos conteúdos**											
159. **Nível de profundidade** com que os conteúdos foram abordados, tendo em vista os objetivos da disciplina *Se sua satisfação for menor ou igual a **"6"**, especifique:( )insuficiente ( ) excessivo*											
160. **Domínio** do conteúdo ministrado											
161. **Utilização de exemplos** referentes à realidade da instituição dos participantes											
162. Adequação das **estratégias de ensino** em relação aos conteúdos abordados. (ex: exposições, trabalhos em grupo, simulações, vivências, debates, exercícios)											
163. Utilização adequada de **recursos instrucionais**. (ex: *data show,* projetor multimídia, quadro, *flip-chart*, vídeos, etc)											
164. **Cumprimento** da programação conforme foi divulgada											
165. **Incentivo** à participação dos alunos											
166. **Disponibilidade** para o esclarecimento de dúvidas/questões											
167. Qualidade das **atividades de aprendizagem** (trabalhos em grupo, exercícios, testes, etc)											
168. Clareza quanto aos **critérios de avaliação**											
169. **Discussão dos resultados** de avaliações de aprendizagem											

RESULTADOS	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
170. **Nível de assimilação** dos participantes em relação aos conhecimentos apresentados											
171. **Integração** entre os participantes (oportunidade para troca de experiências)											
172. **Meu grau de integração** com os participantes											
173. **Probabilidade** de os conhecimentos adquiridos melhorarem o desempenho dos participantes no trabalho											
174. **Desempenho dos participantes** nas atividades propostas por mim											

Comentários que considero relevantes para o aprimoramento desta atividade *(ressalta-se que, se sua satisfação for menor ou igual a "6" em algum item, ou caso tenha deixado algum item sem resposta, favor justificar abaixo):*

____

____

____

____

____

AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO DO PARTICIPANTE

Processo Referência n. 000000/2012

“Oficina: _________________________”

Senhor(a) participante, a ESMPU busca estabelecer uma cultura de excelência no processo de planejamento, execução e avaliação de suas Atividades Acadêmicas. Nesse contexto, solicitamos o preenchimento deste questionário que tem como objetivo coletar informações acerca de diferentes aspectos da Atividade Acadêmica que acaba de ser realizada. Suas respostas serão analisadas em conjunto com outras obtidas no processo de avaliação desta Atividade e a elas será dado tratamento confidencial.

Atenção: - Se sua satisfação for menor ou igual a “6” em algum item, por favor, comente no final do questionário.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

( ) Membro ( ) Servidor ( ) Público Externo ( ) Outros____________ → *Especificar o Ramo* ( )MPF ( )MPT ( )MPM ( )MPDFT	**Informar CPF ou Matrícula:** ____

E-mail (para *feedback*)**:** ____

O preenchimento deste campo subsidiará análises acerca dos efeitos mediatos produzidos pela atividade

ESCALA A SER USADA NA AVALIAÇÃO:

N Í V E L D E S A T I S F A Ç Ã O

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Nenhuma satisfação										**Total satisfação**

QUANTO À PROGRAMAÇÃO DA ATIVIDADE	S A T I S F A Ç Ã O
– **Clareza** na definição dos objetivos da atividade	
– **Compatibilidade** dos objetivos da atividade com as minhas necessidades de treinamento	
– **Ordenação** do conteúdo programático	
– **Adequação** do conteúdo aos objetivos da atividade	
– Carga horária **diária** *Se sua satisfação for menor ou igual a “6”, especifique:( )insuficiente ( ) excessiva*	
– Carga horária destinada às **atividades teóricas** *Se sua satisfação for menor ou igual a “6”, especifique:( )insuficiente ( )excessiva*	
– Carga horária programada para as **atividades práticas** *Se sua satisfação for menor ou igual a “6”, especifique:( )insuficiente ( )excessiva*	
PERTINÊNCIA E RELEVÂNCIA	**S A T I S F A Ç Ã O**
– Pertinência dos conteúdos para o desempenho de **minhas atribuições**	
– Relevância dos conteúdos do curso para o desempenho da **minha equipe de trabalho**	
– Relevância dos conteúdos do curso para o cumprimento da **missão da minha instituição**	
APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO CURSO	**S A T I S F A Ç Ã O**
– **Apoio recebido** da equipe/unidade de trabalho para minha participação no curso	
– Facilidade no processo de **inscrição no curso**	
– Clareza quanto aos **critérios de seleção**	
DESEMPENHO DIDÁTICO (avaliar de modo geral)	**S A T I S F A Ç Ã O**
– **Transmissão dos objetivos** da atividade	
– Clareza na **apresentação dos conteúdos**	
– **Ritmo** de apresentação do conteúdo	
– **Domínio** do conteúdo	
– **Utilização de exemplos** referentes à realidade da minha instituição	

DESEMPENHO DIDÁTICO (avaliar de modo geral)	SATISFAÇÃO
– Adequação das **estratégias de ensino** em relação aos conteúdos abordados. (ex: exposições, trabalhos em grupo, simulações, vivências, debates, exercícios)	
– Utilização adequada de **recursos instrucionais**. (ex: *data show*, projetor multimídia, quadro, *flip-chart*, vídeos, etc)	
– **Cumprimento** da programação divulgada	
– **Incentivo** à participação	
– **Disponibilidade para o esclarecimento de dúvidas/questões**	
– **Coordenação/moderação** dos debates	

A dimensão a seguir refere-se à aplicabilidade, abordagem e assimilação de cada conteúdo previsto para a oficina. Assim, nas colunas correspondentes, **atribua um valor da escala** para a **aplicabilidade do conteúdo**, um valor para a **profundidade com que ele foi abordado** e um valor para a sua **assimilação do conteúdo ministrado**.

ESCALA A SER USADA NA AVALIAÇÃO DOS PRÓXIMOS ITENS:

NÍVEL DE PROFUNDIDADE

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Nenhuma/Nada										**Total /Completamente**

CONTEÚDOS	NÍVEL DE PROFUNDIDADE		
	APLICABILIDADE	**ABORDAGEM**	**ASSIMILAÇÃO**
•			
•			
•			

Comentários que considero relevantes para o aprimoramento desta atividade *(ressalta-se que, se sua satisfação for menor ou igual a "6" em algum item, ou caso tenha deixado algum item sem resposta, favor justificar abaixo):*

____
____
____
____
____
____
____
____
____

10- RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES - 2010

Avaliação Institucional

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E PROJETOS
NÚCLEO DE AVALIAÇÃO

Brasília, janeiro de 2011 - 1ª Edição

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

O presente relatório aponta os resultados obtidos no processo de avaliação das atividades realizadas pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) no ano de 2010. Para tanto, e com o propósito de tornar sua leitura mais clara e objetiva, o documento estrutura-se da seguinte maneira:

1. expõe quadro resumo do Plano de Atividades 2010, quantificando o total de atividades realizadas, canceladas e em andamento;

2. apresenta o total de cursos (presenciais e a distância), atividades de extensão (congressos, seminários, simpósios e oficinas) e cursos de ingresso e vitaliciamento para membros, avaliados pela ESMPU, mencionando o número de participantes;

3. discrimina o nível de satisfação dos participantes nas atividades acadêmicas presenciais e a distância, em termos de programação, suporte e apoio, desempenho didático e resultados;

4. esboça uma breve análise qualitativa que discute os resultados da avaliação de satisfação dos participantes;

5. apresenta considerações finais.

PLANO DE ATIVIDADES 2010

Das 207 atividades deferidas pelo Conselho Administrativo da ESMPU para o ano de 2010, **104** foram executadas, 81 foram canceladas e **22** estão em execução. E, ao longo do ano, a ESMPU custeou ainda a participação de servidores em 17 cursos de capacitação interna.

Tabela 1: Plano de Atividades 2010

	CURSOS[93]	EXTENSÕES[94]	CONCURSO MONOGRAFIA/PRÊMIO DE JORNALISMO	TOTAL
PROPOSTAS DEFERIDAS	118	85	4	207
ATIVIDADES CANCELADAS	55	26	0	81
ATIVIDADES EXECUTADAS	**43**	**59**	**2**	**104**
ATIVIDADES EM ANDAMENTO	**20**	**- -**	**2**	**22**
				126

Atividades executadas

A missão da ESMPU é facilitar o contínuo aperfeiçoamento dos membros e servidores do Ministério Público da União – MPU, para uma atuação profissional eficaz. A fim de cumprir essa premente incumbência, a Escola executou **104** atividades acadêmicas, sendo **74** com a coordenação de cada um dos ramos. O MPT coordenou **31** atividades, o MPF **28**, o MPM **5**, o MPDFT **10** e a ESMPU **30**, conforme a tabela abaixo.

93 Entende-se por CURSOS as seguintes modalidades:
Curso de Aperfeiçoamento Presencial;
Curso de Aperfeiçoamento a Distância;
Curso de Ingresso e Vitaliciamento para Membros do MPU;
Cursos de Especialização *Lato Sensu*.

94 Atividades de EXTENSÃO: Congressos, seminários, simpósios e oficinas

Tabela 2: Atividades Executadas – Distribuição por tipo de atividade/ramo

TIPO DE ATIVIDADE/RAMO	ESMPU	MPDFT	MPF	MPM	MPT	TOTAL/ MODALIDADE	
CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO PRESENCIAIS	14	3	6	2	7	**32**	
CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO A DISTÂNCIA	6	- -	- -	- -	- -	**6**	
CURSOS DE INGRESSO E VITALICIAMENTO	3	- -	- -	- -	- -	**3**	
CURSOS DE ESP. *LATO SENSU* PRESENCIAIS	2	- -	- -	- -	- -	**2**	**43**
ATIVIDADES DE EXTENSÃO	3	7	22	3	24	**59**	
CONCURSO DE MONOGRAFIA	1	- -	- -	- -	- -	**1**	
PRÊMIO DE JORNALISMO	1	- -	- -	- -	- -	**1**	
TOTAL POR RAMO	**30**	**10**	**28**	**5**	**31**	**104**	

ATIVIDADES AVALIADAS

O Núcleo de Avaliação, a partir da análise das atividades oferecidas pela ESMPU, avaliou, **92** (88%) das **104** atividades executadas, e **22** atividades estão em processo de avaliação. Os resultados avaliativos são apresentados nos anexos deste relatório.
Conforme procedimentos adotados em 2010, a avaliação teve como objetivo principal coletar dados que possibilitassem a análise dos efeitos da realização das atividades, bem como desenvolver ações corretivas e preventivas com vistas no aprimoramento das atividades realizadas pela ESMPU.

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DE REAÇÃO

Cursos de Aperfeiçoamento Presenciais e Atividades de Extensão

Os resultados avaliativos foram agrupados de acordo com o tipo de atividade. Deste modo, os cursos de aperfeiçoamento presenciais contaram com 490 respondentes e a média de satisfação nessas atividades oscilaram entre 8,1 e 9,6. Nas atividades de extensão, 2.595 participantes responderam avaliações e as médias encontram-se entre 7,7 e 9,3.

Os formulários de avaliação apresentam uma escala de satisfação de 0 (nenhuma) a 10 (total), e foram elaborados considerando as seguintes dimensões:

- A dimensão *Programação*, que visa mensurar a satisfação dos participantes quanto aos objetivos, ao conteúdo programático e à carga horária da atividade acadêmica, teve como média geral as notas 8,8 e 8,5 nos cursos de

aperfeiçoamento e nas atividades de extensão, respectivamente. Nessa dimensão, verificou-se no item que se refere ao *"Cumprimento dos horários previstos na programação"*, o menor nível de satisfação das avaliações, com a média 7,7.

- Com relação à ***Pertinência e Relevância*** da atividade, a média obtida foi 9,3 nos cursos de aperfeiçoamento e 8,7 nas atividades de extensão. Essa dimensão objetiva avaliar o grau de relevância e pertinência que os participantes atribuem à atividade, a partir de três níveis: micro (participante), meso (equipe de trabalho do participante) e macro (MPU).

- No que tange ao ***Apoio ao Desenvolvimento da Atividade***, que pretende mensurar a satisfação dos participantes em relação ao apoio/suporte logístico à atividade, a média geral registrada nos cursos de aperfeiçoamento foi 9,0 e 8,8 nas atividades de extensão. Nessa dimensão, o item que apresentou menor nível de satisfação refere-se à *"Clareza quanto aos critérios de seleção"*.

- Quanto ao ***Desempenho Didático***, que visa medir a satisfação dos participantes ante as estratégias instrucionais adotadas pelos facilitadores ao longo da atividade, verificou-se a média 9,2 nos cursos de aperfeiçoamento e 8,7 nas atividades de extensão.

- Por fim, na última dimensão do formulário de avaliação, ***Resultados***, que almeja avaliar o alcance dos objetivos previamente definidos, o nível de satisfação dos participantes alcançou a média 9,0 nos cursos e 8,7 nas atividades de extensão.

De modo geral, as atividades mais bem avaliadas foram o Curso de aperfeiçoamento **"O Futuro do MPT: Planejamento Estratégico versus Realidade local"** e a Oficina **"Atuação do Ministério Público nas Justiças Militares",** ambos com média de satisfação 9,7.

A atividade que apresentou menor nível de satisfação foi o **"Encontro Nacional de coletores-chefes da ASSPA/MPF"**, em que a média geral foi 6,7. Essa média é consequência, principalmente, da baixa satisfação demonstrada pelos participantes em três aspectos avaliados: "Carga horária destinada à atividade", "Adequação do conteúdo aos objetivos da atividade" e "Nível de profundidade com que os conteúdos foram abordados, tendo em vista os objetivos da atividade", os quais receberam as médias **4,6**, **5,4** e **5,6** respectivamente.

Verificou-se, por meio dos comentários registrados nos formulários de avaliação, que as principais sugestões para o aperfeiçoamento das atividades são: melhor definição de carga horária, mais atividades práticas nos cursos, cumprimento da programação proposta e maior tempo para debates.

As principais críticas referem-se às dificuldades no processo de inscrição e seleção, e aos atrasos no início das atividades. De modo geral, o maior número de comentários elogia os temas abordados nas atividades e o desempenho didático dos facilitadores.

Cursos de Aperfeiçoamento a Distância

As atividades na modalidade a distância são avaliadas por meio de três formulários, todos elaborados a partir de itens a serem respondidos pelos participantes e facilitadores de cada atividade, sendo:

1. Avaliação de interação em EAD (participante) que visa coletar informações relevantes a fim de aprimorar as ferramentas de interface do ambiente virtual de aprendizagem utilizado, bem como, analisar a satisfação dos participantes em relação às estratégias instrucionais adotadas pelos facilitadores ao longo da atividade. Este formulário apresenta uma escala em nível de frequencia de 0 (nunca) a 10 (sempre).

2. Avaliação global do curso (participante) pretende mensurar a satisfação dos participantes quanto à programação da atividade, a relevância e pertinência de seus conteúdos, desempenho didático e os resultados alcançados no curso. Apresenta escala de satisfação de 0 (nenhuma) a 10 (total).

3. Avaliação global do curso (facilitador) é formado pelas mesmas dimensões e itens/indicadores do segundo, porém direcionados aos facilitadores. Nos cursos de aperfeiçoamento a distância, 229 respondentes demonstraram sua satisfação com as médias variando entre 8,2 e 8,8 na Avaliação de Interação em EAD e 8,4 e 9,4, na Avaliação Global.

Na Avaliação de interação em EAD**,** as atividades mais bem avaliadas foram os cursos “Introdução à Gerência de Projetos” e “Conduta ética”, com média 8,8. Contudo, observa-se que tanto nos cursos a distância mais bem avaliados quanto nos demais, a média do aspecto “Troquei informações com os colegas sobre o conteúdo do curso” corresponde a 7,0, caracterizando a categoria com menor média entre as avaliadas nos cursos EAD, o que pode denotar que a interação entre os alunos de um curso na modalidade a distância pode ser aperfeiçoada.

Por outro lado, a atividade com menor satisfação na Avaliação de Interação em EAD foi o “Curso de Língua Portuguesa e Redação – Turma 2”, com média 8,2. Foi verificada uma baixa satisfação principalmente nas respostas às dimensões “Estratégias de aprendizagem” e “Ferramentas de Interação em EAD” que apresentaram médias

relativamente aquém das demais, como 3,7 e 6,9 respectivamente. Vale destacar o aspecto “Expressei minhas idéias nos fóruns e *chats*”, que apresentou a média 3,7. O mesmo aspecto também obteve uma média baixa (3,8) no curso “Português Jurídico”. Nos comentários dos participantes de ambos os cursos, evidencia-se com frequência a sugestão de estimular mais os alunos a utilizar fóruns e *chats*. Cumpre informar, ainda, que os dois cursos foram oferecidos pela empresa CETEB, contratada pela ESMPU. Contudo, o curso “Português Jurídico” foi o que apresentou os melhores resultados na Avaliação Global, com média de satisfação 9,4.

Por meio da análise dos comentários dos participantes dos cursos a distância, as principais sugestões são o aumento de cursos nessa modalidade e o envio de material impresso.

Cursos de Ingresso e Vitaliciamento

O Curso de Ingresso e Vitaliciamento é realizado pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), em cumprimento ao disposto no art. 3º, I, da Lei n. 9.628, de 14 de abril de 1998, e no art. 93, IV, da Constituição da República, aplicável por força do art. 129, § 4º, ambos com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 45, de 8 de dezembro de 2004, e com a Ata da 6ª Reunião de Trabalho do Conselho Administrativo da ESMPU, de 24 de agosto de 2006, que prevê cursos oficiais para aperfeiçoamento, preparação e promoção de membros do MPU.

Com o objetivo de introduzir e desenvolver competências para o exercício com excelência da função de membro do MPU, o curso atende a membros recém-investidos nas respectivas carreiras, sendo desenvolvido e executado na forma semipresencial. A carga horária total é de 225 horas-aula, parte das quais destinada à fase oferecida por ocasião do ingresso dos novos membros, e outra, a atividades tendentes a oferecer subsídios ao Conselho Superior do respectivo ramo do Ministério Público da União para vitaliciamento, nos termos da Constituição e da Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993.
Em 2010, foram realizados os seguintes Cursos de Ingresso e Vitaliciamento: VIII CIV MPT, I CIV MPDFT e a etapa de ingresso do IX CIV MPT.

Em cada um dos cursos foi aplicada a Avaliação de Reação, que pretendeu mensurar a satisfação dos participantes por meio de dois formulários: Avaliação por disciplina, aplicado ao final de cada disciplina; e Avaliação global, aplicado ao final das etapas de cada curso. Os formulários objetivaram avaliar as dimensões “Programação”, “Apoio ao desenvolvimento”, “Resultados alcançados no curso”, “Desempenho Didático” e “Relevância/Pertinência de seus conteúdos”.

De acordo com os resultados obtidos com as avaliações globais, os Cursos de Ingresso e Vitaliciamento foram, de uma forma geral, considerados satisfatórios, tanto nas etapas de ingresso, com médias de 9,1 no I CIV MPDFT, 9,3 no VIII CIV MPT e 8,6 no IX CIV MPT, quanto nas etapas de vitaliciamento, que apresentaram médias 9,0 no I CIV MPDFT e 9,7 no VIII CIV MPT. O IX CIV MPT ainda não teve a sua etapa de vitaliciamento concluída. Maiores informações acerca das avaliações dos Cursos de Ingresso e Vitaliciamento podem ser obtidas nos Relatórios de Avaliação Institucional de cada curso.

RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES DE FACILITADORES, TUTORES E COORDENADORES

Os facilitadores, tutores e coordenadores das atividades acadêmicas também foram convidados a responder um questionário, onde avaliaram as seguintes categorias: "Programação do curso", "Relevância e Pertinência", "Apoio ao desenvolvimento do curso" e "Resultados". Os coordenadores avaliaram ainda, o "Relacionamento com a ESMPU", e os facilitadores, o "Desempenho Didático".

Em 2010, aproximadamente 52 facilitadores responderam as avaliações sugeridas, apontando uma média de satisfação de 9,3 com os cursos promovidos pela ESMPU nos quais ministraram disciplinas.

Quanto aos coordenadores das atividades, cerca de 49 responderam os questionários avaliativos, apresentando uma média de 9,2 de satisfação com as atividades da Escola. Aproximadamente 5 tutores avaliaram os cursos a distância da ESMPU, com uma média de satisfação de 9,4 quanto aos cursos sob suas tutelas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados relatados, constatou-se que a relevância dos temas e o desempenho didático dos facilitadores obtiveram grande destaque nas atividades realizadas.

Observou-se que, de forma geral, nas atividades avaliadas, os itens referentes a cumprimento dos horários previstos na programação e facilidade no processo de inscrição/seleção obtiveram média de satisfação inferior a 7. Esses dados foram ratificados a partir das críticas encontradas nos comentários dos questionários de avaliação, em que a maioria refere-se às dificuldades no processo de inscrição e seleção e também à falta de pontualidade no início das atividades.

Em se tratando das sugestões apontadas, destacam-se a necessidade de melhor definição na distribuição da carga horária, maior oferta de cursos na modalidade a distância, tempo maior para a troca de experiências entre os participantes dos cursos, bem como a disponibilização do material didático das atividades no site da ESMPU ou seu envio por correspondência eletrônica.

Por fim, os aspectos tratados neste relatório demonstram a preocupação da ESMPU com a excelência no cumprimento da sua missão.

É o relatório.

Anexo I – Média de Satisfação nos Cursos de Aperfeiçoamento Presenciais					
	RAMO	NOME DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO	N	MÉDIA DE SATISFAÇÃO[95]	DESVIO PADRÃO[96]
1	MPT	O FUTURO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO X REALIDADE LOCAL	10	9,7	0,6
2	MPF	ATUALIZAÇÃO EM DIREITOS DIFUSOS	18	9,7	0,6
3	MPT	FALAR EM PÚBLICO COM ESTILO E CONFIANÇA	15	9,6	0,6
4	MPT	ANÁLISE ERGONÔMICA DO TRABALHO E O USO DE FERRAMENTAS DE APOIO DIAGNÓSTICO EM ERGONOMIA	13	9,5	0,8
5	ESMPU	*MEDIA TRAINING* PARA MEMBROS DO MPF E MPDFT	5	9,5	0,8
6	MPM	FRAUDES FINANCEIRAS - A ATUAÇÃO DO CPADSI NA INSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS	21	9,4	0,9
7	ESMPU	GESTÃO DA COMUNICAÇÃO - Turma IV	7	9,4	0,7
8	MPT	CURSO DE TÉCNICAS DE INTERROGATÓRIO E ENTREVISTA	32	9,3	0,9
9	MPF	REPASSE DE VERBAS FEDERAIS PARA A SAÚDE	27	9,3	0,9
10	MPF	PRÁTICA DE DIREITO ELEITORAL E PROCESSO ELEITORAL	27	9,3	1,2
11	MPDFT	MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	17	9,3	0,9
12	MPT	PODER E LIDERANÇA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO - **MÓDULO I**	4	9,3	0,7
13	ESMPU	RECURSOS NOS TRIBUNAIS SUPERIORES E SECEDÂNEOS RECURSAIS	34	9,3	1,0
14	MPT	MEIO AMBIENTE DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO: UMA ABORDAGEM PRÁTICA DA NR-18	14	9,2	1,0
15	ESMPU	GESTÃO DA COMUNICAÇÃO - Turma V	12	9,2	0,8
16	ESMPU	GESTÃO DA COMUNICAÇÃO - Turma I	10	9,2	0,8
17	ESMPU	*MEDIA TRAINING* PARA MEMBROS DO MPM E MPT	11	9,2	0,9
18	ESMPU	GESTÃO DA COMUNICAÇÃO - Turma III	11	9,0	0,9
19	MPT	PODER E LIDERANÇA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO - **MÓDULO II**	4	9,0	1,2
20	MPM	PERÍCIAS NO PROCESSO PENAL	25	9,0	1,2
21	MPF	TUTELA DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: DESAFIOS PARA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	17	8,9	1,3
22	ESMPU	ATIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO E CONTROLE: TÉCNICAS DE IDENTIFICAÇÃO DE FRAUDES	19	8,8	1,0
23	MPF	CURSO DE FORMAÇÃO DE COLETORES - ASSPA/MPF	44	8,8	1,4
24	MPDFT	AVALIAÇÃO PERICIAL PSIQUIÁTRICA	20	8,7	1,4
25	MPF	UTILIZAÇÃO DAS GEOTECNOLOGIAS COMO FERRAMENTAS DE CONTROLE AMBIENTAL	9	8,6	1,4
26	ESMPU	GESTÃO DA INTELIGÊNCIA	14	8,5	1,3
27	ESMPU	MOODLE DAY	14	8,4	1,9
28	MPDFT	JUSTIÇA RESTAURATIVA PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO	17	8,2	1,4
29	ESMPU	MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA E DESENVOLVIMENTO	7	8,1	1,5
30	ESMPU	GESTÃO DA COMUNICAÇÃO - Turma II	12	8,1	1,7

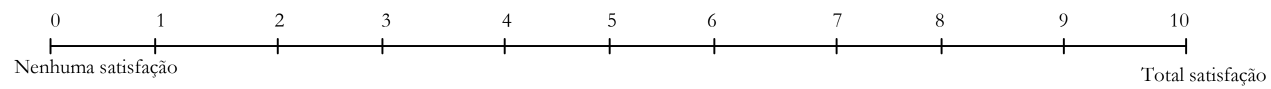
[95] **Média de Satisfação** – Consiste na soma de todos os escores dividida pelo número de respondentes em cada atividade.
[96]**Desvio Padrão –** É uma faixa de dispersão dos dados ao redor da média.

Anexo II – Dimensões avaliadas nos Cursos de Aperfeiçoamento Presenciais

Total de participantes: 686

Amostra: 490 respondentes – 71 % dos participantes

Escala usada na avaliação dos itens:



PROGRAMAÇÃO DOS CURSOS	N	MÉDIA DE SATISFAÇÃO	DESVIO PADRÃO
Pertinência dos pré-requisitos necessários ao aproveitamento no curso	110	9,3	1,0
Clareza na definição dos objetivos da atividade	480	9,3	1,1
Adequação do conteúdo aos objetivos da atividade	471	9,2	1,2
Ordenação do conteúdo programático	481	9,1	1,2
Compatibilidade dos objetivos da atividade com as minhas necessidades de treinamento	481	9,1	1,3
Carga horária diária	479	8,4	1,5
Carga horária destinada às atividades teóricas	473	8,4	1,6
Carga horária programada para as atividades práticas	448	8,1	1,9
MEDIDAS GERAIS DA DIMENSÃO	**428**	**8,8**	**1,4**

Quanto à carga horária – satisfação menor ou igual a 6:

Indicador	Níveis de satisfação atribuídos	N. de Respostas	% em relação ao n.respondentes	Justificativa
C H Diária	2-3-4-5-6	34	7%	Insuficiente
		19	4%	Excessiva
C H Teórica	2-3-4-5-6	43	9%	Insuficiente
		18	4%	Excessiva
C H Prática	2-3-4-5-6	66	13%	Insuficiente
		7	1%	Excessiva

PERTINÊNCIA E RELEVÂNCIA	N	MÉDIA DE SATISFAÇÃO	DESVIO PADRÃO
Relevância dos conteúdos do curso para o cumprimento da missão da minha instituição	482	9,5	0,9
Pertinência dos conteúdos para o desempenho de minhas atribuições	482	9,3	1,2
Relevância dos conteúdos do curso para o desempenho da minha equipe de trabalho	481	9,2	1,2
MEDIDAS GERAIS DA DIMENSÃO	**482**	**9,3**	**1,1**

APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS CURSOS	N	MÉDIA DE SATISFAÇÃO	DESVIO PADRÃO
Qualidade das instalações	483	9,1	1,3
Facilidade no processo de inscrição no curso	476	9,0	1,5
Coerência do material didático em relação aos conteúdos abordados na atividade	475	9,0	1,5
Clareza quanto aos critérios de seleção	472	9,0	1,6
Qualidade gráfica do material didático	475	8,9	1,5
MEDIDAS GERAIS DA DIMENSÃO	**476**	**9,0**	**1,5**
DESEMPENHO DIDÁTICO	**N**	**MÉDIA DE SATISFAÇÃO**	**DESVIO PADRÃO**
Domínio do conteúdo	452	9,6	0,9
Disponibilidade para o esclarecimento de dúvidas/questões	453	9,6	0,9
Clareza na apresentação dos conteúdos	453	9,3	1,1
Cumprimento da programação divulgada	450	9,2	1,3
Incentivo à participação	455	9,2	1,3
Transmissão dos objetivos da atividade	458	9,2	1,3
Utilização de exemplos referentes à realidade da minha instituição	493	9,1	1,2
Qualidade das atividades de aprendizagem (trabalhos em grupo, exercícios, teste, etc)	436	9,1	4,7
Utilização adequada de recursos instrucionais. (ex: data show, projetor multimídia, quadro, flip-chart, vídeos, etc)	497	9,1	1,3
Adequação das estratégias de ensino em relação aos conteúdos abordados. (ex: exposições, trabalhos em grupo, simulações, vivências, debates, exercícios)	498	9,0	1,3
Ritmo de apresentação do conteúdo	452	8,9	1,4
Nível de profundidade com que os conteúdos foram abordados, tendo em vista os objetivos da atividade	449	8,8	1,4
MEDIDAS GERAIS DA DIMENSÃO	**462**	**9,2**	**1,5**

Quanto ao Nível de profundidade com que os conteúdos foram abordados, tendo em vista os objetivos da atividade – satisfação menor ou igual a 6:

Níveis de satisfação atribuídos	N. de Respostas	% em relação ao n.respondentes	Justificativa
1-2-3-4-5-6	20	4%	Insuficiente
	1	0,2%	Excessivo

RESULTADOS	N	MÉDIA DE SATISFAÇÃO	DESVIO PADRÃO
Probabilidade de os conhecimentos adquiridos melhorarem meu desempenho no trabalho	476	9,4	1,0
Assimilação dos conhecimentos apresentados	475	9,1	0,9
Meu grau de integração junto aos demais participantes (oportunidade para troca de experiências)	476	8,9	1,3
Meu desempenho nas atividades propostas pelo instrutor	445	8,9	1,3
Meu domínio de pré-requisitos em relação aos conteúdos da atividade	116	8,7	1,4
MEDIDAS GERAIS DA DIMENSÃO	**398**	**9,0**	**1,2**

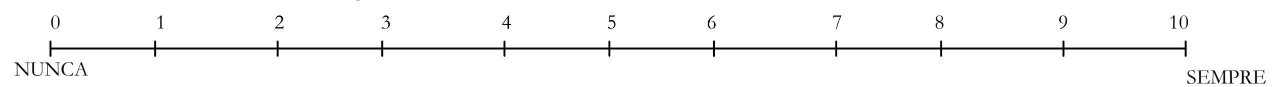
Anexo III – Média de Satisfação nos Cursos de Aperfeiçoamento a Distância

NOME DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO		MÉDIA DE RESPONDENTES	AVALIAÇÃO DE INTERAÇÃO EM EAD		AVALIAÇÃO GLOBAL (participantes)	
			MÉDIA DE SATISFAÇÃO	DESVIO PADRÃO	MÉDIA DE SATISFAÇÃO	DESVIO PADRÃO
1	PORTUGUÊS JURÍDICO - TURMA 2	47	8,3	1,9	9,4	1,0
2	LÍNGUA PORTUGUESA E REDAÇÃO - TURMA 2	67	8,2	2,0	9,3	1,2
3	CONDUTA ÉTICA	27	8,8	1,5	9,1	1,1
4	GESTÃO DE PESSOAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	32	8,7	1,4	9,1	1,1
5	INTRODUÇÃO À GERÊNCIA DE PROJETOS	32	8,8	1,5	9,0	1,1
6	INTRODUÇÃO À ORIENTAÇÃO A OBJETOS, JAVA E PROGRAMAÇÃO PARA WEB	24	8,4	1,7	8,4	1,9

Anexo IV – Dimensões avaliadas nos Cursos de Aperfeiçoamento a Distância
Total de participantes: 766
AVALIAÇÃO DE INTERAÇÃO DO PARTICIPANTE

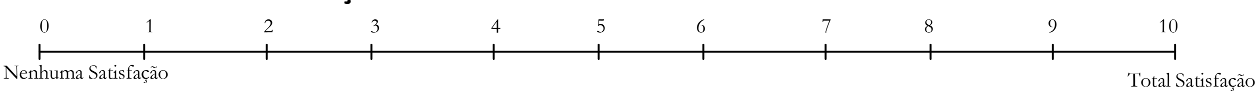
Amostra: 229 respondentes – 30 % dos participantes

Escala usada na avaliação dos itens:



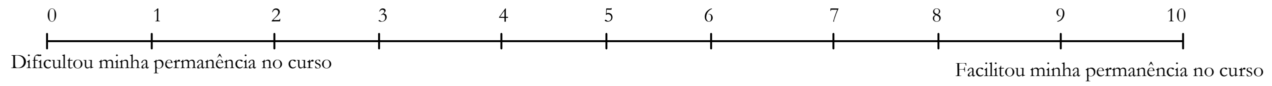
ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM	N	MÉDIA DE SATISFAÇÃO	DESVIO PADRÃO
Realizei as atividades propostas	226	9,4	1,2
Busquei identificar, no meu dia a dia, situações para aplicar o conteúdo do curso	226	9,2	1,2
Li o conteúdo do curso no material impresso	226	8,9	2,3
Li o conteúdo do curso na tela do computador	226	8,5	2,2
Busquei outras fontes (ex: sites, revistas, livros) de pesquisa relacionadas ao curso	221	8,1	1,9
Busquei auxílio do facilitador (es) para esclarecer as minhas dúvidas sobre o conteúdo	226	7,5	2,7
Expressei minhas ideias nos fóruns e chats	226	7,2	3,2
Troquei informações com os colegas sobre o conteúdo do curso	226	7,0	2,9
MEDIDAS GERAIS DA DIMENSÃO	**225**	**8,2**	**2,2**

Escala usada na avaliação dos itens:



INTERFACE DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM/AVA	N	MÉDIA DE SATISFAÇÃO	DESVIO PADRÃO
Letras (cor, tipo, tamanho) usadas no texto	226	9,2	1,2
Velocidade das respostas do AVA às minhas ações	229	9,1	1,2
Clareza das mensagens que o Ambiente Virtual de Aprendizagem/AVA dá como resposta às minhas ações	226	9,1	1,2
Apresentação visual das telas	226	9,0	1,3
Indicação de onde estou no AVA, em cada momento	226	9,0	1,2
Relação entre os nomes e as siglas dos comandos e suas funções	226	8,9	1,3
Disposição dos comandos na tela para encontrar as informações desejadas	226	8,9	1,3
Indicação sobre o que devo fazer para a atingir meus objetivos instrucionais	226	8,9	1,5
Qualidade das mensagens que recebo do ambiente eletrônico quando cometo erros de navegação	229	8,9	1,5
Informações que me permitem evitar erros de navegação	226	8,8	1,4
MEDIDAS GERAIS DA DIMENSÃO	**227**	**9,0**	**1,3**

Escala usada na avaliação dos itens:

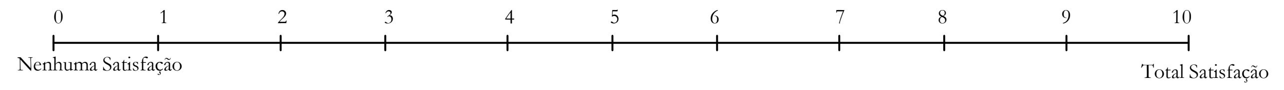


FERRAMENTAS DE INTERAÇÃO EM EAD	N	MÉDIA DE SATISFAÇÃO	DESVIO PADRÃO
Quantidade de mensagens administrativas enviadas por e-mail	229	8,8	1,4
Volume de leitura na tela do computador	229	8,7	1,4
Utilização do e-mail para comunicação com facilitador(es) e colegas	229	8,7	1,8
Utilização do chat para comunicação com facilitador(es) e colegas	226	8,0	2,5
Utilização do fórum para comunicação com facilitador(es) e colegas	229	8,4	2,2
MEDIDAS GERAIS DA DIMENSÃO	**228**	**8,5**	**1,9**

AVALIAÇÃO GLOBAL

Amostra: 217 respondentes – 28 % dos participantes

Escala usada na avaliação dos itens:



PROGRAMAÇÃO DOS CURSOS	N	MÉDIA DE SATISFAÇÃO	DESVIO PADRÃO
Adequação do conteúdo aos objetivos do curso	217	9,1	1,2
Pertinência das leituras recomendadas em relação aos objetivos do curso	217	9,1	1,2
Clareza na definição dos objetivos do curso	217	9,0	1,3
Compatibilidade dos objetivos do curso com as minhas necessidades de treinamento	217	8,9	1,3
Quantidade de conteúdo tratado no curso	217	8,9	1,4
Qualidade das avaliações de aprendizagem	217	8,8	1,4
Carga horária destinada às atividades teóricas	217	8,7	1,5
Carga horária programada para as atividades práticas	216	8,5	1,6
MEDIDAS GERAIS DA DIMENSÃO	**217**	**8,9**	**1,4**

APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS CURSOS	N	MÉDIA DE SATISFAÇÃO	DESVIO PADRÃO
Coerência do material didático em relação aos conteúdos abordados no curso	217	9,3	1,1
Disponibilidade do NEAD (Núcleo de Educação a Distância) para solucionar dificuldades no uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem/AVA	216	9,0	1,3
Suporte técnico da ESMPU quanto à utilização do AVA	217	9,0	1,4
MEDIDAS GERAIS DA DIMENSÃO	**217**	**9,1**	**1,3**

DESEMPENHO DIDÁTICO - Avaliar de modo geral	N	MÉDIA DE SATISFAÇÃO	DESVIO PADRÃO
Domínio dos conteúdos	217	9,5	0,9
Cumprimento do programa	217	9,4	0,9
Respeito às ideias dos participantes	217	9,4	1,1
Transmissão dos objetivos do curso	216	9,3	1,0
Clareza na apresentação dos conteúdos	217	9,3	1,0
Incentivo à participação dos alunos nas atividades	217	9,3	1,2
Qualidade das respostas às dúvidas	217	9,3	1,2
Tempo de resposta às minhas consultas	217	9,3	1,3

Utilização de exemplos referentes à realidade da minha instituição	217	9,2	1,2
Respeito ao ritmo de aprendizagem do participante	217	9,2	1,2
Nível de profundidade com que os conteúdos foram abordados, tendo em vista os objetivos do curso	217	9,2	1,1
Feedback aos participantes referente às atividades realizadas por esses	217	9,2	1,4
Ressalta as possibilidades de aplicação dos conteúdos no contexto de trabalho dos participantes	217	9,1	1,3
Utilização dos recursos de interação disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem/AVA (ex: fórum e chat)	217	9,0	1,5
Elaboração de críticas construtivas	217	9,0	1,4
MEDIDAS GERAIS DA DIMENSÃO	**217**	**9,2**	**1,2**

RESULTADOS	**N**	**MÉDIA DE SATISFAÇÃO**	**DESVIO PADRÃO**
Probabilidade de os conhecimentos adquiridos melhorarem meu desempenho no trabalho	216	9,1	1,3
Interação participante/moderador	217	9,0	1,4
Assimilação dos conhecimentos apresentados	216	8,9	1,1
Interação participante/participante (oportunidade para troca de experiências)	217	8,4	1,8
Probabilidade de os conhecimentos adquiridos melhorarem meu desempenho no trabalho	216	9,1	1,3
Interação participante/moderador	217	9,0	1,4
MEDIDAS GERAIS DA DIMENSÃO	**217**	**8,9**	**1,4**

Anexo V – Média de Satisfação nas Atividades de Extensão

	RAMO	TIPO	NOME DA ATIVIDADE DE EXTENSÃO	N	MÉDIA DE SATISFAÇÃO	DESVIO PADRÃO
1	MPM	OFICINA	ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NAS JUSTIÇAS MILITARES	7	9,7	0,3
2	MPF	OFICINA	DIREITOS HUMANOS E EMANCIPAÇÃO DE MINORIAS	6	9,7	0,8
3	MPDFT	SIMPÓSIO	O MINISTÉRIO PÚBLICO E O VELAMENTO DAS FUNDAÇÕES E ASSOCIAÇOES DE INTERESSE SOCIAL	15	9,6	0,7
4	MPF	OFICINA	A EFETIVIDADE NA FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS	11	9,5	0,9
5	MPT	OFICINA	TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO PARA ASPECTOS RELACIONADOS ÀS RELAÇÕES TRABALHISTAS	13	9,5	0,9
6	MPT	SEMINÁRIO	A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ATLETAS E A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	12	9,4	0,8
7	MPT	CONGRESSO	TRABALHO, SINDICATO E DIREITO: VISÕES DE UM FUTURO POSSÍVEL	31	9,4	1,0
8	MPDFT	SEMINÁRIO	PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS	38	9,4	0,9
9	MPF	SEMINÁRIO	REFORMAS DO PROCESSO PENAL	24	9,3	1,1
10	MPT	SIMPÓSIO	O MINISTÉRIO PÚBLICO E A TUTELA COLETIVA	14	9,3	1,1
11	MPT	SIMPÓSIO	IDENTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADES NA ANÁLISE DE DOCUMENTOS TRABALHISTAS E CONTÁBEIS	14	9,3	0,8
12	MPT	CONGRESSO	A QUESTÃO DA UTILIZAÇÃO DOS AGROTÓXICOS NO CAMPO E OS EFEITOS NOS TRABALHADORES	22	9,3	1,0
13	MPM	OFICINA	MINISTÉRIO PÚBLICO E IMPRENSA	8	9,3	0,8
14	MPF	CONGRESSO	INOVAÇÕES DO DIREITO PENAL ECONÔMICO: CONTRIBUIÇÕES DOGMÁTICAS, POLÍTICO-CRIMINAIS E CRIMINOLÓGICAS	36	9,2	1,2
15	MPDFT	SIMPÓSIO	O MINISTÉRIO PÚBLICO E O CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL	39	9,2	1,1
16	MPF	SIMPÓSIO	PATRIMÔNIO ARTE DÉCO DE ARACAJU	28	9,2	1,1
17	MPF	CONGRESSO	JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	40	9,2	1,2
18	MPM	SIMPÓSIO	O MINISTÉRIO PÚBLICO E SEUS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	38	9,2	1,2
19	MPT	CONGRESSO	CONGRESSO INTERNACIONAL: JUSTIÇA, MINISTÉRIO PÚBLICO E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS	29	9,2	1,1
20	MPF	CONGRESSO	JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: aspectos ambiental e eleitoral	21	9,2	1,0
21	MPDFT	SIMPÓSIO	A EXECUÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE: EXPERIÊNCIAS, DILEMAS E PERSPECTIVAS	57	9,1	1,2
22	MPF	CONGRESSO	CONGRESSO INTERNACIONAL: O NOVO NO DIREITO AMBIENTAL POR MICHEL PRIEUR	83	9,1	1,2
23	MPF	CONGRESSO	JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	71	9,0	1,3
24	MPF	OFICINA	JORNALISMO INVESTIGATIVO - UM DIÁLOGO SUL-SUL	20	9,0	1,2
25	ESMPU	SIMPÓSIO	ESTUDOS COMPARADOS DE MODELOS DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL	56	9,0	1,1

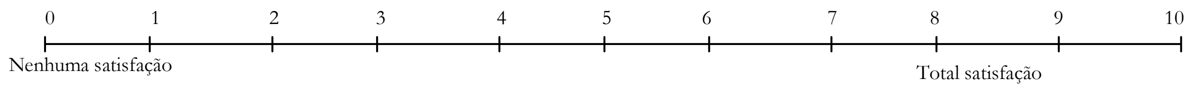
	RAMO	TIPO	NOME DA ATIVIDADE DE EXTENSÃO	PARTICIPANTES	MÉDIA DE SATISFAÇÃO	DESVIO PADRÃO
26	MPT	CONGRESSO	DESAFIOS E DILEMAS CONTEMPORÂNEOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	31	9,0	1,3
27	MPT	CONGRESSO	PRÁTICAS ANTISSINDICAIS NO BRASIL NA VISÃO DOS PODERES PÚBLICOS E DOS ATORES SOCIAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	35	8,9	1,1
28	MPF	CONGRESSO	JUSTIÇA CLIMÁTICA - desafios e perspectivas	23	8,9	1,5
29	MPF	SEMINÁRIO	PLURALISMO JURÍDICO E MULTICULTURALISMO	14	8,9	1,3
30	MPT	SIMPÓSIO	A ATUAÇÃO DOS CONSELHOS NACIONAIS DA MAGISTRATURA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO	38	8,9	1,0
31	MPT	SIMPÓSIO	MEIO AMBIENTE DE TRABALHO PROPÍCIO II	32	8,8	1,2
32	MPT	CONGRESSO	O MINISTÉRIO PÚBLICO E A CONVENÇÃO DA ONU SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	38	8,8	1,5
33	MPDFT	SEMINÁRIO	ORÇAMENTO PÚBLICO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - MÓDULO II	28	8,8	1,0
34	MPF	CONGRESSO	LIBERALISMO, COMUNITARISMO E GARANTISMO PENAL INTEGRAL: PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS	96	8,8	1,3
35	MPF	CONGRESSO	AGROTÓXICOS, SAÚDE E MEIO AMBIENTE: O DIREITO À INFORMAÇÃO	38	8,8	1,3
36	MPT	SIMPÓSIO	RELAÇÕES SINDICAIS NAS DIVERSAS CATEGORIAS	13	8,8	1,4
37	MPT	CONGRESSO	AGROTÓXICOS, SAÚDE E MEIO AMBIENTE: O DIREITO À INFORMAÇÃO	49	8,8	1,5
38	MPT	CONGRESSO	SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR: MEIO AMBIENTE DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE	136	8,7	1,3
39	MPF	CONGRESSO	O MINISTÉRIO PÚBLICO NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO	121	8,7	1,4
40	MPDFT	SEMINÁRIO	ORÇAMENTO PÚBLICO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - MÓDULO I	43	8,7	1,2
41	MPDFT	CONGRESSO	MINISTÉRIO PÚBLICO E TERCEIRO SETOR: ATUAÇÃO INSTITUCIONAL NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS	157	8,6	1,4
42	MPT	CONGRESSO	DE 1970 A 2010: 40 ANOS DE LUTA PELA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO. COMO A SOCIEDADE PODE COMBATER ESSA CHAGA SOCIAL?	210	8,6	1,6
43	MPF	SEMINÁRIO	LEI MARIA DA PENHA: AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS	218	8,5	1,5
44	MPT	CONGRESSO	CONGRESSO ESTADUAL SOBRE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO: A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E OS EFEITOS A SAÚDE DO TRABALHADOR	269	8,5	1,4
45	MPT	SIMPÓSIO	O TRABALHO NO TRANSPORTE RODOVIÁRIO: UM DEBATE IMPRESCRITÍVEL	31	8,5	1,3
46	MPT	SIMPÓSIO	ATUAÇÃO DOS RAMOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO EM MINAS GERAIS	14	8,5	1,3
47	MPT	SIMPÓSIO	DIREITOS HUMANOS: DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO	35	8,4	1,7
48	MPF	SIMPÓSIO	CONSCIÊNCIA AMBIENTAL - Sistema de Gestão Ambienta - Norma ISO 14.001/2004	28	8,4	1,8
49	MPF	CONGRESSO	PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS	22	8,2	1,5
50	MPF	SIMPÓSIO	CIDADANIA, MEIO AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA	23	8,2	1,6

51	MPT	CONGRESSO	CONGRESSO SOBRE A ATUAÇÃO E INTERAÇÃO DA AGU, DA JUSTIÇA DO TRABALHO, DO MPT E DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM GOIÁS	71	8,2	1,2
52	MPT	CONGRESSO	AGROTÓXICOS, SAÚDE E MEIO AMBIENTE: O DIREITO À INFORMAÇÃO	36	7,9	1,6
53	MPF	SIMPÓSIO	ENCONTRO NACIONAL DE COLETORES-CHEFES DA ASSPA/MPF - ENACC/ASSPA	26	6,7	1,8

Anexo VI – Dimensões avaliadas nas Atividades de Extensão

Total de participantes: 5.932
Amostra: 2.595 respondentes – 44% dos participantes

Escala usada na avaliação dos itens:



PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO	N	MÉDIA DE SATISFAÇÃO	DESVIO PADRÃO
Adequação do conteúdo aos objetivos da atividade	2519	8,9	1,3
Clareza na definição dos objetivos da atividade	2548	8,8	1,3
Ordenação das conferências, painéis e palestras, segundo o conteúdo destas	2548	8,8	1,4
Compatibilidade dos objetivos da atividade com as minhas necessidades profissionais	2548	8,7	1,4
Carga horária destinada à atividade	2548	8,1	1,8
Cumprimento dos horários previstos na programação	2548	7,7	2,1
MEDIDAS GERAIS DA DIMENSÃO	**2543**	**8,5**	**1,6**

PERTINÊNCIA E RELEVÂNCIA	N	MÉDIA DE SATISFAÇÃO	DESVIO PADRÃO
Relevância dos conteúdos da atividade para o cumprimento da missão da minha instituição	2587	8,9	1,3
Pertinência dos conteúdos para o desempenho de minhas atribuições	2587	8,7	1,4
Relevância dos conteúdos da atividade para o desempenho da minha equipe de trabalho	2590	8,6	1,5
MEDIDAS GERAIS DA DIMENSÃO	**2588**	**8,7**	**1,4**

APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO	N	MÉDIA DE SATISFAÇÃO	DESVIO PADRÃO
Qualidade das instalações	2590	9,3	1,2
Facilidade no processo de inscrição na atividade	2590	9,1	1,5
Clareza quanto aos critérios de seleção	2596	7,9	0,6
MEDIDAS GERAIS DA DIMENSÃO	**2592**	**8,8**	**1,1**

DESEMPENHO DIDÁTICO	N	MÉDIA DE SATISFAÇÃO	DESVIO PADRÃO
Clareza na exposição dos conteúdos ao longo da atividade	2523	8,9	1,2
Coordenação/moderação dos debates	2567	8,8	1,4
Utilização de exemplos aplicáveis à realidade da minha instituição	2564	8,7	1,4
Nível de profundidade com que os conteúdos foram abordados, tendo em vista os objetivos da atividade	2510	8,6	1,4
MEDIDAS GERAIS DA DIMENSÃO	**2541**	**8,7**	**1,4**

RESULTADOS	N	MÉDIA DE SATISFAÇÃO	DESVIO PADRÃO
Probabilidade de os conhecimentos adquiridos melhorarem meu desempenho no trabalho	2564	9,0	1,3
Assimilação dos conhecimentos apresentados	2522	8,9	1,1
Aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos nas atividades desempenhadas por mim dentro da instituição	2572	8,7	1,4
Integração entre os participantes (oportunidade para troca de experiências)	2562	8,4	1,6
MEDIDAS GERAIS DA DIMENSÃO	**2555**	**8,7**	**1,4**

Anexo VII – Síntese dos Comentários

- ## Cursos de Aperfeiçoamento Presenciais

SUGESTÕES	N
Processo de inscrição/seleção	72
Melhor definição da carga horária	27
Mais atividades práticas	15
Disponibilização material didático	14
Melhorar material didático gráfico	13
Melhoria da divulgação das atividades	9
Continuidade dos cursos	9
Aprofundar o tema	8
Tempo maior para debates / discussões	8
Gravar o curso para distribuição	6
Direcionamento do tema para a prática do MPU	6
Avaliação individual para cada facilitador	6
Inserção de exemplos práticos	5
Adequar o número de participantes ao número de computadores	5
Mais teoria	4
Aumentar a quantidade de material	2
Uso de microfone de mesa ou de lapela	2
Ampliação da quantidade vagas para atendimento das demandas	2
CRÍTICAS	**N**
Logística da atividade	83

Processo seletivo para inscrição	77
Inscrições	42
Seleção dos candidatos	32
Ausência de atividades práticas	23
Atividades teóricas excessivas	20
Ausência de material didático	17
Não cumprimento da programação	14
Definição de carga horária	13
Material didático reduzido	9
Aos equipamentos (acesso à *internet*, som, ar condicionado, iluminação)	8
Pouco tempo de apresentação de conteúdos	7
Didática do palestrante	6
Conteúdo amplo	4
Falta de tempo para esclarecer dúvidas	4
ELOGIOS	**N**
Ao curso	29
Aos facilitadores/instrutores	16
Coordenador	14
Pertinência do tema	12
Relevância do tema	9
ESMPU	7
Praticidade	3
Informações valiosas	2
Grupo de Trabalho	2
Interação dos participantes	1
Formato do curso	1

- **Cursos de Aperfeiçoamento a Distância**

SUGESTÕES	**N**
Mais cursos no formato EAD	19
Melhorar a disposição dos *links* na plataforma	15
Coerência entre carga horária e conteúdo	11
Maior carga horária	10
Motivar o uso de *chats* e fóruns	10
Melhorar o *layout* dos *slides*	9
Um quadro com avaliações pendentes para os alunos	6
Exemplos voltados para o MPU	5
Disponibilização dos textos ao final de cada módulo	4
Correção da redação no próprio texto	2
Espaço para comentários dos *slides*	1
CRÍTICAS	**N**
Recebimento de apostila	16
Pouca interação entre participantes	12
Ao tamanho das letras e cores dos textos	11
A organização da plataforma (navegação confusa)	9
Ênfase dada a exemplos somente do setor privado	9
Exigência de horas mínimas de acesso	7
Forma de debate na reunião final *on line*	7
A quantidade de conteúdo	6
A tutoria	6
Site da ESMPU	6
Letras pequenas das telas de apresentação	5
Aos fóruns	5
Ausência de gabarito	2
As ferramentas do curso	2
ELOGIOS	**N**
Ao curso	17
A tutoria	3
Relevância prática do tema	2
Arquivos disponibilizados pela biblioteca do *site*	1

Atividades de Extensão

SUGESTÕES	N
Melhor definição de carga horária	107
Mais divulgação	42
Continuidade dos cursos	29
Disponibilização dos materiais utilizados nas palestras	21
Utilização de exemplos práticos nas palestras	12
Cumprimento dos horários previstos na programação	6
Mais atividades práticas	5
Envio do certificado pelos correios, email ou entregue ao final do congresso	3
Participação do público externo (comunidade)	3
Enfoque multidisciplinar	3
Palestrantes mais atualizados e com experiência na temática abordada	2
Avaliação por palestras	1
Transmissão *online* do congresso	1

CRÍTICAS	N
Cumprimento da programação	201
Processo de inscrições/seleção	84
Tempo para debate	65
Logística da atividade	48
Definição de carga horária	46
Didática dos palestrantes	32
Superficialidade dos temas tratados	23
Integração entre os participantes	20
Organização das palestras	9
Tema complexo	8
Clareza do conteúdo	5
Falta de adequação do conteúdo ao público	4
Programação extensa	4
Debates excessivos	2
Aplicabilidade do tema	2
Acessibilidade para deficientes	2
Metodologia do curso	1
Foco na teoria	1
ELOGIOS	**N**
Às atividades	189
Temas abordados	52
Palestrantes	44
Objetivos da atividade	23
Iniciativa, qualidade e organização da atividade	15
Atendeu às expectativas	11
Aplicabilidade do conteúdo	3

_____11- ANTEPROJETO DE LEI – CRIAÇÃO DO QUADRO DA ESMPU_______





OFÍCIO n° 0002596 /2010/DIRGE/ESMPU

Brasília, 11 de novembro de 2010.

À Sua Excelência o Senhor
ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
Procurador-Geral da República
Brasília - DF

Senhor Procurador-Geral,

Considerando a deliberação do Conselho Administrativo da ESMPU, registrada na Ata da 4ª Reunião de Trabalho realizada no último dia 5 de outubro de 2010, submeto à apreciação de Vossa Excelência o anexo anteprojeto de lei que propõe a criação de cargos e funções para a estrutura desta Instituição, acompanhado de minuta de mensagem ao Presidente da Câmara dos Deputados e respectiva justificativa, caso aprovada a presente proposta.

Atenciosamente,

NICOLAO DINO NETO
Procurador Regional da República
Diretor-Geral da ESMPU

SGAS Quadra 604, Lote 23 – CEP: 70200-640 – Brasília/DF – Tel.: (61) 3313-5115- www.esmpu.gov.br
esmpu@esmpu.gov.br

MENSAGEM PGR/GAB/Nº Brasília, de de 2010.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para apreciação do Congresso Nacional, nos termos do art. 61, *caput*, combinado com o disposto no art. 127, § 2º, da Constituição Federal de 1988, o anexo Projeto de Lei que dispõe sobre a criação de estrutura organizacional e de quadro de pessoal nas carreiras de Analista e Técnico do MPU para atender a Escola Superior do Ministério Público da União e dá outras providências.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
Procurador-Geral da República

Excelentíssimo Senhor
Deputado Federal ---------------------------------
Digníssimo Presidente da Câmara dos Deputados
BRASÍLIA-DF

PROJETO DE LEI N.º

Dispõe sobre a criação do quadro de pessoal, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e das funções de confiança da Escola Superior do Ministério Público da União, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica criado o quadro de pessoal da Escola Superior do Ministério Público da União-ESMPU.

Art. 2º Para compor o quadro de pessoal a que se refere o artigo anterior são criados, conforme Anexo I desta Lei:

I. Os cargos efetivos nas carreiras de Analistas e Técnicos do Ministério Público da União.

II. Os cargos em comissão e as funções de confiança para o estabelecimento da estrutura organizacional.

Art. 2º O provimento dos cargos efetivos ficará a cargo do Ministério Público da União.

Art. 3º Os servidores efetivos das carreiras de Analista e Técnico do Ministério Público da União que estejam em exercício na Escola poderão optar, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação de edital específico, por permanecerem nela lotados.

Parágrafo Único. A ESMPU restituirá aos quadros de pessoal dos respectivos ramos do Ministério Público da União os cargos vagos equivalentes aos dos servidores que manifestarem a opção prevista no *caput*.

Art. 4º Fica revogado o artigo 7º da Lei 9.628, de 14 de abril de 1998.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Ministério Público da União.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2010.

ANEXO I DA LEI Nº DE DE DE 2010

CRIAÇÃO DE CARGOS EFETIVOS PARA A ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

SITUAÇÃO PROPOSTA	
Cargos	**Quantidade**
Analista	86
Técnico	117
TOTAL	**203**

CRIAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA PARA A ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

FUNÇÕES DE CONFIANÇA E/OU CARGOS EM COMISSÃO	QUANTIDADE
CC-05	04
CC-04	04
CC-02	26
FC-03	34
FC-02	04
FC-01	09
TOTAL	**81**

JUSTIFICATIVA

A Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPU foi criada por meio da Lei nº 9.628, de 14 de abril de 1998, caracterizando-se como Instituição Federal da Administração Direta, ente de direito público de natureza jurídica autônoma, conforme dispõe o art. 172 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com redação dada pelo Decreto-Lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, sendo vinculada diretamente ao Procurador-Geral da República e tem como objetivos:

a) iniciar novos integrantes do Ministério Público da União no desempenho de suas funções institucionais;

b) aperfeiçoar e atualizar a capacitação técnico-profissional dos membros e servidores do Ministério Público da União;

c) desenvolver projetos e programas de pesquisa na área jurídica;

d) zelar pelo reconhecimento e a valorização do Ministério Público como instituição essencial à função jurisdicional do Estado.

Desse modo, a ESMPU exerce papel relevante no desenvolvimento da política de capacitação de membros e de servidores do Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. A Emenda Constitucional nº 45, de 30/12/2004, trouxe significativas inovações ao texto da Constituição Federal de 1988, sobretudo, no que diz respeito à promoção de membros do Ministério Público mediante formação e aperfeiçoamento.

A nova redação do art. 129, §4º, prevê a realização de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de membros, constituindo etapa obrigatória do processo de vitaliciamento a participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação.

Com a aprovação da Lei 10.771/2003, o corpo funcional do MPU (membros e servidores) aumentou consideravelmente (foram criados mais de 6.000 cargos - entre membros, analistas e técnicos – distribuídos entre 2003 a 2008). Com efeito, no exercício de 2009, após a distribuição integral de cargos da Lei 10.771, observa-se demanda reprimida por atividades acadêmicas de aperfeiçoamento e de pós-graduação ofertadas pela ESMPU, na ordem de 58%, sem considerar a sanção da Lei 12.321, de 08 de setembro de 2010, (que implementa mais de 6.800 cargos de analistas e técnicos para o MPU), agravando-se a situação.

Por outro lado, em resposta a crescente necessidade de aprimoramento profissional face ao princípio constitucional da eficiência na Administração Pública, a Lei 11.415/2006 estabeleceu outros incentivos à qualificação dos servidores do MPU, estimulando, assim, a procura por capacitação.

O quantitativo de servidores em exercício na ESMPU tem se tornado insuficiente para atender à crescente demanda por atividades acadêmicas, já que a escola atende cerca de 14.000 pessoas em âmbito nacional, sem contar os acréscimos decorrentes da Lei 12.321/10.

Quadro 1 – Força de Trabalho na ESMPU.

Servidores			Estagiários	TOTAL
MPU	Requisitados	Sem vínculo		
55	6	8	18	87

Situação em julho de 2010

Estas constatações vêm exigindo medidas urgentes para criar e assegurar estrutura condizente com a relevância dos serviços prestados, portanto é imperativa a criação de cargos efetivos de analista e técnico para o requerido suporte às atividades da ESMPU, bem como de estrutura organizacional capaz de desenvolver atividades de acordo com as demandas por educação corporativa de membros e servidores.

Por todo o exposto, o presente Projeto de Lei propõe a criação de 203 cargos efetivos, 34 cargos em comissão e 47 funções de confiança destinadas à Escola Superior do Ministério Público da União. Este número resulta da rigorosa necessidade de atender às novas demandas da sociedade e do corpo funcional, em especial dos Membros do MPU, no que diz respeito à educação corporativa para o cumprimento das funções Institucionais do Ministério Público da União.

O custo anual correspondente à criação dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e das funções de confiança é de R$ 20.033.416,00 (vinte milhões, trinta e três mil e quatrocentos e dezesseis reais) em valores de agosto de 2010, despesa que correrá à conta das dotações do MPU.

Quadro 2 – Impacto Orçamentário

R$1,00

	SALÁRIOS + 13º	FÉRIAS	PATRONAL	TOTAL
CARGOS EFETIVOS	13.398.089	343.541	2.947.580	**16.689.210**
CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA	3.260.602	83.605	0	**3.344.207**
TOTAL	16.658.691	427.146	2.947.580	**20.033.416**

Vê-se a necessidade de aprovação da proposta aqui apresentada pelas Egrégias Casas Legislativas, uma vez que a realização das rotinas laborais, diante da falta de servidores, começa a dar sinais de saturação em detrimento da qualidade dos serviços.

Essas são as razões pelas quais se espera a aprovação do projeto em tela.

ESTATUTO ESMPU

PORTARIA PGR N. 485, DE 20 DE AGOSTO DE 2004

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento nos artigos 127 da Constituição Federal, 22 da Lei Complementar n. 75/93 e 11 da Lei 9.628/98, resolve:

Art. 1º Alterar o Estatuto da Escola Superior do Ministério Público da União, na forma do anexo à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria PGR n. 173, de 15 de maio de 2001.

CLAUDIO LEMOS FONTELES

ANEXO - ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO ESTATUTO

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE E DOS FINS

Art. 1º A Escola Superior do Ministério Público da União, criada pela Lei n. 9.628, de 14 de abril de 1998, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal, diretamente vinculada ao Procurador-Geral da República, reger-se-á pelo presente Estatuto.

Art. 2º A Escola Superior do Ministério Público da União tem natureza jurídica de órgão autônomo, nos termos do art. 172 do Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a redação dada pelo Decreto-Lei n. 900, de 29 de setembro de 1969.

Art. 3º A Escola Superior do Ministério Público da União tem por finalidade:

I - iniciar novos integrantes do Ministério Público da União no desempenho de suas funções institucionais;
II - aperfeiçoar e atualizar a capacitação técnico-profissional dos membros e servidores do Ministério Público da União;
III - desenvolver projetos e programas de pesquisa na área jurídica;
IV - zelar pelo reconhecimento e pela valorização do Ministério Público como instituição essencial à função jurisdicional do Estado.

Parágrafo único - Para a consecução de seus objetivos, poderá a Escola Superior do Ministério Público da União promover, direta ou indiretamente, cursos, seminários e

outras modalidades de estudo e troca de informações, além de celebrar convênios com os Ministérios Públicos dos Estados.

CAPÍTULO II - DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS

Art. 4º O patrimônio da Escola Superior do Ministério Público da União é constituído:

I - de doações, auxílios, subvenções e legados que lhe venham a ser feitos;
II - de direitos e bens obtidos por aquisição regular.
Art. 5º - Constituem receitas da Escola Superior do Ministério Público da União:
I - dotação orçamentária específica;
II - as provenientes de seus bens patrimoniais, de fideicomissos, de usufrutos e de outras instituições em seu favor;
III - as contribuições que lhe forem feitas por pessoas naturais ou jurídicas ou por qualquer outra entidade;
IV - os auxílios e subvenções do Poder Público;
V - as verbas auferidas com a realização de eventos e a prestação de serviços;
VI - as verbas que lhe advierem em decorrência da elaboração de convênios.

Art. 6º As receitas da Escola Superior do Ministério Público da União só poderão ser aplicadas na realização de seus fins.

CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 7º A Escola Superior do Ministério Público da União possui como Administração Superior:

I - Diretor-Geral;
II – Diretor-Geral Adjunto;
III -Conselho Administrativo;
IV - Coordenações de Ensino.

Parágrafo único. A ESCOLA terá uma estrutura administrativo-operacional subordinada à Diretoria Geral, que servirá de suporte às suas atividades-fins.

SEÇÃO I - DO DIRETOR-GERAL

Art. 8º O Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União, bem como seu adjunto, será escolhido pelo Procurador-Geral da República.

Art. 9º Compete ao Diretor-Geral:

I - representar a Escola Superior do Ministério Público da União ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
II - presidir o Conselho Administrativo;
III - cumprir e fazer cumprir as normas deste Estatuto, do Regimento, as diretrizes e deliberações do Conselho;
IV - manter permanente integração com a Administração Superior da ESCOLA definida no art. 7º, convocando qualquer das instâncias, quando necessário;
V - dirigir, planejar, supervisionar, coordenar, orientar e controlar a execução das atividades da ESCOLA;
VI - expedir atos regulamentares;
VII - celebrar convênios;
VIII - divulgar no início de cada ano as diretrizes de atuação da ESCOLA e estabelecer áreas e metas específicas para a consecução de suas finalidades;
IX - estabelecer a organização administrativa;
X – admitir e dispensar pessoal administrativo;
XI - propor ao Conselho a admissão e a dispensa do corpo docente;
XII - propor ao Conselho a contratação e a dispensa de serviços de profissionais especializados para atender às exigências de trabalho técnico na ESCOLA;
XIII - expedir certificados e diplomas referentes aos cursos e eventos da ESCOLA;
XIV - delegar atribuições aos Coordenadores de Ensino;
XV - instaurar procedimentos para apuração de infrações disciplinares;
XVI - resolver os casos omissos neste Estatuto e no Regimento.

§ 1º Em suas ausências e impedimentos, o Diretor-Geral será substituído pelo Diretor-Geral Adjunto ou, na impossibilidade deste, por um integrante do Conselho Administrativo designado pelo Procurador-Geral da República. (Alterado pela Portaria PGR n. 420, de 2/9/2010, publicada no DOU, Seção 1, pág. 105, de 3 de setembro de 2010)

§ 2º Na vacância do cargo, caberá ao Procurador-Geral da República a nomeação de outro Diretor-Geral.

SEÇÃO II - DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Art. 10 O Conselho Administrativo, presidido pelo Diretor-Geral, será composto de quatro Membros e respectivos suplentes, oriundos de cada ramo do Ministério Público da União, nomeados pelo Procurador-Geral da República, após indicação dos respectivos Procuradores-Gerais.

§ 1º A Secretaria-Geral do Conselho Administrativo será exercida pelo Diretor-Geral Adjunto, com a especial incumbência de articular os Órgãos da Administração Superior.

§ 2º Os integrantes da Administração Superior, bem como os Diretores de que trata o Art. 26, poderão participar das sessões do Conselho Administrativo, sem direito a voto.

Art. 11 Compete ao Conselho Administrativo:

I - gerir as atividades da Escola Superior do Ministério Público da União;
II - elaborar o Regimento Interno da ESCOLA e submetê-lo à aprovação do Procurador-Geral da República;
III - avaliar a organização e funcionamento dos serviços administrativos;
IV – fixar a política de pessoal da Escola;
V - deliberar sobre admissão e dispensa do corpo docente da ESCOLA;
VI - elaborar o Relatório e Balanços anuais da ESCOLA e submetê-los ao Procurador-Geral da República;
VII - elaborar o plano anual de atividades, bem como o orçamento correspondente;
VIII - autorizar contratações de serviços de profissionais especializados para atender às exigências de trabalho técnico na ESCOLA;
IX - opinar sobre a realização de convênios;
X - apreciar e decidir a indicação de candidatos a professores da ESCOLA;
XI - decidir sobre propostas de realização, apoio e patrocínio de curso e eventos; segundo critérios e procedimentos a serem estabelecidos;
XII - conhecer e decidir recursos contra atos do Diretor-Geral, do Diretor-Geral Adjunto, de membros do Conselho e dos Coordenadores de Ensino;
XIII - estabelecer diretrizes e normas para aplicação de recursos financeiros disponíveis;
XIV - acompanhar e avaliar o resultado dos recursos financeiros aplicados;
XV - aprovar proposta de alteração do Estatuto da ESCOLA e encaminhá-la ao Procurador-Geral da República;
XVI - deliberar, por voto de dois terços de seus membros, sobre o envio ao Procurador-Geral da República de proposta de elaboração de projeto de lei para a extinção da ESCOLA;
XVII - constituir Comissão Editorial para edição da Revista da ESCOLA.

SEÇÃO III - DAS COORDENAÇÕES DE ENSINO

Art. 12 Para cada ramo do Ministério Público da União haverá uma Coordenação de Ensino, cujo Coordenador e seu suplente serão nomeados pelo Procurador-Geral da República, após indicação do respectivo Procurador-Geral, dentre os Membros dos correspondentes ramos.

Art. 13 Compete aos Coordenadores de Ensino:

I - planejar, coordenar, orientar, avaliar e controlar as ações de sua área de atuação;
II - elaborar as normas regulamentares dos cursos;

III - submeter ao Conselho os responsáveis para cada área de ensino;
IV - submeter ao Conselho programa dos cursos e outros eventos;
V - elaborar ou apreciar os planos de cursos e projetos de ensino, submetendo-os ao Conselho;
VI - definir os calendários letivos e de provas e repassá-los à Diretoria-Geral para divulgação;
VII – estruturar a Coordenação de Ensino para execução de suas atividades nas unidades dos respectivos ramos do Ministério Público da União;
VIII - encaminhar ao Diretor-Geral sugestão de admissão e dispensa do Corpo Docente;
IX - instituir comissões para pesquisa e elaboração de estudos, dando-se ciência ao Conselho;
X - coordenar os trabalhos das comissões instituídas para finalidades específicas que envolvam assuntos e interesses da área de ensino;
XI - apreciar e aprovar os relatórios elaborados pelas comissões;
XII - coordenar os trabalhos de preenchimento das pautas de freqüência e de registro de conteúdos didáticos;
XIII – encaminhar à Diretoria-Geral subsídios para a elaboração do levantamento estatístico das atividades da ESCOLA;
XIV - coordenar os trabalhos para cálculo da média final de cada disciplina e do grau final correspondente aos cursos;
XV - emitir parecer ao Diretor-Geral nos processos sobre fraude escolar, instaurados para devida apuração;
XVI - organizar e coordenar cursos, congressos, seminários, simpósios, conferências, palestras e solenidades;
XVII - coordenar os trabalhos de divulgação das atividades da ESCOLA, na esfera das suas atribuições;
XVIII - supervisionar a atividade pedagógica;
XIX - auxiliar na edição da Revista e de material didático da ESCOLA;
XX - indicar ao Conselho membros do MPU que possam integrar a Comissão Editorial das publicações da ESCOLA;
XXI - coordenar e sistematizar o projeto de elaboração de Revista e das publicações e submetê-lo ao Conselho.

CAPÍTULO IV - DOS CURSOS

Art. 14 A ESCOLA promoverá:

I - cursos em nível de pós-graduação, destinados a membros e servidores do Ministério Público que desejarem se aperfeiçoar ou se especializar em áreas ou setores de sua atividade funcional;
II - curso de iniciação destinado aos membros do Ministério Público da União;
III - cursos de extensão e outros, que satisfaçam os objetivos da ESCOLA;
IV – programas de cooperação internacional.

CAPÍTULO V - DO CORPO DOCENTE

Art. 15 O regime dos docentes da ESCOLA obedecerá às disposições legais, deste Estatuto, e do Regimento Interno.

Art. 16 A seleção e o recrutamento dos docentes far-se-á mediante indicação do Diretor-Geral, Diretor-Geral Adjunto, membro do Conselho ou Coordenador de Ensino, e decisão do Conselho Administrativo.

Art. 17 Na composição do corpo docente, dar-se-á preferência aos Membros do Ministério Público da União, que farão jus ao *pro-labore* previsto no inciso VI, do art. 227 da Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993, que será fixado anualmente pelo Procurador-Geral da República.

Art. 18 O corpo docente da ESCOLA será constituído, preferencialmente, por professores portadores do título de mestre e, em caráter especial, nos termos da legislação vigente, por especialistas de notório saber, a critério do Conselho.

Art. 19 Os direitos e deveres do corpo docente serão objeto de Regulamento próprio, aprovado pelo Procurador-Geral da República.

CAPÍTULO VI - DO CORPO DISCENTE

Art. 20 O corpo discente da ESCOLA é constituído de todos os alunos matriculados em seus cursos.

Art. 21 Os direitos e deveres dos membros do corpo discente serão objeto de Regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Administrativo.

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22 O Diretor-Geral, o Diretor-Geral Adjunto, os membros do Conselho e das Coordenações de Ensino, bem como os Diretores de que trata o Art. 26, exercerão mandato de 02 (dois) anos, facultada uma recondução, a critério do Procurador-Geral da República.

Art. 23 Na hipótese da vacância do cargo de Conselheiro e de Coordenador de Ensino no curso do mandato, assumirá a titularidade o seu suplente. Na falta deste, caberá ao Procurador-Geral da República proceder à escolha e nomeação de outro membro do MPU, que preencherá a vaga pelo tempo restante do mandato.

Art. 24 É vedada a investidura pela mesma pessoa em cargos distintos da ESCOLA, excetuado o exercício do magistério.

Art. 25 O exercício das atribuições de Diretor-Geral, Diretor-Geral Adjunto, Conselheiro, Coordenador de Ensino e dos Diretores de que trata o Art. 26 será gratuito.

Art. 26 Para o cumprimento dos objetivos da Escola Superior do Ministério Público da União o Conselho Administrativo poderá propor ao Procurador-Geral da República a criação de até 4 diretorias, uma para cada ramo do MPU.

Art. 27 O presente Estatuto poderá ser alterado pelo Procurador-Geral da República, por iniciativa própria, ou por proposta do Diretor-Geral ou do Conselho Administrativo.

CLÁUDIO LEMOS FONTELES

Procurador-Geral da República

CONAD
Diretoria-Geral
Câmara Editorial Geral
Câmara Edit. Boletim Cient.
Câm. Desenv. Cientifico
Coordenações de Ensino
Comissão Editorial
Assessoria Jurídica
Assessoria de Comunicação
Secretaria de Planejamento e Projetos
Divisão de Planejamento Estratégico
Núcleo de Projetos e Pesquisas
Núcleo de Avaliação
Secretaria de Atividades Acadêmicas
Divisão de Apoio Pedagógico
Núcleo de Cursos e Aperfeiçoam.
Núcleo de Pós-Graduação
Divisão de Apoio Didático
Núcleo de Programação Visual
Supervisão Proj.Editoriais
Biblioteca
Divisão de Educação a Distância
Núcleo de Desenvolv.de EAD
Núcleo de Prod.de Mat. de EAD
Núcleo Reg. Acadêmico
Núcleo de Cerimonial
Núcleo de Atend. Usuário
Secretaria de Administração e Tecnologia
Divisão de Tecnologia da Informação
Núcleo de Infraestrutura de Redes
Setor Redes e Seg.de TI
Setor Atend. Usuário TI
Núcleo de Desenvolvim. de Sistemas
Setor Credenc. BD
Setor Tec. para EAD
Divisão de Logística
Seção de Compras
Seção Almox. Patrimônio
Setor Contr. Convênios
Seção de Serv.Gerais
Setor Protoc. Exp.e Arquivo
Setor de Transportes
Divisão de Orçamento e Finanças
Núcleo Exec. Orçamentária e Financeira
Seção de Exec.Financ.
Setor Análise Prest.Contas
Núcleo Diárias, Passagens e Pessoal
Seção Diárias e Passagens
Setor de Pessoal
Núcleo de Engenharia
Comis.Perma-nente Licitação

14- REGULAMENTO DA BIBLIOTECA

O CONSELHO ADMINISTRATIVO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, no cumprimento de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, aprova o seguinte Regulamento da Biblioteca da ESMPU.

Título I
Da Organização e da Competência

Art. 1º A Biblioteca da Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU é órgão vinculado à Divisão de Apoio Didático, que compõe a estrutura da Secretaria de Ensino e Pesquisa desta Instituição.

Art. 2º Compete à Biblioteca:

I – manter acervo atualizado, com a bibliografia básica e complementar dos cursos oferecidos pela ESMPU, como suporte indispensável à complementação dos estudos e trabalhos acadêmicos dos docentes e discentes do MPU;
II – manter acervo atualizado de acordo com os pedidos dos membros e servidores que necessitarem de suporte bibliográfico, visando ao bom desempenho de suas atividades técnicas ou administrativas;
III – reunir e manter uma coleção de referência a respeito do Ministério Público, incluindo a legislação federal e estadual, vigente e revogada;
IV – planejar, organizar, desenvolver e manter os serviços da Biblioteca, que deverá conter em seu acervo as publicações editadas ou co-editadas pela ESMPU, bem como as publicações recebidas em compra, permuta e doação, desde que sejam relevantes e adequadas às áreas de interesse da instituição;
V – atuar como instrumento de apoio às atividades e objetivos da ESMPU, utilizando técnicas de organização, conservação e disseminação do conhecimento contido no acervo informacional;
VI – manter intercâmbio com Bibliotecas e Centros de Documentação, bem como com instituições congêneres que possuam acervo especializado e de interesse da ESMPU;
VII – atuar como instrumento de incentivo à pesquisa no fluxo do conhecimento.

Título II
Da Composição do Acervo

Art. 3º O acervo da Biblioteca será formado por obras advindas de compras, doações, permutas e substituições.

§ 1º Todo o material bibliográfico adquirido para compor o acervo deverá ser tombado e, após, conferido pela Biblioteca para catalogação e classificação em sistema informatizado próprio.

§ 2º As obras provenientes de doações deverão ser selecionadas pela Biblioteca, de acordo com as sugestões e necessidades dos usuários e as condições apropriadas ao uso.

Título III
Dos Serviços Oferecidos

Art. 4º A Biblioteca oferecerá aos usuários os seguintes serviços:

I – consulta local livre ao material bibliográfico;
II – empréstimo domiciliar e local a usuários cadastrados;
III – acesso à Internet;
IV – pesquisa em base de dados e em CD-Rom;
V – fotocópia de materiais autorizados;
VI – sala de estudos.

Parágrafo único. Poderão ser extraídas cópias reprográficas de artigos de periódicos, jurisprudência, legislação, parte ou capítulo de livros, nos termos da Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

Título IV
Dos Usuários

Art. 5º Os serviços da Biblioteca serão oferecidos aos membros, servidores, terceirizados e estagiários do Ministério Público da União, bem como aos alunos e professores inscritos na Biblioteca da ESMPU.

Parágrafo único. O usuário é obrigado a comunicar à Biblioteca a mudança de seu endereço.

Título V
Do Empréstimo

Art. 6º O empréstimo domiciliar fica limitado ao total de 5 (cinco) títulos, incluindo-se livros, monografias, teses, dissertações e relatórios, além de 3 (três) títulos de periódicos, por usuário.

Art. 7º O prazo de empréstimo será de 15 (quinze) dias para livros, monografias, teses, dissertações e relatórios e de 5 (cinco) dias para títulos de periódicos, podendo ser renovado a pedido do usuário, desde que não haja reserva da obra.

§ 1º Para professores em exercício, que não sejam do quadro do MPU, o empréstimo será concedido de acordo com sua finalidade, por prazo não superior a 15 (quinze) dias corridos, podendo haver renovação, caso não haja reserva da obra.

§ 2º A ESMPU reserva-se o direito de solicitar a devolução da obra retirada sob empréstimo, mesmo antes de findar o prazo estipulado, para realização de inventário ou em caso de necessidade.

§ 3º O usuário que estiver em atraso na devolução de alguma obra não poderá efetuar novos empréstimos até que regularize a sua situação na Biblioteca.

§ 4º Os membros e servidores dos ramos do MPU que necessitarem material bibliográfico para consulta diária, com prazo de empréstimo superior a 15 (quinze) dias, farão a modalidade *empréstimo especial*, justificando a solicitação. O limite de obras emprestadas nessa modalidade será de 10 (dez) títulos, com o prazo de 6 (seis) meses, renovável por igual período.

§ 5º Os documentos retirados por um usuário não podem ser transferidos à responsabilidade de outro sem o devido registro na Biblioteca.

Art. 8º A modalidade *empréstimo entre bibliotecas* será realizada conforme o acordado pela Rede de Bibliotecas do MPF, bem como pela Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI), que engloba as bibliotecas do Legislativo, Executivo e Judiciário.

Art. 9º Obras de referência e raras somente se consultarão na Biblioteca, salvo nos casos autorizados pela Secretaria de Ensino e Pesquisa ou na modalidade do art. 7º, § 4º.

Título VI
Das Perdas e Danos

Art. 10 Ao usuário cabe zelar pelo material objeto de empréstimo, responsabilizando-se por quaisquer danos ou extravios, ainda que involuntariamente causados.

§ 1º No caso mencionado no *caput* deste artigo obriga-se o usuário a indenizar a Biblioteca, mediante substituição do exemplar de edição idêntica ao material extraviado

ou mais recente, se aquela estiver esgotada, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de recebimento da comunicação.

§ 2º Será aplicada a sanção do parágrafo anterior caso o usuário não devolva o material emprestado dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 11 O responsável por obra não devolvida será proibido de usar os serviços da Biblioteca pelo mesmo período de atraso, caso ultrapassado o dobro do prazo de empréstimo.

Título VII
Das Disposições Gerais

Art. 12 Conforme prevê a Lei Federal n. 9.294, de 15 de julho de 1996, é proibido fumar nas dependências da Biblioteca.

Art. 13 É proibido o consumo de bebida e gêneros alimentícios nas dependências da Biblioteca.

Art. 14 O inventário do acervo será realizado, preferencialmente, durante as férias escolares.

Art. 15 Os casos omissos neste Regulamento serão dirimidos pela Secretaria de Ensino e Pesquisa.

Art. 16 Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação no *Boletim de Serviço* do Ministério Público da União.

Brasília (DF), 19 de março de 2007.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Subprocurador-Geral da República
Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União

15- ACERVO DA BIBLIOTECA

LIVROS		
Área de conhecimento – ordem alfabética	**Quantidade de títulos**	**Quantidade exemplares / volumes**
Administração	32	44
Antropologia	2	2
Ciência / Metodologia do conhecimento	51	86
Ciência Política	44	46
Ciências Sociais (questões, metodologia e problemas sociais em geral)	91	129
Comércio exterior	2	3
Comunicação escrita	10	14
Comunicação visual / Artes gráficas	20	20
Contabilidade	4	5
Direito (Teoria geral)	137	200
Direito Administrativo	172	232
Direito Ambiental	136	156
Direito autoral	12	21
Direito Civil	115	154
Direito Comercial	38	50
Direito Constitucional (incluindo direitos e garantias fundamentais)	311	414
Direito do consumidor	20	25
Direito do Trabalho	89	123
Direito Econômico	43	67
Direito Eleitoral	35	41
Direito Financeiro	29	42
Direito Internacional / Direito público (incluindo direitos humanos internacionais)	165	233
Direito Médico	1	1
Direito Militar (Penal militar)	19	35
Direito Orçamentário	3	3
Direito Penal	301	440
Direito Previdenciário	21	21
Direito Processual	89	110
Direito Processual Civil	99	121
Direito Processual do trabalho	33	41
Direito Processual Penal	195	230
Direito Romano	2	2
Direito Sanitário	10	14
Direito Tributário	37	62
Direitos Humanos	23	27
Documentação / Ciência da Informação	25	31
Ecologia (Meio ambiente e Educação ambiental)	4	4
Economia	38	49

LIVROS		
Área de conhecimento – ordem alfabética	**Quantidade de títulos**	**Quantidade exemplares / volumes**
Educação	57	74
Filosofia	64	77
Gramática da Língua portuguesa / Linguística	22	25
Informática	56	58
Literatura	42	43
Ministério Público	155	224
Psicologia	6	6
Referência geral (Dicionários)	28	149
Relações internacionais	8	14
Saúde pública	6	6
Serviço Social / Problemas sociais	46	61
LIVROS EM BRAILLE		
Área de conhecimento – ordem alfabética	**Quantidade de títulos**	**Quantidade exemplares / volumes**
Dicionário da Língua Portuguesa	1	4
Direito civil	1	1
Direito constitucional	3	7
Direito do consumidor	1	1
Direitos humanos	2	2
História de Brasília	1	2
Ministério Público	1	2

MONOGRAFIAS DE ESPECIALIZAÇÃO		
Área de conhecimento – ordem alfabética	**Quantidade de títulos**	**Quantidade exemplares**
Administração	4	4
Ciências Sociais	3	3
Direito Administrativo	6	6
Direito Ambiental	16	16
MONOGRAFIAS DE ESPECIALIZAÇÃO		
Área de conhecimento – ordem alfabética	**Quantidade de títulos**	**Quantidade exemplares**
Direito Civil	2	2
Direito Constitucional	32	35
Direito Financeiro	1	1
Direito do Trabalho	3	3
Direito Penal	24	24
Direito Penal Internacional	15	17
Direito Previdenciário	1	1
Direito Processual	3	3
Direito Processual Civil	1	1
Direito Processual Penal	4	4
Direito Sanitário	4	4
Direito Tributário	4	4
Direitos humanos	9	9
Ecologia	1	1
Educação	1	1
Filosofia	2	2
Serviço Social / Problemas sociais	9	11

TESES		
Área de conhecimento – ordem alfabética	**Quantidade de títulos**	**Quantidade exemplares**
Direito Civil	1	1
Direito Constitucional	3	3
Direito do Trabalho	2	2
Direito Penal	1	1
Direito Processual	2	2

DISSERTAÇÕES		
Área de conhecimento – ordem alfabética	**Quantidade de títulos**	**Quantidade exemplares**
Direito Administrativo	23	23
Direito Ambiental	3	3
Direito Civil	1	1
Direito Constitucional	7	7
Direito do Trabalho	1	1
Direito Econômico	1	1
Direito Penal	1	1
Direito Processual	2	2

PERIÓDICOS		
Área de conhecimento – ordem alfabética	**Quantidade de títulos**	**Quantidade de volumes**
Administração	1	2
Administração Pública	2	4
Direito Agrário	1	1
Direito Ambiental	2	2
Direito Civil	1	1
Direito Constitucional	2	5
Direito do Trabalho	11	33
Direito Econômico	2	2
Direito em geral	62	1005
Direito Internacional	1	1
Direito Militar	2	9
Direito Penal	3	31
Direito Público	3	6
Direitos Humanos	1	6
Jurisprudência geral	4	9
Orçamento público	1	1
Pedagogia	1	2

FITAS DE VÍDEO		
Área de conhecimento – ordem alfabética	**Quantidade de títulos**	**Quantidade de volumes**
Direito Administrativo	1	1
Direito Ambiental	5	22
Direito Civil	1	6
Direito Constitucional	6	17
Direito do Trabalho	11	33
Direito Internacional	1	1
Direito Penal	7	35
Direitos Humanos	5	10
Ministério Público (atuação em geral)	8	41

FITAS CASSETES		
Área de conhecimento – ordem alfabética	**Quantidade de títulos**	**Quantidade de volumes**
Direito Ambiental	4	42
Direito Constitucional	1	16
Direito Penal	2	19
Direitos Humanos	2	18
Ministério Público (atuação em geral)	2	31

CD-ROM		
Área de conhecimento – ordem alfabética	**Quantidade de títulos**	**Quantidade exemplares / volumes**
Direito Ambiental	2	2
Direito Civil	2	3
Direito Constitucional	3	3
Direito do Trabalho	1	1
Direito em geral	2	2
Direito Indígena	1	1
Direito Penal	5	7
Referência (Dicionário)	1	1
DVD		
Área de conhecimento – ordem alfabética	**Quantidade de títulos**	**Quantidade exemplares / volumes**
Direito Ambiental	2	13
Direito Civil	2	3
Direito Constitucional	3	3
Direito do Trabalho	1	1
Direito em geral	2	2
Direito Indígena	1	1
Direito Penal Econômico	2	2
Ministério Público	1	17
Referência (Dicionário)	1	1
Disquete		
Área de conhecimento – ordem alfabética	**Quantidade de títulos**	**Quantidade exemplares / volumes**
Direito Constitucional	2	2
Direito em geral	2	2
Direito Sanitário	1	1

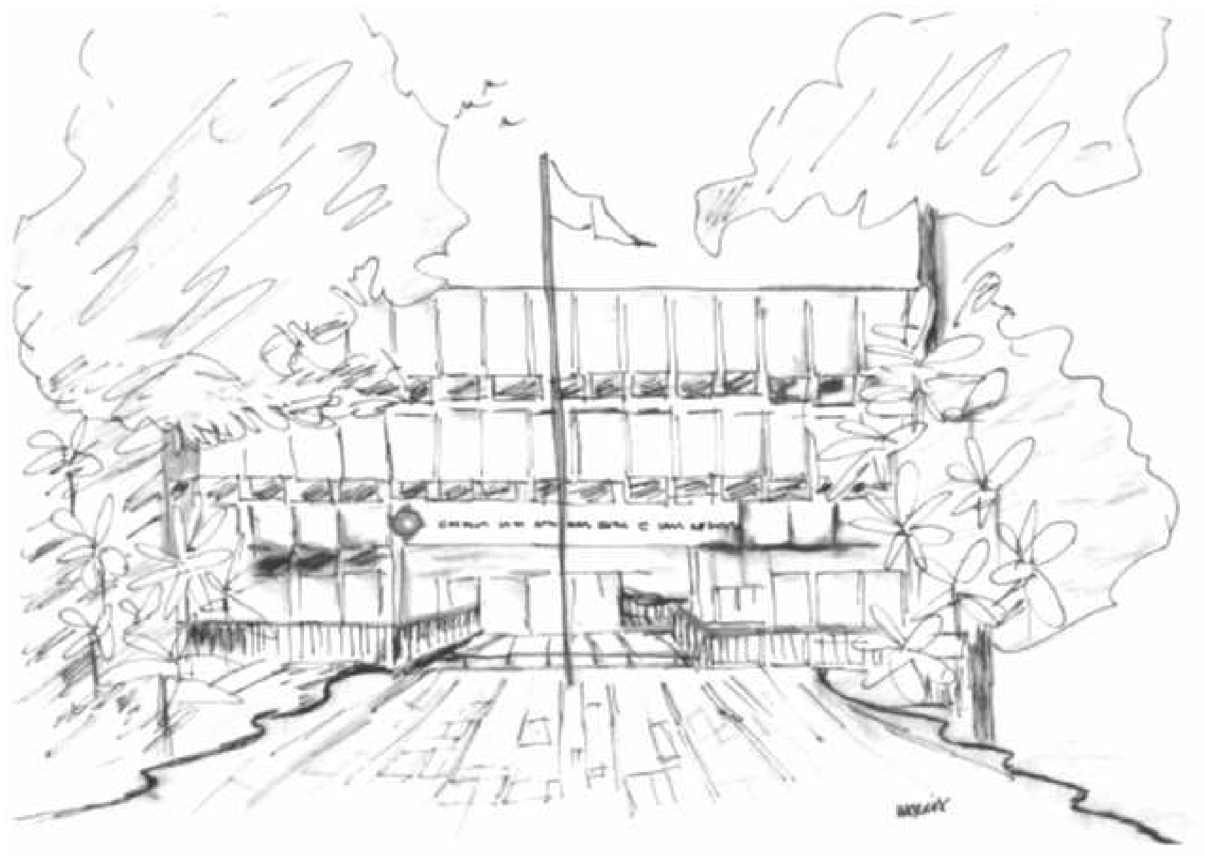


Figura 4 - Edifício-Sede da ESMPU, em Brasília-DF

Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU

Brasília, dezembro de 2011